



ALAIC 2020

Medellín-virtual • 9 - 13 de noviembre

DESAFÍOS Y PARADOJAS

DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: las ciudadanías y el poder

GT 15. COMUNICACIÓN Y CIUDAD
GT 15. COMUNICAÇÃO E CIDADE

ISSN 2179-7617

MEMORIAS (V.28/10/21)

GT15. Comunicación y Ciudad

GT15. Comunicação e Cidade

Coordinación de GT:

Eduardo Álvarez Pedrosian (Uruguay). eduardo.alvarez@fic.edu.uy

Vicecoordinación:

Ximena Póo Figueroa (Chile). xpoo@uchile.cl

Juan David Zapata-Agudelo (Colombia). juand.zapata@upb.edu.co

Profesor anfitrión UPB

Juan José Osorio Villegas

Comité Directivo ALAIC 2018-2020

Presidencia: Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Vicepresidencia: Gabriel Kaplún (Uruguay)

Dirección Científica: Tanius Karam Cárdenas (México)

Dirección Administrativa: Daniela Inés Monje (Argentina)

Dirección de Comunicaciones: Sandra Osses Rivera (Colombia)

ISSN: 2179-7617

Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC

Universidad Pontificia Bolivariana – UPB

2020

Nota: La publicación de las ponencias se hace con autorización de las y los autores de acuerdo con las condiciones publicadas en la convocatoria para la recepción de ponencias del XV Congreso ALAIC 2020. El contenido de los textos es responsabilidad única de quienes firman como autores.

Tabla de contenido

A São Paulo inteligente das narrativas comunicacionais: comunicação de interesse publico ou estratégia de marketing?

Regiane Maria da Silva Bianchini -----5

La calle en la disputa discursiva por la dignidad: el caso de Santiago de Chile durante el estallido social de 2019.

Ximena Andrea Póo Figueroa, María Eugenia Domínguez. ----- 21

El museo como espacio de interpelación. En torno a las políticas del Museo Municipal de Bellas Artes en Villa María.

Silvina Laura Mercadal. ----- 34

Entre estátuas e edifícios: representações imagéticas e midiáticas de Juazeiro do Norte.

Elane Abreu de Oliveira ----- 48

Regímenes comunicativos del espacio público en Ibagué. Un recuento de más de cuatro siglos.

Hernán Rodríguez Uribe.----- 60

Rio de Janeiro longe da praia: a estética das festas de rua da cidade entre pontes, armazéns e viadutos.

Victor Belart ----- 78

(Re)inventando a cidade contemporânea: comunicação e consumo do/no espaço urbano.

Tânia M. Hoff, Adriana Oliveira, Lucas L. Fraga. ----- 91

Procesos de expansión urbana en la ciudad de Salta: el caso de apropiación territorial del barrio Guachito Gil.

Maria Natalia Saavedra -----103

Medellín imaginada, nuevas formas de interpretar la ciudad. Lo urbano, una visión no hegemónica.

Mauricio Andrés Álvarez Moreno. ----- 115

O transporte público como ferramenta de heterogeneização dos espaços da cidade – uma análise da ocupação da Praia dos Crush.

Rosana Roseo Batista, Sílvia Helena Belmino.-----133

El diseño de la trama: desafíos y oportunidades de una cooperativa de vivienda en red.

Eduardo Álvarez Pedrosian, Gerardo Barbieri Petersen, Matías Bertero Cardoso. -----154

Investigación y miradas interdisciplinarias sobre modos de implementación de Gobierno Inteligente y su incidencia en la cultura organizacional. Caso Municipio de Godoy Cruz, Mendoza, Argentina.

Lidia Marcela Rios, Laura Fabiana Molina. -----174

Cidades Inteligentes e projetos em internet das coisas: definições, exemplos e perspectivas críticas:

Paulo Victor Barbosa de Sousa -----193

Otras voces, otras historias: The smiling Lombana, una aproximación a la historia del narcotráfico en Medellín.

Ana María López C, Juan Osorio Villegas. -----206

#terremoto83, una narrativa urbana que se expande.	
Ana Isabel Cerón Pil, Nelson Fredy Osorio Andrade. -----	216
Processos de subjetivação de agentes que habitam um território atravessado pela violência. O surgimento de outras formas de política em contextos urbanos.	
Sindy Ivette Carteño Arroyo. -----	228
La construcción de Paz, desde los Imaginarios de Ciudad.	
Damaris Ramírez Bernate, Pedro Felipe Díaz Arenas. -----	243
Cidade ameaçada: ideologia na cobertura jornalística sobre as ocupações urbanas.	
Míriam Santini de Abreu. -----	253
La ciudad resignificada como corporeidad comunicacional temporal en tiempos de estallido social.	
Gabriela Manzi Zamudio. -----	266
La construcción identitaria de los movimientos socioterritoriales. Una propuesta de análisis a partir de un estudio de caso.	
Maria Eugenia Isidro. -----	272
Fotografía documental; lecturas y relecturas de una ciudad que se transforma y adquiere nueva(s) identidad(es). El archivo fotográfico y la mirada de Daniel Pajuelo.	
Susana Pastor Brizzolese. -----	283

A São Paulo inteligente das narrativas comunicacionais: comunicação de interesse publico ou estratégia de marketing?

El São Paulo inteligente de las narrativas comunicativas: ¿comunicación de interés público o estrategia de marketing?

The smart São Paulo of communicative narratives: public interest communication or marketing strategy?

Regiane Maria da Silva Bianchini ¹

Resumo: As cidades sempre ocuparam lugar de protagonismo nas narrativas comunicativas, seja em obras ficcionais da literatura, em rodas de conversas e, também, na imprensa. Pensando em como o ideário sobre cidades inteligentes é construído na mídia, a pesquisa teve como propósito investigar de que maneira a imprensa comunicou conceitos sobre smart cities para a população, a partir da divulgação feita pela prefeitura de São Paulo, de transformar a capital paulista uma smart city até 2020, nos principais portais de notícia brasileiros: Estadão, G1 e UOL, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2018 .

Palavras-chave: Comunicação. Cidades Inteligentes. Cidadania.

¹ Regiane Maria da Silva Bianchini, mestre em Inovação na Comunicação de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); pesquisadora e bolsista de treinamento técnico pela Fundação de Amparo à Pesquisa São Paulo (FAPESP), Brasil, e-mail: regianebianchini04@gmail.com.

Abstract: Cities have always played a leading role in communicative narratives, whether in fictional works of literature, in conversation circles and also in the press. Thinking about how the idea of smart cities is built in the media, the research aimed to investigate how the press communicated concepts about smart cities to the population, based on the disclosure made by the city of São Paulo, of transforming the capital of São Paulo into a smart city until 2020, in the main Brazilian news portals: Estadão, G1 and UOL, from January 2017 to October 2018.

Key words: Communication. Smart Cities. Citizenship.

Introdução

Estima-se que, 55% da população mundial, hoje em torno de 4 bilhões de pessoas, concentram-se em áreas urbanas e que este número poderá chegar a 68%, em 2050. O Brasil, por sua vez, é o 6º país mais populoso do planeta, com 211,8 milhões de habitantes, sendo que deste total, 87,6% vivem em áreas urbanas, como atesta a Organização das Nações Unidas (2017), constituindo um aglomerado de pessoas, com desafios constantes em seu dia a dia, como a escassez de recursos naturais, tráfego intenso para se deslocar de casa ao trabalho, falta de opções para o desenvolvimento de itens básicos,

como moradia, educação e saúde, bem como políticas públicas que não contemplam suas reais necessidades, como a redução dos postos de trabalho.

A promessa de melhoria das condições na vida urbana, contida em narrativas sobre os conceitos de *smart cities*, considera questões como mobilidade, habitação, uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em áreas como saúde, educação, segurança, controle de tráfego, transportes, logística, entre outras facilidades do mundo moderno. Entretanto, os modelos seguidos em discursos do poder público, nas falas de empresários e na própria mídia refletem àqueles estabelecidos internacionalmente,

atendendo a interesses do setor privado, em detrimento das necessidades da população local.

Ainda que neste cenário a prática possa passar despercebida, diante do volume de informações divulgadas pelo poder público, *versus* a falta de capacidade de acesso e compreensão de dados por parte do cidadão brasileiro, o fenômeno da construção e manutenção da cidadania continua a ser tema recorrente e crescente em pesquisas acadêmicas de âmbito local e internacional. Entende-se também que este tipo de análise traga à luz da ciência os propósitos da comunicação de interesse público, baseados na perspectiva da produção jornalística, que abrangem a apuração e checagem dos fatos, a apropriação da informação, interpretação de dados e, conseqüentemente, a reflexão do profissional de comunicação responsável pelo desenvolvimento e cobertura de pautas.

Seguindo este raciocínio, o objetivo principal deste artigo é o de analisar a contextualização do tema cidades inteligentes, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2018, em 152 notícias veiculadas sobre o tema, a partir do seguinte

questionamento: de que maneira a imprensa comunicou conceitos sobre *smart cities* para a população, a partir da divulgação feita pela prefeitura de São Paulo, de transformar a capital paulista em uma cidade inteligente até 2020, nos principais portais de notícia brasileiros, Estadão, G1 e UOL.

Por tratar-se de tema de interesse público, com foco em conceito inovador, no caso das *smart cities*, o estudo partiu de estudos realizados por Lemos, A. (2004), cujos trabalhos transcendem a questão tecnológica, perpassam pela comunicação de interesse público sobre o tema e são interdisciplinares, de Vanolo (2014), com uma visão crítica sobre participação do cidadão em processos de implementação de cidades inteligentes, bem como de Söderström et al (2014), cujas inferências residem nas narrativas feitas no âmbito da comunicação com o público, no caso o cidadão.

De globais a inteligentes: narrativas que se assemelham

O conceito de cidades, como a urbe, a pólis, requer um olhar apurado sobre a transformação da realidade urbana, indo ao

encontro do discurso neoliberal, desde os anos 1980, e do qual a maioria dos habitantes das cidades sequer imaginam. A indagação de García-Canclíni (2008), sobre o que é uma cidade, continua válida e atual, e evoca discussão pertinente acerca dos aspectos culturais das cidades, sob a ótica do conhecimento, do espetáculo e do desconhecimento.

O questionamento do autor sobre as narrativas construídas pela mídia e reproduzidas nas falas das pessoas, no discurso de pesquisadores e autores, ainda que sem aforismos, adentra à conceituação das cidades criativas, cidades inteligentes, digitais, para abordar a construção e/ou a remodelação de cidades, transcendendo ao espaço geográfico e, ao mesmo tempo, utilizando-se de conceitos globais para encontrar soluções ideais à realidade de cada uma delas, seja por meio de tecnologias inovadoras ou por soluções de caráter sustentável.

As cidades não existem só como ocupação de um território, construção de edifícios e de interações materiais entre seus

habitantes. O sentido e o sem sentido do urbano se formam, entretanto, quando o imaginam os livros, as revistas e o cinema; pela informação que dão a cada dia os jornais, o rádio e a televisão sobre o que acontece nas ruas. Não atuamos na cidade só pela orientação que nos dão os mapas ou o GPS, mas também pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais. (GARCÍA-CANCLINI, 2008, p. 15)

O *marketing* das cidades

Elevadas à categoria de cidades globais, na década de 1990, as cidades brasileiras consideradas “vocacionadas”, eram alardeadas por estratégias de comunicação governamentais, pela força das narrativas empresariais e amplamente repercutidas pela imprensa em todo o mundo, como demonstra o estudo do arquiteto e urbanista Ferreira (2004), ao abordar o mito construído pela mídia, mercado e poder público, e o esforço feito por grandes organizações privadas do setor da construção civil para tornar a capital paulista uma cidade global.

Essa suposta “vocação” da cidade de São Paulo para ser “cidade-global” passou então a ser discutida na academia, propagandeada pela mídia, festejada pelo capital imobiliário e incentivada pelo poder público, usando-se como prova o fato de que vêm surgindo na cidade, desde meados da década de 80, novos bairros “de negócios”, concentrações de edifícios que a nomenclatura “globalizada” convencionou chamar de “inteligentes”, justamente pela sua tecnologia de conexão com as mais avançadas técnicas da comunicação global. (FERREIRA, 2004)

Na visão de Ferreira (2004), o marketing das cidades, muitas vezes bem utilizado e fiel às qualidades locais, tira-as do desconhecimento de *stakeholders* desejados, reforça pontos positivos, destaca oportunidades e vende a imagem de inovação necessária ao mercado, como aconteceu com a transformação de Nova York em um dos pontos mais seguros dos Estados Unidos.

Situação idêntica em cidades que, nos anos 2010, ingressaram no universo das cidades inteligentes, como é o caso de Copenhague, na Dinamarca, que constituiu juntamente com a população um laboratório de soluções

urbanas; Barcelona, que tem trilhado um caminho inverso, descentralizando as atividades econômicas e levando a população a redescobrir os bairros, em vez de se deslocar ao centro das cidades; projetos complexos e sustentáveis de transformação em *smart cities*, pelo caráter político-administrativo, assim como de participação popular.

Para Vanolo (2014), surge neste mesmo período, um novo comportamento nas cidades da União Europeia, que vêm modificando o tom do discurso sobre *smart cities*, com o propósito de evitar críticas e promover a imagem destas localidades como algo benéfico à população. Outro ponto observado pelo autor reside no fato dos gestores públicos delegarem funções estratégicas às empresas privadas, que passaram a gerir não só os recursos públicos, mas também a interferir nas políticas públicas, fazendo emergir a influência do setor privado na gestão pública.

Sobre o *marketing* em torno das cidades inteligentes, Vanolo alerta para a necessidade de verificar as consequências dos conceitos publicizados e que carregam os discursos sobre cidades inteligentes, ao sugerirem “uma redefinição do papel e significado das cidades

para justificar racionalidades hipertecnológicas e novas geometrias de poder" (VANOLO, 2014, p. 882), criando uma nova identidade urbana, com diferente perfil de gestão, além de sugerir uma espécie de exclusão social.

Participação popular na inteligência e na comunicação das cidades

Alinhar a comunicação ao interesse cidadão, seja na política ou na esfera privada, requer romper com modelos estabelecidos ao longo do tempo, especialmente no Brasil, que atravessou períodos de censura, de governos populistas e, agora, da corrupção que assola as agendas comunicativas com um poder inquestionável. Também demanda do responsável pela comunicação fazer o movimento inverso proposto pelas estratégias comunicativas, para atravessar a barreira do global e concentrar-se no imediato, que é o local.

No Brasil, a Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012, deveria ser um bastião da comunicação pública, de interesse público, e a garantia de acesso a dados por parte da população, como sugere

um dos objetivos de cidades inteligentes em todo o mundo. Entretanto, mesmo depois de quase uma década de sua promulgação, ainda assistimos a pedidos de informação junto ao setor público e a órgãos governamentais que não são atendidos como deveriam.

Como descreve Koçouski (2013), a prática da transparência na comunicação dirigida ao público é tão importante quanto as medidas e ações praticadas pelo Poder Público:

[...] comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade (KOÇOUSKI, 2013, p.54)

O papel dos governos é desafiador, face à implementação de cidades inteligentes. Vanolo (2014) define que uma das ações singulares para os governos e municipalidades é a de formar cidadãos inteligentes, o "smartmentality", elevando-os a um patamar de qualificação,

resiliência, criatividade, tolerância e participação na vida pública, considerando o fato de serem pessoas e não máquinas.

Kon e Santana (2016) corroboram com esta afirmação, ao argumentar que este continua sendo um dos maiores desafios dos projetos de cidades inteligentes, promover consciência, colaboração e confiabilidade, por meio da comunicação, dado que “muitos dos serviços das cidades inteligentes dependem do engajamento da população” (KON e SANTANA, 2016, p. 60).

Método e coleta de dados

Trata-se de pesquisa documental exploratória (GIL, 2016), com análise de conteúdo e suas etapas, fundamentadas por Bardin (2016) e Krippendorff (1990). Mesmo com elementos quantitativos, obtidos ao longo da pesquisa, seu caráter é qualitativo, de natureza empírica, em nível exploratório, no qual predomina a análise do objeto em questão: as notícias veiculadas pelos portais de notícias G1, Estadão e UOL.

Foram analisadas 152 matérias jornalísticas dos sítios de notícias G1, Estadão e UOL, no período de janeiro de 2017 a outubro de 2018, nas quais a cidade de São Paulo era citada como cidade inteligente. Os conteúdos foram gerados por porta-vozes do órgão público, seja por entrevistas ou comunicações oficiais realizadas pela prefeitura.

Os três portais escolhidos são os que possuem maior presença e representatividade na região Sudeste brasileira, em que está a capital paulista, e também o maior número de acessos - medidos por cliques únicos mensais, em seus respectivos portais², como segue: a) UOL (1,3 bilhão de acessos); b) G1 (510,4 milhões de acessos) e c) Estadão (132,8 milhões de acessos).

Para compor a análise, foi avaliado o conteúdo do Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo (2017), que propunha torná-la uma cidade inteligente, até 2020, por meio de mudanças promovidas pelas secretarias de governo. Das secretarias que compõem este conjunto temático, destacam-se as de Inovação e Tecnologia (SMIT) e de Gestão

² Número de acesso aos portais de notícias, com base nos dados dos Sites Estadão, G1, UOL em dez/2018.

(SMG), cuyos projetos integram setores cruciais ao desenvolvimento de infraestruturas, gestão, transparência de informação.

Resultados e discussão

Das 152 matérias coletadas, 32 foram do portal Estadão, 43 do G1.com e 77 do UOL. Nota-se que em nenhuma materia fica claro o conceito de cidade inteligente, o que vai ao encontro de não haver um viés único e do tema recorrer a interdisciplinaridade proposta.

Constata-se ainda que todos os assuntos relacionados à cidade inteligente abrem um leque diversificado de editorias, isto é, não há em veículos de comunicação nos sítios de internet uma divisão linear para tratar de *smart cities*. Assim, as editorias de Tecnologia, Negócios, Educação, Economia, Saúde, Empreendedorismo, Política, Marketing e Cidades tratam do tema, reforçando a sua pluralidade.

Foram identificados outros temas indiretamente ligados à implantação do projeto de cidade inteligente em São Paulo, mas utilizados pela prefeitura como

chamarizes para a imprensa, como o lançamento de um programa para marcação de exames diagnósticos, denominado Corujão da Saúde, para reduzir o tempo de espera das pessoas necessitadas do serviço e direcionar ao setor privado, parte de pacientes da rede pública de saúde.

As agendas da cobertura jornalística dos veículos de comunicação brasileiros têm sido preenchidas, de maneira recorrente, por grandes temas como a democracia, a inclusão social e a economia, acrescida de uma última temática: a corrupção, o que coloca políticos e órgãos públicos em constante evidência. Ainda assim, não se pode afirmar que a escolha das pautas é feita à revelia ou que foge aos temas constantes da *agenda-setting*, invariavelmente regida por uma lógica de mercado e interesses pontuais.

Sendo assim, o jornalista é desafiado diariamente a treinar o olhar perspicaz análise de dados e fontes, checagem, o exercício da ética na questão informacional, traduzindo para o leitor/espectador/internauta os acontecimentos dos bastidores do poder público, de forma que as pessoas passem a assimilar os cenários que se descortinam à

sua frente, e possam combater a indústria *fake*, que assola a *web* em todo o mundo.

Aos *media* é dado o poder de definir o que é público e o que é de interesse público no mundo contemporâneo, provoca Dennis McQuail (2012). Em sua concepção, a comunicação de massas obedece a múltiplas lógicas – comercial, industrial, organizacional, tecnológica, cultural, política e informativa, que refletem em noticiários e redes sociais. Assim, temas de amplo interesse do público ou de interesse público podem não ser representados em notícias veiculadas pelos meios de comunicação. Ademais, interesses políticos e comerciais podem não corresponder à necessidade de informação ao público.

Observa-se que o jornalismo segue a agenda da sociedade, mas é igualmente responsável por formar essa agenda. De acordo com McQuail (2012), o conflito entre o interesse da mídia e o interesse do público sempre existiu e é em nome desse interesse público que as mediações entre a imprensa e a população acontecem.

Notícias que falam de uma São Paulo distante

As matérias selecionadas aqui dão uma pequena mostra de como a imprensa abordou o tema durante as viagens realizadas pelo prefeito de SP, para efetivação de parcerias público-privadas. Em nenhuma delas houve questionamentos sobre as contratações de circuitos de câmeras para segurança na cidade, ou mesmo para a aquisição de sistemas, que fariam reconhecimento facial como diferencial tecnológico e novos ônibus para a capital paulista.

A matéria da figura 1 (G1) é o exemplo do movimento realizado pela Rede Globo, no que dispõe sobre mobilidade, tecnologia, entre outros temas que são comercializados a empresas dos setores e publicados em formato de “publi”, como chamamos no Brasil.

Além disso, os jornalistas não levantaram pautas para elucidar quais seriam os próximos passos para a implementação de um projeto de cidade inteligente em SP, os questionamentos partem de dois colunistas no portal UOL, um deles advogado, Ronaldo Lemos que assina coluna semanal sobre



Figura 1. Matéria do portal G1. Publicidade.

avanços tecnológicos e aspectos legais; e de uma publicitária que fala sobre o projeto de cidade inteligente, mas com uma visão comercial, como podem ser vistas nas figuras

2 e 3, respectivamente, e que constam em anexo. E na figura 4, vemos a repercussão da viagem do então prefeito de SP, à China.

colunistas

ronaldo lemos

São Paulo pode violar privacidade em programa 'Wi-Fi Livre'

24/07/2017 © 02HGO

 Compartilhar
 



 1,6 mil
 
[OLHAR O TEXTO](#)
 Mais opções

O pesquisador Bruno Bioni fez na semana passada um alerta importante: São Paulo está caminhando para adotar um sistema de acesso público à internet por wi-fi que pode colocar em risco a privacidade dos paulistanos e das paulistanas.

A indicação disso decorreu de veto do prefeito João Doria (PSDB) a dois artigos da lei municipal que criou o programa chamado "Wi-Fi Livre". Ao justificar o veto, a prefeitura paulistana alegou que "busca modelos alternativos de provimento e financiamento" da conexão pública à internet, por meio de "parceria com a iniciativa privada que torna possível compreender o perfil dos consumidores e definir uma base de dados assertiva para adequação de anúncios".

Madame Natasha traduziria esse português truncado da seguinte forma: a prefeitura quer implantar um sistema para coletar e analisar os dados pessoais dos cidadãos e cidadãs que usarem o serviço. Quer também analisar a navegação de cada pessoa e vender esses dados para a iniciativa privada como forma de gerar receita.

Além de a proposta ser potencialmente inconstitucional, a prefeitura deveria olhar para iniciativas similares em cidades como Nova York para analisar como esse mesmo serviço foi implementado por lá. A cidade seguiu por caminho oposto ao escolhido por São Paulo. Lá, a proteção da privacidade dos cidadãos foi definida como elemento central do acesso público à internet.

A política de privacidade do serviço nova-iorquino da aula. A prefeitura de lá não coleta nenhum histórico de navegação dos usuários, nem vende nenhuma informação para terceiros. Qualquer dado coletado para gerir o serviço é anonimizado e qualquer exceção a essas regras depende de um consentimento específico ("opt-in") do cidadão, sempre limitado a propósitos específicos.

Conversei há pouco com o CTO (chefe de tecnologia) da cidade de Nova York, Miguel Gamino Jr. Ele ressaltou que proteger a privacidade não impediu a prefeitura de fazer parcerias público-privadas para custear o serviço de wi-fi. Ao contrário, a confiança derivada dessa proteção ampliou o leque de parceiros interessados.

Nas palavras dele: "Fornecer acesso público à internet só faz sentido se isso for benéfico aos cidadãos. As pessoas não deveriam ter de escolher entre privacidade e oportunidade. É preciso oferecer as duas coisas". A entrevista completa com ele está no episódio sobre cidades inteligentes da minha série "Expresso Futuro", disponível on-line no Futura Play (Canal Futura).

O tema é especialmente importante porque os principais usuários do wi-fi público são a parcela mais vulnerável da população, que não possui planos pós-pagos de celular com boa conexão. Ignorar os direitos desses usuários serve apenas para aumentar disparidades.

De nada adianta parecer moderno na superfície e atuar de forma paroquial na hora de implementar políticas públicas sobre tecnologia. Se a prefeitura quer fazer de São Paulo uma cidade global, deveria ao menos aprender com o que já existe.

Figura 2. Coluna de Ronaldo Lemos. UOL.



BLOGS

Causas e Marcas

Um blog sobre tendências e experiências de empresas e marcas com causas sociais que promovem impacto positivo na sociedade

ESTADÃO

Economia & Negócios



Como transformar São Paulo numa cidade inteligente?

Wal Fior
17 Agosto 2017 | 11h41

Segundo o pesquisador americano Boyd Cohen, Ph.D em urbanismo e uma das referências na elaboração de metodologias que definem as smart cities, cidades inteligentes são as que têm a capacidade de se desenvolverem economicamente ao mesmo tempo em que aumentam a qualidade de vida dos habitantes, gerando eficiência nas operações urbanas.

Neste contexto precisamos nos conscientizar de que cidades são construídas não apenas por políticos e governantes. As cidades são reflexo da cultura, criatividade e valores dos que residem em sua região urbana, seja ela pequena ou grande.

O prefeito de São Paulo, João Dória, quer transformar a capital numa smart city, mas para isso precisamos garantir uma agenda multistakeholder envolvendo governo, empreendedores, investidores, iniciativa privada e organizações sociais. Só assim vamos alinhar os principais desafios e as metas que queremos alcançar. É um projeto da cidade, não pode ser de apenas um governo, de uma gestão.



O maior festival de inovação do mundo, o SXSW, que acontece anualmente em Austin, uma cidade a caminho do futuro, anunciou recentemente que na edição de 2018 haverá uma trilha especial de palestras e debates para discutir o assunto, o Cities Summit. O prefeito da cidade, Steve Adler, resume bem o espírito da iniciativa: "As cidades estão na linha de frente da mudança em nossa sociedade. As cidades são onde a expansão econômica, as novas ideias e os avanços culturais ocorrem e onde mostramos que inclusão e diversidade não são encargos para tolerar, mas necessários, ingredientes para o sucesso e a sobrevivência. As cidades não são bolhas onde preservamos o passado. As cidades são incubadoras do futuro".

Precisamos colocar São Paulo neste contexto e evitar iniciativas pontuais e assistencialistas das empresas. Precisamos ter um plano maior e mais consistente. Uma oportunidade para marcas criarem e ativarem suas causas de forma mais transformadora.

Bora acreditar e fazer acontecer!

Cupons Estadão

Cupom Americ
Até 10% de desconto

Descontos Sut
Notebooks com até 21

Promoção Cas
Até 35% de desconto



Figura 3. Matéria do Blog Marcas e Causas sobre cidades inteligentes.

Doações de chineses a Doria somam R\$ 8,5 mi

Prefeito pediu - e conseguiu - câmeras, carros elétricos e drones, entre outros

Bruno Ribeiro, Envido especial
29 Julho 2017 (03h00)



Doria faz test drive em carro elétrico na fábrica da BYD Foto: Bruno Ribeiro/Estado

Os chineses receberam Doria com a maior hospitalidade possível. De show room em show room, o prefeito falou sobre sua proposta de tocar uma Parceria Público-Privada (PPP) para o setor de segurança e destacou o papel que São Paulo tem de disseminar tecnologias no Brasil. A sigla mágica era "PPP", que os chineses falavam em português e sorriam ao ouvir, mostrando vontade de fazer negócios - esses não gratuitos - com a Prefeitura em um futuro próximo.

Mais do que pedir as doações, a viagem do prefeito será marcada por inaugurar a era "big brother" na cidade. Os chineses têm câmeras que fazem reconhecimento facial e conseguem saber onde passou uma pessoa específica na cidade, são capazes de reconhecer até gente de máscara e distinguir carros, motos e caminhões automaticamente.

"As áreas centrais das cidades são as prioritárias, sobretudo de comércio popular. José Paulino, 25 de março, região do Brás, e o centro da cidade", disse o prefeito.

Segundo sua proposta original, a cidade deveria contar em 2020 com 10 mil câmeras. A PPP, que foi anunciada apenas em solo chinês, durante a visita à empresa Hikvision, seria para ir muito além da meta. A cidade de Xangai, por exemplo, tem 2 milhões de câmeras.

Outros bens. As câmeras foram um aspecto importante, mas não dominaram a agenda do prefeito na China. Em Pequim e em Xangai, o prefeito circulou por bancos, fundos de investimentos e agências de desenvolvimento. Essas instituições não fizeram nenhum tipo de doação ao prefeito. Mas todas disseram que se interessariam em abrir linha de crédito para todas as propostas de seu Plano Municipal de Desestatização, que incluía concessão do Pacaembu, a venda do Anhembi e do Autódromo de Interlagos e a concessão do sistema de bilhetagem do bilhete único.

Esse último recebeu atenção especial nas visitas. Nas cidades em que o prefeito esteve, mesmo pequenas lojas de comércio popular já usam meios eletrônicos para transações simples. Máquinas reconhecem sinais de QR Code (uma espécie de código de barras) para validar transações financeiras, praticamente acabando com o dinheiro. É essa tecnologia que entrará nos ônibus - o que gera uma grande abertura de mercado para essas empresas em São Paulo e, assim, no Brasil.

Mas houve mais doações concretas. Ainda na área da segurança pública, ele recebeu dois drones que também serão usados no monitoramento diário das ruas, em especial da Cracolândia. São drones muito mais robustos, desenvolvidos para ações militares de estratégia, que voarão sobre o centro velho diariamente. Ele recebeu ainda 200 rádios comunicadores, que devem ser usados pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e abriu uma frente de energia: quatro carros elétricos para o Parque do Ibirapuera e um sistema de painéis solares para abastecer de energia os hospitais de Brasília e Parelheiros, nas zonas norte e sul da cidade, respectivamente.

Cuidado. Em sua última reunião com empresários, na empresa Huawei (fabricante de celulares e de equipamentos que vão de monitores médicos até a sistemas de controle de trens), Doria teve de ouvir de um dos representantes que ele deveria "ter cuidado com coisas de graça", uma vez que poderia estar recebendo doações de produtos que não seriam bons.

"Você já recebeu 3 mil câmeras, e isso é uma boa notícia, mas você pode ter criado problemas", disse o chefe global de expertise em segurança pública da Huawei, Hong-Eng Koh. "Tenha cuidado com coisas de graça", afirmou - sua empresa doou mil câmeras e, mais importante, um sistema de controle integrado para equipamentos de diferentes marcas.

Havia sido a primeira reunião aberta à imprensa, em que seria possível ver de perto a hora em que os pedidos eram feitos. Doria queria ainda um sistema de telemedicina, que permite ao médico consultar o paciente a distância, mas pareceu de pedir diante dos dois "sim" iniciais - que não foram atendidos de pronto, o que fez Doria pedir para que fossem reconsideradas as propostas.

A resposta ao aviso do chinês veio em uma fala do secretário de relações exteriores, Julio Serson: na situação financeira da cidade, nem Doria nem sua equipe estavam em posição de rejeitar ajuda, mesmo que não fosse da tecnologia mais moderna existente. "A gente precisa começar de algum lugar", disse Doria.

Figura 4. Matéria Portal Estadão.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, foi interessante ver como pautas sobre cidades continuam sendo relegadas ao segundo plano e aquelas sobre *smart cities* são direcionadas para a mídia especializada, na qual o questionamento sobre a participação das pessoas não aparece.

É como se uma “cidade inteligente” fosse uma cidade de sonho, enquanto as metrópoles destacam-se nos noticiários, nas peças publicitárias, nas campanhas de comunicação e marketing, enquanto os bairros ao redor são reduzidos a uma condição secundária, colocando o cidadão como coadjuvante neste espetáculo.

A barreira invisível e, em alguns casos, bem visível, para estabelecer fronteiras imobiliárias, favorece, cada vez mais, o afastamento dos grandes centros de locais periféricos, acentuando diferenças, em vez de promover as inclusões prometidas com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Diante dos conteúdos analisados, notamos também que os jornalistas participam de um evento dicotômico: ou falam para iniciados em tecnologia, ou não conseguem traduzir as mudanças propostas para tornar São Paulo uma cidade inteligente. Difícil tarefa, pois nas redações, a premência pela rapidez na apuração e publicação de notícias, as escolhas feitas por editores e também pela direção dos veículos de comunicação de massa, em geral, ditam a falta de profundidade, a má escolha na abordagem dos textos, a falta de apuração de informações e a conivência, nem sempre consciente, da imprensa com o *status quo*. Acrescidas a essas questões, o jornalismo passou a tratar o leitor-internauta como consumidor e não como cidadão, postura refletida também nas ações dos órgãos públicos, que atendem ao cidadão-cliente, em busca de um serviço, deixando de lado a capacidade reflexiva do ser humano.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antonio Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016, 3 ed., 2016.

FERREIRA, João S. W. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. *Revista Pós FAU-USP*, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43384/47006>. Acesso em 28 out. 2018

GARCÍA-CANCLINI, N. Imaginários culturais da cidade: conhecimento espetáculo desconhecimento. In COELHO, Teixeira (Org.). *A Cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras/Itáu Cultural, 2008. Disponível em:

<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355442.pdf>. Acesso em 16 nov. 2017. pp. 15-31.

GIFFINGER, Rudolf et al. *City-ranking of European medium-sized cities*. Cent. Reg. Sci. Vienna UT, 2007, pp. 1-12.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed., 7. reimp., São Paulo: Atlas, 2016.

KOÇOUSKI, Marina. *Comunicação Pública: construindo um conceito*. In: MATOS, H. (org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013, pp. 41-57

KON, Fábio e SANTANA, Eduardo Felipe Zambom. *Computação aplicada a Cidades Inteligentes: Como dados, serviços e aplicações podem melhorar a qualidade de vida nas cidades*. Research Gate. 2016 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318947299>. Acesso em 26 set. 2017

KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.

LEMOS, André. *Cidade-ciborgue: a cidade na cibercultura*. In *Galáxia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*: PUC São Paulo, vol. 4, n. 8, pp. 129-148. Out. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.p>

hp/galaxia/article/viewArticle/1414. Acesso em 30 mai. 2017.

MCQUAIL, Denis. Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012

Organização das Nações Unidas. Agenda Habitat III. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>. Acesso em 01 nov .2018

Organização das Nações Unidas. World Urbanization Prospects: The 2018 Revision, 2017. Disponível em: [https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2018- KeyFacts.pdf](https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf). Acesso em 17 mai 2018.

Programa de Metas São Paulo 2017-2020. Planeja SAMPA. Prefeitura de São Paulo. In: Planeja Sampa. Disponível em: <http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 13 mar. 2018

SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco. Smart cities as corporate storytelling. City, v. 18, n. 3, 2014, pp. 307-320.

VANOLO, Alberto. Smartmentality: the smart city as disciplinary strategy. In: Urban Studies, v. 51, n. 5, Itália, Torino. 2014, pp. 881-896.

La calle en la disputa discursiva por la dignidad: el caso de Santiago de Chile durante el estallido social de 2019

The street in the discursive dispute over dignity: the case of Santiago de Chile during the social outbreak of 2019

Ximena Andrea Póo Figueroa³

María Eugenia Domínguez⁴

Resumen: Este trabajo es el resultado de un proceso de observación participante durante el estallido social que viene dándose en Chile desde el 18 de octubre de 2019 como respuesta al modelo neoliberal que desde los 17 años de dictadura y los 30 posteriores, de democracia, ha significado la consolidación de un Estado subsidiario amparado por la Constitución política de 1981, la precarización de la democracia y la ausencia de derechos sociales plenos. Cada recorrido etnográfico fue trazando líneas de expresión diversas para recoger experiencias que han ido situándose, como placas tectónicas, sobre paredes, aceras, calzadas y monumentos (incluso los que refieren a la colonia han sido descabezados por reivindicaciones de pueblos originarios oprimidos durante siglos). Fue así como se ha constatado que el estallido liberó la ira, la tristeza y la esperanza y en esas fronteras difusas de las manifestaciones, la creatividad se tomó las calles con una fuerza inusitada, cuajando movimientos anteriores al estallido (estudiantiles, feministas, por los derechos

³ Ximena Andrea Póo Figueroa. Profesora Asociada del Instituto de Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile. Doctora en Estudios Latinoamericanos. Chile, xpoo@uchile.cl

⁴ María Eugenia Domínguez. Profesora Asistente del Instituto de la Comunicación e Imagen de la Universidad de Chile. Doctora en Comunicación. Chile, medominguez@uchile.cl

sociales, en contra de la impunidad histórica) y levantando nuevamente la necesidad por construir “desde abajo” una Constitución democrática.

Palabras Clave: Discurso urbano, poder político, movimiento social

Abstract: This work is the result of a participant observation process during the social outbreak that has been taking place in Chile since October 18, 2019 in response to the neoliberal model that, since the 17 years of dictatorship and the 30 following, of democracy, has meant the consolidation of a subsidiary State protected by the Political Constitution of 1981, the precariousness of democracy and the absence of full social rights. Each ethnographic tour was drawing different lines of expression to collect experiences that have been placed, such as tectonic plates, on walls, sidewalks, roads and monuments (even those that refer to the colony have been beheaded by claims of oppressed native peoples for centuries). This is how it has been verified that the outbreak released anger, sadness and hope and in those diffuse borders of the demonstrations, creativity took to the streets with an unusual force, setting movements prior to the outbreak (students, feminists, by the social rights, against historical impunity) and raising again the need to build a democratic Constitution “from below”.

Key words: Urban discourse, political power, social movement

1. Dignidad

“No son 30 pesos, son 30 años”, “Esto es por ti, Pedro Lemebel”, “No era depresión, era neoliberalismo”, “Falsa calma”, “Con bastidor

y aguja, con cacerola y cuchara, seguiré luchando”, “No quiero volver a la normalidad; la normalidad nos llevó a esto”, “No + Sename”, “Piedra contra la bala”, “Milico asesino, tu hijo es mi compañero de clase”,

“Recuperamos la palabra pueblo” se lee en los *stencil* y grafitis que poblaron durante octubre de 2019 y hasta marzo de 2020 (fecha aproximada debido a que el 18 de marzo se decreta Estado de Excepción en Chile debido a la pandemia por Covid19) las paredes de los edificios extendidos desde Plaza Baquedano (hoy llamada simbólicamente Plaza de la Dignidad por los manifestantes que la han resignificado) hasta La Moneda, sede del Ejecutivo como palacio presidencial, y en otras zonas de Santiago y a lo largo de Chile.

Las manifestaciones comenzaron evadiendo el pago del tren subterráneo (red de Metro) y siguieron con rituales de manifestaciones constantes en la calle, siendo la Plaza de la Dignidad (asumimos aquí la resignificación de este espacio) un lugar clave porque coincide con la síntesis de la desigualdad que ostenta Chile desde la dictadura: en el eje Alameda-Providencia esta Plaza deviene históricamente en la frontera entre el “barrio alto” y el “barrio pobre”, siendo en la actualidad un asunto de clases que, si bien ha ido moviéndose por diversos territorios, confluye en este sector para dar

cuenta las transformaciones que exige el pueblo chileno (incluso el concepto pueblo ha sido relevado en las manifestaciones”. La calle del riesgo (Beck), que desoye a los partidos políticos, ha sido apropiada y reivindicada por quienes exigen una nueva Constitución, un nuevo pacto social (la mesa de organizaciones, Unidad Social, ha sido la que ha logrado posicionar un discurso crítico fundamental, expresado en manifestaciones populares que van desde el llamado a caceroleos masivos hasta el ritual de cada viernes, donde han llegado a Plaza de la Dignidad hasta un millón y medio de personas para manifestar su malestar y sus demandas históricas).

La calle ha sido escenario y continentes para la emergencia de discursos que han disputado el orden lustroso, ascético y mercantil a un modelo que mostró todas sus fisuras, logrando levantar un proceso constituyente que ha tenido en la calle una expresión inédita en Chile. La calle –lumpérica y burguesa, heterotópica- convoca también a quienes encienden barricadas como parte de estrategias de lucha popular reconocidas a

nivel mundial. La calle también ha convocado a saqueadores que aprovechan el momento de la manifestación, provocando más represión por parte de Carabineros (policía militarizada) e incluso, en Estado de Emergencia (como se decretó la situación del país durante esos días de revuelta), con militares ejerciendo el control de las ciudades, criminalizando el movimiento social con medidas antidemocráticas como el establecimiento del toque de queda. La calle ha sido lugar para seguir luchando por la defensa de los derechos humanos, una lucha continua que hoy observa como el Nunca Más (promesa de la democracia imperfecta, recobrada en los 90) ha sido un espejismo y que eso se ha traducido en muertes, violaciones, torturas, mutilaciones.

La calle ha disputado al orden autoritario, articulado con el neoliberalismo, el sentido de la comunidad a través de marchas, encuentros, cabildos, bailes (como el de las feministas del colectivo LasTesis, cuya *performance* masiva *Un violador en tu camino* se ha replicado en muchas partes del mundo) y guiños a la cultura popular (encapuchados

vestidos como héroes de cómics para pasar a la “primera Línea” y defender a los manifestantes de los ataques de la policía o portando máscaras alusivas a películas recientes como *El Guasón* para ser parte de un colectivo global). Y la calle, territorializada y desterritorializada, ha inspirado a muralistas (mural colectivo convocado por *Mono González*) y expresiones musicales diversas (conciertos de la Orquesta Sinfónica para recordar *El derecho de vivir en paz*, de Víctor Jara) que han recorrido las redes sociales para mundializar el descontento que alude a la ruina del sistema desde una ética-estética reconocida, especialmente, por la juventud hastiada de la perpetuidad de un orden deshumanizador (Sarlo, 1996; Appadurai, 2001; Tarrow, 2011; Bauman, 2003; De Sousa, 2020).

Todas estas posibilidades y tantas otras han mostrado una capacidad infinita de traspasar el miedo (Reguillo) y la incertidumbre, la ira y la estrategia de futuro, a través de la articulación colectiva de apropiarse de un “nosotros” oculto. “Chile despertó” ha sido la consigna desde que el

dique del orden se rompió en Chile. Una vez despierto, la disputa por los discursos ha conjurado a otros despertares concebidos en los últimos treinta años. Tanto así que la calle ha sido la metáfora de este momento constituyente iniciado el 18 de octubre y que tiene una de sus expresiones clave el 25 de octubre con el Plebiscito para aprobar que se inicie un proceso que culmine con la redacción y promulgación de una Constitución escrita por una Convención Constituyente, la primera en democracia en Chile.

2. Movimiento

En una “sociedad de movimientos sociales” (Meyer y Tarrow, 1998) se ha producido la revuelta en Chile y en otras latitudes que han construido lugares habitados por la experiencia de la polis democrática aquellas ciudades sitiadas por el neoliberalismo depredador, fisurado hoy por la crisis del Estado-nación. Es ahí donde, en todas las ciudades de Chile, se produce la revuelta desde ese 18 de octubre de 2019, replicando

formas de hacer en la calle que incluyen ritos de caminatas diarias, intervención en monumentos, destrucción de monumentos (aquellos asociados con el colonialismo, el racismo, el militarismo), puesta en escena de las subjetividades y de las demandas colectivas tanto en las paredes de edificios y en el mobiliario público. A eso se suman formas de hacer en performances coreográficas masivas o más acotadas a colectivos (Las Tesis, La Yeguada Latinoamericana), intervenciones lumínicas (Delight Lab) y trabajos más elaborados en relación con un muralismo temporal (Caiozzama, Colectivo Ambulante, Maida K, Goblin, Anis, Giovia, Fab Ciruolo)⁵. A ellos se debe agregar una multiplicidad de voces y manos que a lo largo de Chile han interpelado al modelo social y económico, al Estado, a la construcción de las subjetividades, y lo han hecho desde colectivos con nombres pasajeros o desde el anonimato. Y todos han llevado estos murales, estos trazos, estos gestos (visuales, auditivos, sensoriales en todo el espectro que involucran) al espacio

⁵ <http://www.fau.uchile.cl/noticias/161321/creacion-y-crisis-el-arte-en-los-tiempos-del-estallido-social> Visitado el 14 de septiembre de 2020.

digital (redes sociales, páginas web, archivos) para que los trayectos de fijación de sentido, que gatillan acciones y estados de ánimos, de conciencia social y política en el proceso estructurante de construcción del sujeto político (como ocurrió con las obras de la Brigada Ramona Parra durante la dictadura cívico-militar). El movimiento social ha sido transversal a demandas que se desplazan entre una ciudadanía cansada de partidos políticos de izquierda que no han radicalizado la crítica y la acción contra el modelo, incluso cuando han tenido mayoría en el Congreso o bien han sido gobierno. Por esta razón, las banderas partidistas fueron reemplazadas en la calle por códigos, incluida la bandera mapuche (Wenufoye) y las que cristalizan las demandas de género, entre otras de alta connotación pública.

Durante décadas se han levantado protestas en Chile, pero es desde 2006 y luego desde 2011 donde se puede observar un movimiento más articulado ante diversas demandas y malestares. Este movimiento, cada vez más cohesinado por múltiples malestares y resistencias, ha pasado a la

ofensiva el 18 de octubre, y es posible identificarlo más allá de una sucesión de revueltas o estallidos: se trata de un movimiento social polifónico que se enfoca no solo en incidir en políticas públicas, sino en un cambio estructural de esas políticas respecto de una Constitución que codifica un Estado subsidiario y no garante de derechos. Ese giro permite que el movimiento social sea un movimiento con expresiones sintetizadas en relatos y discursos que luchan por no ser cooptados por quienes negociaron con los actores de la dictadura una democracia pactada y tutelada y reconocen nombres y voces que habían quedado subalterizadas por los discursos hegemónicos de esos pactos (Víctor Jara, Violeta Parra, Gabriela Mistral, Clotario Blest, Gadys Marín, Pedro Lemebel, entre otros).

La política contenciosa, la disidencia, se disputa en la tribuna de la calle, en sus ritualidades, incluso en la resistencia contra la represión estatal y su violencia letal. Se politizan los espacios con creatividad sensorial, donde el arte callejero toma la palabra y la imagen, levantando discurso y

comunicación interpersonal, mediada y mediática, interpelando a las elites y a política tradicional, desembocando en el Apruebo una Nueva Constitución y haciendo eco crítico de los pactos que el camino hacia este proceso y durante este proceso ha develado. Y es que, como sostiene Tarrow, la “política contenciosa se dispara cuando las oportunidades políticas cambian y las restricciones crean incentivos para la acción colectiva de actores que carecen de recursos propios. Las personas contienden a través de repertorios de contención conocidos y los expanden creando innovaciones marginales. Cuando estos esfuerzos son respaldados por redes sociales bien estructuradas y una resonancia cultural, los símbolos que orientan la acción en la política contenciosa mantienen la interacción con los opositores —mantienen los movimientos sociales” (Tarrow, 2011, p. 6). Así es como se va levantando una agenda de diálogo, pero no de consensos artificiales a favor de un paz tutelada por un orden represivo que deshumaniza las posibilidades del Vivir Bien (otro concepto que desde la filosofía de los pueblos originarios se pregunta

por alternativas al modelo de desarrollo y las epistemologías eurocéntricas).

Se trata de la mediación de la experiencia que, comotal, dinamiza la estructura en la que emergen condiciones para un sujeto histórico, colectivo y múltiple, en este caso. Siguiendo a E.P. Thompson, esa construcción dada por la experiencia (experiencia que en sí misma está condicionada por anclajes históricos y determinaciones del poder) es posible a partir de los imaginarios que se movilizan. Las calles han sintetizado esos imaginarios, incluidas las calles digitales que recrean y reproducen la calle de la revuelta. Retamoso (2009), quien hace un repaso por la teoría de los movimientos sociales y su relación con la escuela crítica y la de los estudios culturales críticos, sostiene una tesis que aquí es clave y que se relaciona con esa experiencia en construcción de formas de hacer permanentes en un tiempo más amplio que el de un estallido (*habitus* bourdiano):

“Esta posibilidad de pensar la conformación de sujetos colectivos puede enriquecerse si atendemos a los estudios

sobre historia y cultura de los sectores subalternos. Allí se destaca el singular aporte de Edward P. Thompson (1984 y 1989) que nos ayuda a superar algunas de las limitaciones del individualismo adorniano. Ambos autores comparten la idea de la historia como producto de la acción de los hombres, aunque en un marco limitado por constreñimientos estructurales. Pero Thompson sitúa en esa condición la posibilidad de pensar la construcción de sujetos colectivos como productos de procesos de experiencias comunes en esos espacios históricos. Es decir, sólo a partir de la acción y la experiencia en un determinado plexo estructural es posible hablar de sujetos colectivos. En concordancia con el planteo de Theodor W. Adorno, Edward P. Thompson recupera la categoría de experiencia para mediar entre ser social y conciencia, entre estructura y acción (Anderson, 1985). Este espacio es una clave que habilita acciones por parte de los sujetos ya que allí se juegan aspectos culturales (visiones de mundo, historias, preferencias, imaginarios, prejuicios, sentido común) que intervienen para procesar las determinaciones (condicionantes) estructurales (Caínzos, 1989)". (Retamoso, 2009, p.98).

Incidir en el espacio público digital parte por incidir en el encuentro físico de la calle, haciendo estallar las formas de orden de las ciudades organizadas por tramas de consumo y de burocracia (Banaszak y Ondercin, 2016), estableciendo agendas que permitan mantener vivo el discurso y hacerlo reconocido en su multiplicidad de formas, soportes, lenguajes.

3.Voces para/desde/por una revuelta

En este apartado se relevarán algunas de las voces que, antes o durante la pandemia, han reflexionado sobre el movimiento en Chile. Se trata de voces que se multiplican en sus creaciones como expresión callejera múltiple y cuya temporalidad se hace simultánea a nivel mundial a partir de las redes sociales que convocan más allá de las ciudades donde se sitúan y expanden su territorialidad.

a) Delight Lab (hermanos Gana): "Octavio (O): Venimos trabajando el tema de las demandas sociales y medioambientales

desde que empezamos. El 2011-2012 empezamos con Patagonia sin represas, después estuvimos apoyando las campañas de Chao Pesca contra los proyectos mineros que se quisieron instalar en Punta de Choros, después apoyamos a los dirigentes que estaban viendo el tema contra la minera Dominga. Siempre hemos podido entregar un granito de arena. Ahora en el último tiempo con esta corriente que son las redes sociales se ha visto mucho más el trabajo que hacemos, y como además Chile está viviendo un proceso de cambios sociales fuertes, al tomar un rol participativo en ese aspecto probablemente por eso han sido más masivas, más compartida... Andrea (A): Creo que tiene que ver con el contexto. Tal vez fueron más visibles y más masivas la de Catrillanca y todas las del estallido social, proyectamos todos los días, y lo que pasaba es que como también había una manifestación pública en el lugar, se visibilizó más. Pero esto viene de hace mucho tiempo y claro, tal vez hay cosas que no son tan conocidas que tratamos de

hacerlas más visibles, temas mapuche y medioambientales. Creo que estas han tocado más porque había más exposición y la gente estaba mucho más atenta a lo que estaba pasando en ese lugar, en la Plaza de la Dignidad".⁶

c) Caiozzama: "Vivo en Carabineros de Chile con Vicuña Mackenna, rebautizada como "Paco perkin Street" con Vicuña Mackenna (risas), en plena zona cero, y he visto cómo han borrado las obras que estaban en la calle y han limpiado todo. Veo cómo todo está silenciado y pulcro, y al final, apenas se pueda, todas esas paredes se van a llenar de nuevo de intervenciones urbanas. Vamos a ir todos a la calle nuevamente a repletar el espacio de consignas. Y hasta me gusta que los hayan borrado porque las consignas de ahora son distintas a las que había antes de la pandemia. La calle siempre tiene que ir evolucionando y el mensaje va cambiando."⁷

d) Alejandro "Mono" González: "Esto es como la sangre que corre por las venas, que vibra, que palpita, que salta. Para el estallido

⁶ <https://www.eldesconcierto.cl/libros/video-delight-lab-nuestra-bandera-de-lucha-es-el-arte/> Visitado el 23 de septiembre de 2020.

⁷ <https://culturizarte.cl/entrevista-al-artista-urbano-caiozzama-la-fe-en-el-caos-es-como-la-regla-de-mi-vida/> Visitado el 16 de septiembre de 2020.

social yo estaba pintando un mural para la Bienal de Arquitectura, que por primera salió de los espacios tradicionales como la Estación Mapocho, y se llevó al barrio Franklin, donde tenemos esta galería. Entonces la primera semana de octubre yo empiezo a pintar un mural en el metro estación Franklin y viene el estallido y tuve que pararlo, y lo seguí después, como a finales de octubre, principios de noviembre. En esos momentos también salimos a la calle, hicimos unas serigrafías, de hecho, en la exposición que traje a Burdeos había dos carteles que yo había pegado en Plaza de la Dignidad, "Por tus ojos venceremos", y eran los que inauguraron la exposición que se llamaba "Dignidad" y que hicimos en marzo y que fue una presencia de este estallido social chileno acá en Francia. Estas cosas las llevamos en el corazón y en la cabeza también, esto va a seguir, esto no ha parado, el virus nos ha tenido detenidos, pero esto va a tener que seguir en marcha".⁸

e) Cheril Linett, de La Yeguada Latinoamericana: "Desde que comenzaron las manifestaciones encabezadas por estudiantes

secundarias y secundarios, abogando por las alzas de la tarifa de metro evadiendo, saltando los torniquetes como acción de protesta, para luego comenzar el pueblo a exigir y manifestar todo el descontento, por todos los abusos que hemos estado viviendo por años, problemáticas como la AFP, vivienda, educación, salud, transporte, etc. Cuando por orden de Sebastián Piñera y su gabinete ambicioso, sádico, psicópata, sin empatía e irresponsable pusieron a Chile bajo estado de excepción, estado de emergencia y toque de queda, militarizando las calles, dando todo el poder a la fuerza pública el derecho de violar nuestros derechos humanos, avalando cada uno de sus crímenes. Nosotras comenzamos a realizar una serie de acciones titulada "Estado de rebeldía", como respuesta al estado de emergencia impuesto por el gobierno.

Creo que todas, todos y todes debemos usar las herramientas que tenemos en estos momentos para aportar, en nuestro caso es a través de la acción del arte y la performance que podemos aportar con visibilidad de lo que estamos viviendo hoy en Chile".⁹

⁸ <http://palabrapublica.uchile.cl/2020/07/30/mono-gonzalez-italia-arte-calle-lucha-popular/> Visitado el 17 de septiembre de 2020.

⁹ <https://www.laizquierdadiario.com/Yeguada-Latinoamericana-en-Estado-de-Rebeldia> Visitado el 20 de septiembre de 2020.

f) Colectivo LasTesis: “Creemos que uno de los objetivos de esta performance se cumple más en la calle que dentro de las paredes de un museo, pero respecto a todo lo que ha generado después, por ejemplo, todos estos mensajes que hay en Twitter de personas denunciando a través de la letra de la canción, todos estos videos que hay, el material gráfico y audiovisual que se ha generado a partir de la intervención, sería un buen material para generar algo en un museo, o a través de las artes visuales o audiovisuales, o desde lo sonoro podría ser una instalación si es que la investigación fuera de cómo suenan estas voces en las ciudades, o algo por el estilo”.¹⁰

4. Reflexiones finales

La revuelta/estallido del 18 de octubre de 2020 en Chile se reconoce como parte de un largo movimiento social que ha tenido –en las calles de las ciudades, en las subjetividades de los espacios públicos y privados, en los espacios digitales- un correlato de disputa de sentidos con las elites de izquierdas y de

derechas, donde el poder estructuante ha ido cristalizando un modelo liberal patrocinado por la ditadura cívico-militar y nunca desmontado en los 30 años que siguieron a esa tragedia. Las calles, especialmente las que rodean una resignificada plaza capitalina, han sido escena y escenario para telones de fondo que expresan lo que los médios hegemónicos suelen ocultar, tergiversar, ocultar. Las voces y las creaciones que apelan a todos los sentidos, se cruzan entre relatos para construcciones de una clase de sujeto político que, “desde abajo”, recoge la tradición de una izquierda enlazada con los movimientos sociales e interpela a la izquierda partidista así como al Estado que reprime y al gobierno de derecha que agudiza aún más las contradicciones. En ese contexto, el arte callejero es polissêmico y puja por referentes que parecen nuevos, pero que se sostienen en una larga tradición identitaria (desde el perro quiltro Matapacos hasta la Premio Nobel Gabriela Mistral, recuperada su voz política por el feminismo). El movimiento pendular de estas revueltas que devienen en movimiento

¹⁰ <https://www.artellimite.com/2019/12/12/entrevista-a-las-tesis-la-intervencion-o-el-problema-que-plantea-es-transversal/>
Visitado el 21 de septiembre de 2020.

social se siguen desarrollando en los espacios virtuales (la calle en suspenso debido a la pandemia) y en expresiones que recuerdan

que lo temporal se levanta desde la permanencia de los sentidos que trascienden a la pintura, las voces, la sonoridad, las luces.



11



12

5. Bibliografía

11 <https://www.youtube.com/watch?v=-bsYidICCZE> Visitado el 20 de septiembre de 2020.

12 <https://www.youtube.com/watch?v=RMORhWOyOt4> Visitado el 20 de septiembre de 2020.

Appadurai, Arjun (2001). *La modernidad desbordada. Dimensiones culturales de la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica (primera edición 1990).

Bauman, Zygmunt (2003). *Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid, Siglo XXI.

Banaszak Lee Ann y Heather L. Ondercin (2016). *Public Opinion as a Movement Outcome: The Case of the U.S. Women's Movement*". Seminario de Política y Gobierno, México, cide, 17 de febrero.

Beck, Ulrich (1998). *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*, Barcelona, Paidós. — (2002): *La sociedad del riesgo global*, Madrid, Siglo XXI.

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony, y Lash, Scott (1994): *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*, Stanford, Stanford University Press.

Meyer, David S. y Sidney Tarrow (eds.) (1998), *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Lanham, Rowman and Littlefield Publishers

Reguillo, Rossana (2005, reimpresión). *La construcción simbólica de la ciudad*. Sociedad, desastre y comunicación. Universidad Iberoamericana, México.

Retamoso, Martín (2009). "Orden social, subjetividad y acción colectiva. Notas para el estudio de los movimientos sociales". En Athenea Digital - núm. 16: 95-123.

Sarlo, Beatriz (1996). *Instantáneas: Medios, ciudad y costumbres en el fin de siglo*, Buenos Aires, Ariel.

Tarrow, Sidney (2011). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*, Nueva York, Cambridge University Press.

El museo como espacio de interpelación. En torno a las políticas del Museo Municipal de Bellas Artes en Villa María

O museu como espaço de interpelação. Em torno das políticas do Museu Municipal de Belas Artes de Villa María

The museum as a space for interpellation. Around the policies of the Municipal Museum of Fine Arts in Villa María

Silvina Laura Mercadal¹³

Palabras claves: políticas culturales, artes, redes digitales

El siguiente trabajo es parte de un análisis más extenso sobre las políticas culturales públicas en la ciudad de Villa María¹⁴, ubicada al sur de la provincia de Córdoba, en Argentina. En los últimos años se ha

expandido la infraestructura cultural de la ciudad, en la zona conocida como predio ferro urbano, con la instalación de la Biblioteca Municipal Mariano Moreno –devenida Mediateca-, la construcción de la Tecnoteca,

¹³ Silvina Laura Mercadal. IAPCS (UNVM), Argentina. E-mail: silvinamerc@hotmail.com

¹⁴ La narrativa histórica local de Villa María refiere una ciudad de orígenes inmigrantes, vinculada al tendido del ferrocarril y al desarrollo del modelo agro-exportador, con un esquema urbano -trazado por los primeros pobladores- según áreas de actividad (cívica, comercial, religiosa). En 1867 Manuel Anselmo Ocampo funda la ciudad -cuando se había iniciado el tendido del ferrocarril- que la transforma en nudo comercial de la producción agrícola en la región que conecta Buenos Aires- Rosario-Córdoba y Litoral-Cuyo. En la actualidad es un centro dinámico del comercio, la producción primaria con la expansión de la soja, en un entorno regional de industrias agroalimentarias.

el Centro Cultural Comunitario Leonardo Favio, zona en la que además se emplaza la Usina Cultural -espacio cultural universitario- donde tiene su sede administrativa la Subsecretaría de Cultura de la Municipalidad.

En el marco de la citada expansión, los espacios culturales tradicionales han renovado sus dinámicas mediante políticas que buscan restablecer los vínculos con la comunidad. En particular, la creación en 2016 de la Dirección de Museos reorganizó un espacio que funcionaba como mera custodia del patrimonio en artes visuales de la ciudad, con la formulación de programas que están orientados tanto a profesionalizar la gestión como a promover la educación artística como parte constitutiva de las políticas culturales.

El objetivo de nuestro trabajo es analizar las políticas del Museo Municipal de Bellas Artes Fernando Bonfiglioli, teniendo en cuenta debates recientes en torno a estos espacios: la redefinición del rol de los espacios de museo, la importancia estético-política de los dispositivos de exhibición, las construcciones de sentido que hacen posible reconocer los vínculos entre el pasado y el presente. La estrategia metodológica consiste en el

análisis y la interpretación de textos, documentos e imágenes producidos por la institución que materializan tales políticas.

En este sentido, como resultado de la investigación sobre la colección que dio origen al museo, en 2017 se publicó el catálogo: "Una modernidad polifónica. Obras de la primera colección del Museo de Bellas Artes de Villa María". En 2019 se organizó la muestra "Una modernidad polifónica, obras de arte contemporáneo irrumpen la colección del Museo", donde un grupo de artistas contemporáneos dialoga con la primitiva colección, de modo que pasado-presente se tensan en el trabajo de investigación y curaduría.

En el campo de los estudios que analizan las transformaciones urbanas basadas en los recursos culturales se pueden situar las políticas renovadas del museo público, aunque reconociendo cierta diferencia respecto de ciudades que buscan estimular el turismo mediante la mercantilización de su patrimonio. En una ciudad como Villa María la cultura como recurso (Yúdice, 2002) es una construcción reciente que procura afirmarse, pues si bien cuenta con grandes eventos

culturales capaces de atraer públicos masivos –como el Festival Vive y Siente y el Festival de Peñas¹⁵– y el desarrollo de las industrias culturales tradicionales, la política de promoción de las artes está vinculada con programas educativos y de reapropiación de elementos simbólicos que forman parte del patrimonio de las artes visuales en la ciudad. En este marco, resulta de interés considerar las formas de acceso que no suponen formas de consumo tradicional –la asistencia al espacio del museo– las que se expresan hoy en los modos de apropiación de los contenidos culturales que tienen por soporte privilegiado las redes sociales. Así, el museo municipal de artes mediante su página en Facebook se integra en el “ecosistema tecnocultural” que constituyen las plataformas en tanto espacios de socialidad mediada (Van Dijck, 2016).

En su conocida tesis de la cultura como recurso George Yúdice plantea la integración de distintas expresiones culturales –

incluyendo las formas de la alta cultura–, a la lógica de su conversión en recurso para estimular el crecimiento del capital, el desarrollo urbano y el turismo. En 2016 Villa María fue reconocida por la UNESCO “Ciudad del aprendizaje” por las políticas públicas de desarrollo cultural, científico y educativo, por lo que el desarrollo de la infraestructura cultural de la ciudad, como la distinción – luego devenida lema– que inviste las políticas públicas, se pueden pensar vinculadas tanto con las dinámicas de desarrollo urbano, como con las tendencias propias de lo que actualmente se define como semiocapitalismo (Berardi, 2016), esto es, la incorporación de la creatividad social en las lógicas de acumulación y reproducción de la economía actual.

Con todo, es nuestro interés analizar las políticas museológicas orientadas a constituir los acervos de imágenes –que forman parte del patrimonio de las artes– en espacios de

¹⁵ El Festival Vive y Siente es un evento que se organiza desde 2016 –aunque discontinuado en 2019 por la situación de crisis económica del país– cuando la ciudad se integra en la Red Mundial de Ciudades del Aprendizaje. La página del evento refiere el sentido de esta adscripción y el desarrollo de políticas de la Secretaría de Educación y la Subsecretaría de Cultura “guiadas por una concepción integral de lo cultural y lo educativo como derechos”, “elementos primordiales en los procesos de integración, el respeto a la diversidad y el ejercicio democrático”. Por otra parte, el Festival Nacional de Peñas de Villa María es uno de los más importantes del país, con proyección internacional, se realiza en el mes de febrero en el Anfiteatro construido en 1968 –ampliado en 1996 y 2005– con capacidad para 12.000 personas. Si bien inicialmente estuvo dedicado a la música folclórica, luego fue incorporando géneros de la cultura popular y masiva.

interpelación, acciones que se inscriben de manera ambivalente en una estrategia más amplia vinculada con las políticas de desarrollo urbano. En efecto, los museos como espacios institucionales tienden a cuestionar su rol tradicional como meros depósitos de pasado y a generar dispositivos para interpelar los objetos que forman parte de su acervo. En los últimos años El Museo Municipal de Bellas Artes Fernando Bonfiglioli se ha visto revitalizado por acciones que trascienden la custodia del patrimonio y que buscan restablecer el vínculo con la comunidad.

Para Georges Yúdice el museo es la institución más vinculada con la política cultural. En nuestro país, la proliferación de los museos públicos de arte –a mediados del siglo XIX– coincide con el momento de auge de este tipo de instituciones en los centros urbanos de Europa. En el período de su creación, los museos se constituyen en espacios de construcción simbólica de la ciudadanía y consolidación del ideario

nacional, a la vez que son concebidos para la educación de la sensibilidad hacia las artes.

Si para Yúdice se trata de una institución relevante es por el estatuto de lugar público que reclama identificación, espacializa las expresiones simbólicas de una comunidad y propone una forma de comprender el vínculo entre el pasado y el presente. En términos de gubernamentalidad¹⁶ (sensu Foucault), el museo público supone un cambio de perspectiva respecto del museo principesco, pues requiere la identificación con una propiedad pública donde se reconoce la participación en una construcción colectiva.

Según Laura Malosetti Costa, la dimensión estética del dispositivo de exhibición está vinculada con la eficacia del museo como espacio denso de significación que deja una huella en la memoria de los visitantes. En este sentido lo que se exhibe y cómo se muestra resultan aspectos fundamentales en tanto forman parte de decisiones políticas y estéticas.

¹⁶ El concepto de gubernamentalidad, acuñado por Michel Foucault (2007), procura explicar los procesos de individuación que toma a su cargo el Estado mediante acciones culturales que favorecen la internalización de normas.

Una modernidad polifónica

En los últimos tres años de gestión el Museo Municipal de Bellas Artes Fernando Bonfiglioli se ha constituido en un espacio de interpelación que busca generar nuevos sentidos en torno a su colección. En el organigrama municipal está subordinado a la Subsecretaría de Cultura que depende de la Secretaría de Gobierno, pero se ha creado la Dirección de Museos –a cargo de Analía Godoy–, gestión que ha renovado el espacio con actividades de puesta en valor de su patrimonio y el restablecimiento de sus vínculos con la comunidad.

En 2017 se publicó el primer catálogo como resultado de un proyecto de investigación sobre la colección que dio origen al museo: “Una modernidad polifónica. Obras de la primera colección del Museo de Bellas Artes de Villa María”. Se trata de un valioso documento que reconstruye su historia, propone pensar la modernidad visual en la ciudad, reproduce las principales obras, ofrece una ficha técnica con datos de las piezas, y una cronología que sitúa la creación

del museo en procesos histórico culturales de la ciudad.

En el año 1966 –con la intendencia a cargo de Luis Martínez Golletti– se presenta el proyecto de creación mediante el decreto No 162 “A” con el propósito de custodiar las “obras de arte y antropología”, otorgando a estos objetos una función educativa y cultural. El museo cuenta con tres secciones: pintura, escultura y antropología, a partir de las obras de propiedad municipal que forman parte de la biblioteca Municipal Mariano Moreno, adquiridas mediante la gestión de la Comisión Municipal de Cultura.

El museo se inaugura el 8 de mayo de 1968 en un local ubicado en la calle Buenos Aires y Avenida Hipólito Yrigoyen, aunque el conjunto de obras que lo constituyen se comienzan a reunir mediante los salones de artes plásticas que organiza desde 1946 la Comisión Municipal de Cultura. Luego de la inauguración la ordenanza No 1302 – mediante autorización del gobierno de la provincia–, promulga su creación con el nombre de Fernando Bonfiglioli.

En el catálogo, la directora Analía Godoy refiere el histórico desencuentro del museo

con la comunidad, la gestión “sobrepotectora” de la colección que convirtió al espacio en un lugar hermético. Sin embargo, reconoce que el museo es un bien público que participa en la historia de la comunidad, y la necesidad de trabajar en la apropiación y reconocimiento de esa historia.

Así el proyecto de gestión actual del museo público de artes de la ciudad se propone romper la distancia con la comunidad, “remover los vestigios elitistas que lo caracterizaron” mediante políticas culturales más abiertas. El museo se ha organizado en áreas con sus respectivos equipos de trabajo que incluyen exposición, colección, educación, investigación y extensión.

El catálogo es producto del trabajo de investigación sobre la colección y el archivo que abarca la historia de su constitución como museo (1946-1968) que devino en la exposición montada en el primer piso. Carolina Romano, la directora del equipo de investigación, desarrolla los fundamentos del criterio curatorial. La idea general que sustenta el trabajo es la necesidad de interrogar la colección en tanto conjunto de

objetos que dialogan con el espacio social y cultural de la ciudad.

En este sentido, un aspecto de la política museológica se manifiesta no sólo en la función de resguardo de los bienes culturales, sino en “la producción de información, la generación de nuevos conocimientos y la normalización documental de sus archivos” (Romano, 2017); en tanto acciones que permiten transmitir los valores simbólicos del patrimonio. En la actualidad, las tareas de investigación resultan fundamentales para estos espacios, pues complementan las tareas de conservación, catalogación, contribuyen a idear actividades de divulgación y educación, como definir criterios de exhibición.

Sin embargo, Romano reconoce:

“El aspecto más valioso de esta tarea radica en las articulaciones que pueden construirse entre el pasado y el presente, la proximidad y la lejanía, la familiaridad o la extrañeza en la que nuestra experiencia individual y colectiva se articula con esos otros hombres y mujeres que hicieron esas producciones estéticas como testimonio de

sus experiencias y su modo de comprender el mundo" (Romano: 2017).

De esta manera, la historia cultural se convierte en una reflexión sobre el presente en vínculo con el pasado.

El estudio y los ejes problemáticos

Para el estudio de la primera colección del museo resultó relevante tener en cuenta las distintas Comisiones Municipales de Cultura y los Salones de Artes Plásticas organizados por la Municipalidad de Villa María. Con sede en la Biblioteca Mariano Moreno, estos concursos generan una dinámica de selección y premiación de arte, promueven la participación de artistas locales, de la provincia y el país, la visita de figuras prestigiosas y la conformación de un público que asiste a las muestras. Las obras adquiridas en estos concursos son las que integran la actual colección del museo.

Los referentes del campo artístico local – Fernando Bonfiglioli y Antonio Arborio-, se instalan en la ciudad a mediados de la década del 20. Del primero son conocidos los murales que pintó en la ciudad, mientras que el

segundo –formado en Italia– tuvo un rol fundamental en la creación de la Academia de Bellas Artes que en 1947 se oficializa como la Escuela Provincial de Bellas Artes “Emiliano Gómez Clara”.

En el catálogo las obras no se presentan en orden cronológico, sino a partir de seis ejes problemáticos, con el propósito de producir una tensión entre las formas visuales y el contexto cultural que determina las modalidades de representación de la modernidad local. Se la caracteriza como una “modernidad polifónica” debido a la heterogeneidad de desarrollos formales, esto es, “una modernidad constituida desde diferentes voces y variados posicionamientos”.

Los ejes problemáticos son los siguientes: en “Comienzos” la selección ofrece una mirada sobre las nuevas concepciones estéticas de las primeras décadas del siglo XX; en “La ciudad y sus aledaños” los espacios periféricos al desarrollo urbano exhiben distintos registros plásticos de estos espacios fronterizos en los que persisten trazas de la vida rural; “La naturaleza como paisaje” refiere la construcción moderna de la

naturaleza que supone una distancia y “observación autoconsciente”; en “El artista y sus modelos” la reflexión sobre el oficio en el arte moderno involucra los estudios visuales y la aproximación a la figura humana; en “Las miradas sobre lo cotidiano” se pone de relieve el cambio perceptivo que implica la atención a los pequeños detalles; por último “Lenguajes visuales modernos” reúne obras de reflexión sobre el lenguaje y la voluntad de ruptura propia de los movimientos estéticos del siglo pasado.

En una lectura contemporánea se puede pensar la articulación pasado-presente que cabe reconocer en el trabajo curatorial que se pliega sobre los comienzos de la historia visual de la ciudad. Para Walter Benjamin, el comienzo –o “el origen”– aún cuando es una categoría histórica no tiene que ver tanto con “la génesis de las cosas”, sino con “lo que está naciendo en el devenir y la declinación”. Es una suerte de remolino en el río, una especie de formación crítica que vuelve visible una imagen inconclusa que completa –aunque parcialmente– la mirada actual.

Sin volver sobre el recorrido exhaustivo de las obras que se reproducen en el catálogo,

resulta interesante detenerse en la construcción de la mirada que habilita. Un recorrido parcial nos lleva de la mirada brillante –tendida hacia otro futuro– del retrato del joven de Emilia Bertolé (1921), a la atmósfera suspendida de una ciudad pequeña luego del chaparrón de Domingo José Martínez (1957), o la escena campesina donde los eucaliptos como figuras protectoras se elevan sobre un cielo que podemos reconocer de Fernando Bonfiglioli (1947), a la orilla de barrancas no removidas por la especulación y apropiación sobre el suelo de Lino Saavedra (1946), el torso desnudo algo velado por las pinceladas de María Elisa David (1948), o el primitivismo vanguardista de las pictografías de Manuel Reyna (1967). En esta secuencia arbitraria, se trama subjetivamente, el reconocimiento de inscripciones sensibles que son parte de un espacio común en permanente mutación.

En 2019 se inauguró la muestra “Una modernidad polifónica, obras de arte contemporáneo irrumpen la colección del

Museo"¹⁷, la que replica los ejes problemáticos a partir del diálogo de un grupo de artistas contemporáneos con la primitiva colección. En un conjunto diverso de técnicas y propuestas estéticas se destaca el premio adquisición del museo en la convocatoria 2017, que consiste en dos obras de Sofia Watson en las que retoma el tema de Venus con la piel como protagonista. La obra adquiere relevancia por su carácter conceptual y a la vez material, una especie de bastidor con recortes de telas rosas y ocre superpuestas, exhibe tonalidades que se transponen a conocidos desnudos femeninos de la historia de la pintura.

El museo en la red

En la actualidad el museo –redefinido de artes visuales– está emplazado en la esquina de Bulevar Sarmiento y calle San Martín, en un

edificio donde también funcionan las dependencias de la Secretaría de Educación y Educación Vial. La base de la colección está formada por 330 obras, e incluye las pinturas, esculturas y grabados que se fueron incorporando a través de las convocatorias de los salones provinciales y nacionales.

El edificio exhibe desde 2018 la frase de Luis Camnitzer¹⁸ "El museo es una escuela". La frase completa es "El museo es una escuela: el artista aprende a comunicarse, el público a hacer conexiones", la que es parte de una instalación que varía según su ubicación en la fachada de distintas instituciones artísticas. En el año 2013 estuvo emplazada en el Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires (MALBA), y surge del interés de Camnitzer por los proyectos educativos y la crítica de las instituciones artísticas, es decir,

¹⁷ En la muestra participaron Juan Pablo Rizzo con una construcción colaborativa en adobe, Cecilia Orso con la instalación "Comunidad", Manuel Coll con "Atentado para Elian Chali", Julia Romano con "Paisajes Culturales IX retama", Lucas Di Pascuale con piezas de cerámica y fotografías de la serie Yerba mala, Esteban Martínez con imágenes cotidianas de los medios, Eugenia González Mussano con "Aire Libre" un cielo habitual de Córdoba, Melanie Dealbera con "Reacciones de un cuerpo quieto"; Sofía Sartori con un trabajo "Sobre pliegues y superficies", Milton Fornés con la primera de cuatro intervenciones urbanas, Gabriela Manfredi con "Juego Que sí" y Marcos Goymil con "La métrica y la lágrima".

¹⁸ En el marco de las celebraciones por los 50 años del museo –en mayo de 2018– se inaugura la instalación curada por Florencia Magaril, quien estuvo a cargo además de una capacitación "Arte más educación: curaduría educativa y mediación en museos". Camnitzer es un artista uruguayo –radicado en Estados Unidos– y las ideas en torno a la instalación se pueden consultar en la página del MALBA, al respecto dice: "Es obligar a las instituciones a que dejen de funcionar como mausoleos erigidos en honor de algún individuo o individuos, o de una clase social, y entrar en un contrato social que redistribuya el poder. Ya sé que no va a pasar nada, pero si uno no trata de afectar cambios es peor". Véase Luis Camnitzer sobre su obra "El museo es una escuela", en <https://malba.org.ar/luis-camnitzer-el-museo-es-una-escuela/> Consulta, 17/12/2019.

supone un nuevo “contrato” con el público y compromete al museo a dejar de funcionar como un depósito de obras “en honor de sus dueños y los consejos de directores” (Camnitzer, 2013), y acentuar la función pedagógica.

El objetivo de la gestión a cargo del museo es llegar a otros públicos mediante actividades de extensión y educativas, como “El museo rodante” que consiste en instalar muestras con la reproducción de obras de la colección en los barrios, instituciones civiles o los festivales masivos que se organizan en la ciudad; y “Los niños exploradores” que asisten durante todo el año al museo para realizar actividades en torno a la colección.

Sin embargo, se puede considerar que la infraestructura cultural se reubica en las redes digitales, produciendo otras formas de acceso diferentes a las tradicionales (Canclini, 2012). Para José Van Dijck las redes reconfiguran la vida cotidiana, estructuran modalidades de estar con otros, esto es, producen una “socialidad mediada”, lo que

supone considerar que muchas actividades se desplazan al entorno online. Así, prácticas sociales¹⁹ que solían ser manifestaciones informales y efímeras se han visto penetradas por los “medios conectivos”, las que una vez insertas en las redes adquieren un valor distinto.

Si bien las redes promueven la interconexión entre las personas, son también sistemas automatizados que reducen a algoritmos los vínculos y las preferencias de los usuarios. La autora distingue entre “conexión humana” y “conectividad automatizada”, lo que implica reconocer la dimensión técnica de la socialidad que producen las redes y la generación de datos como el objetivo que convierte en rentables – o monetizables– los flujos conectivos.

El cambio de normas y valores culturales es un aspecto relevante del estudio de Van Dijck, contribuye además a comprender las lógicas en las que se insertan los usos de las redes sociales. En poco tiempo las normas de socialidad online se transformaron generando

¹⁹ Al respecto, la autora señala: “Los hábitos que en los últimos tiempos se han visto permeados por las plataformas, solían ser manifestaciones informales y efímeras de la vida social. Conversar entre amigos, intercambiar chismes, mostrar fotografías de las vacaciones, registrar notas, consultar el estado de salud de un conocido o ver un video del vecino eran actos (de habla) casuales, evanescentes, por lo general compartidos sólo entre unos pocos individuos” (Van Dijck, 2016: 14).

una combinación con las formas de comportamiento offline, en otros términos, la “cultura de la conectividad” que instaura el uso de las redes en la vida colectiva conlleva cambios que resulta de interés registrar.

El museo cuenta con su página en Facebook en la que se presenta como una “organización gubernamental”. En el espacio virtual la conectividad es un valor cuantificable en personas a las que les gusta y/o son seguidores de la página del museo²⁰, dato que no tiene correlación con la cantidad de visitantes efectivos que asisten a las muestras. Por otra parte, la arquitectura de contenido de Facebook integra el principio narrativo con la conectividad. Con la incorporación de la “línea de tiempo” la información que se sube organiza una secuencia de acontecimientos y adquiere las características de una revista. Así, la presentación narrativa permite experimentar el contenido como una “historia de vida”, en este caso, una historia de la vida reciente de la institución.

En la perspectiva de Van Dijck los medios conectivos no son meros artefactos, sino que involucran un conjunto de relaciones a las que se atribuyen sentidos. Así resulta de interés plantear algunos interrogantes respecto de los contenidos que se pueden visualizar en la página: ¿Qué acciones invocan? ¿Qué representaciones inducen? ¿Qué modelos de comportamiento sugieren? En la página predomina la carga de información básica sobre las actividades, con énfasis en la síntesis visual que aportan fotografías o flyers de difusión. La imagen de portada remite al sector de la muestra permanente “El artista y sus modelos” y ofrece una representación convencional respecto de lo que cabe esperar de estos espacios, la que contrasta con las fotografías de actividades participativas o lúdicas en las instalaciones del museo.

La página constituye un espacio alterno de exhibición del museo, a la vez registra y archiva los modos de participación que se proponen mediante distintas actividades. En este sentido, un aspecto novedoso de la gestión actual que se traduce en la

²⁰ La página “Museo de Bellas Artes Fernando Bonfiglioli” registra 1.380 seguidores. Consulta 10/02/2020.

información que circula en la red es la planificación de actividades diversas que proponen formas de reconocimiento e interacción con las muestras o la colección: jornada de ejercicios plásticos (4 de febrero), jam de dibujo para niños (31 de enero), museo rodante (30 de enero), niños exploradores en el museo (21 de enero), entre las más recientes.

Para Van Dijck:

“Que la socialidad se vuelva tecnológica no sólo alude a su desplazamiento al espacio online, sino también al hecho que las estructuras codificadas alteran profundamente la naturaleza de las conexiones, creaciones e interacciones humanas. Los botones que imponen las nociones de “compartir” y “seguir” como valores sociales tienen efectos sobre las prácticas culturales y las disputas legales que exceden el ámbito de las propias plataformas” (Van Dijck, 20016: 25).

En relación a las codificaciones vinculadas con el uso social de los dispositivos –a mediados de enero– en la página se difundió la propuesta de la UNESCO “Museum selfie day”, esto es, día internacional de selfies en

museos, la que consiste en tomarse una fotografía en el espacio del museo con alguna obra. En las imágenes que luego se difundieron en la página, los protagonistas de las selfies posan imitando el gesto o reproduciendo la escena de obras de la colección permanente. En esta modalidad de apropiación, el vínculo con la imagen tiene un efecto de espectacularización pues no importa tanto la obra como el protagonista de la selfie, mientras la obra permanece en un segundo plano replegada en su historicidad y modo de representación.

En síntesis, las tendencias vinculadas a los valores que instauran las redes sociales produce una suerte de esteticismo vacío –o borramiento– de aquello que otorga densidad y sentido colectivo a la apropiación del acervo del museo público de artes visuales. Sin embargo, es una tendencia que la institución no puede recusar, debido a que la visibilidad que otorgan los dispositivos a su vez aumenta su presencia en la comunidad. Por otra parte, las políticas museológicas manifiestan un énfasis en la función pedagógica que ha revitalizado los vínculos con grupos sociales distintos, redefiniendo el espacio del museo y

reconociendo la potencia de interpelación de las imágenes.

Referencias

Berardi, Franco Bifo (2016): Generación Post-Alfa. Patologías e imaginarios en el semiocapitalismo. Buenos Aires, Editorial Tinta Limón.

Costa, Flavia (2012): "El tren de la cultura no pasa dos veces. Ferrowhite dispositivo museo y política potencial" en *Revista Astrolabio Nueva Época*, No 8, Córdoba.

Didi-Huberman, Georges (2017): *Lo que vemos, lo que nos mira*. Buenos Aires, Manantial.

Foucault, Michel (2007): "La gubernamentalidad" en *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida*. Compilado por Fermín Rodríguez y Gabriel Giorgi. Buenos Aires: Paidós.

García Canclini, Néstor; Cruces, Francisco (2012): Introducción a *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Editorial Ariel, Barcelona.

García Canclini, Néstor (2012): "Introducción. El horizonte de la cultura, equidad en la ciudad de México: después del

Bicentenario" en *Libro verde para la institucionalización del Sistema de Fomento y Desarrollo Cultural de la Ciudad de México*. Edición Gobierno del Distrito Federal, México.

Godoy, Analía; Romano, Carolina et. al (2017): Una modernidad polifónica. Obras de la primera colección del Museo Municipal de Bellas Artes de Villa María Fernando Bonfiglioli. Catálogo. Editorial Copiar, Córdoba.

Malosetti Costa, Laura: "Arte e historia en los museos: nuevos y viejos desafíos". En *Voces en el Fénix*, Facultad de Ciencias Económicas (UBA), Buenos Aires. Consulta 4/12/2019 en <https://www.vocesenelfenix.com>.

Miller, Toby; Yúdice, George (2004): "Museos" en *Política cultural*. Barcelona: Gedisa Editorial.

Nivón Bolan, Eduardo (2006): "La política cultural: temas, problemas y oportunidades". Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/ Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro, México.

Santos, Juan José (2014): "La escuela de Luis Canmitzer" en *Artishock Revista de Arte*

Contemporáneo, 21/11/2014, Santiago de Chile.

Van Dijck; José (2016): La cultura de la conectividad. Una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

Yúdice, George (2002): El recurso de la cultura. Usos de la cultura en era global. Barcelona, Editorial Gedisa.

Entre estátuas e edifícios: representações imagéticas e midiáticas de Juazeiro do Norte

Entre estatuas y rascacielos: representaciones imagéticas y mediáticas de Juazeiro do Norte

Between statues and skyscrapers: image and media representations of Juazeiro do Norte

Elane Abreu de Oliveira²¹

Resumo: Este estudo tem o objetivo de discutir como estão sendo construídas representações midiáticas para Juazeiro do Norte como sínteses de fácil identificação (*branding*), em contraponto à forte e complexa leitura do imaginário popular.

Palavras-chave: Juazeiro do Norte, Representação, Imaginário.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo discutir cómo se están construyendo las representaciones de los medios para Juazeiro do Norte como síntesis de fácil identificación (*branding*), en contraste con la lectura fuerte y compleja del imaginário popular.

Palabras clave: Juazeiro do Norte, Representación, Imaginario.

Abstract: This study aims to discuss how media representations are being built for Juazeiro do Norte as easy identification syntheses (*branding*), in contrast to the strong and complex reading of popular imaginary.

Key words: Juazeiro do Norte, Representation, Imaginary.

²¹ Elane Abreu de Oliveira. Universidade Federal do Cariri, Doutora em Comunicação e Cultura, Brasil, elane.abreu@ufca.edu.br.

Introdução

Juazeiro do Norte, cidade localizada ao sul do Ceará, compõe a região do Cariri, no nordeste do Brasil. Este território é atravessado por diversas manifestações culturais, como as expressões artesanais, musicais e performáticas da xilogravura, das esculturas em madeira, das banças cabaçais, da dança do coco, das festas dos reisados, dentre outros marcos celebratórios da imaginação e imaginário populares. Somam-se a estas expressões, a fé popular, envolvida de ritos e enunciações religiosas presentes nos espaços, nas rezas, nos cânticos e experiências espirituais.

Este estudo persegue as representações imagéticas e midiáticas que disputam enunciados para Juazeiro do Norte, tendo em vista a busca de repertórios que visam a apreender uma imagem homogênea do território. A cidade é conhecida, dentre outros termos, como “terra santa” e “cidade santuário” do sertão nordestino, pela

associação à peregrinação em torno da fé em Padre Cícero (1844 – 1934)²², líder espiritual que se tornou ícone do lugar. É considerada a “metrópole do Cariri”, por ser uma cidade em progressiva urbanização, com população estimada em 276.264 habitantes (dados do IBGE²³, em 2020), caracterizada pelo desenvolvimento econômico, com um vasto comércio e serviços que favorecem cidades próximas, na região do Cariri. A partir dessas configurações entre progresso e religiosidade, surge a questão: como as representações de Juazeiro são acionadas nas imagens midiáticas de desenvolvimento urbano, levando em consideração a tensão com o imaginário popular?

Considerando a peculiaridade desse território marcado por símbolos de tradição na religiosidade popular (estátuas) e de modernidade de espaços arquitetônicos construídos (edifícios), o objetivo desta investigação é discutir como a cidade está sendo representada em imagens, símbolos e

²² A cidade foi emancipada em 1911 e seu primeiro prefeito foi Padre Cícero Romão Batista.

²³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 01 set. 2020.

conteúdos que surgem na mídia nos últimos anos, de 2017 aos dias atuais. Neste período, a partir da construção de altos edifícios na cidade (como o *Unique Condominium* e o Condomínio *Spazio Bezerra de Menezes*) e de obras das gestões municipal e estadual (rodovias, teleférico), nota-se a ascensão midiática de uma imagem urbana de progresso (*branding* – Guerreiro, 2013; Jaguaribe, 2011) que disputa o imaginário com os símbolos e representações da religiosidade popular, muitos deles ligados à figura de Padre Cícero.

A abordagem metodológica para o presente estudo se baseia na interpretação de conteúdos midiáticos (veículos noticiosos, imagens publicitárias, fotografias) e na observação de campo, o que torna possível destacar símbolos e representações que constroem e dissipam sínteses comunicativas para a cidade. Além disso, busca-se tecer uma discussão teórica que auxilie na interpretação dos conteúdos imagéticos. A condução argumentativa da presente escrita se faz, primeiramente, pela discussão conceitual de imaginário, passando pelo debate deste quando atravessado pelas mídias, e, em

seguida, entram em discussão as representações de cidade acionadas pela ideia de *branding* e síntese imagética.

1. Estátuas: imaginário da fé em Juazeiro do Norte

A conexão entre imagem e fé em Juazeiro do Norte é visível a quem chega na cidade. “Santo popular” e conhecido monumento da paisagem urbana, Padre Cícero – estátua de 27 metros situada no bairro do Horto, que completou 50 anos em 2019 –, é cartão-postal da cidade e tem grande força no imaginário social e midiático do lugar. Em *souvenirs*, miniaturas, adesivos, esculturas, Cícero se transforma em imagem de fácil reconhecimento na região e no país afora. São vários os filmes da cinematografia nacional em que também se pode observar a imagem do Padre seja como mote principal ou como aparição em cenas, tal como no documentário *Os romeiros de Padre Cícero*, de Eduardo Coutinho (1994), e no conhecido longa-metragem *Central do Brasil*, de Walter Salles (1998). Em narrativas ficcionais ou no próprio espaço da cidade, a fé em torno do “Padim”,

como também é conhecido o sacerdote, constitui imaginários.

O que chamamos de imaginário? Para situar esta acepção, convocamos as ideias de Muniz Sodré (2006), que destaca o elo entre repertórios individuais e coletivos do imaginário e aponta para a trama de imagens complexa ativada nesta relação. O autor, inclusive, traz o conceito de imaginação para chegar ao que nomeia de imaginário. A imaginação, capacidade criativa de elaborar ficções, decorre de cognições e sentimentos. Não apenas reproduz imagens passadas, mas as recria por elos afetivos. “Sejam oriundos da experiência afetiva das formas ou da matéria, os produtos da imaginação constituem um repertório individual ou coletivo de imagens, a que se dá o nome de *imaginário*” (Sodré, 2006, p.117). Estaria então o imaginário diretamente ligado aos afetos e às imagens, sendo um acervo do indivíduo ou de construções partilhadas socialmente.

Para pensarmos Juazeiro do Norte e seus imaginários, esta compreensão de Sodré se expande quando lembramos das imagens de fé ligadas à cidade. As imagens ganham espessura narrativa com diversos fins, sejam

religiosos, políticos, institucionais, comerciais ou midiáticos. Essa expansão se torna ainda mais complexa quando as imagens subjetivas encontram estereótipos, que, para Sodré (2006, p. 102), são “emoções coletivas esteticamente condensadas”. Ou, seja, há sínteses, condensamentos estético-imagéticos nos estereótipos de cidade, como aquele visto em Padre Cícero, que são parte mas não o todo de um imaginário urbano.

Nestor Canclini (1997), sobre esta dimensão do imaginário urbano, numa compreensão multicultural das cidades da América Latina, expõe que os sujeitos se tornam incapazes de representar mentalmente o espaço onde habitam e só pelo aguçamento da imaginação reconquistariam conjuntos de relações possíveis de serem retidas na memória. Para o pensador, na cidade contemporânea os habitantes estão passíveis frequentemente à adição e remoção de imagens, o que desafia a retenção de conteúdos e memória dos lugares. Sedimentar imaginário, dessa forma, estaria diretamente relacionado ao escape das imagens prontas e da ativação de conteúdos da imaginação.

Nesta compreensão, guiada tanto por Sodré (2006) quanto por Canclini (1997), situamos Juazeiro do Norte neste dilema do imaginário – ora expandido pelas expressões populares da fé, ora passível de imagens estereotipadas, inclusive em torno da fé. A riqueza e complexidade da dinâmica imaginária em torno da fé não seguem à risca os desígnios midiáticos. São arranjos de outra ordem que a religiosidade popular atribui à cidade. Destes arranjos nos fala Gilmar de Carvalho (1999), pesquisador das tradições e cultura populares de Juazeiro do Norte. As suas ideias se somam à concepção de um imaginário aberto, adensado, por exemplo, pelas movimentações que as romarias – peregrinações de fiéis – trazem para a paisagem de Juazeiro.

Milhares de peregrinas e peregrinos, conhecidos como romeiras (os), vêm à cidade em devoção à figura de Padre Cícero. As romarias movimentam a cidade à sua maneira, não se enquadrando numa imagem fácil e disponível para consumo. Diferentemente da/do turista e da/do morador/a, as/os romeiras/os estabelecem seu próprio ritmo, sentem-se em casa porque

a cidade também é a casa de Padre Cícero, seu santo protetor. Carvalho (1999, p. 90) destaca que o movimento dos romeiros pode ser lido como uma “desordem”, embora não seja essa a intenção de quem chega movido pela fé.

Juazeiro do Norte se anula para ganhar a condição de outra cidade, santa. Como se as pessoas que vivem lá se tornassem invisíveis ou não contassem diante do novo quadro que se instala. Como se as pessoas cedessem seu espaço, fornecessem água, colocada nas portas das casas e das lojas, em potes de barros e copos de alumínio, como índice de hospitalidade, e por alguns dias a Nova Jerusalém se instaurasse com suas novas regras, novo ritmo e com a prevalência de um novo imaginário.

Emaranhando a noção de imaginário, a religiosidade em torno da figura do “Padim” move uma dinâmica popular complexa, que muito se distingue da fácil identificação de um ícone, bem como se distancia de uma imagem urbana baseada na síntese dos edifícios construídos. Outros signos são enunciados no movimento das peregrinas e peregrinos, como os citados “potes de barro” e “copos de

alumínio" para recepcioná-los. Em tempos de romarias, o centro da cidade fica tomado de chapéus de palha, que indicam a proteção das cabeças do sol que romeiros e romeiras elegem. É notável também uma vastidão de produtos da fé em oferta, como terços, imagens de santo, garrafas de água em formato do Padre Cícero, dentre outros objetos.

A "Nova Jerusalém" nordestina se diversifica nas experiências romeiras. Elas não deixam de ser atravessadas pelas mercadorias e enunciados midiáticos, mas os excedem. A fé popular que move romeiras/os na cidade transforma também o imaginário urbano, que incorpora os ensinamentos de Padre Cícero relacionados às práticas de "fé e trabalho". Maria de Araújo (2011) elabora reflexões sobre esta "hibridação cultural" presente na cidade desde os tempos em que o sacerdote atuava em vida. Para a autora, o grande impulso comercial e econômico que a cidade adquiriu pós-1930 deriva também de um lema cultivado pelo "santo": "em cada sala um altar em cada cada quintal uma oficina". O trabalho aliado à fé torna a cidade um polo atrativo de fluxos migratórios, sejam de

comerciantes ou devotos em busca de mudanças de vida e melhorias na "Terra da promessa" (Araújo, 2011, p.94).

A população que chegava a Juazeiro e nela se estabelecia por meio do comércio, a que se dá o nome de "população adventícia", também dotou a cidade de um contorno mítico, de um imaginário coletivo fundamentado em riquezas materiais e imateriais. Tradição e modernidade se entrelaçam no território, conforme o pensamento de Araújo (2011), favorecendo multitemporalidades e multiespacialidades. A apropriação de bens e tradições populares, inclusive, é uma forma de adaptação e contiguidade desempenhada por projetos modernizadores. Após a morte de Cícero, a sua imagem se espalhou pela cidade, tornando-se capital simbólico. As oficinas de santinhos, onde estátuas de gesso e madeira do "santo", em diversos tamanhos, passaram a ser produzidas, traduzem o impulso econômico embalado pela simbologia de sua imagem. A partir deste exemplo, é importante notar a heterogeneidade em torno da fé em sua imagem: não apenas sagrada mas também profana; não apenas material, mas também intangível, imaterial.

No desejo de se aproximar imaginariamente do santo adorado, os devotos não se restringem a acreditar; eles querem ver, tocar, ou se fazer acompanhar, em suas casas, de uma estátua de Padre Cícero, enquanto manifestação de fé e representação de sua relação com o sagrado (Araújo, 2011, p.109).

Diante de uma imagem que vai povoando o imaginário com a fé no trabalho e o trabalho na fé, as práticas comerciais e atividades econômicas na “terra da Promissão” andam de mãos dadas, até os dias atuais, com as crenças nos êxitos professados por Cícero. Uma fé híbrida, que leva a vermos, nas entradas dos estabelecimentos comerciais da cidade, uma imagem-estátua do santo como forma de “abençoar” os negócios. Não por acaso, também, a gestão municipal atual ainda recorre a esse repertório, ao trazer como seu *slogan* a expressão “cidade de fé e trabalho”.

Tendo em vista a maneira heterogênea como o imaginário da fé se constitui, as suas

tramas híbridas e complexidades, percebemos que as tentativas midiáticas de representação da cidade, propagadas em veículos de comunicação nos últimos anos, fazem com que concorram ideários de progresso urbano que neutralizam essa imagem da fé popular, ligada ao inapreensível e a arranjos “desordenados”, como nos lembra Carvalho (1999). Essas interpenetrações, características dos jogos simbólicos e de intencionalidades discursivas, requerem que continuemos atentas/os às estratégias de simplificação a que recorrem o midiático e as representações imagéticas partilhadas do espaço de Juazeiro.

2. Edifícios: tensões representativas com a cidade santa

Na última década, a cidade de Juazeiro do Norte teve um aumento de mais de 1000% em seu número de edificações, segundo dados divulgados do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci)²⁴. Isso, em

²⁴ Para saber mais, recomenda-se a matéria “Verticalização de Juazeiro do Norte cresce mais de 1000% em 9 anos”, publicada no *Diário do Nordeste*, em dezembro de 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/verticalizacao-de-juazeiro-do-norte-cresce-mais-de-1-000-em-9-anos-1.2190418>> Acesso em: 01 de set. 2020.

termos de paisagem urbana, é visível ao olharmos os marcos dos altos e imponentes prédios no espaço que se verticaliza, sejam para fins comerciais ou residenciais. Como duas evidências empíricas que marcam presença midiática, temos o *Unique Condominium*, prédio de 27 metros e duas torres, construção de 2013 no bairro Triângulo; e o *Spazio Bezerra de Menezes*, condomínio residencial noticiado em 2018 como o mais alto do Ceará, também de duas torres. Ambos são exemplos de acontecimentos no espaço construído que se tornam significados culturais de mudanças na cidade.

Além destes edifícios, uma série de novas construções são anunciadas midiaticamente, por veículos de comunicação, sinalizando para o valor que teriam como pautas de interesse público. Dentro da pesquisa realizada, entre os anos de 2017 e 2019, destacam-se alguns enunciados publicados e seus respectivos veículos: "Camilo Santana garante instalação de teleférico na Colina do Horto, em Juazeiro" (*Diário do Nordeste*, 09 de fevereiro de 2017), "Juazeiro no Norte ganhará Centro de Arte Popular do Cariri" (*Diário do Nordeste*, 05 de

outubro de 2017), "Juazeiro do Norte está entre as 100 melhores cidades do País para iniciar um negócio" (*Diário do Nordeste*, 02 de novembro de 2018), "Prédios altos posicionam Juazeiro como cidade em verticalização" (*O Povo Cariri*, 12 de novembro de 2018), "Prédio mais alto do Ceará, no Cariri, tem 80% das unidades vendidas" (*O Povo Cariri*, 23 de novembro de 2018), "Juazeiro do Norte ganhará mais um shopping" (*O Povo Cariri*, 18 de dezembro de 2018), "Juazeiro do Norte terá primeiro hotel bandeira Ibis do interior" (*Diário do Nordeste*, 08 de fevereiro de 2019), "Primeiro edifício do hotel Ibis no Cariri foi entregue em fevereiro" (*O Povo Cariri*, 06 de maio de 2019), "Camilo assina ordem de serviço para construção do teleférico do horto" (*CBN Cariri*, 08 de novembro de 2019), Juazeiro do Norte é apontada como destino que mais cresceu em buscas" (*CBN Cariri*, 17 de dezembro de 2019).

Estas notícias, coletadas em plataformas digitais dos veículos, exemplificam repertórios de crescimento da cidade. Camilo Santana, referido em alguns enunciados, é o atual governador do Estado. É válido observar que a cidade de Juazeiro do Norte está em ano

eleitoral e, por ocasião da pandemia de COVID-19, alguns conteúdos que noticiam as obras e empreendimentos da cidade diminuíram em aparições midiáticas. Por outro lado, nestes últimos anos, até 2019, observamos serem noticiadas obras públicas como o teleférico e o Centro de Arte Popular do Cariri, construções ainda não concluídas, ao passo em que hotel, *shopping* e prédio residencial, edificações privadas, foram inauguradas. A cidade é discursivamente vista como atrativa para negócios e, neste aspecto, vemos fazer sentido a ideia de *branding*.

Branding, ligado ao urbano, a partir do que expõem Rúben Guerreiro (2013) e Beatriz Jaguaribe (2011), é a criação de uma imagem urbana consumível, que “empacota” sentidos vendáveis do lugar e busca construir uma identidade pretendida para as cidades. Está à serviço da administração pública, de empresários, comunicadores, arquitetos e urbanistas que selecionam repertórios representativos do espaço urbano no desejo de compor a identidade da cidade. Desde 2017, ao observar as ações da gestão municipal e os conteúdos midiáticos que pautam Juazeiro do Norte, é perceptível

esforços em torno do *branding*: na marca da gestão da prefeitura da cidade com ícones urbanos, nas matérias que ressaltam os grandes empreendimentos da construção civil, bem como nas imagens de desenvolvimento urbano que “exportam” o progresso como marca do território.

No pensamento sobre as dinâmicas dos espaços urbanos contemporâneos, Óscar Moreno e Sandra Meléndez-Labrador (2017) advertem para a necessidade de interpretar as “gramáticas” dos espaços urbanos, compostas por signos, símbolos e ícones. Estas gramáticas comunicam características urbanas e nelas também se incluem o *branding*. Sendo o *branding* uma invenção deliberada, ou seja, uma representação que responde a desígnios de gramáticas trazidas pela gestão do poder público, percebe-se que, como estratégia, ele visa a neutralizar imagens heterogêneas, de mais difícil apreensão. Por esta compreensão, na dinâmica das narrativas trazidas pelos conteúdos midiáticos, os edifícios chegam como imagem urbana para neutralizar o inapreensível do imaginário fé popular, a sua desordem e heterogeneidade.

As representações vendidas no turismo, como aponta Irllys Barreira (2012), funcionam também conforme uma gramática de padronização. A Juazeiro do turismo de negócios opera nessa lógica, seja na padronização de hotéis ou no investimento em edificações do tipo *flat*. O tempo dos visitantes é reduzido e as versões do espaço urbano que são a eles apresentadas são facilitadas por evocações a modelos já conhecidos. Ao crescer como cidade também por meio de empresas multinacionais, experiências de visita são também favorecidas por esses sentidos de pertencimento e identificação com o mundo dos negócios, tendo as mídias como forma de contato com essas construções.

Os signos da fé, quando vêm à tona midiaticamente, seguem o rito de criação de vínculo com um público de fiéis e potenciais, como na compreensão de Luís Martino (2016) e a exemplo da consagração do ícone de Padre Cícero. Contudo, as representações da cidade na mídia, que têm visibilizado o êxito da construção civil, sinalizam para forças que estão além da “cidade sagrada” ou “santa” e que respondem a fins de investimentos econômicos ou de “trabalho”, como apontado

também nos ensinamentos de Cícero. Não se tratam mais das modestas oficinas nos quintais, mas de grandes empresas e estabelecimentos que chegam em Juazeiro para disputar ou pacificar seu imaginário, seduzindo-o por ideários de cidade global.

Considerações finais

A “Nova Jerusalém” nordestina é atravessada por representações e símbolos que ainda escapam ao *branding* urbano. Há aspectos de informalidade que não conseguem ser simplificados e vendidos como símbolos de progresso. O pote de barro, o copo de alumínio ou o chapéu de palha são signos do imaginário popular que excedem e desorganizam a prescrição dos ideários urbanos de êxito empresarial. A cidade durante as romarias conflita com as sínteses propostas em imagens oficiais e midiáticas, pois as desestabilizam. E mesmo os templos, as velas e expressões de devoção, quando tomam as notícias, não dão dimensão da espessura de símbolos e gestos do imaginário da fé popular.

Os principais apontamentos do presente artigo se dirigem a: compreensão expansiva das imagens e dos imaginários urbanos que circulam em Juazeiro do Norte; aproximação não-pacífica entre modelos de cidade global e regional; e interpretação de imagens urbanas ainda não apaziguadas pelo “empacotamento” midiático. A junção religião-condomínio de luxo parece uma marca do Brasil contemporâneo, mas Juazeiro do Norte, em específico, desafia a neutralidade dessa associação.

A imagem de verticalização da cidade, para além do binômio “fé e trabalho” que norteia a sua ascensão urbana, sugere uma tentativa visível de aplainar as fortes e multitemporais imaginações do povo e suas tradições. Ressaltemos, por fim, que a abertura do conceito de imaginário, com suas complexidades, afetos, experiências individuais e coletivas, é fundamental para discutirmos as imagens urbanas. A representação implica em fechamento, síntese, aliada a gestões estético-imagéticas, que incluem as mídias a seu serviço. É na imagem desconciliada, em estado expansivo e heterogêneo, que buscamos descortinar

Juazeiro do Norte. Essa tarefa necessariamente inclui a abertura do imaginário.

Referências

- Araújo, M. (2011). *A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé*. Fortaleza: Editora IMEPH.
- Barreira, I. (2012). *Cidades narradas: memórias, representações e práticas de turismo*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Canclini, N. (1997). *Imaginarios urbanos*. Buenos Aires: Eudeba.
- Carvalho, G. (1999). *Madeira matriz: cultura e memória*. São Paulo: Annablume.
- Guerreiro, R. (2013). *Branding urbano: a revitalização urbana na construção da identidade da cidade* [Tese de Mestrado]. Lisboa: FA.
- Jaguaribe, B. (2011) Imaginando a “cidade maravilhosa”. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio/ago.
- Martino, L. (2016). *Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais*. São Paulo: Paulus.
- Moreno, Ó.; Meléndez-Labrador, S. (2017). *Comunicación urbana: antecedentes y*

conjuración de líneas de investigación en América Latina y España. Territorios, Bogotá, 37, p. 205-228.

Sodré, M. (2006). *As estratégias sensíveis*. afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes.

Regímenes comunicativos del espacio público en Ibagué. Un recuento de más de cuatro siglos

Regimes da comunicação do espaço público em Ibagué. Uma contagem de mais de quatro séculos

Communicative regimes of the public space in Ibagué. A count of more than four centuries

Hernán Rodríguez Uribe²⁵

Resumen: En esta ponencia rastreo la emergencia del espacio público en la historia de la ciudad de Ibagué (Colombia), productora de dicho espacio, y los regímenes comunicativos que están en la base de las interacciones sociales urbanas.

Palabras Clave: Espacio público, comunicación, ciudad

Abstract: In this article I trace the appearance of public space in the history of the city of Ibagué (Colombia), producer of this space, and the communicative regimes that are at the base of urban social interactions.

Key words: Public space, communication, city

Texto principal

"La historia de la ciudad es la de su espacio público" (Borja & Muxí, 2000, pág. 8), en tal sentido, esta ponencia es una travesía que

inicia con la fundación de Ibagué (Colombia) en 1550, siguiendo aquellos acontecimientos que marcaron su forma urbana en estos 469 años de la mano del espacio público, escenario

²⁵ Hernán Rodríguez Uribe. Universidad del Tolima. Magister en Comunicación. Colombia. hrodriguez@ut.edu.co

privilegiado de las interacciones sociales de los urbanitas.

También es un recorrido por las dinámicas desde las que se configura el espacio público (en adelante EP), ya como partes de la ciudad o como espacios de propiedad del Estado o de los particulares, o que fungen como lugares de encuentro con los otros o lugar relacional, como espacio de negocio o de formación y expresión ciudadana (Arteaga Rosero, 2018), así como de la emergencia de otros nuevos como el espacio público mediático (Ferry & Wolton, 1998).

Pero también es la identificación, en esos espacios públicos que hacen posible la ciudad (González Calle, 2006), de los regímenes de comunicación que posibilitan las interacciones sociales, en tanto escenarios de sociabilidad y socialidad que tejen los hombres al juntarse (Joseph, 2002), de las representaciones sociales como nuevas guías para la acción (Abrić, 2001b), y como referentes de construcciones de identidad individual y colectiva en el entorno urbano, soporte histórico-social de la ciudad como institución

creada por el hombre (Villar Lozano & Amaya Abello, 2010).

Esta ponencia se enmarca en mi proyecto de tesis doctoral en curso *Representaciones sociales del EP por parte de actores sociales de Ibagué (Tolima-Colombia)*, cuyo propósito es analizar la representación que del EP realizan los actores sociales (taxistas y vendedores informales) como espacio construido desde su propio conocimiento, convirtiéndolo en la visión de lo cultural vivido (Contreras-Lovich, 2016), desde un enfoque *hermenéutico* (Araya, 2002) que permite visualizar a los actores sociales como productores de sentido, teniendo como eje la *etnografía urbana*, entendida como etnografía del EP, aplicable a la actividad humana en esos espacios en los que se reconoce la presencia de una forma social (Delgado Ruiz, 2002).

De los regímenes comunicativos

El mundo precolombino donde se estableció Ibagué posteriormente era, como lo fue la América indígena, territorio de los

lugares sagrados y profanos en el que se tejía lo natural y lo cultural (Sosa Velásquez, 2012), mundo rural desde donde los nativos pijao, durante más de seis décadas, opusieron una feroz resistencia a la imposición de la nueva ciudad, que para los invasores españoles era la condición para el control y administración del territorio.

1- El hecho colonial

Primero fue la ciudad formal, la de la espada y la cruz, la del acta y el escribano (Romero, 2011), fundada por Hernán López de Galarza en predios de la actual población de Cajamarca el 14 de octubre de 1550, ciudad efímera de existencia trashumante que no soportó el ataque de 8mil pijaos y obligó su traslado ocho meses después (Guzmán, 1996) a una explanada en la conjunción de las quebradas Los Piojos y El Sillón (Francel Delgado, 2017), al costado del escarpado cañón del río Combeima. Allí, desde el 7 de febrero del año siguiente, se convirtió en una ciudad real, conectada a otras ciudades reales, por caminos reales a través de zonas rurales reales y una sociedad real: la de los

que finalmente se quedaron en ella (Romero, 2011).

Para poder hacerle frente a los asedios permanentes de los pijaos, el trazado original fue el de una ciudad fortaleza con “un fuerte con cuatro torreones cuya disposición militar los ubicaba en los bordes de la ciudad original” (Francel Delgado, 2017, p. 40).

La ciudad seguía siendo la misma, aunque cambiase de emplazamiento (Colom González, 2016b). Esta incorpora el trazado ortogonal conocido como “damero”, por su semejanza con un tablero cuadriculado, que no era frecuente en la España de la época (Martínez Silva, 2003), y desde el inicio contó con una plaza central, hoy Parque de Bolívar, para realizar espectáculos y reuniones de interés común (Cifuentes Segovia, 2015), la catedral en la plaza mayor, el convento de Santo Domingo en la plaza secundaria, tres ermitas (González Calle, 2006), y unas pocas casas organizadas a su alrededor.

Entonces se comenzaba a estructurar una “geografía del poder” (Guzmán, 1996, pág.

161), que más tarde albergaba la catedral, el cabildo y la cárcel, lugares que lentamente eran apropiados subjetivamente como "objeto de representación y de apego afectivo, y sobre todo como símbolo de pertenencia socio-territorial" (Giménez, 1996, p. 15).

Las calles de acceso, las plazas y las iglesias eran los primeros espacios públicos de propiedad del poder colonial, ejes de una sociabilidad barroca (Zambrano Pantoja, 2016) en torno a las que giraban las prácticas públicas de manifestaciones religiosas que tenían el propósito de cristianizar a los nativos que se daban cita en ella y repudiaban establecerse en la ciudad (Francel Delgado, 2017). Así, el EP, en tanto unidades de sociabilidad (Lussault, 2015), articulaba las distintas piezas urbanas de la estructura inicial de la ciudad fundacional (Findeter, 2019).

Huellas de los tiempos de la vida colectiva constituidos en el primer régimen comunicativo de la naciente villa, esos nuevos espacios públicos también emergían como lugares relacionales e históricos, referentes

de la memoria colectiva y de la identidad local que los sigue designando como "centro histórico" de la ciudad (Arteaga Rosero, 2018), constituyéndose una "nueva base cultural" en torno a la cual se configuran unas representaciones sociales (RS) de personajes, sitios geográficos, normas de cortesía y rutinas sociales que les facilita un modo de actuar diario, rutinario, frente a los objetos sociales (Aguirre Dávila, 2002, pág. 11), dispuestos en la geometría urbana.

También fue escenario de una nueva socialidad que buscaba horadar el orden colonial establecido y rediseñarlo (Martín-Barbero, 2003), mediante el incendio de las tres ermitas en 1592 y la reducción a cenizas de la mayor parte de sus construcciones el 19 de agosto de 1606 (Arciniegas Herrán, 2003) por los guerreros pijao. Además, era la socialidad de los que transitaban por ella, al erigirse como "ciudad de paso" por el camino del Quindío, corredor de las comunicaciones entre oriente y occidente, que cumplía la función de tránsito para conectar las zonas más desarrolladas del virreinato (González Calle, 2006).

De esta forma, la ciudad impuesta comienza a configurar sus propios espacios de sociabilidad que posibilitará las relaciones de “personas afines por cultura, educación y status” (Bolufer Peruga, 2006, p. 122), “geografía del poder” cimentada más en las interacciones sociales de sus pocos pobladores, pues “lo que le confería su derecho de ser una ciudad, eran sus vecinos” (Colom González, 2016b, pág. 126), compuestos por autoridades coloniales, comerciantes, hacendados, encomenderos y mineros, indígenas y esclavos.

2- La ciudad reconstruida

En 1611, seis décadas después de fundada, fue derrotada la feroz resistencia indígena, punto de inflexión del primer momento de la ciudad que quedó sumida en la pobreza, disminuida la población encomendada, descuidada la minería alrededor del poblado y la existencia de tierras sin cultivos en sus inmediaciones (Guzmán, 1996).

Se inicia, entonces, a partir de la segunda mitad del siglo XVIII, el segundo momento de

consolidación e implantación en forma definitiva de “la sociedad española, que se fue volviendo criolla paulatinamente” (p. 168), mediante la construcción y dotación de los núcleos urbanos, pues

era imperioso que las relaciones de poder coloniales también se expresaran en la edilicia pública, espacios de propiedad del Estado, pero de encuentro con los otros, espacios públicos como espacios de poder y su expresión arquitectónica (Pizzo, 2016), que eran la esencia del diseño de la ciudad imaginada por los conquistadores.

Ligados a la escenificación del poder religioso y político (pág. 34), ubicados en la plaza central, se realiza la reparación de la iglesia mayor (1770), elemento religioso fundamental en el modelo urbano-arquitectónico de Ibagué, la sede del Cabildo, órgano de administración de la ciudad y su territorio, y la Cárcel (Guzmán, 1996).

También se inició la construcción de nuevos espacios públicos de encuentro con los otros, como el nuevo hospital (1790), el primer cementerio, contiguo a la iglesia, en los

albores del siglo XIX, así como dos pilas con cuatro chorros cada una, ubicadas en sendas plazas (1785), garantizando el suministro de agua para los pobladores, que hizo de las dos un espacio público multifuncional, lugares de sociabilidad de los lugareños ya como sitios de mercado, de eventos religiosos y civiles y de encuentro para “recoger agua y la comunicación de los vecinos sobre los eventos de la ciudad y de sus pobladores” (pp. 178-179).

Así, esta “geografía del poder” del diseño inicial, se instaura como un régimen de comunicación desde el que se hacía el tránsito a “geosímbolos” que las interacciones sociales de los pobladores construyen y validan mediante redes de significados imbricados en el espacio urbano a través de los cuales los “vecinos” se adscriben como miembros de ese colectivo llamado Ibagué, contexto socio-cultural de una nueva sociabilidad en la que se conciben nuevas realidades y sectores sociales (Lerma Rodríguez, 2013).

La ciudad real que se consolidaba lentamente a lo largo del siglo XVIII, también era escenario de esa nueva socialidad que cada tanto confrontaba al poder, como ocurrió en 1781, cuando los pobladores incursionaron abruptamente en el EP urbano, como reacción a la detención de un vecino al que le encontraron tabaco de contrabando. Esta sublevación se constituía en la incipiente ampliación del EP e irrupción de “las formas de sociabilidad modernas” que rompían con las tradicionales formas cortesanas y religiosas, forma urbana de dos ciudades: la vivida y la representada (Zambrano Pantoja, 2016).

3- La ciudad republicana

Con el final del largo período colonial y el advenimiento de la República en el siglo XIX, la ciudad vivida mostraba una estructura social que había cambiado, pues la sociedad de los colonizadores y las clases sometidas daba paso a una sociedad “acriollada”, mezcla de mestizos, mulatos y zambos que crecieron en número y en significación social (Romero,

2011), pues ahora lideraban el nuevo orden político.

También se modifican las RS que ahora corresponden a otra base cultural urbana: la de la sociedad republicana, con otros personajes, normas de cortesía, rutinas e interacciones sociales al calor del conflictivo nuevo orden que instaura la República, aunque la ciudad representada, impactada por la inestabilidad política y la fragilidad económica producto de las numerosas guerras civiles y revueltas regionales, no alteró su precaria infraestructura material, no se dieron cambios urbanísticos sino adecuaciones y mantenimientos de edificaciones y vías (Francel Delgado, 2017), y se conservó su estructura básica de la época colonial.

Sin embargo, en la plaza menor se dio el primer cambio en la configuración espacial del centro de la ciudad, pues el Congreso de Cúcuta de 1821 suprimió el convento de Sto. Domingo y su iglesia, en cuyas instalaciones, construidas un siglo antes, funcionaría el colegio San Simón, primera institución

educativa pública de la ciudad republicana (Cifuentes Segovia, 2015).

Además, la plazuela de Sto. Domingo, ahora de San Simón, cambiaba su carácter de EP, antes lugar de cristianización de los nativos proyectado por el poder colonial, ahora "lugar de relación e identificación" (Ramírez Kuri, 2003, pág. 42) de los actores sociales del colegio, que al apropiarse concretamente de ese EP lo territorializan (Raffestin, 2011): nuevos usuarios, nueva forma de apropiación colectiva de la ciudad, ámbito de relación, de comunicación e integración social (Ramírez Kuri, 2003), nuevo escenario de secularización de las costumbres (Zambrano Pantoja, 2016), al amparo del poder republicano.

Y se ponen en circulación los primeros periódicos impresos como La Imprenta, El Pabellón Granadino y el Boletín Oficial, que vieron la luz en 1852, que fueron más de veinte en el resto del siglo (Pérez Salamanca, 2003), leídos con devoción por un pequeño grupo de letrados de esta villa republicana, que como antecedentes de la creación de una "cultura

mediática" (López De la Roche, 1996, pág. 39), fueron la génesis de los primeros espacios públicos mediáticos, dispositivo institucional y tecnológico "propio de las sociedades posindustriales", capaz de presentar a un "público" los múltiples aspectos de la vida social (Ferry & Wolton, 1998), se constituían en un nuevo régimen comunicativo que impactaría el conjunto de la vida social urbana.

En tal sentido, la difusión de impresos masivos posibilitó nuevas formas de sociabilidad, esa tendencia de los individuos a agruparse y colaborar (Bolufér Peruga, 2006), a compartir información y orientaciones, sin necesidad de contextos de co-presencia, como la plaza pública, ampliando la participación en lo público a los ciudadanos (Andrade del Cid, 2009), trastornando el EP urbano, al modificar la relación de equivalencia entre una identidad colectiva (social y cultural) y un territorio (Joseph, 2002).

Pero también fueron nuevas formas de socialidad al establecer otro vínculo social (pág. 71), en este caso el público lector al que

se adapta cada medio de comunicación (pág. 77), como nuevos lugares de la política (Zambrano Pantoja, 2016), que no tenían el carácter de empresas periodísticas sino de "empresas políticas nacidas al calor de las confrontaciones partidarias" (Pérez Salamanca, 2003, pág. 557), constructores de sentido sobre los asuntos públicos que, además de dar u omitir información pública, promovían el encuentro o desencuentro entre gobernantes y gobernados (Andrade del Cid, 2009).

Con la creación del Departamento del Tolima y la designación de Ibagué como su capital (1861), se fracturaba la impronta colonial de "ciudad de paso", que aunque seguía siendo pobre, las instituciones que funcionarían en ella la llevaron a verse rica y esplendorosa, supliendo sus carencias a partir de la representación que se hacía de sí misma (Zambrano Pantoja, 2016, pág. 329).

Fue así como se adecuaron las antiguas instalaciones del extinto poder colonial ubicadas en la plaza mayor para albergar en ellas las nuevas entidades que regirían el

destino regional (Francel Delgado, 2017), y finalizando el siglo el general Casabianca, primer gobernador del departamento, impulsó la creación de nuevo EP estatal acorde con su condición de capital político-administrativa regional para usos sociales, de encuentro con los otros, régimen comunicativo en el marco del naciente orden republicano (González Calle, 2006).

4- La ciudad moderna

Iniciando el XX, nuevas obras edilicias van transformando la ciudad. El edificio colonial de la Gobernación tiene su primera remodelación (1903), se construyó el claustro de San Jorge y la iglesia El Carmen en 1904 (Francel & Ojeda, 2016), y se levanta el teatro Torres (1920), primero de la ciudad como EP privado de encuentro para eventos culturales (González & Piedra, 2000, pág. 76).

También van trasmutando los espacios públicos. De la plaza Mayor, ahora plaza de Bolívar, se van expandiendo por las distintas calles, como la carrera 3ª, en la que se consolida una gran zona comercial, principal lugar de circulación de personas, escenario de sociabilidad que hace de los comercios allí

ubicados, las estrechas calles, las aceras y las esquinas nuevos tertuliaderos de la ciudad.

Otros espacios públicos desaparecen, como las pilas de agua ubicadas en las plazas, sustituidos por el primer acueducto de la microcuencia Cay (1908), que traslada este servicio al ámbito privado, así como la Plaza de Mercado de la 14, que a partir de 1910 alberga las ventas que desde la Colonia se realizaban en la plaza Mayor, ahora de Bolívar (Espinosa Rico, 1992).

Dentro del comercio del centro surge el café como punto de encuentro público en el que se privilegia la conversación cotidiana, proceso predilecto de intercambios personales que se va consolidando como EP, mientras que las cantinas y chicherías (ventas de chicha) son los sitios de reunión en la periferia (González Calle, 2006), a lo que se suma la iluminación de los espacios urbanos con la puesta en funcionamiento de la primera planta eléctrica de la ciudad (1908), que le otorga un nuevo sentido a la noche (Espinosa Rico, 1992), y el surgimiento de los salones

nocturnos, otros puntos de convergencia de la elite ibaguereña (González & Piedra, 2000).

El Estado sigue construyendo otras partes de la ciudad para la circulación y el encuentro, para la sociabilidad, de la mano del ferrocarril y la Estación Pedro Nel Ospina, infraestructura ferroviaria que le otorga a Ibagué una importante significación como referente geoespacial regional y nacional (Espinosa Rico, 1992), y a sus habitantes otro polo de atracción articulado al centro (González & Piedra, 2000).

Por su parte, la infranqueable cordillera Central limitó las posibilidades del ferrocarril y abrió paso a la llegada del automotor por su versatilidad, y con ello la construcción de una red de carreteras que conectaban la ciudad con distintas zonas del país (Espinosa Rico, 1992, p. 55), no sólo como referente de progreso (González & Piedra, 2000, pág. 64), sino que también instauraba un nuevo régimen comunicativo.

En Ibagué, las vías servían a los vehículos privados -el primero llegó en 1915- y a los

“carros de plaza”, antecesores de los taxis, se constituían en EP del negocio, de la oportunidad económica, que impactaron la vida urbana y regional, otro elemento que contribuyó al cambio del carácter provinciano de la ciudad (Jaramillo, 1983).

Y el EP mediático también se transformó. Una docena de publicaciones periódicas entraron en circulación en las primeras cuatro décadas del siglo, espacios de socialidad que no sólo divulgaban las ideas liberales y conservadoras, sino también los ideales socialistas recién llegados de Europa, que animaban la agitación social que se vivía en el país desde los veinte, cuando se inicia la historia de la clase obrera colombiana (Urrutia, 1984).

También se ensanchó con el surgimiento de la radio comercial, como Ecos del Combeima (1935), Ondas de Ibagué (1937) y La Voz del Tolima (1954), las dos primeras escenarios de una nueva socialidad, señaladas de instigar los desórdenes que se produjeron a raíz de la muerte del caudillo liberal Jorge Eliécer Gaitán el 9 de abril de 1948 con la

emisión de “proclamas incendiarias” (Isaza, 2018).

Entonces, prensa y radio se constituyen en dos grandes regímenes de comunicación con sus particulares contratos comunicativos (Mata, 2000), como “arquitectos” del EP, en tanto es en este espacio y desde sus lógicas que se construye el nexo complejo entre tecnologías de comunicación y esfera política, siendo la prensa expresión del *régimen de la racionalidad* correspondiente a la sociedad burguesa, y la radio el *régimen de la masividad*, anclada a la prensa sensacionalista y que se prolonga en la paleo-televisión (Caletti, 2000).

Por su parte, el crecimiento desordenado de la ciudad requirió de la elaboración del plan urbanístico “Ibagué futura” (1935), que precisó elementos muy importantes del EP, enmarcados en lo que se definió en el proyecto “servicios públicos y centros comunes”, como la ubicación de mercados y ferias, estadio, teatros y cementerio, parques y jardines, edificios públicos y plazas, conocidas como plazoletas (Espinosa Rico, 1992), con lo que la

sociabilidad se centra cada vez más en los espacios públicos y se restringe la vivienda más al uso familiar (González Calle, 2006).

Los 50 y 60 ven la transformación de la ciudad en un gran conglomerado urbano de más de 125.000 habitantes, explosión sociodemográfica que se transmutó en una explosión urbana (Romero, 2011), nuevo escenario para la llegada masiva de inmigrantes que rompen la “jerarquización social del espacio urbano” (Zambrano Pantoja, 2016) y se vinculan a las ofertas laborales que les ofrece la ciudad o se integran al sector informal como vendedores informales en los espacios públicos (Espinosa Rico, 1992).

De esta forma, el centro histórico cede su protagonismo comercial que ahora bascula entre los tres ejes viales que conectarán la ciudad con Bogotá, Honda y Cali, con zonas de comercio especializado, grandes superficies como los centros comerciales en su condición de espacios privados públicos de encuentro con los otros (Arteaga Rosero, 2018), dotados con amplios andenes para los peatones y sitios de parqueo para automóviles, nuevos

indicadores de la sociabilidad urbana (González Calle, 2006).

Un momento culmen en el proceso de desarrollo urbano de la ciudad fue la realización de los IX Juegos Atléticos Nacionales en 1970, que implicó la construcción de importantes instalaciones deportivas y ampliación de vías, siendo las obras de urbanismo modernizante más importantes en la historia de la ciudad que expandieron los espacios públicos para usos sociales (Espinosa Rico, 1992), ciudad moderna, que pasa a ser “ordenada” desde el paradigma informacional que privilegia el flujo y la circulación de sus habitantes y no su encuentro.

También opera un proceso gradual de “pérdida del centro”, ya que el centro histórico deja de nuclear las actividades ciudadanas, y las nuevas construcciones edilicias reordenan el encuentro entre las gentes en función del espectáculo arquitectónico y el deporte, mientras que la dinámica de des-urbanización, referida a la reducción gradual de la ciudad que progresivamente es usada por los

ciudadanos debido al tamaño y fragmentación, conducen al desuso por la mayoría de pobladores no sólo del centro histórico, sino también de los EP cargados de significación (Martín-Barbero, 1995).

Como correlato, otras socialidades se expresan en el EP: los vendedores informales se lo apropian como alternativa económica, los artistas callejeros lo convierten en un escenario, mientras que sindicatos y movimientos sociales lo conquistan como elemento central de su visibilidad, desde su condición de espacios de formación y expresión ciudadana (Arteaga Rosero, 2018).

Así, esta ciudad en expansión que en 1989 contaba con 13 comunas y 17 corregimientos (Espinosa Rico, 1992), constituye otra base cultural que genera otras prácticas sociales y saberes, en tanto formas de ser y estar en ese campo sociocultural urbano, RS como marco de referencia para interpretar esa realidad social y facilitar el modo de actuar cotidiano (Aguirre Dávila, 2002).

Y se suman nuevos espacios públicos mediáticos como Tolima FM Estéreo (1982), primera emisora de frecuencia modulada de la ciudad, y una década después dos diarios impresos (El Nuevo Día y Tolima 7 Días), que desde sus RS aportan sus propios sistemas de códigos, valores, lógicas clasificatorias y principios interpretativos y orientadores de las prácticas (Araya, 2002), que inciden en los límites y posibilidades de las interacciones sociales en el EP.

5- Ibagué siglo XXI

Durante las primeras dos décadas del XXI, los regímenes comunicativos urbanos son impactados por el Plan de Ordenamiento Territorial (POT), aprobado en septiembre de 2000, que incorpora el sistema vial y de transporte y el EP construido, compuesto por parques y espacios públicos peatonales (Alcaldía Municipal de Ibagué; Secretaría de Gobierno, 2018), que tiene su momento culmen en 2019, cuando se formula el Plan Maestro de Movilidad y Espacio Público, proyectado a 2030 (Findeter, 2019).

Entre tanto, Ibagué sigue creciendo en extensión y en habitantes, otros polos de desarrollo emergen, nuevos centros comerciales con sus salas de cine, parques de conservación ambiental, plazoletas y ciclorrutas para beneficio de los pobladores de los 445 barrios con que cuenta la ciudad.

A lo anterior se suman cuatro nuevos espacios públicos mediáticos de los cuales dos son virtuales (El Olfato en 2014 y El Cronista en 2016) y dos emisoras analógicas: La Voz del Pueblo en AM (2019) y Radio Universidad del Tolima en FM (2020), primera de carácter universitario de la ciudad, todos con sus particulares contratos comunicativos que generan otros regímenes de comunicación en el EP.

Conclusiones

Desde esta breve arqueología del EP he podido identificar la larga y lenta emergencia del EP y con él los regímenes de comunicación que se instauraron y posibilitaron las interacciones sociales de sus pobladores de todos los tiempos.

- Los de las RS que se configuraron en esa "nueva base cultural" urbana como guía para la acción de propios y extraños.
- Los de la sociabilidad para encontrarse y relacionarse con los otros, ya fueran contruidos por el Estado o los particulares.
- Los de la socialidad para confrontar el poder colonial o exigir derechos al régimen republicano, para la oportunidad económica o la expresión artística.
- Los mediáticos como nuevas formas de sociabilidad o como emergencia de otras socialidades, en tanto nuevos lugares de la política.

En esencia, son estos EP y sus regímenes de comunicación los que han hecho posible la ciudad, base de las interacciones sociales de los ibaguereños.

Referencias

Abric, J.-C. (2001b). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. En J.-C.

Abric, Prácticas sociales y representaciones (págs. 11-32). México: Presses Universitaires de France, Ediciones Coyoacán.

Aguirre Dávila, E. (2002). Representaciones sociales y análisis del comportamiento social. Diálogos: discusiones en la psicología contemporánea, 11-25.

Alcaldía Municipal de Ibagué; Secretaría de Gobierno. (2018). Caracterización de vendedores informales en Ibagué. Ibagué: CIMPP - Secretaría de Gobierno. Recuperado el 10 de Mayo de 2019, de <https://cimpp.ibague.gov.co/wp-content/uploads/2018/08/CARACTERIZACION-DE-VENDEDORES-INFORMALES.pdf>

Andrade del Cid, P. (2009). La democracia en el espacio público mediático. (T. d. Monterrey, Ed.) Global Media Journal Edición Iberoamericana, 6(12), 91-100.

Araya, S. (2002). Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión. San José, Costa Rica: ASDI, FLACSO.

Arciniegas Herrán, J. I. (2003). Apuntes sobre la fundación de Ibagué. En A. d. Ibagué (Ed.), Compendio de historia de Ibagué (Vol. I,

págs. 77-84). Ibagué, Tolima, Colombia: P & G Editores.

Arteaga Rosero, A. (2018). Espacio público: una aproximación conceptual. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia.

Bolufér Peruga, M. (2006). Del salón a la asamblea: sociabilidad, espacio público y ámbito privado (siglos XVII-XVIII). *Saitabi*(56), 121-148. Obtenido de <http://www.uv.es/geohist/>

Borja, J., & Muxí, Z. (2000). Wordpress. Recuperado el 1 de Junio de 2017, de Wordpress: <https://pensarcontemporaneo.files.wordpress.com/2009/06/el-espacio-publico-ciudad-y-ciudadania-jordi-borja.pdf>

Caletti, S. (2000). ¿Quién dijo República? Notas para un análisis de la escena pública contemporánea. *Versión*(10), 15-58. Obtenido de <https://biblat.unam.mx/es/revista/version-mexico-d-f/articulo/quien-dijo-republica-notas-para-un-analisis-de-la-escena-publica-contemporanea>

Cifuentes Segovia, M. F. (Julio-Diciembre de 2015). Retrospectiva constructiva e histórica del Panóptico de Ibagué,

Colombia. *Apuntes*, 28(2), 16-29. doi:10.11144/Javeriana.apc28-2.rchp

Colom González, F. (2016b). Un nomos urbano. La ciudad en la tradición política hispanoamericana. En F. Colom González, *Forma y política de lo urbano: la ciudad como idea, espacio y representación* (págs. 121-155). Bogotá: Planeta Colombiana.

Contreras-Lovich, H. N. (Enero-Junio de 2016). La representación social del espacio público para el diseño y la gestión de territorios sostenibles. (U. C. Colombia, Ed.) *Revista de Arquitectura*, 18(1), 18-34.

Delgado Ruiz, M. (2002). Etnografía del espacio público. (J. Palacios Ramírez, Ed.) *Revista de Antropología Experimental*(2), 91-97. Obtenido de Insumos latinoamericanos Web site: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae/article/view/2111/1853>

Espinosa Rico, M. A. (1992). Crecimiento urbano de Ibagué. Tesis Maestría, UPTC – IGAC, Bogotá.

Ferry, J.-M., & Wolton, D. (1998). *El nuevo espacio público*. Barcelona, España: Gedisa.

Findeter. (2019). Ibagué. Plan Maestro de Movilidad y Espacio Público. Ibagué.

Francel Delgado, A. E. (2017). Historia y patrimonio de la periferia interior de Ibagué. Ibagué, Tolima, Colombia: Caza de Libros Editores.

Francel, A., & Ojeda, J. A. (enero-abril de 2016). Reconstrucción de la historia arquitectónica del complejo religioso salesiano a partir de las relaciones de poder en Ibagué, Colombia, 1904-1952. *Arquitectura y Urbanismo*, XXXVII(1), 5-12. Obtenido de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376846368001>

Giménez, G. (1996). Territorio y cultura. *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, 25-57.

González Calle, J. L. (2006). De la ciudad al territorio. La configuración del espacio urbano en Ibagué 1886-1986. Ibagué, Tolima, Colombia: Aquelarre, Centro Cultural Universidad del Tolima.

González, J. L., & Piedra, L. J. (2000). Ciudad y cambio urbano en Ibagué: 1886-1950. Ibagué: Ediciones Astrolabio.

Guzmán, Á. I. (1996). Poblamiento e historias urbanas del Alto Magdalena Tolima

siglos XVI, XVII y XVIII. Bogotá, Colombia: Impreandes Presencia S.A.

Isaza, P. (8 de Abril de 2018). Emisoras de Ibagué el 9 de abril de 1948. *El Nuevo Día*. Recuperado el 22 de Abril de 2019, de <http://www.elnuevodia.com.co/nuevodia/opinion/columnistas/isaza-nieto-pablo/412821-emisoras-de-ibague-el-9-de-abril-de-1948>

Jaramillo, C. E. (1983). Ibagué, conflictos políticos de 1930 al 9 de abril. Bogotá, Colombia: Centro Cultural Jorge Eliécer Gaitán.

Joseph, I. (2002). El transeunte y el espacio urbano. Barcelona, España: Gedisa.

Lerma Rodríguez, E. (Junio-Noviembre de 2013). Espacio vivido: del espacio local al reticular. *Notas en torno a la representación social del espacio vivido en la globalización. Pueblos y Fronteras Digital*, 8(15), 225-250. Recuperado el 2016, de <http://148.215.1.176/articulo.oa?id=90627463009> > ISSN 1870-4115

López De la Roche, F. (1996). La política en el contexto de la cultura mediática: aproximaciones, incertidumbres, retos. *Comunicación, tecnologías y nuevos modos de adquisición, producción y difusión*

de conocimiento. Cátedra UNESCO de Comunicación Social 1995 (págs. 37-57). Santa Fe de Bogotá D.C.: Javegraf.

Lussault, M. (2015). El hombre espacial. La construcción social del espacio humano. Buenos Aires: Amorrortu editores.

Martín-Barbero, J. (1995). Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. Cátedra UNESCO de Comunicación Social 1994. En P. U. Javeriana, Comunicación y espacios culturales en América Latina (págs. 151-165). Bogotá, Colombia: Javegraf.

Martín-Barbero, J. (2003). Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Bogotá, Colombia: Fondo de Cultura Económica.

Martínez Silva, C. (2003). Historia de la forma urbana de Ibagué. En A. d. Ibagué (Ed.), Compendio de historia de Ibagué (Vol. II, págs. 139-175). Ibagué, Tolima, Colombia: P & G Editores.

Mata, M. C. (2000). Indagaciones sobre el público. Estudios(13), 83-97. doi:<https://doi.org/10.31050/1852.1568.n13.13632>

Pérez Salamanca, C. (2003). El periodismo en Ibagué siglo XIX. En A. d. Tolima, Compendio de historia de Ibagué (Vol. II, págs. 547-568). Ibagué, Tolima, Colombia: P & G Editores.

Pizzo, A. (2016). La ciudad romana y el poder: la hegemonía del espacio público. En F. Colom González, Forma y política de lo urbano: la ciudad como idea, espacio y representación (págs. 31-56). Bogotá: Planeta Colombiana.

Raffestin, C. (2011). Por una geografía del poder. México: El Colegio de Michoacán.

Ramírez Kuri, P. (2003). El espacio público: ciudad y ciudadanía. De los conceptos a los problemas de la vida pública local. En P. Ramírez Kuri, & P. Ramírez Kuri (Ed.), Espacio público y reconstrucción de ciudadanía (págs. 31-47). México: Flacso.

Romero, J. L. (2011). Latinoamérica: las ciudades y las ideas (Tercera ed.). Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores.

Sosa Velásquez, M. (2012). ¿Cómo entender el Territorio? Guatemala: Cara Parens.

Urrutia, M. (1984). El desarrollo del movimiento sindical y la situación de la clase

obrero. En Procultura, & J. Posada (Ed.), Manual de historia de Colombia (Vol. III, págs. 177-246). Bogotá, Colombia: Printer Colombiana.

Villar Lozano, M. R., & Amaya Abello, S. (2010). Imaginarios colectivos y representaciones sociales en la forma de habitar los espacios urbanos. Barrios Pardo Rubio y Rincón de Suba. Revista de Arquitectura(12), 17-27.

Zambrano Pantoja, F. (2016). Espacio público y formas de sociabilidad en Santafé de Bogotá. De ciudad señorial a metrópolis nacional. En F. Colom González, Forma y política de lo urbano: la ciudad como idea, espacio y representación (págs. 321-349). Bogotá: Planeta Colombiana.

Rio de Janeiro longe da praia: a estética das festas de rua da cidade entre pontes, armazéns e viadutos²⁶

Rio de Janeiro away from the beach: the aesthetics of the city festivities between bridges, warehouses and viaducts

Victor Belart ²⁷

Resumen: Considerando que a maioria da população do Rio de Janeiro vive distante de suas praias, este trabalho faz uma inserção corpográfica por novas festas de rua da cidade em busca de outras visualidades possíveis. Acompanhando novos blocos de Carnaval e shows independentes que ocuparam a cidade nos anos subsequentes às várias reformas para as Olimpíadas de 2016, a pesquisa apresenta como parte da população do Rio de Janeiro experimenta manifestações festivas e ativistas em suas pontes, becos, trens e viadutos.

Palabras Clave: carnaval, industria criativa, cultura de rua

Abstract: Considering that the majority of the population of Rio de Janeiro lives far from its beaches, this work makes a corporal insertion for new street parties in the city in search of other possible visualities. Accompanying new Carnival blocks and independent shows that occupied the

²⁶ Este artigo propõe um recorte adaptado de minha dissertação de mestrado defendida em 2020, intitulada "Cidade Pós-Olímpica: o Carnaval Pirata e as reformas do Centro do Rio de Janeiro." Trabalho desenvolvido para obtenção do título de mestre pelo PPGCOM UERJ.

²⁷ Victor Belart. Doutorando no PPGCOM da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Capes e integrante do Laboratório de Comunicação, Arte e Cidade. Especialista em Jornalismo Cultural (UERJ).

city in the years following the various reforms for the 2016 Olympics, the research presents as part of the population of Rio de Janeiro experiencing festive manifestations and activists on its bridges, alleys, trains and overpasses.

Key words: carnival, creative industry, street culture.

Introdução

Mergulhado numa crise financeira e passando por uma turbulência política, o Rio de Janeiro em 2020 vive um cenário bem distante de 10 anos atrás, quando confirmava que receberia as Olimpíadas de 2016, a final da Copa do Mundo FIFA e era uma das regiões mais privilegiadas economicamente com o bom momento financeiro que vivia o Brasil. No período, a cidade experimentou distintos projetos ligados ao entretenimento, comunicação e tecnologia como modelo de gestão e desenvolvimento. Capitaneados pelos megaeventos e por um intenso city-marketing (FREITAS, 2017), muitos projetos

culturais e turísticos se espalhavam pela cidade tentando atrair grandes marcas e progresso. Nesse percurso, reformas urbanas eram feitas e a promessa de um futuro rico e promissor se estabelecia. A comunicação social era também uma das chaves da cidade, no que configurava a marca do Rio para competir globalmente com outras metrópoles.

Integrando parte das pesquisas e investigações que atualizam este trabalho organizado pelo CAC-UERJ e NEPCOM-UFRJ²⁸, este presente documento investiga os microeventos: coletivos culturais ativistas que cresceram pela cidade no mesmo período e

²⁸ Laboratório de Comunicação, Arte e Cidade da UERJ e o Núcleo de Estudos em Projetos em Comunicação da UFRJ estão realizando desde o início de 2019 uma nova cartografia musical do Centro do RJ que ainda abarca outras cidades do Estado.

depois dos Jogos Olímpicos, na cidade em crise, se popularizaram ainda mais nas ruas.

A hipótese se estabelece a partir da ideia de que, cada vez mais, alguns microeventos independentes e shows de rua do Rio, além de ocupar a cidade, vão buscar espaços distantes da praia, construídos de maneira informal e itinerante. Neste sentido, vagões do metrô, galpões, viadutos e praças públicas tornam-se cenário de cortejos musicais nômades e errantes.

Em contexto de mudança governamental, crise econômica e maior demarcação de divisões ideológicas e de visões de cidade para parte da população carioca, o trabalho busca compreender as novas linguagens estéticas desses grupos na prática de vivenciar um Rio de Janeiro afetivo, distante do conservadorismo e que valoriza seus espaços de trânsito. O trabalho compreende a realização de festas anteriores à crise do COVID-19.

Escolhendo ocupar um Rio em imagens bem diferentes das que eram veiculadas da cidade no processo Olímpico, movimentos culturais reverberam socialidades e novas formas de fazer político debruçadas sobre a

malha urbana carioca entre áreas históricas, industriais ou recentemente reformuladas. Diferente do Rio de Janeiro repleto de clichês tropicais, as mesmas visam colorir o concreto da cidade a partir de suas estéticas particulares e subjetivas.

Apresentando uma cidade engajada e inconformada, este trabalho reflete também de que maneira essas outras visualidades da cidade convertem-se também em novas formas de visibilidade para parte da população carioca, que desde o processo Olímpico aos dias de hoje, reivindica novos lugares, imagens e possibilidades de cidades visíveis para determinados grupos sociais. Utilizando uma estratégia metodológica da corpografia presente no trabalho de Jacques (2012) e através de um texto em primeira pessoa, apresento aqui uma cidade vista e vivida de perto pelo pesquisador que a investiga.

Carnaval Pirata

Em julho de 2015, trabalhando como produtor cultural, eu participei da organização de um festival chamando "O Passeio é Público". O evento era uma enorme ocupação

cultural independente que seria organizada naquela semana na rua. Na ocasião, eu tinha 24 anos e somava a um grupo grande de jovens de todas as partes do Rio de Janeiro. Juntos, preparávamos esse evento independente nos jardins do Passeio Público do Rio de Janeiro, que reunia mais de 10 coletivos, 200 artistas e cerca de 3 a 5 mil adeptos. O local é o primeiro jardim público do Brasil e já foi muito alterado por obras ao longo da história.

Naquela época, a cidade também vivia seu auge de um enorme processo de reformas. Para nós, com ele, era apresentado “ao mundo” diante da “desculpa” das obras para os Jogos Olímpicos e eventos do gênero, outro tipo de Rio de Janeiro, destoante do cotidiano de onde vivíamos. Durante esse processo, uma necessidade de modernização e transformação estética do Rio era repetida pela TV e por plataformas publicitárias. Neste momento, imagens da cidade eram veiculadas entre suas praias, florestas e belezas naturais, embora o próprio Rio fosse muito além disso.

Na Zona Portuária da cidade, na mesma época, um tradicional Viaduto - a Perimetral - estava sendo derrubado para construção de

um corredor que abrigaria quiosques de marcas internacionais e áreas para turistas de cruzeiros. O mesmo Viaduto, que teve parte de suas vigas desaparecidas num sumiço misterioso, marcava uma proposta de mudança estética na cidade. Num enorme projeto que envolvia dinheiro Federal e que chegava na casa dos bilhões de reais, a cidade havia se transformado num grande canteiro de obras que removia moradias antigas também em seu porto.

No Centro histórico da cidade, um corredor chamado Boulevard Olímpico era erguido como tal ponto para receber espaços de exposição temporárias de marcas durante os Jogos. Também ali, se instalavam novos espaços para eventos e polos de tecnologia como o Youtube Space ao lado da área dos cruzeiros. Ali perto, no bairro do Santo Cristo, até uma Trump Tower seria erguida acompanhadas de novos hotéis. Tudo era assustador, rápido e estranho. Muita especulação. Sabíamos que o porto não era só aquilo. Favelas do Morro do Pinto, Providência, Morro da Conceição, trabalhadores do Centro, pequenas birosas, a Pedra do Sal, o Passeio Público e tantos outros lugares tradicionais na

história do Rio não participavam tanto desse processo. Eram muitos Rios que existiam repletos de potência e colorido diante daquele outro projeto de metrópole.

Fernanda Sanchez, ainda no início do século, já chamava atenção para o que sinalizava como reinvenção das cidades, entre as múltiplas plataformas de negócio geradas por ela em torno de sua imagem, quando “constrói suas segmentações e grupos-alvo no mercado, como o turismo urbano (com o consumo dos espaços modernizados), o turismo de negócios, o turismo cultural, o turismo de compras, de jovens e terceira idade (SÁNCHEZ, 2001, p.34). Os conceitos de marca de cidade se fortaleciam aí.

Em vários lugares do mundo desde o final do século XX, projetos como as Olimpíadas serviam como argumento para remodelação de portos e expulsão da população mais pobres de vários cantos da cidade. Esta estratégia publicitária construía a marca Rio (FREITAS, 2017), num ano entre dois grandes eventos, fortalecendo a ideia de “citymarketing” (HERSCHMANN, FERNANDES, 2018) em torno de nossa cidade, que se tornava cada vez mais uma plataforma

de venda (Copa e Olimpíadas). A cidade respondia de outras formas.

Micael Herschmann, ainda em 2013, já apresentava o movimento de microeventos de rua que desabrochava nessa última década: cenário no qual especialmente me refiro aqui como prática integrada ao Carnaval de rua. Enquanto a cidade organizava eventos como Rock in Rio, Copa do Mundo, Olimpíadas ou Copa América, pequenos shows independentes e ativistas tomavam as ruas e praças da cidade de maneira ativista. No trabalho, o pesquisador comenta como essas manifestações também já se articulavam junto do Carnaval entre neofanfarras e blocos na cidade pré-Olímpica através de um ativismo musical nas ruas.

Na mesma pesquisa, é apresentado como uma retomada do Carnaval de rua nos primeiros anos do século XXI revela “a importância da música de rua para a recuperação (especialmente) do Centro (histórico) da cidade do Rio” (HERSCHMANN, 2013, p.272). O texto não restringe a retomada da festa apenas ao Centro, mas apresenta sua forte presença majoritariamente por lá.

Destaco novamente, o quanto esse já citado movimento dos microeventos de coletivos culturais nas ruas e suas várias derivações - presentes nos estudos de Fernandes e Herschmann (2010-atualmente) - está também interligado a este movimento do Carnaval de rua, quando músicos de neofanfarras, bandas de jazz ou rodas de samba também fazem parte da rede integrada que compõe este carnaval e a chamada “cultura de rua” no Centro do Rio em outras formas visuais.

Para além da musica tocada em festas de rua, destaca-se a perspectiva errante de blocos e coletivos culturais que tocavam em movimento pela cidade. Uma festa errante que acontecia nas brechas, longe dos holofotes, andando e buscando novas paisagens e espaços para ocupar e foi crescendo ao longo dos anos. Tudo isso se agravou especialmente depois que os Jogos Olímpicos passaram, quando a crise econômica nas ruas ampliou e muitos espaços e casas de show que começaram a fechar. Os megaeventos passaram, a festa ficou.

Com o final da sequencia de megaeventos entre Jogos Panamericanos, Copa do Mundo FIFA, Rio 2016 e Copa América, a cidade se instala numa crise econômica que acompanha também a instabilidade política do Brasil no período. Beatriz Sarlo, escritora argentina interessada em questões urbanas, acompanhou de perto diversos projetos de remodelação da imagem da capital portenha de forma semelhante ao vivo pelo Rio. Para ela, uma metrópole compreendida em sua potencialidade só é possível de ser vista se, de fato, vamos mergulhando por ela para senti-la. Sarlo (2009) debruçada nessa perspectiva de uma cidade que saímos pra ver, reitera, inclusive, a existência de uma “cidade real” (p.211) que superaria o padrão de construção da própria cidade projetada

Com o final das Olimpíadas e de toda a espetacularização da cidade, destacam-se as estratégias e necessidades daquela cidade vivida por seus próprios moradores. Nesse processo, com a crise e o fechamento de muitas casas de shows, uma rede articulada entre músicos e vendedores passou a se articular entre blocos secretos e ataques

repentinos que ampliavam uma programação de festas gratuitas nas ruas da cidade.

Claudia Seldin (2017) fala da importância dos “artistas de rua, que se multiplicam pela cidade atuando às margens da indústria criativa formal” (p.182). Neste sentido, percebo o quanto este mesmo ativismo, essa vibração entre a música e a atmosfera da rua, é também aproximado do modo de ser e do ativismo ambulante, que acima de tudo, insiste na valorização do convívio na rua e vai ter modos de atuação muito semelhantes aos músicos e foliões atualmente. Precarizados, sem acesso a muitas políticas públicas e num momento de crise na cultura e lazer, artistas de rua atuam assumindo muitas práticas comuns a outros trabalhadores das ruas da cidade, como vendedores e camelôs.

Assim, junto dos ambulantes com sua tecnologia do uso de rodas nas vendas de cervejas e produtos nas festas, a temática de circular errante pela cidade passou a ser muito explorada no Carnaval e em cortejos musicais da década. É interessante perceber como essa potência errante é extremamente uma característica verdadeiramente criativa do Rio, muitas vezes pouco reparada ou

valorizada. Muitas das festas tratadas aqui dialogam com a ideia do devir, da passagem. Na falência de casas de shows e espaços fechados, a rua, que já estava efesverscente, propõe cada vez mais navegações festivas que reinventam a vida na cidade.

Reflito, portanto, como essas festas itinerantes procovam a experiencia caminhar musicalmente na cidade sem medo dela, construindo mapas mentais, paisagens, passagens e processos. O ato da caminhada, portanto, talvez seja uma das práticas mais subversivas que o Carnaval e a festas de rua no Rio nos oferecem nesse momento de transição temporal.

Lacerda (2019) apresenta como, em 2018, uma Intervenção Federal, motivada também por um esforço midiático, militarizou as ruas da cidade entre tanques e soldados do Exército. As imagens, que dois anos antes eram de cariocas felizes aproveitando as ruas e festas, dava lugar a um esvaziamento e a um clima de tensão e violência.

Nessa cidade com cada vez mais dificuldade de encarar a rua, que repete incessantemente sobre a violência e onde os investimentos em programação cultural

diminuíram depois dos eventos, simplesmente andar na rua festejando de maneira independente acaba se tornando uma prática de muita potência. Especialmente por aqueles passos que, tradicionalmente, não figuravam entre cartões postais transmissões internacionais dos megaeventos.

A festa, quando móvel, acaba se tornando uma experiência estética muito particular e poderosa. Alguns autores trabalham exatamente com essa ideia entre a caminhada e a nossa subjetividade, especialmente Francesco Careri. O urbanista italiano fala do ato da caminhada diante de uma cidade “lúdica e espontânea”. O autor, lembrando o pensamento situacionista que exaltava o devir urbano, lembra que o mesmo apresentava a possibilidade de contestar a ideia de bem-estar “que se traduzia na construção de casas de conforto e na organização da mobilidade” (CARERI, 2012, p.98). Assim, lembra a necessidade de construir-se aventuras pela cidade. Sentir o corpo em movimento. Neste sentido, podemos entender a própria caminhada como uma navegação estética pelo Rio.

Ataques visuais a pontes, trens, praças e viadutos

La Rocca (2018, p.91) chama atenção para a necessidade de praticarmos uma “contemplação da cidade que, através dessa modalidade de metrópole, serve de fundamentação para o nosso pensamento e nos faz tomar consciência da pluralidade e da complexidade características do mundo urbano.” Canevacci (2013, p.108) reforça também como numa grande metrópole “mutantes panoramas urbanos e criatividade antropofágicas remastigam estilos, cruzam códigos, regeneram olhares, mudam panoramas, expandem corpos e fetichismos. Exigem artes visuais”. Ocupar a cidade é marcá-la visualmente, pintar sua paisagem com o corpo. Estar na rua para ver e ser visto. Uma arquitetura corporal e efêmera que se entrelaça à paisagem da cidade. Neste sentido, acredito que haja muitas interconexões visuais entre aglomerações festivas, manifestações políticas ou demais movimentos que ocorrem quando várias pessoas simultaneamente atacam espaços públicos na rua. A cidade é visual. Invadi-la

com corpos e multidões um grande ato de potência e troca mútua.

Rocha (2006), em discussões do âmbito da visualidade, já chamava atenção para o crescimento de manifestações urbanas juvenis no início do século que lidavam com esse jogo de imagens entre corpo e cidade. Assim, cita os flash mobs que "servem-se do fluxo urbano e das redes tecnológicas para dar visibilidade a sua assumida e divertida efemeridade" (ROCHA, 2006, p.13). Na calada da noite ou de forma inesperada, multidões atacam visualmente os espaços juntamente de suas potências sonoras: surpreendendo desavisados.

Em fevereiro de 2018, um helicóptero da polícia sobrevoava nossas cabeças quando o frenético cortejo do Technobloco ocupava clandestinamente a região da Praça da Bandeira e entrava pelo bairro industrial de São Cristóvão. No ano anterior, o mesmo bloco havia atravessado um túnel clandestinamente no centro com multidões que cantavam e dançava ao som de instrumentos orgânicos a poucos metros do famoso desfile da Sapucaí. Em outro ponto da cidade, entre 2018 e 2019, o cortejo do Bonytos de corpo passeou pelo

bairro da Tijuca, terminando entre os arredores do famoso estádio do Maracanã. Famoso por receber torcidas de futebol inflamadas, distante das praias do Rio, naquela oportunidade, abria espaço para um cortejo LGBTQ+. Todas essas imagens aconteceram de maneira não oficial, às margens, algumas vezes foram até reprimidas pela Polícia ou Guarda Municipal.

Ao longo da década de 2010, com tantos eventos internacionais acontecendo na cidade, uma overdose de imagens sobre o Rio de Janeiro se estabeleceu mundialmente. No campo do esporte, entretenimento, política: o Rio foi mais uma vez um local de muitas imagens e disputas, inclusive para subverter algumas dessas imagens. Patrimônio da Unesco por sua Paisagem Cultural Urbana, a imagem do Rio vai muito além de suas praias e parques verdes que foram veiculadas internacionalmente. Caminhar nas ruas em festa é também subverter esse processo e convidar a população a vivenciar a cidade em outras estéticas.

O Rio, curiosamente, também foi uma das principais capitais industriais do Brasil e até hoje ainda conta com pontes, galpões e

viadutos que não podem ser maquiados como tentou-se fazer em seu porto durante os Jogos Olímpicos. Sua malha industrial, seus parques, viadutos, seu subúrbio. A antiga capital do Brasil é também muito cinzenta, repleta de cicatrizes urbanas por onde o Carnaval e as festas passam.

Neste sentido, cortejos e blocos que também se interessaram em atacar sobre a cidade cinza, industrial e fabril passaram a emergir no Rio. Destoante da cidade balneário, a cidade industrial ou rodoviária também tem suas imagens produzidas pelas festas, capazes de denunciar essas cicatrizes abertas na metrópole diante do devir e ataque de tais grupos. Sem necessariamente precisar de grandes empreendimentos e mudanças paisagísticas para que a cidade seja colorida por seus moradores.

Festas Piratas e não oficiais que violentamente não pedem licença e invadem territórios não necessariamente programados para aquele fim. Celebrações debruçadas em novas potencialidades e apresentando outras formas de vida no Rio entre praças, pontes, viadutos. O corpo da cidade como espaço visível e de múltiplas possibilidades.

Considerações Finais

Fábio La Rocca (2018, p.436) nos apresenta que existe uma relação “muito estreita entre a potência do imaginário numa cidade e sua produção musical”. Assim, o autor discorre sobre a cidade portuária italiana de Nápoles, comparando a vibração de sua música, de seus gestos e de seus gritos a partir dos mercados de rua, dos vendedores ambulantes, das janelas das casas. Neste sentido, aproxima-se de outras cidades portuárias do planeta comentando que nesses espaços e em suas ruas, existe uma narrativa de vida que transformaria as urbanidades cotidianas. Ele cita os vendedores ambulantes napolitanos, que “cantam e ritmam o cotidiano da rua com e através da voz que especializa a existência” (LA ROCCA, 2018, p.437). O mesmo La Rocca (2018, p.162) apresenta sobre uma solicitação visual constituída na vida urbana. Nessa perspectiva “somos parte desse espetáculo, dessa encenação visual; estamos, então, imersos numa fase onde vários códigos visuais têm um impacto substancial em nossa sensorialidade urbana”.

Essas afirmações são importantes para refletir como a cidade, depois de espetacularizada, abre margens para outras práticas de vida focadas na voracidade e paixão por vivencia-la de perto. Olhares econômicos e políticos podem imaginar um Rio de Janeiro pos-olímpico entre crises e desorientações repressivas, com fanatismo religioso, falta de verbas, problemas de corrupção e violência. Apesar disso, nas ruas, exatamente naqueles espaços diferentes, pouco filmados, as vezes não percebidos, algumas potencialidades subserivas se estabelecem.

Didi-Huberman (2011), em seu icônico texto sobre a Sobrevivência dos Vagalumes, nos apresenta uma prática comum dos jovens na Itália dos tempos de ascensão do fascismo. Na ocasião, os mesmos viviam exaltando “alegria inocente e poderosa”, que se aproximava da dos vagalumes: animais com luz pequena incandescente capaz de brilhar em meio à escuridão.

No texto, Huberman destaca que em pleno pré-guerra, os meninos tinham o hábito afetivo de ir à mata contemplar a beleza dos vagalumes: animais de luz própria que ali na

natureza piscavam. Pequenos bosques de fogo nos bosques de arbustos, e nós os invejávamos porque eles se amavam, porque se procuravam em seus voos amorosos em suas luzes. (PASOLINI in HUBERMAN, p.19) A história narrada por Huberman, reitera a prática de encontrar as pequenas belezas escondidas dentro daquilo que, visto à distância, nos soa como monstruoso, escuro e hostil. Assim, podemos entender que a festa, mesmo ocupando e reinventando uma cidade em crise, como diz Maffesoli (2012, p.224): traduz também uma “sede do infinito”.

Referências

CANEVACCI, Massimo. Sincrétika: explorações etnográficas sobre artes contemporâneas. São Paulo: Studio Nóbél, 2013.

CARERI, Francesco. WALKSCAPES: o caminhar como pratica estética. São Paulo: Editora G.Gili, 2012.

DIDI-HUBERMAN, George. Sobrevivência dos vagalumes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. Música nas ruas do Rio de Janeiro. 1. ed. São Paulo: INTERCOM, 2014. v. 1. 272p.

FERNANDES C.S.; HERSCHMANN, M. Relevância da cultura de rua no Rio de Janeiro em um contexto de valorização dos megaeventos. Curitiba: Compós, 2016.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Da cidade espetáculo à cidade mercadoria: a comunicação urbana na comunicação da marca Rio. Ecopós. V.20. n.3. 2017

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 36, n. 2, 2013.

JACQUES, P. B. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

LACERDA, Igor. Cidade sitiada, acessos controlados: a intervenção militar em O Globo. Anais: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; Belém, 2018.

LA ROCCA, Fabio. Cap. 1- Ambiências Urbanas. In: A cidade em todas suas formas. Porto Alegre: Sulina, 2018.

LA ROCCA, Fábio. A Potência do imaginário em Nápoles: entre músicas e ruas. In: FERNANDES, Cíntia S.; HERSCHMANN, Micael (orgs.) Cidades Musicais: Comunicação, Territorialidade e Política. Porto Alegre, Ed. Sulinas, 2018. P. 435 – 447.

ROCHA, Rose de Melo. Cultura da visualidade e estratégias de (in)visibilidade. E-Compós-7. v.7. 2006.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2001, n.16, pp.31-49

SARLO, Beatriz. La ciudad vista. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009

SELDIN, Claudia. Imagens Urbanas e Resistências: das capitais de cultura às cidades criativas: Rio Books – 1. Edição, 2017.

(Re)inventando a cidade contemporânea: comunicação e consumo do/no espaço urbano

(Re)inventar la ciudad contemporánea: Comunicación y consumo de/en el espacio urbano

(Re)inventing the city: communication and consumption of/in the urban space.

HOFF, Tânia M. C.²⁹

OLIVEIRA, Adriana L.³⁰

FRAGA, Lucas L.³¹

Resumo: O tema deste artigo trata das formas de sociabilidade e consumo da cidade, compreendida como fenômeno comunicacional e político, a partir das configurações contemporâneas do habitar empreendidas pelo mercado imobiliário.

Palavras Chave: Comunicação e Consumo 1, Cidade e política 2, Mercado e sociabilidades 3.

²⁹ Tânia M. C. Hoff. Doutora pela FFLCH-USP, docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/SP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Discursos e Biopolíticas do Consumo”. Brasil. E-mail: thoff@espm.br.

³⁰ Adriana L. Oliveira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM | ESPM). Membro do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Discursos e Biopolíticas do Consumo”. Bolsista PROSUP/CAPES. Brasil. E-mail: projetocidadefuturo@gmail.com.

³¹ Lucas L. Fraga. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM | ESPM). Membro do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Discursos e Biopolíticas do Consumo”. Bolsista PROSUP/CAPES. Brasil. E-mail: lucaslf.fraga@gmail.com.

Resumen: La temática de este artículo trata de las formas de sociabilidad y consumo en la ciudad, entendida como fenómeno comunicacional y político, desde las configuraciones contemporáneas de vivienda emprendidas por el mercado inmobiliario.

Palabras Clave: Comunicación y consumo 1, Ciudad y política 2, Mercado y sociabilidad 3.

Abstract: The theme of this article deals with the forms of sociability and consumption in the city, understood as a communicational and political phenomenon, based on the contemporary configurations of housing undertaken by the real estate market.

Key words: Communication and consumption 1, City and politics 2, Market and sociability 3.

Introdução

Como configurações contemporâneas do habitar empreendidas pelo mercado imobiliário tensionam relações de poder da/cidade e endereçam novas formas de sociabilidade e consumo? A partir dessa pergunta problema, temos como objeto de estudo a cidade, compreendida como fenômeno comunicacional e político, bem como as formas de sociabilidade que daí decorrem.

O objetivo principal é problematizar os modos de habitar contemporâneos que emergem na comunicação midiática de

empresas do mercado imobiliário. Esta discussão parte dos contornos definidos pela mentalidade política de estado mínimo, operada pela lógica neoliberal do tipo empresarial.

São objetivos específicos: identificar as formas pelas quais os produtos imobiliários são apresentados pela comunicação digital das empresas; e refletir sobre mudanças no mercado imobiliário e nas sociabilidades que emergem das relações de produção e consumo do território, bem como das arquiteturas informacionais, que interpelam nossa percepção da paisagem e da vida urbana contemporânea.

Quanto ao referencial teórico, Di Felice (2009) e Ferrara (2008) fundamentam reflexões sobre a cidade como fenômeno comunicacional; Dardot e Laval (2016 e 2017), alicerçam a abordagem das características da política neoliberal e as transformações do conceito do "comum". Assim, problematizamos o fim – ou a superação – da experiência urbana como a conhecemos, rompendo com antigas dicotomias entre real e virtual, no contexto da racionalidade mercadológica que impulsiona a totalidade das atividades humanas à esfera da produção.

A cartografia foucaultiana (Veiga-Neto, 2011), inspiração teórico-metodológica, possibilita circunscrever movimentos, dinâmicas e questões de processo e estratégia, bem como definir três coordenadas para problematizar a concepção de cidade e as configurações do habitar pelo mercado imobiliário: 1. Cidade e comunicação: a cidade como fenômeno comunicacional e as configurações da experiência urbana contemporânea; 2. Cidade e mercado: tendências do mercado imobiliário (share

economy e tech); e 3. Comunicação e consumo da/na cidade: sociabilidades implicadas nas relações de produção e consumo do território e nas arquiteturas informacionais.

A metodologia entrelaça a cartografia foucaultiana, que inspira a definição das três coordenadas de reflexão teórico-empírica, e três categorias de análise, baseadas nas "paisagens pós-urbanas" de Di Felice (2009), para o estudo das configurações do habitar na comunicação digital das empresas, Vitacon e Housi, do setor imobiliário: 1. imaginação/empatia, 2. representação/exotopia e 3. interação/atopia. Assim, buscamos as inter-relações sujeito/território/mercado e comunicação/política no âmbito da análise empírica e refletimos sobre o consumo na/da cidade e as sociabilidades promovidas, no âmbito da análise teórica.

A construtora Vitacon³², criada há pouco mais de dez anos é especializada em imóveis compactos. Em 2019 a empresa apresentou um empreendimento com imóveis de apenas 2m2 que denominou de On Pod, um "hotel-

³² Disponível em: vitacom.com.br. Acesso em 10/08/2020.

cápsula". Segundo a visão da empresa, apresentada em seu site e nos releases para a imprensa, "os apartamentos menores ajudam a otimizar a vida". A ideia de otimização evidencia-se no slogan publicitário: "Life is On"

A segunda é a Housi³³, uma startup de administração e locação de imóveis, voltada exclusivamente para aluguel. Acompanha uma mudança de comportamento, em que jovens adultos optam por usar aplicativos de transporte em vez de comprar um carro, ou ainda, preferem o aluguel à compra de um apartamento. Em seu site, a empresa sugere mobilidade e consumo sem fronteiras – "sua casa on demand" – e informa que seu objetivo é "melhorar o jeito de viver em sociedade", promovendo em sua plataforma uma interação digital entre morador e proprietário, via aplicativo.

Cidade e comunicação

No livro *O triunfo da Cidade* (2016), o economista Glaeser argumenta que as

cidades, após sobreviverem ao fim da era industrial, garantiram sua posição de destaque e triunfo no interior do sistema capitalista por conta do adensamento urbano, ou seja, a concentração urbana, mesmo em regiões desfavorecidas, segundo o autor, forneceria um caminho para se fugir da pobreza.

Nesse contexto, a qualificação do "capital humano"³⁴ passa a ser uma das medidas para estimar o êxito das cidades, pois, para Glaeser (2016), o triunfo da cidade não está na sua estrutura e arquitetura – projetos imobiliários grandiosos ou sistemas de trânsito de alta tecnologia –, mas na massa humana interligada que a habita (p. 46). A cidade como fenômeno urbano apreende a experiência urbana contemporânea em territórios plurais, não somente os arquitetônicos, mas também os midiáticos.

Ferrara (2008), concebe a cidade como um complexo sistema comunicativo, no qual meio, mídia e mediação integram o suporte material e imagético em uma construção permeada pela tecnologia. Para Ferrara, a cidade é "a

³³ Disponível em: morar.housi.com.br. Acesso em 10/08/2020.

³⁴ Ver Fontenelle. *Consumo como investimento* (2012).

representação de complexas dimensões onde se misturam imagens e sensações que podem esconder ou revelar" (Ferrara, 2008, p. 43). Assim, "enquanto construção, a cidade é meio; enquanto imagem e plano, a cidade é mídia; enquanto mediação, a cidade é urbanidade" (idem).

O território midiático está imbricado ao território arquitetônico e urbanístico. Em meio à intensificação do capitalismo global, desvela-se a força da circulação de informações no espaço urbano regido pelo mercado e por democracias representativas. Conhecimento e consumo se confundem, estreitando o espaço entre os atores sociais e a dimensão tecnomercadológica. A mídia, parte extensiva do território, equivale a um modelo de organização humana que atua no espaço urbano e integra produção, circulação e consumo de mundos e estilos de vida.

Di Felice (2009), ao tratar das formas comunicativas do habitar, recorre à pluralidade "tecnoperceptiva" que não separa o sujeito observador do ambiente circundante das redes de interação. As mídias conferem "ao lugar a localidade" (p. 59). O habitar, mais do que o residir, remonta a um relacionar-se e,

portanto, é um "comunicar" (Di Felice, 2009). A relação entre sujeito, instrumentos técnicos de observação e o mundo evidencia a existência de algo diferente em relação à dimensão representativa do espaço. Mudanças ocorridas nas diversas fases tecnológicas remontam três tipologias de interação: "uma forma comunicativa do habitar empática, ligada à experiência tecnológica da leitura, uma exotópica, criada pela eletricidade e pelas experiências midiáticas de massa e, enfim, uma atópica, difundida com os personal media digitais" (Di Felice, 2009, p. 67).

O autor relaciona os conceitos de empatia e exotopia com a projeção do "eu" sobre as coisas, ou ainda, como particular ponto de vista sobre o mundo e sobre si mesmo; e o conceito de atopia, como uma experiência de um *genius loci* – espírito do lugar –, construído por meio das tecnologias digitais (localidade informativa e interativa).

Cidade e mercado: Life is ON

Retomemos Glaeser (2016) sobre as favelas cariocas: "a presença da pobreza em

cidades reflete a força urbana e não o seu fracasso [...] as cidades não estão repletas de pessoas pobres por tornarem as pessoas pobres, mas porque as cidades atraem pessoas pobres com a perspectiva de melhorar sua vida" (p. 70). A densidade urbana emerge tanto para o desenvolvimento econômico, movimentando comércio e emprego; quanto para a promoção de novas formas de sociabilidade locais. Isto, porém, não significa mudança no planejamento urbano.

Rolnik (2015) aborda a questão da desigualdade no planejamento urbano e habitação como a "guerra dos lugares". Ao estudar a mecânica e os processos pelos quais se organiza a financeirização da moradia e das políticas habitacionais, desvela os nexos entre o mercado, a produção da cidade, as mediações políticas e os circuitos globalizados do capital financeiro sempre aliados a programas, leis, discursos e ideologias. Tal cenário evidencia as disputas no espaço urbano por conta da distribuição desigual dos benefícios promovida pelo sistema produtivo globalizado e pela propriedade privada individual da terra.

Capitalismo financeiro e globalização constituem par indissolúvel. Após crises no sistema financeiro (Estados Unidos no final dos anos 2000) e a consequente retração na economia global, ficou evidente que o equilíbrio do mercado é resultado do "poder efetivo da coalização da política dominante" (Sodré, p. 50), pois a economia não trata apenas da relação autônoma entre objetos, mas também da relação entre os sujeitos.

Para Sodré (2014), o capitalismo contemporâneo conforma-se ao mesmo tempo financeiro e midiático, pois combina práticas de tecnologia da informação com a criação de modelos matemáticos. Diante de um cenário em que se discute a crescente desigualdade na distribuição da riqueza, nascem empresas como Vitacon e Housi.

A Vitacon, construtora especializada em apartamentos compactos, lançou mais de 70 prédios na cidade de São Paulo desde sua fundação em 2009. Embora o mercado imobiliário tenha incorporado o conceito de apartamentos compactos (menos de 40m²), a Vitacon é a mais ativa e sua estratégia reside na compra de terrenos próximos a transporte público (metrô) para facilitar a locomoção.

Mesmo compacto, o metro quadrado não é acessível a grande parcela da população: seu público é formado por solteiros ou executivos bem-sucedidos que querem morar perto do trabalho, evitando longas horas de deslocamento; idosos, que moram no interior e querem uma base na capital paulista; e investidores do mercado imobiliário que apostam neste novo "estilo de vida urbana".

No site da empresa, a "reinvenção da cidade" passa pelo sonho do seu idealizador em "promover uma cidade mais inteligente, acessível e com mobilidade urbana". Autor de três livros sobre como viver sem carro na cidade de São Paulo, lançou os primeiros parklets³⁵ da cidade e criou o movimento "cidade colaborativa"³⁶. O slogan Life is On evidencia a ideia da "vida na cidade de um jeito ON". A partícula on destaca a predominância da tecnologia: "trocamos bricks por bytes". Conforme consta em seu site, os prédios funcionam como um HUB urbano. A metáfora

do ON/OFF sugere movimento constante. Assim, instaura um sujeito/consumidor ativo - "você está ON" - e apto às mudanças - "mudar de ideia, de bairro, de vista, de plano".

Para garantir a mobilidade e conectividade, a Vitacon investe em tecnologia: criou o App Space, ecossistema de parcerias "plugáveis" a aplicativos de celular para operar seus produtos e serviços dentro do condomínio. "O prédio funcionará como um dispositivo (celular) com uma série de serviços (aplicativos) ... integrados à estrutura física do complexo residencial, ... 24 horas por dia"³⁷. Trata-se de uma mudança no modelo de negócios do mercado imobiliário, do foco na indústria da construção para o mercado de serviços, revelando o quanto a tecnologia influencia os novos players do setor, caso da Housi, startup de moradia on demand e spin

³⁵ Parklets: promovem o uso do espaço público a partir da conversão do espaço de estacionamento de automóveis na via pública em espaço para permanência de pessoas. Gestão Urbana SP. s/d Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/parklets/>>. Acesso em: 10/08/20.

³⁶ Em 2015, a Vitacon lançou o Guia do Movimento Cidade Colaborativa. Disponível em: <<https://vitacon.com.br/cidade-colaborativa/>>. Acesso em: 10/08/20.

³⁷ Resenha. Vitacon e Housi lançam conceito que pluga apps de celular ao prédio. Revista Qual Imóvel? Disponível em: <<http://www.revistaqualimovel.com.br/noticias/vitacon-e-housi-lancam-conceito-que-pluga-apps-de-celular-ao-predio>>. Acesso em: 10/08/20.

off³⁸ da construtora Vitacon, que faz locação online e gestão patrimonial.

A startup Housi, criada em 2019, tem como conceito "sua casa por assinatura" e celebra a mobilidade como paradigma a partir do qual deve-se pensar a habitação e o futuro da moradia. A frase "a Housi é sua casa, onde quer que você esteja" apresenta a economia compartilhada como a economia do futuro e, para vivê-la, é preciso uma rede completa de conveniência em serviços na palma da mão: "stay home, stay housi".

Tal cenário assinala mudança na concepção da cidade e do habitar permeada pela positividade tecnológica. A ideia do mundo sem fronteiras, em constante movimento, é agudizada pela tecnologia digital e algorítmica. As novas formas de habitar aglutinam de uma só vez as três categorias propostas (empatia, exotopia e atopia), conforme as condições e a intensidade das interações entre sujeito e território atravessadas pela técnica e tecnologia. O celular, dispositivo comunicacional por excelência no cenário contemporâneo, dá as

coordenadas do território, medidas pelo tempo de acesso e conexão; de forma simultânea, as redes garantem o pertencimento no ambiente conectado e móvel. Por fim, a tecnologia algorítmica emerge como forma de compensação para esses espaços cada vez menores.

O aluguel 100% digital e o abandono do sonho do imóvel próprio caracterizam os negócios do mercado imobiliário baseados menos em tijolos e mais em tecnologia. As novas formas de sociabilidade e consumo da cidade endereçam novas dinâmicas empreendidas pelo mercado: a modalidade de pagamento pelo "uso" pode servir de mediação para a questão do direito à moradia, a exemplo do mercado automobilístico em relação ao transporte público e à garantia de mobilidade nas grandes metrópoles.

Comunicação e consumo da/na cidade

A cidade contemporânea transformou-se de "lugar do negócio" para a "cidade como

³⁸ Spin-off: é um novo negócio criado para atender uma demanda que não faz parte da sua atividade principal.

negócio". Santos (2018) aponta o processo que produziu o espaço urbano-metropolitano como a última fronteira capitalista, reiterando a aglomeração urbana como lugar do negócio e as ações concentradas entre o Estado (com forte presença de instâncias locais) e os investidores (sob dominância dos grandes grupos globalizados) com objetivo de reprodução do poder e do capital (p. 33). Para ele, a cidade é o objeto principal dos grandes negócios, pois as estratégias de acumulação do capital não avançam sem o dispositivo prático e efetivo da produção e reprodução do espaço urbano.

Santos (2018) postula, corroborando a ideia de "nova racionalidade" (Dardot e Laval, 2016), que o sistema neoliberal não se restringe à esfera econômica, pois atravessa e conforma todas as dimensões da vida humana. A concorrência de mercado e o modelo de empresa são princípios universais que regulam e normatizam os processos econômico-políticos e sociais heterogêneos. "O neoliberalismo [...] se apoia, sobretudo, na coerção que exerce sobre os indivíduos por meio das situações de concorrência que

coloca ativamente em prática" (Andrade e Ota, 2015).

O mercado, constitutivo do capitalismo financeiro e midiático, opera as categorias das formas comunicativas do habitar de maneira orgânica, fundindo o consumo da/na cidade. A primeira categoria, empática, é utilizada pelo mercado para evidenciar a proximidade do sujeito com o território. Embora o território seja caracterizado como espaço privado, concebido para servir ao mercado e para a posse, nele florescem as sociabilidades. Já a categoria exotópica projeta a imagem do lugar para além da casa, com forte componente social que caracteriza as novas formas de habitar: o lugar é concebido pelo potencial de deslocamento (mobilidade) em organização com outros espaços (compartilhamento). E, por fim, a categoria atópica do habitar é expressa na ideia de lugar construído sob demanda.

O consumo da/na cidade integra modos de "ver", "perceber" e "habitar" o território urbano atravessados por artefatos técnicos e tecnológicos. A cidade "na palma da mão" organiza novos modos de ver o espaço, ao mesmo tempo que as redes proporcionam

novos modos de perceber as relações sociais, as interações e afiliações políticas. Configura-se, assim, um habitar informativo (Di Felice, 2009), no qual se dilui a relação antropomórfica entre sujeito e espaço ao seu redor e acelera o processo de mediação entre sujeito, mídia e ambiente, até chegarmos a digitalização dos espaços, construídos em processo contínuo de interação. As tecnologias de informação e comunicação despontam como elementos constitutivos do território e força motriz do consumo da/na cidade.

Considerações finais

A partir da análise empírica e das reflexões desenvolvidas, identificamos novas formas de sociabilidade e consumo, que denominamos: comunitária, compartilhada e sustentável.

A sociabilidade "comunitária" funda-se na ideia do "comum", construído pela tecnologia que convoca o sujeito para novas experiências informativas urbanas, promovidas pelo mercado imobiliário. Embora o convívio social seja inerente à ideia de comunidade, a racionalidade neoliberal remonta à produção

de uma subjetividade contável e financeira, bem como desvirtua o "comum" como um princípio político (Dardot e Laval, 2017).

A sociabilidade "compartilhada" funda-se na economia do compartilhamento: os sentidos de posse são investidos de outras formas simbólicas de consumo. Mobilidade, economia compartilhada, cadeia de serviços implicam a produção do "comum" por meio do compartilhamento midiático, promovido pela tecnologia e pela racionalidade neoliberal.

A sociabilidade "sustentável" emerge como argumento para as mudanças no sistema produtivo e, conseqüentemente, no consumo: fundada na ideia do "bem comum", materializa-se na economia de serviços que caracteriza o atual capitalismo financeiro e midiático.

A tríade comunidade, compartilhamento e sustentabilidade está presente nas configurações contemporâneas do habitar, empreendida pelo mercado imobiliário, e que endereçam transformações na sociabilidade e no consumo. Possibilitadas por uma arquitetura informativa derivada das redes digitais e da hibridação entre informação e território, essa forma alterada de ver,

perceber e habitar o território tensionam relações de poder no espaço urbano da cidade.

Em contexto de uma pandemia mundial, com consequências econômicas, políticas, sociais e sobretudo, ambientais, precisamos rever nossos mapas como um "movimento de resistência". Retomamos a ideia de "densidade urbana" como princípio de mudança, entendendo que, entre o sujeito e o território, existe a centralidade da tecnologia comunicativa. No espaço fluido e movente das cidades contemporâneas, talvez a vinculação proporcionada pela tecnologia possa endereçar um dos caminhos possíveis para "imaginar o futuro no presente"³⁹.

Referências

Andrade, D. P.; Ota, N.K. (2015). Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. (p. 275-315). Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27.

Caldana, V. (2017). Arquitetura para todos, construindo cidadania... Observatório de Informações Municipais. Planejamento Urbano. Disponível em: <http://www.oim.tmmunicipal.org.br/index.cfm?frompage=1&StartRow=31&pagina=documento&tipo_documento_id=2>. Acesso em: 10/08/2020.

Dardot, P. e Laval, C. (2017). Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo, Brasil: Boitempo.

_____. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Brasil: Boitempo.

Di Felice, M. (2009). Paisagens Pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume. Coleções Àtopos.

Glaeser, E. (2016). O triunfo da cidade. São Paulo: BEI Comunicação.

Ferrara, L. A. (2008). Cidade: meio, mídia e mediação (p. 39-53). Matrizes, n. 2.

Fontenelle, I. A. (2012). Consumo como investimento: a produção do consumidor

³⁹ Frase extraída do manifesto #liberteofuturo, lançado em 5/6/2020, um movimento para mudar o mundo: "não podemos nos render à voltar a normalidade que corrompe a natureza e condena bilhões à pobreza e à exaustão de seus corpos". Site: <https://liberteofuturo.net/#/movimento>

saudável pela mídia de negócios. Comunicação, Mídia e Consumo. (p. 133-152). São Paulo, ano 9, vol. 9, n. 24.

Foucault, M. (2013). O corpo utópico. As heterotopias. Ed. bilingue: português/francês. São Paulo: n-1 Edições.

Rolnik, R. (2015). Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

Santos, C. S. (2018). Do lugar do negócio à cidade como negócio. In Carlos, A.F.A;

Volochko, D.; Alvarez, I. P. (org.) Cidade como negócio. (p. 13-41). São Paulo: Contexto.

Sodré, M. (2014). A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes.

Veiga-Neto, A. et. al. (org.) (2011). Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Procesos de expansión urbana en la ciudad de Salta: el caso de apropiación territorial del barrio Guachito Gil

Processos de expansão urbana na cidade de Salta. O caso da apropriação territorial do bairro Guachito Gil

Urban expansion processes in the city of Salta. The case of territorial appropriation of the Guachito Gil neighborhood

María Natalia Saavedra ⁴⁰

Resumen: Este trabajo forma parte de la investigación doctoral que interroga el proceso de construcción de identidades en el barrio Gauchito Gil, de la zona sudeste -una periferia marginalizada- de la ciudad de Salta, Argentina. Se toma como período de análisis desde su origen como "asentamiento" en el 2009 (ocupación de terrenos fiscales) hasta el 2019 (proceso de urbanización del gobierno que incluye directamente al barrio) dando cuenta de su proceso de edificación como "barrio".

Se indagan los modos de apropiación de los vecinos del Gauchito Gil respecto de los espacios ocupados ilegalmente con el fin de fijar allí su hábitat. Para ello, se problematizan las nociones de barrio, asentamiento y villa, para llegar a una definición y reconociendo que los vecinos se autodenominan como "barrio".

Luego, se analizan las formas de apropiación territorial, mediante las prácticas sociales de los vecinos, tomando como ejemplo concreto el desarrollo de prácticas comunitarias.

En definitiva, se trata de exponer que, es la lucha cotidiana lo que los cohesiona como colectivo, pero a la vez, el factor que identifica y caracteriza esa apropiación cotidiana y continua del territorio.

⁴⁰María Natalia Saavedra. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET)/Universidad Nacional de Salta (UNSa), Dra. en Comunicación, Argentina, natalita1409@gmail.com.

Palabras Clave: Apropiación territorial, Ciudad, Barrio.

Abstract: The work is based on the doctoral research focused on the Gauchito Gil neighborhood (Salta, Argentina). The ways of appropriation of the spaces illegally occupied by the neighbors are investigated, in order to fix their habitat there.

Key words: Territorial appropriation, City, Neighborhood.

Introducción al tema

El presente trabajo forma parte de una investigación más amplia que interroga acerca del proceso de construcción de identidad(es) en el barrio Gauchito Gil, ubicado en la zona sudeste -periferia marginalizada- de la ciudad de Salta, Argentina. Se toma como período de análisis desde su origen como “asentamiento” en el año 2009 (momento de ocupación de los terrenos fiscales) hasta el 2019 (momento en el cual el gobierno desarrolla un proceso de urbanización que incluye directamente al barrio Gauchito Gil) dando cuenta de su proceso de edificación como “barrio”.

Se parte de comprender que, desde hace varias décadas en Salta se han venido generando transformaciones macro

estructurales, lo que ha desembocado en el desarrollo de nuevos procesos de urbanización. Esto se relaciona con el crecimiento y expansión de la ciudad, teniendo como características particulares la fragmentación urbana y la intensificación de los procesos de segregación socioespacial. Esto ha implicado la aparición de nuevos grupos sociales que han sido empujados a resolver su ingreso a la ciudad mediante formas “ilegales”, lo que ha reconfigurado y reorganizado la estructura territorial, dando cuenta de la complejidad del acceso a la tierra por parte de distintos sectores sociales que no cuentan con un lugar donde vivir, lo que ha puesto de manifiesto las desigualdades que se dan en el espacio urbano de la ciudad.

La investigación se enmarca en los estudios de comunicación/cultura desde una perspectiva latinoamericana. La metodología general de la misma es cualitativa, ya que se busca comprender las acciones del barrio Gauchito Gil como comunidad barrial insertas en una trama de la totalidad de su historia y de su entorno social: la ciudad de Salta. El método empleado es el inductivo analítico e incluye tres instancias de análisis: 1- Trabajo de campo con estrategias etnográficas; 2- Análisis del discurso de base socio-semiótica de un corpus de noticias de medios de comunicación locales, de material publicitario gubernamental, de proyectos sobre el diseño urbanístico de la ciudad y de entrevistas realizadas a vecinos del barrio, de la zona sudeste y de los funcionarios de gobierno; y 3- Mediante el método histórico se propone una re-construcción de las condiciones que dieron origen al barrio Gauchito Gil y su importancia en la construcción de una identidad de "lo salteño".

El objetivo principal es indagar las modalidades diferenciales de apropiación y dominio de los espacios ocupados por los vecinos. Para ello, se ponen en cuestión las

formas de clasificar el territorio, problematizando las nociones: villa, asentamiento, barrio desde concepciones teóricas. Cabe aclarar que la presente investigación decide nombrarlos como barrio, para respetar la autopercepción que los vecinos tienen de sí mismos como miembros de un "barrio".

En contraste, se indagan las variables que emplean los distintos censos para identificar cómo es que se clasifica a la población del país. Y se sostiene que no es posible encasillar al barrio bajo una categoría social de acuerdo a tales estándares y de una manera cerrada. Se propone pensar en la experiencia del territorio barrial y en los modos de territorializar de los habitantes del barrio. A tal fin es preciso preguntarse sobre la experiencia de habitar y vivir en dicho barrio, sobre los límites y las fronteras que recortan un adentro y un afuera.

En cuanto al análisis de los modos diferenciales de apropiación territorial, se parte de identificar y analizar las prácticas sociales de los vecinos del barrio, como "modos de hacer" que implican, a la vez, rastrear las formas de territorialización

específicas que se dan en el marco de los procesos de construcción de las identidades. La territorialización se relacionaría así, con cómo los ciudadanos experimentan los espacios, o sea, cómo los viven, los transitan, los usan, los actúan y, por ende, cómo los van produciendo.

En definitiva, se considera imprescindible correr el foco de la problematización -que vincula las clasificaciones sociales y urbanas a la posesión/desposesión de recursos materiales- para hacer hincapié en las experiencias particulares de habitabilidad y de convivencia de los vecinos del Gauchito Gil, en el marco de la lucha cotidiana por mejores condiciones de vida. Esto, a través de una serie de prácticas cotidianas, como transitar, socializar, delimitar el espacio, que fueron “trazando” el territorio y dejando huellas que conducen a construir una identidad basada en la cohesión. Estas prácticas permiten transformar el espacio, produciendo relatos compartidos que dan cuenta de un lugar y de una historia común, pero que también permiten pensar en la producción de micro-resistencias, que ponen en evidencia el conflicto como signo de lo cotidiano.

Breve contextualización del caso

Salta es una provincia situada al noroeste de Argentina, compuesta por 1.424.397 habitantes en una superficie de 155.488 km². El municipio capital cuenta con 631.058 habitantes -según datos del Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina (INDEC)- siendo considerada la ciudad más poblada de la provincia. El centro de la misma suele ser objeto de los discursos del turismo actual, los cuales retoman las representaciones forjadas a principios del siglo XX acerca de lo colonial y las objetivan en sitios y lugares específicos que refuerzan el imaginario salteño y sus valores.

La investigación macro se centra en el barrio Gauchito Gil ubicado en la zona sudeste, de la ciudad de Salta. Se gestó como asentamiento en el 2009, cuando un conjunto de familias se asentó de manera ilegal y planificada en terrenos fiscales, no aptos para el hábitat. Sólo disponían de plásticos, maderas y chapas, que improvisaban como paredes, techos y pisos. No contaban con condiciones mínimas de hábitat, ni con los servicios e instituciones imprescindibles, por

lo cual debieron acudir a autoridades de gobierno, quienes tardaron años en dar respuestas a sus necesidades.

Actualmente el barrio está integrado por 600 familias, en 17 manzanas, 356 lotes y cuya superficie del Área de Influencia Directa es de 11,35 hectáreas. A lo largo de este proceso los vecinos han generado una serie de estrategias comunicacionales para aprovechar la atención de los medios de comunicación y posicionarse ante el Estado y el resto de la sociedad salteña. Así lograron ciertos niveles de visibilización sobre sus necesidades como ciudadanos y de algún modo desplegaron una política comunicacional *sui generis* que les permitió ciertas conquistas. Se puede sostener que se conciben como un barrio que resiste a sus estigmas, a los intentos de desalojos y que se autoorganiza permanentemente (Cravino, 2018).

Discusiones

¿Barrio, asentamiento o villa? Intentos por llegar a una definición

En Argentina las primeras villas se comenzaron a observar desde la década de 1930. Su configuración urbana se caracteriza por ser conjuntos de viviendas, con diferentes grados de precariedad y hacinamiento, conformando una trama urbana irregular. Se conformaron a través de diversas estrategias de ocupación del suelo y se caracterizan por presentar deficiencias en el acceso formal a los servicios básicos y una situación dominial irregular en cuanto a la propiedad del suelo. No cuentan con suficiente infraestructura de ciudad como espacios verdes o de recreación, calles en donde puedan circular automóviles, equipamiento público, paradas de colectivo, entre otros. Se accede a ellas por medio de pasillos estrechos, y tienden a crecer en altura ya que la disponibilidad de suelo es escasa o nula. Presentan una alta densidad poblacional y generalmente se encuentran localizadas cercanas a centros de producción y de consumo.

Los asentamientos surgieron a partir de 1980 en respuesta a nuevas condiciones de acceso a la ciudad más restrictivas. Algunas de las características que tienen en común son: estar ubicados sobre tierras privadas, por

lo general basurales, inundables; sus viviendas presentan una evolución desde simples “taperas” a construcciones firmes, dependiendo sus características de la capacidad y recursos de quienes la habitan; inmediatamente a la ocupación del terreno se busca mediar con el Estado su “legitimación”, reivindicando la oportunidad de pagarlo y ser propietarios.

Tanto las villas como los asentamientos coexisten como formas habitacionales de la pobreza y hacen referencia a condiciones de urbanización informal, que surgen como resultado del crecimiento demográfico que no logra ser contenido por las políticas habitacionales y sociales estatales. Es así que existe una distribución y acceso desigual a la infraestructura y a los servicios urbanos. Lo que expone la precariedad, el hacinamiento de estos ciudadanos y la situación dominial irregular del suelo.

Es a partir de los años 1990, que emerge la focalización barrial como modalidad supuestamente eficiente y eficaz para la distribución de los recursos y servicios para los sectores de clases bajas. Como parte de la trama urbana, el barrio, concebido como

realidad administrativa y social, implica el habitar y el convivir en un parte del espacio urbano. Pero también es necesario comprenderlo como una producción ideológico-simbólica de reproducción y transformación social. El barrio por lo tanto alude a una fracción de la ciudad que implica la convivencia vecinal, los vínculos afectivos, reuniones, fiestas religiosas o sociales y expectativas reciprocas que dan vida, cimientan y les imprimen continuidad a las relaciones entre vecinos, fortaleciendo la vida barrial. Este fragmento del espacio, es donde los vecinos transitan, se reúnen, despliegan sus prácticas, lugar donde generan sentidos de pertenencia e identidad barrial.

Los censos nacionales y provinciales emplean distintas variables para dar cuenta de las realidades de la población del país. Se analiza el caso del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas elaborado por el INDEC, el cual busca conocer la evolución de la estructura demográfica de la población a lo largo del tiempo para formular sobre educación, salud, empleo, planificación de la familia, vivienda, desarrollo urbano y rural,

transporte y red vial, urbanización y acceso a bienes y servicios.

Dicho Censo posee sus propias definiciones de vivienda: particular o colectiva; casa, rancho, casilla, departamento, pieza en inquilinato, pieza en hotel familiar o pensión, local no construido para habitación, vivienda móvil, personas viviendo en la calle. Tienen en cuenta las condiciones de habitación de la vivienda, ya sea que se encuentre habitada o deshabitada, o bien de hogar, es decir persona o grupo de personas que viven bajo un mismo techo y que comparten los gastos de alimentación. En segundo lugar, se establecen las características habitacionales en referencia al material predominante de los pisos, la cubierta exterior del techo, el cielorraso/revestimiento interior, la provisión de agua, la procedencia del agua, disponibilidad de baño / letrina, disponibilidad de botón, cadena, mochila para limpieza y desagüe del inodoro. Se incluye la posesión en el hogar de teléfono fijo, celular, heladera, computadora, como implementos básicos para la gestión de la conexión de servicios como electricidad, telefonía, internet. En tercer lugar, se categoriza a la población de

acuerdo a sexo, edad, fecha y país de nacimiento, al saber leer y escribir, al manejo de computadora, a la tasa de Variación Intercensal, al índice de Masculinidad y densidad de la población.

Después de lo especificado, no es posible clasificar al barrio estudiado de una manera cerrada y de acuerdo a tales estándares. Si se pusiera el foco en los materiales con los cuales las casas se construyeron, éstos son muy distintos en cada caso y de acuerdo a la capacidad adquisitiva a lo largo de los años de cada familia en tal espacio. Lo mismo sucede con los elementos electrodomésticos con los que cuentan, pues muchos se quemaron debido a las conexiones clandestinas de los servicios como la electricidad. Tomando variables como las etarias, de sexo, de lectura y escritura, en el caso particular del barrio no es posible determinarlos. Esto se debe, en cierta medida, al constante ingreso y salida de familias a lo largo de su historia, lo que fue dejando de casas deshabitadas y, por ende, imposibilita categorizarlos acabadamente.

En tal sentido, es central poder problematizar los modos en que los habitantes simbolizan el espacio barrial, sus

límites y su entorno, e indagar las interacciones, reconstruir las redes de relaciones en las que los habitantes se encuentran insertos. Es decir que el barrio se conformaría así, como un espacio de (re)constitución de lazos y de integración social, donde se construyen identidades y procesos de identificación.

Modos diferenciales de apropiación del territorio

El barrio se concibe como la porción de territorio en la cual los actores sociales transitan, habitan, se relacionan y se generan valores, costumbres, luchas por el poder y el reconocimiento de sus necesidades insatisfechas. Es el lugar que los vecinos eligen para desarrollar sus experiencias familiares, y a la vez, posibilita la experiencia colectiva, como comunidad barrial. O sea que, el territorio adquiere significación en la medida en que los vecinos estampan sus vivencias en él.

Esto se lleva a cabo a través de una "marcación" de los espacios, lo que permite deducir que el espacio empieza a ser territorializado cuando comienzan a

desplegarse las prácticas de quienes lo habitan, como formas de hacer, de decir, de pensar y de sentir de los vecinos. El territorio es entonces un espacio donde los actores sociales extienden sus prácticas, donde comparten factores comunes, que los vinculan entre sí y que les otorga un sentido identitario, lo que conlleva a pensar que es el espacio donde habitamos con los "nuestros".

El Gauchito Gil se inició con la acción de un conjunto de personas, que tuvieron la idea de ocupar y apropiar un terreno, para allí edificar sus viviendas. Pero hay otras acciones comunes de los vecinos, que fueron conformando su identidad. Tal es el caso de las prácticas sociales que se pueden concebir como aquellos "modos de hacer" (Cebrelli & Arancibia, 2005, p. 100) que siempre implican un sentido y permiten hacer una valoración del mundo. Se conforman a partir de valores que condicionan la manera del ver el mundo de los actores sociales, por lo cual permiten establecer relaciones entre instituciones, valores, comportamientos, procesos sociales, etc. Pero la vinculación entre estas prácticas no se mantiene inalterable, sino que entre el hacer, el decir y el valorar existen variaciones

que llevan a pensar que estas prácticas no se permanecen inalterables, estáticas, fijas, sino que se van modificando a través del tiempo, de acuerdo a las necesidades de los actores y del contexto histórico que se vive.

El barrio se percibe así, como un espacio estructurado, conformado por diferentes actores sociales que se relacionan entre sí y que luchan por obtener mejores posiciones de poder. La noción de territorio es por lo tanto indisociable de las nociones de poder y dominio. Esto en el sentido de que las posiciones que se ocupan en el interior de un territorio, se vinculan con un juego de relaciones de poder, poder que se tiene y se concede. El juego de poder se centraría en la lucha por el dominio y ocupación (material y simbólica) del espacio, por la demarcación del mismo bajo los principios de exclusión. Es decir que el uso social del territorio permite determinar, por un lado, aquellos actores familiarizados que se encuentran dentro de los bordes, y, por el otro, quienes están fuera de los mismos, es decir a los que se reconoce como extranjeros.

Es por ello, que el barrio, es para los vecinos un espacio propio, de protección,

lucha, unión, donde desarrollan su vida y al cual le otorgan un significado. Se convierte en resguardo de lo propio, permite construir un “nosotros/as” que se diferencia de un “otros/as”, es decir que se da un desplazamiento del “yo” al “nosotros/as”, lo que da cuenta de la construcción de la vida colectiva y por ende de su relato identitario. Se va construyendo así un “aquí”, un lugar de origen, de pertenencia, de referencia de experiencias, que a la vez se conforma como un espacio simbólico de resistencia, de lucha.

La lucha como principio de identidad barrial

Los vecinos han luchado y siguen luchando por ser reconocidos como barrio y como parte de la ciudad de Salta. Pelearon para no ser reubicados cuando se inundaban debido a las lluvias, por la obtención de los servicios e instituciones imprescindibles para vivir en sociedad. Disputaron esos terrenos fiscales ocupados, que de a poco fueron apropiados. Lo hicieron a través de prácticas cotidianas tales como transitar, socializar, delimitar el espacio, lo que, de algún modo, fue “trazando” el territorio. Esas huellas condujeron a construir una identidad basada en la cohesión, donde

los vecinos se unen para poder solucionar problemas, como la falta de medición de los terrenos ocupados y de las calles, entre muchos otros aspectos de su realidad que siguen siendo postergados.

La pobreza extrema ha sido un factor clave de su existencia como grupo social, entendiéndola como una especie de tragedia propia de la cotidianidad de estas familias, que conlleva a una exclusión casi inevitable, que los atrapa en un juego perverso de sobrevivencia. La lucha es diaria, al igual que la invisibilidad y la marginación a las cuales se encuentran sometidos, pero que se conforman como motores de fuerza, que les siguen dando el empuje para seguir resistiendo.

Es en esta realidad donde los vecinos conviven, donde se reúnen, donde transcurren sus vidas y donde se elaboran relatos compartidos que dan cuenta de un lugar y de una historia común y que, también posibilitan pensar en la producción de tácticas y estrategias, a modo de micro-resistencias (De Certeau, 2000), que ponen en evidencia el conflicto como signo de lo cotidiano.

En definitiva, el análisis de las prácticas de los vecinos del barrio permite sostener que

estar en el mismo, constituirse en él y con él, implica la construcción de un relato de resistencia, que involucra una forma propia de ver el mundo, sorteando los obstáculos y las imposiciones (Arancibia, 2012). El barrio se erige como ese espacio en el cual los vecinos dejan huellas al andar, que quedan marcadas con su creatividad para resolver sus problemáticas y que constituyen un gesto identitario que los unifica como colectivo.

Resultados, reflexiones, conclusiones y algunas aperturas

Este trabajo presentó algunos de los resultados de la investigación en el marco de la tesis doctoral. Se propuso identificar y analizar las prácticas sociales de los vecinos del barrio, concibiéndolas como "modos de hacer" que posibilitan la comprensión de las maneras de territorialización específicas en el marco de los procesos de construcción de las identidades.

Se indagaron las modalidades diferenciales de los vecinos para apropiarse y establecer su dominio sobre los terrenos ocupados. Para ello se reflexionó acerca de

las posibles nociones para clasificar el territorio ocupado, habitado, y transitado cotidianamente. Se problematizaron los términos villa, asentamiento, barrio, barrio popular desde las concepciones teóricas y, asimismo, se establecieron comparaciones con las variables empleadas por distintos censos poblacionales.

A partir del ello, se decidió respetar la autopercepción que los vecinos tienen de sí mismos como miembros de un “barrio”. A la vez, se consideró necesario hacer hincapié en las experiencias particulares de habitar y convivir de los vecinos. Se comprendió la importancia de las prácticas como “modos de hacer” que, a medida que se van desplegando en el territorio, producen el efecto de “trazado” y, por ende, generan un proceso de territorialización que implica identificaciones, apropiaciones. Es decir que, por ejemplo, las compras que realizan, la asistencia a ciertas instituciones, las prácticas comunitarias, sumado a las formas de vestir, transitar y actuar de los vecinos van “marcando” los espacios y, en consecuencia, concretando esa apropiación.

La investigación concluyó que se construye un relato compartido cuyo núcleo identitario tiene que ver con la unión de fuerzas, con la construcción de ese nosotros, un proceso que se aspira a continuar observando, repensando e indagando desde nuevas perspectivas y enfoques. Las indagaciones llevadas a cabo posibilitarán el surgimiento de nuevas investigaciones que sean la base para el diagnóstico, elaboración y concreción de políticas públicas eficientes que beneficien no sólo al barrio Gauchito Gil, sino también a otros grupos sociales de Salta y de la región en similares condiciones. Se trata de un ideal que se fundamenta en la esperanza de seguir reflexionando, luchando, soñando e imaginando un futuro barrial mejor, más luminoso, más justo, más equitativo y que reduzca las distancias entre centro(s)/periferia(s).

Referencias

- Aguilar, M. A. y Sbrocco, M. E. (2009). Transformaciones e improntas urbanas en un espacio local. El caso de Vaqueros, Salta.

Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad. 8 (8), 53-75.

- Álvarez Leguizamón, S. y Sbrocco, M. E. (1991). La segregación socio-espacial. El caso de los loteos económicos urbanos. Cuadernos de Humanidades (5), 49-58.

- Cebrelli, A. y Arancibia, V. (2005). Representaciones sociales. Modos de mirar y hacer. CEPHIA- CIUNSA.

-Cravino, M. C. (2009). Vivir en la villa. Relatos, trayectorias y estrategias habitacionales. UNGS. / (2018). La ciudad (re) negada. Aproximaciones al estudio de asentamientos populares en nueve ciudades argentinas. UNGS.

- De Certeau, M. (2000). La invención de lo cotidiano. 1. Artes de hacer. Universidad Iberoamericana. / (1999) La invención de lo cotidiano 2. Habitar, cocinar. Universidad Iberoamericana.

- Elbirt, A. L. (2015). La barrialidad desbordada. Anotaciones sobre los contextos de intervención en comunicación popular en la ciudad de Salta en: R. Burgos (Ed.), Comunicación popular y alternativa en

contextos de frontera. Mapeo de actores y experiencias en sectores populares de Salta. Editorial Gráfica 29 de Mayo.

- Gravano, A. (2003). Antropología de lo barrial. Estudios sobre producción simbólica de la vida urbana. Espacio.

- Lago, F. (2016). Estimación de la evolución del déficit habitacional en la Argentina. FODECO.

- Lefèbvre, H. (1969). El derecho a la ciudad. Ediciones península.

- Massey, D. (2004). Lugar, identidad y geografías de la responsabilidad en un mundo en proceso de globalización. Treballs de la Societat Catalana de Geografia, (57), 77-84.

- Ortiz, R. (1998). Otro territorio. Ensayos sobre el mundo contemporáneo. Convenio Andrés Bello.

- Segura, R. (2006). Segregación residencial, fronteras urbanas y movilidad territorial. Un acercamiento etnográfico. Cuaderno del IDES. (9). / (2015). Vivir afuera. Antropología de la experiencia urbana. UNSAM.

Medellín imaginada, nuevas formas de interpretar la ciudad. Lo urbano, una visión no hegemónica⁴¹

Medellín imaginou, novas formas de interpretar a cidade. O urbano, uma visão não hegemônica

Medellín imagined, new ways of interpreting the city . The urban, a non-hegemonic vision

Mauricio Andrés Álvarez Moreno⁴²

Resumen: basada en su código fuente que son los dos proyectos de investigación que le anteceden, esta ponencia busca dentro de sus objetivos identificar los nuevos urbanismos creados por los ciudadanos desde la interacción con la ciudad a partir de sus afectos. Obviamente, para abordar lo urbano desde la mirada del ciudadano se debe tener en cuenta el orden imaginario. Además, es importante indagar sobre dichos conceptos urbanos de los ciudadanos a partir de los conceptos de la teoría de los imaginarios urbanos. Desde una metodología de comunicación urbana que combina datos estadísticos con análisis de imagen análoga y digital, desarrollando tiempo, marcas y ritos ciudadanos, los cuales contribuyen a la identificación de los imaginarios urbanos a partir de las actividades diarias de los ciudadanos entender cómo el ciudadano consume la ciudad.

⁴¹ Ponencia resultado del proyecto de investigación *Medellín imaginada*, investigación subvencionada por la Universidad de Medellín y tesis doctoral *"Imaginarios de ciudad como ejes articuladores en la construcción de ciudadanía. un análisis de la influencia de los imaginarios en la construcción de ciudadanía reflexiva en la ciudad de Medellín en la última década del siglo xx"* presentada al Doctorado de Ciencias Sociales y Jurídicas de la Universidad Rey Juan Carlos España.

⁴² Mauricio Andrés Álvarez Moreno- Universidad de Medellín, Colombia. maualvarez@udem.edu.co

La apuesta metodológica pretende conocer las maneras de ser urbanos de los habitantes de Medellín, al mismo tiempo que permite conocer la forma como esta ciudad se ve y es vista desde la otredad; es decir, concebir los modos comparativos de hacer ciudad y vivirla desde los habitantes de distintas urbes de Colombia. Por esta razón, el proyecto busca ilustrar y conceptualizar una Medellín subjetiva que se constituye a partir de las percepciones y construcciones imaginarias que hacen sus habitantes sobre fenómenos culturales y urbanísticos inherentes a la urbe.

Palabras Clave: Imaginarios, Ciudad, Urbano

Abstract: Based on its source code, which are the two research projects that precede it, this paper seeks within its objectives to identify the new urbanisms created by citizens from interaction with the city based on their affections. Obviously, to address the urban from the citizen's perspective, the imaginary order must be taken into account. In addition, it is important to inquire about these urban concepts of citizens from the concepts of urban imaginary theory. From an urban communication methodology that combines statistical data with analogous and digital image analysis, developing time, brands and citizen rites, which contribute to the identification of urban imaginary from the daily activities of citizens understand how the citizen consumes the city. The methodological commitment aims to know the ways of being urban of the inhabitants of Medellín, at the same time that allows to know the way this city looks and is seen from the other; that is to say, to conceive the comparative ways of making city and living it from the inhabitants of different cities of Colombia. For this reason, the project seeks to illustrate and conceptualize a subjective Medellin that is constituted from the imaginary perceptions and constructions that its inhabitants make about cultural and urban phenomena inherent in the city

Key words: Imaginary, City, Urban.

Tema central

En la configuración de los imaginarios se construyen mundos que alcanzan un alto grado de verosimilitud y credibilidad social, la ciudad y los espacios son narrados, marcados, incorporados al lenguaje y a la lectura de sujetos colectivos que resemantizan, lo cual tiene que ver con la interacción de los sujetos en esos espacios, que hace que el uso o función para los que fueron creados se modifique según las prácticas sociales de los ciudadanos. La interacción urbana anticipa mundos posibles: los nombres informales de las calles, de los edificios, de las avenidas, de los parques, plazas, mercados, que provienen de imaginarios urbanos no oficiales, pero que permiten el acceso a un mundo posible más o menos organizado. Las etiquetas de la ciudad y sus espacios pueden variar con el paso de cada gobernante; con cada administración se realiza un cambio en la señalización de la ciudad: se cambian los nombres de parques, plazas o monumentos, se modifican colores

que marcan o indican espacios o zonas públicas y privadas, se intervienen fachadas de establecimientos, se reinaugura un mismo edificio como sede de nuevos usos gubernamentales, etc. Son procedimientos que atañen a la noción de mundos nombrados y apuntados, más que contruidos por un sujeto colectivo. Sin embargo el consumo de ciudad estará ligado a las miradas de quien habita la ciudad.

Los lugares de las urbes en los cuales se desarrolla la construcción de los imaginarios urbanos reflejan un conjunto de signos que, continuamente, se están resignificando de acuerdo a las dinámicas contextuales. Según Armando Silva, para entender el concepto de imaginario urbano se deben tener en cuenta tres reflexiones básicas: «lo imaginario asociado a la pregnancia simbólica del lenguaje, lo imaginario como inscripción psíquica y en la perspectiva de una lógica inconsistente, y lo imaginario en cuanto a construcción social de la realidad».⁴³

⁴³ SILVA, A. *Bogotá imaginada*. Bogotá, Colombia: Editorial Taurus, 2003, p. 12.

Objetivos

Precisamente, los proyectos de investigación que soportan esta ponencia buscan re-significar el concepto de ciudad desde la definición que el ciudadano hace de la misma, a partir de su experiencia y su afectividad: se trata, entonces, de mostrar la construcción de los croquis afectivos de la ciudad, en términos de Armando Silva, que básicamente evidencian las posturas del habitante de la urbe con respecto al urbanismo de la ciudad físicamente construida.

Por lo tanto, preguntarse por las construcciones imaginarias y simbólicas de los habitantes de la ciudad permite evidenciar los diversos modos de construcción de la ciudad realizados por el ciudadano y no desde la imagen tradicional de ciudad edificada desde el urbanismo: la ciudad físicamente construida «que reconoció en los arquitectos y en distintos operadores materiales una sobrevaloración para decidir por los espacios y destinos de una urbe».⁴⁴ Vale decir que este

urbanismo ciudadano que propone Armando Silva genera unos lazos coyunturales entre la percepción de los ciudadanos y la manera como usan la ciudad y se apropian de los espacios para re-significarlos dentro de una carga simbólica que permite hablar de un modo de construcción de ciudad mediada desde la percepción colectiva.

De lo anterior uno de los objetivos estructurales que esbozan este proyecto es generar procesos de comprensión de las culturas urbanas contemporáneas, con el propósito de identificar cuáles son los imaginarios urbanos que construyen los ciudadanos de Medellín

Enfoque y/o metodología de abordaje

El enfoque de la presente investigación busca generar procesos de comprensión de lo urbano desde las dinámicas y relaciones que genera el ciudadano con su urbe. Mediante la aplicación de la metodología, se hacen evidentes algunos fenómenos urbanos que

⁴⁴ SILVA, A. *Imaginarios urbanos: hacia el desarrollo de un urbanismo desde los ciudadanos*. Bogotá: Convenio Andrés Bello y Universidad Nacional de Colombia, 2004, p. 45.

transitan dentro de la contemporaneidad de la ciudad, los cuales serán los puntos para interpretar y analizar con el fin de evidenciar los croquis ciudadanos que, en términos de Armando Silva, son aquellos constituidos por los ciudadanos y no por las demarcaciones y delimitaciones territoriales físicas y arquitectónicas visualizadas en los mapas. De ahí que Silva, en su texto *Imaginarios urbanos*, en el apéndice «La ciudad bajo las formas del arte», plantea:

Tratar la ciudad [...] como forma inventada que rivaliza, interroga y dialoga con las formas materiales de los arquitectos, de los diseñadores, en fin, de sus operadores físicos. Pero tal forma es validada, sino creada, colectivamente por sus habitantes en maravillosos ejercicios grupales que hacen de cada ciudad una gran experiencia estética construida desde su diario vivir.⁴⁵

Esta apuesta metodológica pretende conocer las maneras de ser urbanos de los habitantes de Medellín, al mismo tiempo que permite conocer la forma como esta ciudad se

ve y es vista desde la otredad; es decir, concebir los modos comparativos de hacer ciudad y vivirla desde los habitantes de distintas urbes de Colombia. Por esta razón, el proyecto busca ilustrar y conceptualizar una Medellín subjetiva que se constituye a partir de las percepciones y construcciones imaginarias que hacen sus habitantes sobre fenómenos culturales y urbanísticos inherentes a la urbe. Para ejemplificar algunos casos específicos abordados por Silva en la metodología del texto *Imaginarios urbanos: hacia el desarrollo de un urbanismo desde los ciudadanos*, el autor afirma que tratar de

Comprender y evidenciar memorias colectivas sobre temas urbanos, tales como acontecimientos locales, personajes y mitos, escalas de olores y colores, que identifican y segmentan sus ciudades, fabulaciones (historias, leyendas, rumores) que las narran, en fin, construcciones imaginarias que de cada ciudad hacen las distintas creaciones de ficción en los tan variados géneros de las narraciones urbanas.⁴⁶

⁴⁵ SILVA, A. *Imaginarios urbanos: hacia el desarrollo de un urbanismo desde los ciudadanos*. Bogotá: Convenio Andrés Bello y Universidad Nacional de Colombia, 2004, p. 314.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 14

Las investigaciones son de tipo cualitativo, con una memoria analítica y con la aplicación de varias técnicas para el análisis, entre ellas el análisis de contenido. En el contexto de este análisis, la hermenéutica resulta, además de pertinente, necesaria, en la medida en que posibilita la construcción de sentido a partir de la identificación de indicios, cuya interpretación permite el abordaje del problema propuesto. Además, se parte de la definición y de limitación de algunos conceptos esenciales para el desarrollo de la investigación, como se explicará en los siguientes párrafos

Es importante mencionar que con la metodología propuesta y con base en la interpretación ecléctica, se intentará leer la ciudad subjetiva de los habitantes a partir de siete categorías distribuidas en tres unidades de análisis. En primer lugar, dentro del componente de ciudad se analiza a Medellín desde su espacialidad física e histórica, de acuerdo con las percepciones de los habitantes; dicha unidad de análisis incluye tres categorías o cualidades urbanas que, en

términos de Silva, se refieren a «aquellos signos sensibles que a juicio de sus ciudadanos representan la ciudad, la delinear, la hacen imagen».⁴⁷ Vale decir que en esta categoría se analizan aspectos tales como personajes, música y lugares representativos de la urbe, acontecimientos que buscan indagar por la memoria histórica de la misma, percepciones de la ciudad mediante escalas de colores, sonidos y olores, entre otros elementos relacionados con la construcción de iconos representativos construidos por los ciudadanos.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Los croquis ciudadanos son percepciones territoriales, muchas veces sin espacio geográfico, pero sí como expresión del lugar figurativo (en ocasiones narrativo) donde se revelan circunstancias de la vida social. Los croquis imaginarios de los ciudadanos hacen referencia al reconocimiento de las formas de la ciudad que habitan las mentes de ellos

⁴⁷ *Ibíd.*, p. 34.



Imagen 1. Parque de Bolívar. Fuente: fotografía de Diego Arango.

mismos por segmentación e interiorización de sus espacios vividos y de su proyección grupal, según distintos puntos de vista urbanos.

Se trata de otra visión del territorio fundamentado en el tiempo (de los ciudadanos) más que en el lugar (real de la ciudad) y, por tanto, de ella han de desprenderse nuevas territorialidades. Los croquis crean una nueva medida territorial basada en reagrupaciones ciudadanas con fines específicos. Si el mapa marcaba unas fronteras determinadas de propiedades políticas y geográficas, los croquis desmarcan los mapas y los hacen vivir su revés: no lo que se impone (como frontera) cuanto lo que me

impongo (como deseo). Los mapas son de las ciudades; los croquis pertenecen a los ciudadanos. El destino del croquis consiste en representar límites, evocativos o metafóricos, de un territorio que no admite puntos precisos de corte por su expresión de sentimientos colectivos o de profunda subjetividad social. El territorio entonces no es mapa, sino croquis, puesto que el croquis vive la contingencia de su propia historia social.

El croquis es construido en la mente de los ciudadanos, gracias al tiempo que comparten con otros, y sobre los afectos y lazos que allí afloran. No necesariamente se dan en un espacio geográfico definido, al contrario, es

más resultado de la imaginación y del proceso simbólico que experimentan. Sobra decir que esos lazos, relaciones y afectos son producto de las mismas dinámicas que caracterizan lo urbano: la espontaneidad, lo inopinado, el azar, el anonimato, la libertad, entre otros.

La ciudad se hace real porque hay ciudadanos que la habitan, la realizan, la actualizan. Aquí ya no se sigue a la ciudad, sino a quienes la habitan en los modos de construir sus realidades urbanas.

En esta instancia, interesa caracterizar la actividad ciudadana como constructora de cultura urbana, en relación con sus temporalidades, marcas urbanas que median sus acciones para describir las rutinas de los actores urbanos. Se halla una correlación entre cualidades urbanas y temporalidades del ciudadano, entre calificaciones de la ciudad y marcas urbanas, entre escenarios y rutinas.⁴⁸ Con las temporalidades se rastrean los aspectos que condicionan el quehacer diario de los ciudadanos. Si en la ciudad se concluye con el asunto del espacio y los escenarios urbanos, la instancia del ciudadano

se inicia con el asunto del tiempo: cuándo se hacen o se practican ciertas actividades; cuándo se recorre la ciudad; a qué hora se camina la calle; es una ciudad nocturna o diurna. Esta información se inquiriere por el tiempo que los ciudadanos le dedican a su trabajo y si lo hacen de día o de noche, cuánto tiempo pasan en familia, con los amigos, con la pareja, etc.

Las marcas ciudadanas tienen que ver con objetos, elementos, grupos, lugares que señalan al ciudadano como sujeto de experiencia urbana. Así como el ciudadano marca la ciudad con sus calificaciones, lo urbano también lo marca a él, lo señalan como ciudadano de una ciudad específica. Se pregunta por el tipo de comida que más se ofrece en la ciudad y el que más le gusta al ciudadano, cuál es la religión que sigue y que impera en la ciudad, cómo se movilizan los habitantes de la ciudad (¿en transporte público, caminando, en moto o en vehículos privados?), cuál es la música que más suena, si se consumen drogas o alcohol (¿dónde, cuándo, quiénes?), cuáles son las formas de

⁴⁸ *Ibidem*, p. 51.

violencia que hay en la ciudad y cómo marcan el comportamiento de los ciudadanos, así como cuál es el rasgo que predomina en el carácter de los ciudadanos.

Las rutinas ciudadanas son aquellas acciones que se repiten continuamente, de tal forma que se pueden sistematizar para caracterizar la forma de actuar de los ciudadanos. Esas rutinas tienen lugar en los escenarios urbanos, «son las rutinas las que constituyen escenarios y, a su vez, son estos los que configuran las rutinas».⁴⁹ Por las rutinas se crean croquis ciudadanos y espacios denominados no lugares. En este punto se pregunta por la frecuencia con que los ciudadanos tienen relaciones sexuales, por la frecuencia con que asisten al teatro, a cine, a la iglesia, a reuniones y fiestas, a restaurantes; así como qué hacen durante el tiempo en que están en la calle o fuera de casa; qué hacen las parejas cuando están juntas, en el tiempo libre, entre otros. Las rutinas ciudadanas permiten conocer la vida cotidiana y la experiencia urbana.

Los emblemas urbanos son definidos como representaciones sociales de alta concentración simbólica desde un punto de vista urbano o por todo un conjunto ciudadano. Así, los emblemas pueden convertirse en estandartes ciudadanos para un determinado territorio y para un período de tiempo determinado. Un emblema actúa como icono de la cultura urbana y pasa a representar a una ciudad pensada desde sus urbanismos ciudadanos. Los emblemas consiguen y mantienen el poder de evocar a una ciudad y son tales tanto en sus valoraciones positivas como negativas. Por lo anterior, los emblemas participan de la naturaleza estética de una ciudad.

Por último, el tercer componente de la lógica tria es la denominada «la otredad», un término referido a los otros dos. Un tercero es siempre un enlace, un medio, un puente que conecta lo primero con lo último, es mediación como paso intermedio.⁵⁰ La otredad en los imaginarios urbanos es la misma percepción

⁴⁹ *Ibídem*, p. 52.

⁵⁰ *Ibídem*, p. 24.

de los sujetos hacia lo que los rodea, incluyendo a otros ciudadanos.

No basta con habitar la ciudad, con producir en ella, con disfrutarla; es necesario vivirla como un espacio colectivo donde el ciudadano actúe sobre la ciudad y esta sobre el ciudadano, haciendo evidente la máxima griega sobre la polis: «la ciudad es la gente». Al vivenciar el espacio se enriquece la sociedad en su conjunto y cada individuo en particular, logrando que tanto derechos como obligaciones sean comprendidos y respetados por todos y cada uno de los habitantes de las urbes. El ciudadano se constituye en la participación política sobre el destino de la sociedad. Sin una participación en la vida pública no es posible construir la ciudadanía: el ciudadano debe –como pensaba Aristóteles– ser aquel que es capaz de gobernar y de ser gobernado.

Por consiguiente, este proyecto de ciudad debe tener como eje articulador la construcción de una nueva ciudadanía o, expresado de otra forma, de una ciudadanía plena: consciente de sus derechos individuales y colectivos, respetuosa de los derechos de sus semejantes, conocedora de

sus obligaciones, y con acceso a los medios culturales y materiales que le permitan ejercer unos y otros. Se aspira a que en las profundidades del alma popular se generen actitudes frente a lo público que conduzcan a una ciudad aún desconocida por sus habitantes: una ciudad de ciudadanas y ciudadanos.

En la investigación denominada «Imaginarios de ciudad como ejes articuladores en la construcción de ciudadanía. Un análisis de la influencia de los imaginarios en la construcción de ciudadanía reflexiva en la ciudad de Medellín en la última década del siglo XX» se preguntó a los habitantes de la ciudad de Medellín por diversos aspectos de la ciudad y los ciudadanos; dicha indagación se abordó desde las cualidades, calificaciones, escenarios, temporalidades, marcas, rutinas ciudadanas y otredades en las que los medellinenses perciben y viven en y sobre la ciudad y los ciudadanos. Para el desarrollo de esta investigación se utilizó la totalidad del formulario base, un cuestionario de 81 preguntas aplicado a 300 ciudadanos de la ciudad.



Imagen 2. Comuna número 13. Fuente: fotografía de Diego Arango.

Tal como se explicó en el apartado de la metodología, el formulario base⁵¹ está orientado a una tradición contemporánea que conduce las respuestas de la observación sistemática, propias de la orientación científica, hacia un campo creativo de producción de imágenes que rivalizan con aquellas de la realidad factual para así avanzar en la reconstrucción estética de las

sensibilidades colectivas. El cruce entre el formulario base y las fotografías de la ciudad son la apuesta innovadora de la investigación. La relación entre números y ciudad toma forma en la medida que son los ciudadanos los que adornan su ciudad con las interpretaciones que tienen en su mente. Los datos recogidos en los cuestionarios se

distribuyen en tres partes: la ciudad, los ciudadanos y los otros.

El código del ciudadano –desligado analíticamente del de producción– no actúa, sin embargo, en forma autónoma, ni se puede entender como el destinatario pasivo de formas producidas por otros ciudadanos; muy por el contrario, el ciudadano es también productor colectivo de espacio. Es a través de la construcción de espacios como puede llegarse a un salto cualitativo de las formas de leer la ciudad, siempre y cuando se imponga socialmente.

El uso que hace la gente de sus espacios está mediado por la cultura: un tipo de vivencias, las pautas de comportamiento e interacción en la relación entre las experiencias vividas, entre individuos no vinculados personalmente, pero relacionados en la medida en que, mutuamente, pueden prever su conducta. Los usos más pertinentes a este análisis son aquellos referidos a la convivencia en público y, más específicamente, los desarrollados en el espacio público por excelencia: el espacio urbano. El programa donde está resuelto casi todo lo que se debe hacer en público preexiste

y es aprehendido meticulosamente por cada persona desde su infancia, y se ejecuta de manera espontánea y mecánica; este automatismo explica, en gran medida, su resistencia al cambio e, incluso cuando las raíces históricas han desaparecido, se convierten en costumbre. Los usos son a la vez los límites que impone la sociedad para efectuar la convivencia y el piso automatizado que sirve de basamento para la construcción de vida particular. Ellos tienen su propia dinámica de cambio, su propia coherencia, sus propios condicionantes, los cuales están mediados por la formación y desarrollo de una cultura urbana que, por este medio, interviene activamente en la construcción de ciudad, en su producción. Esta producción, este precipitado es creación, creación de la sociedad.

Pensar la ciudad como un magma es pensarla como una institución imaginaria, producto de nuestros sueños, creación del lenguaje y el habla: un grupo anónimo de individuos armados de palabras, signos y símbolos con los cuales tejen los productos de su imaginación y producen instituciones, producen la ciudad, de manera que la ciudad

es la gente y la gente crea la ciudad en un proceso complejo y colectivo de creación estética, visualizable a través de la obra de arte. El magma se puede representar con la ayuda del gran pintor de la ciudad, Jackson Pollock.⁵²

En la ciudad no se pueden eludir los complejos problemas del espacio. En la política urbana del país, se ha analizado la importancia del espacio sin omitir su dificultad filosófica: la pregunta que interroga qué es el espacio, al decir de Martin Heidegger, no ha sido todavía planteada y, aún menos, respondida. Sigue estando impreciso el problema de qué manera es el espacio e, incluso, si puede atribuírsele un ser en absoluto; la interrogación sobre el espacio se ha eludido, hasta el punto que los privilegios filosóficos de los que ha gozado «el tiempo» están ligados al desarrollo de la filosofía como metafísica. Una filosofía que indaga por la interioridad del ser dejando de lado su exterioridad, privilegiando el espíritu contra la

naturaleza, la razón contra la ciudad. Se ha dado una escisión entre tiempo y espacio, y esa escisión fue adquiriendo, como tendencia dominante, la separación entre ciencia y filosofía; la ciencia, según esta tendencia, quedó volcada sobre el espacio como pura abstracción geométrico-mecánica desprovista de todas las cualidades de la percepción sensible, y su saber, convertido en un mero calcular que encuentra su fundamental aplicación en dominación tecnológica del universo.⁵³

La dualidad tiempo-espacio ha condicionado el cavilar sobre la ciudad a través del tiempo. Se ha impuesto una dualidad entre lo externo y lo interno, y esa dualidad ha limitado la construcción de todo espacio y, por qué no, el desarrollo y el pensar de la vida misma. En lugares del vivir como la casa y la ciudad, ambos espacios tienen un carácter totalmente distinto:

El espacio exterior es el espacio de la actividad en el mundo en el cual hay que

⁵² El lector interesado puede observar los cuadros de este gran expresionista abstracto, particularmente aquellos elaborados con los procedimientos de aplicación de la pintura sobre la superficie, conocidos como de «goteo» o «chorreo», generalizando lo que da como resultado unas figuras que permiten darse, espacialmente, una idea del magma de magmas con el que se ha querido definir la ciudad. Ver: FRANK, E. Pollock. Nueva York: Abeville Press Publishers, 1983, pp. 63-86.

⁵³ Sobre el particular, ver: PARDO J.L. Las formas de la exterioridad. Valencia: Pre-Textos, 1992.

superar siempre dificultades y defenderse del enemigo, es el espacio del desamparo, de los peligros y del abandono. Si hubiera únicamente este espacio, tendría razón los existencialistas y el hombre sería entonces el fugitivo eternamente perseguido. Es por eso que se precisa del espacio de la casa. Este es el espacio de la tranquilidad y de la paz, en el cual el hombre deja estar continuamente frente a una posible amenaza, un espacio al cual el hombre puede retirarse para tranquilizarse.⁵⁴

Dicha dualidad ha impedido adentrarse en los misterios de la ciudad. La ciudad es una casa grande, es nuestro hogar colectivo; no surgió de un simple amontonamiento de casas, sino de una creación social a través del habla. La ciudad es historia, y la historia es la complejísima relación de la totalidad de las acciones de los seres humanos a través del espacio y el tiempo: la ciudad es, por excelencia, el lugar para vivir en sociedad.

De lo anterior se desprende una compleja consideración real sobre el espacio si se examina en su manifestación socio histórica, o

sea, como elemento clave para entender la ciudad como la política del ser. Aristóteles, en *Política*, define el ser en su esencia como un viviente urbano, como alguien que no se puede elucidar por fuera del horizonte de la ciudad. El hombre y la mujer no se reducen a lo vivo, trascienden toda la vida orgánica para convertirse en ciudadanos. Fuera de la ciudad el ser no sería de otro modo: «Al fundar la ciudad, el hombre establece la condición de posibilidad de su ser. Y, por tanto, que el hombre es anterior a la ciudad, en cuanto es su fundador; pero que la ciudad es anterior al hombre, porque éste sólo en ella puede conquistar su ser pleno».⁵⁵ La ciudad es la gente y la gente crea la ciudad.

El espacio es una creación que se hace posible en un momento en el cual una colectividad anónima; es decir, un número indefinido de seres humanos que se encuentran juntos en forma permanente, realiza una creación de este tipo, la cual, en un proceso complejo de desarrollo, crea una institución: la ciudad. Con «espacio» no se hace referencia a la extensión geográfica o a

⁵⁴ BOLLNOW, O.F. *Human space*. London: Hyphen, 2011, p. 167.

⁵⁵ Cruz, R. R. *La construcción simbólica de la ciudad: sociedad, desastre y comunicación*. Guadalajara: Iteso, 1996, p. 95.

la localización, sino a la creación de una multidimensionalidad natural y social propia de todas y cada una de las culturas: el espacio habitado trasciende el espacio geométrico.⁵⁶

Lo urbano se entiende, entonces, como algo complejo que se va constituyendo cotidianamente por las acciones físicas que afectan la ciudad, pero que a su vez tiene consecuencias en lo social: «lo físico en una ciudad produce efectos en lo simbólico, sus

escrituras y representaciones». Y las representaciones que los pobladores generan de su entorno urbano afectan y guían su uso social, al igual que modifican la concepción social del espacio. La ciudad no se reconoce solamente por su entorno físico natural, sino por sus características arquitectónicas, por sus colores en la construcción, por las formas de sus calles.



⁵⁶ BACHELARD, G. *La poética del espacio*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1965.

Imagen 3. Plaza Botero. Fuente: fotografía de Diego Arango.

Desde mediados de la década de 1980, cuando Pablo Escobar Gaviria consolidó una poderosa estructura criminal conocida como el Cartel de Medellín, hasta el presente, Medellín se ha caracterizado por el accionar de diversos tipos de actores de violencia asociados a la criminalidad, a la insurgencia y al paramilitarismo. Pero, al mismo tiempo, en la ciudad se han presentado varios procesos de desmovilización (milicias en 1994 y 1998, y grupos paramilitares en 2003 y 2005), experiencias de reinserción y de pactos de paz, promovidas por autoridades locales, la Iglesia católica y organizaciones sociales o como resultante de alianzas establecidas entre los mismos actores armados ilegales. Estos procesos han incidido de manera coyuntural en algunos indicadores de violencia y en la composición de los grupos ilegales, pero no han traído el fin de la presencia y accionar de estos grupos en Medellín.

La ciudad, desde el punto de vista de la construcción imaginaria de lo que representa, debe responder al menos por unas condiciones físicas naturales y construidas, por unos usos sociales, por unas modalidades

de expresión, por un tipo especial de ciudadanos en relación con otros contextos nacionales, continentales e internacionales: una ciudad hace una mentalidad urbana que le es propia.

En los tiempos actuales de globalización creciente, que se expresa incluso en la unificación de estilos urbano-arquitectónicos como la construcción de edificios de estilo internacional para sedes bancarias, hoteles, centros comerciales y cadenas de comidas rápidas norteamericanas, ¿cómo reconocer las particularidades de una ciudad? Silva responde a lo anterior señalando que «lo que diferencia a una ciudad de otra, no es tanto su capacidad arquitectónica, sino los símbolos que sobre ella construyen sus propios moradores».

Referencias

- Bazin, A. (1984). *¿Qué es el cine?* (7.^a ed.). Madrid: Rialp.
- Beaedsley, M., y Hospers, J. (2006). *Estética: historia y fundamentos*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Beck, U. (2006). *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI Editores.

Bello Montes, C. (2008). La violencia en Colombia: análisis histórico del homicidio en la segunda mitad del siglo XX. *Revista Criminalidad*, 50(1), 73-84.

Benkler, Y. (2006). The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. New Haven, Conn: Yale University Press.

Berganza Conde, M. R. y Ruiz San Román, J. A. (2005). Investigar en comunicación: guía práctica de métodos y técnicas de investigación social en comunicación. Madrid: McGraw-Hill.

Berthoud, O., Lobo, E., y Morin, D. (1992). *Imágenes y textos para la educación popular*. La Paz: Ediciones CIMCA.

Bobbio, N. (1986). *El futuro de la democracia*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

Silva, A. (1978). *La comunicación visual*. Bogotá: Ediciones Suramérica.

_____. (1985-1986). *La mise en scène du graffiti dans l'espace urbain*. Paris: École des hautes études en sciences sociales.

_____. (1987). *Punto de vista ciudadano*. Bogotá: Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo.

_____. (1988). *Graffiti. Una ciudad imaginada*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

_____. (1992). *Imaginarios urbanos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

_____. (1996). The Family Photo Album: the image of ourselves. Irvine: UMI.

_____. (1998a). I Alexander Honory. One World with Many Faces. Viena: Salon Verlag.

_____. (1998b). Álbum de familia. La imagen de nosotros mismos. Bogotá: Norma.

_____. (2001). *Imaginarios urbanos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____. (2003). *Bogotá imaginada*. Bogotá, Colombia: Editorial Taurus.

_____. (2004). *Imaginarios urbanos: hacia el desarrollo de un urbanismo desde los ciudadanos*. Bogotá: Convenio Andrés Bello y Universidad Nacional de Colombia.

_____. (2005a). *Polvos de ciudad*. Bogotá: Sociedad Cultural La Balsa.

_____. (2005b). *Proyectar imaginarios*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia y Sociedad Cultural La Balsa.

_____. (2006a). *Imaginarios urbanos*
(5.ª ed.). Bogotá: Arango Editores Ltda.

_____. (2006b). Centros imaginados de
América Latina. Lugares e imaginarios en la
metrópolis. Barcelona: Anthropos.

O transporte público como ferramenta de heterogeneização dos espaços da cidade – uma análise da ocupação da Praia dos Crush

El transporte público como herramienta de heterogeneización de los espacios de la ciudad – un análisis de la ocupación de Praia dos Crush

Public transport as a tool for heterogenization of city spaces – an analysis of the occupation of Praia dos Crush

Rosana Roseo Batista⁵⁷

Sílvia Helena Belmino⁵⁸

Resumo: Essa pesquisa reflete sobre a capacidade de atuação dos transportes públicos como ferramentas de heterogeneização dos espaços da cidade, a partir de uma análise da ocupação da orla da Praia dos Crush, localizada em Fortaleza, Ceará (Brasil), em um bairro nobre da capital cearense, por moradores de menor poder aquisitivo. Assim, discutimos essa prática rotineira à luz dos conceitos de urbanização (LEFEBVRE, 1999; 2008), mobilidade urbana (AUGÉ, 2010) e de capacidade dispersiva dos coletivos urbanos (CAIAFA, 2002), bem como fizemos um breve

⁵⁷ Rosana Roseo Batista. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, Brasil, e-mail: rosanappgcom@gmail.com.

⁵⁸ Sílvia Helena Belmino. Doutora em Comunicação e professora associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Publicidade e Propaganda do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará, Brasil, e-mail: silviahelenabelmino@gmail.com.

levantamento das histórias de ocupações do litoral fortalezense (LINHARES, 2013; BELMINO, 2018). Como resultado, encontramos nos grupos menos abastados a habilidade para a mudança das estruturas de segregação, mesmo reconhecendo que eles sofrerão violentas resistências.

Palavras-chave: Transporte público; Heterogeneização; Cidade.

Abstract: This research reflects on the capacity of public transportation to act as tools for the heterogenization of city spaces, based on an analysis of the occupation of the Praia dos Crush's shore, located in Fortaleza, Ceará (Brazil), in an upscale neighborhood of the capital of Ceará, by residents with lower purchasing power. Thereby, we discussed this routine practice in the light of the concepts of urbanization (LEFEBVRE, 1999; 2008), urban mobility (AUGÉ, 2010) and the dispersive capacity of urban collectives (CAIAFA, 2002), as well as we did a brief survey of the histories of occupations on the coast of Fortaleza (LINHARES, 2013; BELMINO, 2018). As a result, we find in the less affluent groups the ability to change segregation structures, even recognizing that they will suffer violent resistance.

Key words: Public transport; Heterogenization; City.

Introdução

Fortaleza, capital do estado do Ceará (Brasil) e quinta maior cidade em extensão territorial do país, é mundialmente conhecida por seu extenso litoral de verdes mares e pela

promessa de uma terra de povo caloroso, hospitaleiros e simpáticos aos turistas que lhe visitam durante o ano inteiro⁵⁹. Devido à sua proximidade com a Europa via mar e aos altíssimos investimentos públicos e privados

⁵⁹ No período correspondente aos anos 1987 e 1994, período de governo de Tasso Jereissati, a propaganda turística do estado passou a fazer forte alusão ao calor do sol o ano inteiro e à hospitalidade do povo cearense, que vendia a ideia de que o estado poderia ser visitado em qualquer temporada, pois os turistas seriam sempre bem recepcionados (BELMINO, 2018).

em reformas estruturais, que visam a padronização global na estética de seus projetos imobiliários, de mobilidade e mesmo de lazer, a metrópole hoje integra o roteiro de turismo internacional e já sediou megaeventos, como a Copa Mundial de Futebol, em 2014. Entretanto, para além das belas imagens que compõem os cartões-postais, a cidade enfrenta um gravíssimo problema comum aos grandes centros urbanos do mundo contemporâneo: a desigualdade social. Em se tratando da capital cearense, ela se revela, sobretudo, nas condições díspares das moradias dos fortalezenses, onde bairros privados e luxuosos se avizinham “a uma maioria de seres humanos que fixa residência nos arrabaldes da miséria” (AUGÉ, 2010) e precisam conviver diariamente com a pobreza e seus subprodutos – o desemprego, a sub habitação, a delinquência e a violência, tão comuns nas comunidades carentes.

Essa distinção entre realidades, em Fortaleza, tem como pano de fundo belas praias de verdes mares, já que o litoral margeia boa parte do território, mas a relação entre esses elementos é bem mais antiga e

confunde-se com a história da capital. Na literatura, José de Alencar retrata, em uma de suas obras mais conhecidas, a fundação do estado do Ceará como sendo a partir do encontro da indígena Iracema, a virgem dos lábios de mel, com o primeiro colonizador europeu, Martim Soares, que atraca seu navio na costa litorânea e, ao se apaixonarem mutuamente, geram Moacir, o filho da dor. Na perspectiva histórica, as águas marítimas também têm seu lugar registrado e exercem, em muitos momentos, o papel de demarcadores sociais. No início do século XIX, por exemplo, o estado padecia com períodos longos de seca no sertão e, tendo perdido tudo pelo castigo do sol e tentando escapar da morte por fome e sede, os sertanejos abandonavam suas moradias e vinham para a capital em busca de sobrevivência (BELMINO, 2018). Ao chegarem aqui, contudo, deparavam-se com campos de concentração que era reservado para afastar os flagelados, como eram conhecidos, dos habitantes locais, proibindo-lhes a livre circulação ou mesmo o contato com suas próprias famílias, já que eram separados por gênero, para evitar que houvesse aumento no quantitativo de

miseráveis. Na praia da região leste ficava o Campo Urubu⁶⁰, que hoje corresponde à parte do território do bairro Pirambu, uma das áreas periféricas fortalezense mais populosas.

Alguns quilômetros à frente, na extensão do mesmo mar, o cenário muda quase que completamente. Em vez de uma periferia populosa, com todos os sabidos problemas que costumam ter, está a região mais nobre de Fortaleza, com seus altíssimos, caros e luxuosos prédios e estabelecimentos comerciais. Em vez de flagelo e dor, sua concepção histórica é pautada em requinte. Ao passo em que os retirantes da seca chegavam desesperados na cidade e ficavam aprisionados no litoral leste, iniciavam-se na região oeste processos de valorização das suas praias, a partir da construção de padronizadas barracas de praia, clubes e calçadões, para atender a abastada população que começava a fixar residência na região a partir dos anos 30. Até esse momento, o centro da cidade ainda concentrava o foco do

poder econômico da capital (CEPIMAR, 2008), até que houve, nesse período, uma transformação nacional no modo usufruir o mar, que agora não servia mais só para contemplação ou para banhos com a finalidade de tratamento de saúde recomendados por médicos, mas também como uma forma de lazer tal qual conhecemos hoje (LINHARES, 2013). Sendo assim, os olhares voltaram-se para as águas e a região à beira-mar passou a ser muitíssimo valorizada.

Visando atender as distintas demandas de lazer e diversão dos novos moradores da parte oeste da cidade, que não queriam estar em contato com a população menos abastada que também passou a frequentar, esporadicamente, as praias, é que se deu início a um processo de construção de espaços de sociabilidade reservado para esse público. Assim, surgiram no período compreendido entre as décadas de 30 e 70 (BELMINO, 2018), empreendimentos comerciais, como

⁶⁰ O Ceará criou alguns campos de concentração na primeira metade do século XX, no intuito de barrar a chegada dos retirantes da seca na capital. Em Fortaleza, havia um no São Gerardo (Alagadiço), um no Otávio Bonfim (Abatedouro) e um no Pirambu (Urubu). Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 03 de set. 2020.

restaurantes, bares, hotéis e clubes visando o entretenimento e diversão dos ricos fortalezenses e turistas, consolidando de uma vez por todas o imaginário do litoral como espaço diferenciação social. Alguns deles, inclusive, ainda fazem parte do cenário contemporâneo da capital, como o late Clube de Fortaleza, que foi reconhecido em 2018 como Patrimônio Turístico⁶¹, o Náutico Clube, criado para "suprir as demandas de uma sociedade que ansiava por um símbolo de arrojo e modernidade, que exteriorizasse os valores preponderantes da urbanidade fortalezense" (PONTES, 2003) e que mantém uma extensa lista de associados que frequentam seus não tão acessíveis cafés e teatro ainda hoje.

Na contramão desse desenvolvimentismo em torno da praia oeste de Fortaleza, o litoral leste permanece, desde a década de 30, esquecido pelo poder público e privado. Quem se aventurar a um banho de mar nas praias do

Cristo Redentor ou Pirambu, terá que lidar com águas imundas⁶², pois os bairros da localidade ainda não têm pleno acesso aos serviços de saneamento básico e parte dos dejetos das fossas e esgotos das casas, e estabelecimento comerciais, são jogados em pleno mar, tornando mais de 450 metros de extensão completamente inutilizáveis. O odor, inclusive, virou motivo de chacota entre os próprios moradores que, nada carinhosamente, denominaram o local como "Copacabosta" (LINHARES, 2013), demonstrando o desprezo com que são tratados a população e o espaço público dali. Além disso, há uma antiga história, conhecida e recontada, principalmente por fortalezenses mais antigos, de que a praia da leste seria ainda o local de desova dos corpos de indigentes que passam pela unidade da Perícia Forense do Estado (o famigerado IML, que provém do nome Instituto Médico Legal),

⁶¹ No dia 13 de janeiro de 2018, a Prefeitura de Fortaleza concedeu ao late Clube de Fortaleza o certificado de Patrimônio Turístico local. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/late-clube-de-fortaleza-e-reconhecido-como-patrimonio-turistico-da-capital-1.1877793>>. Acesso em 03 de set. 2020.

⁶² Segundo levantamento da SNIS 2018, 50% da população fortalezense não tem acesso ao sistema de esgoto e os dejetos são, comumente, despejados a céu aberto, em praias, por exemplo. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ceara-destina-r-4392-milhoes-para-obras-de-saneamento-basico-1.2992239>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

localizado na Avenida Castelo Branco, que permite acesso aos bairros em questão.

Para completar o cenário de descaso na região, no início dos anos 90 uma empresa particular privatizou parte da orla da praia Moura Brasil, que fica no limite entre os lados leste e oeste da cidade, e construiu um dos empreendimentos hoteleiros mais luxuosos e caros de Fortaleza, o Marina Park Hotel. Além da descaracterização do local como espaço público, destinado às populações que ali residem, o hotel ainda tenta esconder de seus clientes a realidade socioambiental em que está inserido. A prova disso é que plantou na frente das janelas dezenas de árvores que impedem a visualização dos bairros periféricos ao redor. Assim, só o que resta aos moradores dessas localidades é conviver com um cenário de pobreza e miséria, causado pelo abandono do poder público, que pouco investe na qualidade de vida dos habitantes com pouco poder aquisitivo, e pela exploração desmedida das iniciativas privadas, que não retornam nenhum benefício para as populações locais. Aqueles que optam pela mudança de ares, comumente dirigem-se para espaços de consumo dirigido, como

shoppings centers, na intenção de sentirem-se incluídos e vistos, ainda que por alguns instantes apenas. Outros, no entanto, buscam a inclusão por meio do lazer que deve ser público e gratuito, como as praias, e já que as próximas de suas casas estão destruídas, a única alternativa torna-se ocupação daquelas para as quais eles não são convidados e, portanto, não são bem-vindos.

Peixes, Iracema, “Crush”: mesma praia, novos ocupantes

O espaço compreendido entre a Ponte dos Ingleses e o Espigão da João Cordeiro, que hoje é conhecido como Praia dos *Crush*, nem sempre teve esse nome. Até meados da década de 20, o local era uma aldeia de pescadores tradicional, com humildes e pequenas casas, barcos ancorados e o famigerado aroma de peixe, e era chamada de Praia do Peixe, Porto das Jangadas ou Grauçá (um caranguejo albino que costumava aparecer na região quando a maré estava baixa). No entanto, com o movimento de valorização dos litorais e a consequente ocupação deles pelas elites econômicas, o

cenário da região modificou-se completamente: agora, em vez de casinhas, jangadas e trabalhadores do mar, começavam a se erguer luxuosos bangalôs que serviriam para moradia, lazer e entretenimento da nata fortalezense (BELMINO, 2018; SOARES, 2020). A chegada desse público acabou por expulsar os primeiros moradores, pois a presença deles – e de sua pobreza – não era uma realidade com a qual gostariam de conviver diariamente (PONTES, 2003; LINHARES, 2013), nem sequer com a menção histórica desse fato. Assim, iniciou-se um processo de ressignificação do espaço a partir da construção de uma estátua da indígena Iracema, personagem do romance já mencionado, frente ao mar, e de um abaixo-assinado destinado ao então prefeito Godofredo Maciel que solicitava a mudança da denominação “daquele encantador trecho” para Praia de Iracema, pois a que existia até ali era “imprópria e vulgar” (SOARES, 2020).

Assim, em 1927, com a inauguração da ponte de desembarque do bonde que havia recebido uma extensão pela rua dos Tabajaras, a localidade à beira-mar, bem como o bairro ao redor, foi denominada

oficialmente como Praia de Iracema. A partir de então, com a clara definição de quem eram os habitantes almeçados para aquela região, ela passou a receber alguns empreendimentos que modificariam, definitivamente, a relação dos habitantes com o espaço. O Hotel Iracema Plaza, por exemplo, era o local onde se hospedavam visitantes do país inteiro e que traziam para Fortaleza as novidades do Brasil afora, principalmente no que dizia respeito a vestuários e comportamentos relacionados ao mar (LINHARES, 2013). O Restaurante Lido, construído em 1955 e funcionando até os primeiros anos da década de 80, era conhecido por suas receitas e ficou tão famoso que Praia do Lido se tornou uma nomenclatura aceitável para o lugar, ao ponto de alguns moradores mais antigos ainda se referirem a ele assim (SOARES, 2020). Entretanto, foram os bares à beira-mar que atraíram alguns grupos de fortalezenses – jornalistas, publicitários, professores universitários, músicos e artistas plásticos – para o local e contribuíram na criação de um imaginário de boemia e sociabilidade

privilegiado para suas áreas de lazer, principalmente no horário noturno.

Entretanto, como afirma Henri Lefebvre, “o urbano é finito, pois reúne elementos finitos em lugares finitos e [...] ele pode perecer” (LEFEBVRE, 1999), a década de 40 iniciou de forma catastrófica para os proprietários dos bangalôs construídos na Praia de Iracema e para aqueles que tinham o mar local como espaço de lazer. Isso porque, devido à construção do Porto do Mucuripe, a ação das ondas destruiu às construções à beira-mar e deixou a parte destinada aos banhos completamente inapropriada para uso (LINHARES, 2013; SOARES, 2020). Alguns quebra-mares e molhes foram instalados para tentar conter o avanço das águas, mas isso prejudicou ainda mais a área reservada aos banhistas. A elite financeira, em vez de lutar pelo bairro do qual fizeram tanta questão a ponto de escorraçarem os antigos moradores, migrou para outras partes litorâneas de Fortaleza, como o bairro Mucuripe, que vinha sendo modelado para atender aos interesses

desse seletivo grupo, ainda que tratando de forma equivocada os recursos naturais e as localidades ao seu entorno, como demonstrava o ocorrido na Praia de Iracema naquele momento. Assim, com o mar voltando à sua condição de paisagem a ser admirada à distância, os únicos permanentes foram os estabelecimentos que compunham o polo gastronômico da região, como o Estoril, que após a Ditadura Militar de 64⁶³ virou um espaço de sociabilidade aglutinador de setores da classe média perseguidos pelo regime militar (SOARES, 2020).

Ao longo dos anos, algumas reformas, como aterramentos para aumentar a faixa de areia, foram feitas para que a Praia de Iracema pudesse ser novamente ocupada, tanto em suas partes litorâneas, quanto continentais. Ainda hoje, no entanto, seu espaço é menos frequentado em horários diurnos dos dias úteis. Nesses momentos, é comum vermos algumas famílias fazendo caminhadas, passeando com cachorros ou praticando algum esporte de grupo na orla, mas quando

⁶³ Devido à ausência de mobilização das camadas populares da sociedade e à retirada de direitos característicos de sociedades democráticas, como liberdade de expressão e eleições diretas de seus representantes políticos, por exemplo, o período correspondente entre os anos 1964 e 1985, no Brasil, pode ser considerado como sendo de uma ditadura militar, ainda que a classe insista em remeter ao tempo como sendo de uma revolução.

chega à noite e os finais de semana é que o cenário dá uma reviravolta completa, mudando desde os usos do espaço, até o público que se encontra ali. Nos horários noturnos, é possível encontrar de tudo um pouco: crianças e adolescentes andando de patins alugados no calçadão, casais ou pais com filhos pequenos pedalando juntos em triciclos, vendedores ambulantes de comidas, bebidas e bijuterias, pedintes, performers diversos, batedores de carteira e os moradores locais fazendo suas habituais atividades. Aos domingos à tarde, contudo, é que a “P.I” (pê î), como é também conhecida a localidade entre os mais jovens, recebe centenas de moradores das periferias da cidade, ocupando calçadas, areia e mar, e que deve fazer com que os que enxergam a região como “local para se viver com repouso e na tranquilidade e segurança de um lar, [...] e que detesta a transformação do bairro em espaço desviante” (LINHARES, 2013), tenham bastante motivo para se incomodar.

Essa movimentação massiva dos moradores das periferias em direção à Praia de Iracema, nos mesmos dias e horários, teve início em 2016, ano em que o local passou a ser chamado de Praia dos *Crush*. Apesar de ser desconhecida a origem e o porquê dessa nomenclatura para designar o espaço ou mesmo do fato de ela ser extraoficial, a verdade é que o termo caiu nas graças dos fortalezenses, desde os frequentadores assíduos, até das mídias tradicionais, como jornais, noticiários de TV e revistas, que acabam por ajudar na propagação do novo nome⁶⁴. Originário do inglês, o vocábulo “*crush*” significa “colidir” ou “esmagar”, sendo literariamente utilizado para descrever a força “esmagadora” de um sentimento nutrido por alguém e que não é correspondido, fazendo dele platônico. Suas expressões idiomáticas mais comuns são “*get a crush on*” e “*have a crush on*”, que equivalem ao nosso “ter uma queda por”. Atualmente, entretanto, pode também significar alguém por quem se tem um interesse qualquer e não necessariamente

⁶⁴ Ao pesquisarmos o termo *Praia dos Crush* no Google, por exemplo, não há correção automática da plataforma para *Praia de Iracema* ou, sequer, menção a ela nos resultados. Em lugar disso, há notícias e indicações de atividades a serem feitas no espaço, bem como endereço e a sugestão de ser um bom lugar para levar crianças.

um sentimento. Sendo assim, a Praia dos *Crush* seria, portanto, um local de encontros, com os mais diversos interesses envolvidos: fazer amizades, paquerar, ter encontros românticos, etc.

Sejam quais forem os interesses que levam os jovens das periferias mais afastadas de Fortaleza a se deslocarem de suas casas rumo à Praia dos *Crush*, a verdade é que são eles quem lotam aquele espaço todos os domingos, do começo da tarde ao início da noite. Para onde quer que se olhe, nesse dia e horário, será possível ver uma multidão de adolescentes e jovens adultos, em sua maioria negros, sentados na areia, jogando bola, dando mergulhos, consumindo drogas lícitas e ilícitas, em duplas, trios ou grandes grupos. Os rapazes vestem, principalmente, bermudas, bonés e chinelos. A camisa quase sempre está pendurada no ombro ou jogada no chão. Muitas das meninas, por sua vez, usam shorts jeans, sandálias de plástico e o sutiã de biquínis. Em meio a tanta gente, há ainda os vendedores ambulantes que circulam entre todos os grupos, os animais abandonados ou acompanhados de seus donos, e muito barulho, pois há vários grupos ouvindo

músicas em pequenas caixas de som com volume alto, além de todas as conversas, risadas e gritos de amigos que se cumprimentam à distância. Quem conhece ou reside no bairro Praia de Iracema, logo percebe a ocupação por pessoas de outras partes da cidade, pois ao contrário do fenótipo branco e do comportamento comedido da classe média em ambientes públicos, ocupantes comuns daquela orla durante a semana, há uma forte heterogeneidade de sons, cores, cheiros naquele dia, hora e lugar, o que é possibilitado, principalmente, pela capacidade que os transportes coletivos têm de democratizar partes da cidade.

O papel dos transportes coletivos na ocupação da Praia dos “Crush”

As cidades do mundo globalizado, tal qual ocorre em Fortaleza, são construídas segundo uma lógica capital de urbanização que promove “a extensão do tecido urbano ao longo das costas litorâneas e dos rios, e o crescimento sem fim das megalópoles, ainda mais observável no terceiro mundo” (AUGÉ, 2010). Esse modelo de organização das

capitais permite a exteriorização dos elevados graus de desigualdade social presente nelas, pois as dividem em bairros privados, com seus luxuosos condomínios fechados e superprotegidos, com moderníssimos modelos de veículos particulares estacionados nas garagens, arborizados e com espaços destinados ao lazer de seus moradores, e bairros chamados “difíceis” com todas as deficiências sócio e estruturais já mencionadas e tão próximas da realidade de uma maioria esmagadora dos habitantes das metrópoles. O urbanismo, atividade que idealiza a ordenação dos estabelecimentos humanos (LEFEBVRE, 1991) e que cada vez mais segue a uma lógica de exploração predatória da natureza, é uma importante ferramenta das elites econômicas e de um Estado subserviente a elas no estabelecimento e manutenção desse modelo de organização dos espaços, pois “seu ideal de circulação de bens, ideias, mensagens e seres humanos está submetido à realidade das relações de força que se exprimem no mundo” (AUGÉ, 2010), ou seja, aos selecionados conforme suas condições socioeconômicas.

Para que seja possível essa divisão clara dos espaços nas cidades, uma importante estratégia utilizada é a de privatização do movimento, que busca restringir o deslocamento de grupos específicos para áreas controladas de consumo dirigido, como os *shoppings centers*, pois “a lógica econômica fala de mobilidade para definir um ideal técnico de produtividade (idem, 2010). No entanto, não há deslocamento, ou mesmo cidade, se as possibilidades de movimentação são exclusivas de veículos particulares e em espaços previstos. É nesse contexto, portanto, que surgem os transportes coletivos como uma ferramenta de fuga dessa lógica, pois possuem a capacidade de promover a dispersão (CAIAFA, 2002), possibilitando aos seus usuários o contato com estranhos, a mistura que vem com o acesso aos lugares e a ocupação dos espaços públicos. Sem o acesso à rua, que “não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação, [...] não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 1991). Sem movimento pela cidade ela não existe, pois é o ir-e-vir que nos permite evitar os pensamentos normativos

que, por sua vez, tendem a congelar as dinâmicas sociais (AGIER, 2015). Essa fuga é física, mas também, e sobretudo, simbólica, pois expande as possibilidades de circulação e ainda revela a capacidade de resistir à disciplina do Estado e do capitalismo enquanto conduz a população para longe de suas vizinhanças e realidades cotidianas marcadas pela escassez de condições mínimas de dignidade de vida.

Em se tratando dos transportes coletivos urbanos, mais especificamente dos ônibus de linhas Siqueira-Mucuripe (178), Antônio Bezerra-Mucuripe (171) e Grande Circular II (152), que lotam a Praia dos *Crush* com centenas de jovens todos os domingos à tarde, sabemos que vêm de bairros (Antônio Bezerra, Padre Andrade, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Cristo Redentor, Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Jacarecanga, Moura Brasil, Pici, Siqueira, Vila Pery, Itaperi, Montese, Itaoca,

Parangaba e Jardim América) e terminais de integração (Antônio Bezerra e Siqueira)⁶⁵ localizados em áreas periféricas, com médios, baixos ou muito baixos índices de desenvolvimento humano⁶⁶, afastadas da região onde desembarca a maioria de seus passageiros nesse dia e horário. Nas localidades nas quais residem é raro, ou inexistente, a disponibilidade de espaços de lazer e sociabilidade gratuitos destinados à juventude, que é o principal público da PI (pê I) nos finais de semana. Muito frequentemente esses atores sociais só têm espaço nos programas policiais, que diariamente estão em suas vizinhanças para mediatizar toda miséria humana que há nelas: falta de saneamento básico, ausência de infraestrutura, ascensão das facções criminosas, assassinatos, alagamentos, dentre outras mazelas. Para os que ali moram,

⁶⁵ A cidade de Fortaleza possui 7 terminais fechados de integração (Antônio Bezerra, Siqueira, Parangaba, Lagoa, Messejana, Conjunto Ceará e Papicu). Dentro deles os passageiros podem trocar de ônibus quantas vezes forem necessárias, mediante o pagamento de uma única passagem. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/tag/Terminais>>. Acesso em 11 de set. 2020.

⁶⁶ Segundo o Anuário do Ceará 2019-2020, realizado pelo Prefeitura de Fortaleza, que analisa os índices de Desenvolvimento Humano por bairro da cidade, com categorias IDH Educação, Longevidade, Renda e a classificação de cada bairro, as localidades pelas quais transitam os ônibus Antônio Bezerra-Mucuripe (171), Siqueira-Mucuripe (178) e Grande Circular II (152) estão classificadas da seguinte forma: IDH médio (Álvaro Weyne, Padre Andrade, Jacarecanga, Montese, Itaperi, Itaoca, Parangaba e Jardim América), IDH baixo (Antônio Bezerra, Jardim Iracema, Cristo Redentor, Carlito, Moura Brasil e Vila Pery) e IDH muito baixo (Barra do Ceará, Pici e Siqueira). Disponível em: <<https://www.anuarioceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>>. Acesso em 11 de set. 2020.

os ônibus são como tábuas de salvação que lhes permitem escapes momentâneos.

Para além da capacidade de dispersão, que permite aos cidadãos uma fuga de suas realidades cotidianas, os ônibus exercem ainda uma inegável potencialidade de quebrar a homogeneidade dos lugares, ao transportar pessoas de um espaço a outro, principalmente as de baixo poder aquisitivo, de modo a permitir que elas ocupem locais de lazer, consumo e sociabilidade que não foram planejados para elas, como os *shoppings centers* e praias. A modificação do cenário da Praia dos *Crush* é uma prova dessa habilidade. Das segundas às sextas-feiras, o local é quase inutilizado durante o dia e, à noite, seus poucos ocupantes são o retrato da classe média cearense: brancos, com roupas de academia, tênis esportivos, cachorros de raça puxados por coleiras, com eventuais paradinhas para tomar uma água de coco aqui e ali. Nos fins de semana, especialmente aos domingos, dia em que, geralmente, as classes pobres têm folgas

de seus subempregos no comércio e nas “casas de família”, é que podemos observar a favela chegando na praia, com suas cores, odores e sons. Ou seja, o trânsito pela cidade, em oposição ao trancafiamento familiar que serve ao capital e suas demarcações pré-determinadas, proporciona misturas urbanas, dissolve cristalizações e promove novos arranjos sociais, ao heterogeneizar os espaços.

É claro que reconhecemos as limitações da capacidade dos transportes coletivos em modificar as relações sociais e das pessoas com os ambientes, afinal ele é uma ferramenta à disposição, mas a forma de sua utilização é completamente dependente das finalidades para os quais ele é utilizado. Além disso, o capital tem outras formas de coibir a chegada e/ou permanência dos sujeitos que considera inadequados para um espaço ou outro. Não à toa, os relatos e notícias de repressão policial contra os jovens que frequentam à Praia dos *Crush* são corriqueiros⁶⁷ e fortemente apoiados pelos

⁶⁷ Em agosto desse ano, devido à pandemia de Covid-19 e à recomendação de que sejam evitadas aglomerações, a Polícia Militar foi acionada para dispersar os jovens frequentadores da Praia dos *Crush*. No entanto, como é corriqueiro, a PM utilizou de força ostensiva, como balas de borracha e gás de pimenta, para a ação, muito diferente do que ocorre em outras praias da cidade, ditas nobres, onde esse tipo de comportamento da corporação não é uma realidade. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/08/09/tumulto-provoca-correria-na-orka-da-praia-de-iracema-em-fortaleza.ghtml>>. Acesso em 27 de set. 2020.

indivíduos que, por acreditarem ser usuários dignos daquele local, sentem que ele está sendo invadido por grupos que não deveriam ali estar. A resignação desse público em retornar ali todos os domingos, enfrentando conduções e a praia lotadas, nos revela três coisas muito importantes: a primeira é que eles têm uma mínima consciência sobre a força limitadora do Estado que, à serviço dos interesses econômicos, lhes permite a permanência naquele local enquanto for conveniente, porque basta um desvio do comportamento esperado para que eles sejam enxotados sob tiros e *sprays* de pimenta. A segunda é que a PI (pê î) acaba por funcionar como instrumento de contenção dos moradores da periferia, porque assegura minimamente que aquele é o seu lugar, evitando com que se aventurem em direção às partes mais nobres de Fortaleza. A terceira, e a mais saliente, é que demonstra a ausência de espaços de lazer nas partes mais distantes dos centros de poder, já que esses indivíduos se deslocam de tão longe por algumas horas de diversão.

A heterogeneização dos espaços, o direito à cidade e as resistências

Utilizada hoje como espaço de descanso, sociabilidade e, também, de disputas entre as classes abastadas e os marginalizados da capital, a orla marítima de Fortaleza foi, por bastante tempo, esquecida nos planos urbanísticos da cidade em se tratando de opção de lazer. O plano de desenvolvimento urbanístico criado pelo engenheiro da Província do Ceará, no final do século XIX, que receberia o nome de Plano Herbster em homenagem ao profissional, desconsiderava a cidade como sendo marítima e planejava o uso do mar apenas com fins portuários e de trabalho. Somente em 1962, com a construção da Avenida Beira-Mar, seguindo recomendações do Plano Diretor do urbanista Hélio Modesto, que a cidade finalmente se voltaria para o seu litoral (LINHARES, 2013). A demora de reconhecimento desse espaço para fins recreativos deve-se, em partes, ao fato de que os primeiros usos dos espaços à beira-mar ocorrerem pelos menos favorecidos, como os escravos e libertos pobres que utilizavam as águas marinhas para pescar e se banhar. O crescimento era voltado para sertão e serras, e as zonas das praias eram o destino do escoamento de esgotos e

moradia e trabalho das classes pobres, predominantemente pescadores (SOARES, 2020). Apenas com o início da cultura dos banhos de mar terapêuticos, advinda da Europa, é que esses espaços começarão a ser utilizados e disputados pela elite alencarina.

O direito ao lazer e a espaços públicos com este fim estão previstos na Constituição Federal⁶⁸ como obrigação do Estado para com os seus cidadãos. Entretanto, nas periferias de Fortaleza, o poder público – e também o privado – permanece ausente e o que resta a essas comunidades é a busca por alternativas de diversão e sociabilidade. Ou seja, o lazer não pressupõe apenas uma necessidade individual, mas é objeto de coletividade, do estar em grupo (SOARES, 2020). Nesse sentido, é compreensível a migração dessas centenas de jovens, que partem de suas vizinhanças em busca de assegurarem esse direito e de se integrarem, minimamente, com a metrópole na qual residem. A praia, um espaço aberto, gratuito, destinado a todos os públicos, é a representação máxima de sua

garantia de lazer, já que favorece as trocas simbólicas entre os indivíduos e deles com o local, oferta eventos culturais e esportivos de graça e ainda está disponível, 24 horas por dia, 7 dias por semana para lhes receber, em oposição aos locais de consumo dirigido, como *shoppings*, casas de *shows*, estádios de futebol, clubes, dentro outros, que impõem a barreira do poder aquisitivo como catracas que barram suas entradas e eliminam qualquer possibilidade de permanência neles.

Paradoxalmente ao desejo de habitar e integrar os espaços urbanos, comum a todas as classes sociais, nota-se o desejo constante de estar em contato com a natureza. Não à toa as grandes metrópoles são erguidas às margens de águas, montanhas e florestas, ainda que isso signifique degradação completa de suas áreas e expulsão dos moradores antigos, para que adquiram características de modernidade. Assim, ao fazer da cidade um reduto concentracionista de mazelas socioambientais, barulho e fadiga, busca-se na natureza, ou naquilo que dela

⁶⁸ O direito ao lazer é assegurado pela Constituição Federal do Brasil, no artigo 6º, que diz: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifo meu). Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp>. Acesso em 12 de set. 2020.

sobrevive, uma possibilidade de fuga, tornando-a o gueto dos lazers, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da criatividade e local reservado ao descanso (LEFEBVRE, 2008) Entretanto, seguindo a lógica capitalista de organização espacial, a natureza entra para o valor de troca e mercadoria, passa a ser comprada e vendida por aqueles que dispõem de condições financeiras para tal (LEFEBVRE, 1999). Dessa forma, mesmo o lazer primariamente gratuito, acessível e igualitário, como o possibilitado pelas praias públicas, torna-se palco de disputas de classes e ferramentas demarcadoras da desigualdade social que assola Fortaleza, tal como ocorre na Praia dos *Crush*, que de segunda à sábado conta com policiamento preventivo, que percorre a orla em defesa dos frequentadores, mas aos domingos transforma-se em força ofensiva, que utiliza de força e truculência para revistar as roupas e pertences dos jovens periféricos, bem como para expulsá-los quando tornam-se incômodos.

É assim, portanto, que as duas forças antagônicas e promotoras da cidade se chocam à serviço dos grupos aos quais

representam: a urbanidade, atendendo aos interesses das elites econômicas, já não se limita mais à produção dos conteúdos e objetos dos lugares, pois agora tem a capacidade de produzir os próprios espaços sociais, de modo a permitir com que sejam vendidos e comprados, ocultando sob uma aparência positiva, humanista e tecnológica, a sua estratégia de reorganização da cidade subordinada aos núcleos de informação e decisão, retirando do usuário a sua posição de habitante ou participante dali, para torna-lo um comprador, realizando a mais-valia (idem). Em contrapartida, há o movimento das periferias ou “zonas de miséria” em direção a esses espaços sociais, e por não integrarem os grupos que são o público-alvo, não partilham de códigos comuns, não se portarem conforme uma cartilha pré-estabelecida de gestos e comportamentos, não participarem dos mesmos ciclos e, principalmente por não terem o mesmo nível de poder, suas chegadas e permanências ali funcionam como um movimento político, pois criam situações radicalmente novas e lutam pelo direito à cidade (AGIER, 2015), que não se trata do simples direito de visita, mas de uma

vivência urbana, contínua, transformada e renovada (LEFEBVRE, 1999). Assim, o seu ir-e-vir, mais do que apenas confrontar, é realizador da cidade (CAIAFA, 2002; AGIER, 2015).

Somente grupos, classes ou frações de classes sociais são capazes de promover atos revolucionários capazes de solucionar problemas urbanos ocasionados pelas estratégias e ideologias capitalistas dominantes na sociedade atual. Os jovens ocupantes da Praia dos *Crush*, conscientes ou não dessa capacidade, colocam em questão as estruturas sociais, relacionais e cotidianas que se impõem de modo coator ou institucional. Essa força reativa depende da participação das classes operárias, pois elas são as únicas que podem pôr um fim à segregação dirigida essencialmente contra elas e contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pelos centros de decisão (LEFEBVRE, 2008). Claro que esse grupo não tem forças, ou habilidade, para formar sozinho a sociedade urbana, mas isso é inconcebível sem ela. É preciso reconhecer, ainda, que o urbano, tal como se encontra no momento, conta com o apoio de

poderes ostensivos para se manter e esse lado repressivo, "que provém do que nele se esconde, assim como da vontade de manter os dramas velados, as violências latentes, a morte e a cotidianidade" (LEFEBVRE, 1999), se incorpora nas concepções do espaço e retroalimenta essa transgressão do direito à cidade dos seres, individuais ou em suas coletividades, indesejados. E assim seguem-se os dias em Fortaleza, nessa eterna e desigual quebra de braços pela garantia de vivenciá-la em sua completude.

Considerações finais

Diante dessa discussão, podemos evidenciar que a cidade de Fortaleza, desde sua concepção, até os dias de hoje, é marcada por históricos de desigualdade social. Isso se apresenta a nós, dentre outros fatores, pelas díspares condições de moradia oferecidas aos seus cidadãos, que na curta distância entre seus bairros apresenta cenários que vão do luxo e requinte a condições de pobreza e extrema miséria. O litoral que margeia parte de seu território e atrai visitantes do mundo inteiro, também funciona como demarcador

da segregação vivenciada pelos fortalezenses e isso vem desde os primeiros momentos de sua ocupação, quando à região leste foram destinados os campos de concentração que aglomeravam os sertanejos que fugiam da seca e viam “na cidade grande” a chance de sobrevivência, enquanto o lado oeste viu os pescadores que moravam em sua orla marítima serem expulsos pela elite econômica e seus bangalôs, clubes, carros de última geração e arranha-céus. Na primeira parte da metrópole surgiram os bairros periféricos que, ainda atualmente, lidam com falta de saneamento básico, insegurança, violência, condições precárias de moradia, etc., enquanto o outro lado desfrutava do melhor que o contato com a natureza pode oferecer.

Entretanto, numa atitude de enfrentamento à uma realidade de dificuldades e carências, causadas pela omissão dos poderes públicos e privados, que em vez de acolher seus pedidos de socorro, preferem camuflar suas existências para não comprometer as fotos dos cartões-postais, os moradores das periferias, principalmente os jovens, reúnem-se em grupos e todos os domingos ocupam a orla da Praia de Iracema,

no trecho que hoje é conhecido como Praia dos *Crush*. Como maioria deles não possui veículos particulares, eles se aglomeram em ônibus de linhas urbanas nos quais os itinerários cruzam à região litorânea oeste de Fortaleza. De forma, talvez, inconsciente, esse novo público altera o cenário, ainda que num curto período de tempo, previsto pelas estratégias urbanísticas que pré-determinaram, há bastante tempo, que aquela região é o local de moradia, descanso e lazer de grupos abastados financeiramente. Nessa luta silenciosa, porém não pacífica, já que existem forças de resistência que tentam coibir suas chegadas e permanências ali, os transportes coletivos surgem como ferramentas de heterogeneização dos espaços de cidade, pois proporcionam a fuga das duras realidades cotidianas e permitem que os cidadãos se movimentem pela urbe, realizando-a.

Por fim, a movimentação e ocupação dos espaços públicos da cidade servem para que possamos refletir sobre o direito de utiliza-la efetivamente, não mais como local de passagem, mas de habitação, recreação e continuidade. Além disso, tendo em vista que

a natureza se tornou o gueto dos lazeres e a possibilidade de fuga e descanso, ela acabou por adentrar na categoria de mercadoria, sendo vendida e comprada por aqueles que possam pagar por ela. Ora, seguindo essa lógica capitalista de planejamento urbano, a Praia de Iracema (ou dos *Crush*, como prefiram) deveria continuar com seu público homogêneo habitual (classe média, branca, residente dos condomínios adjacentes, com roupas, calçados, carros e animais caríssimos) e não com os visitantes dominicais que fogem completamente desse padrão financeiro, estético e comportamental, mas é a sua chegada a única força capaz de impor o fim da segregação dirigida a eles e de contribuir para um pensamento renovado que vise a reconstrução da centralidade destruída pelos centros de decisão, ainda que precisem enfrentar toda sorte de violências e repressões ao longo de suas jornadas, o que não é nenhuma novidade para os moradores das periferias.

Referências

AGIER, Michel. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21(3), 483-498.

ANUÁRIO DO CEARÁ 2019-2020. Índice dos bairros de Fortaleza. Disponível em: <<https://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/>>. Acesso em 11 de set. 2020.

AUGÉ, Marc. (2010) Por uma antropologia da mobilidade. Maceió: EDUFAL; UNESP.

BELMINO, Sílvia Helena. (2018). Sinta na pele essa magia. A propaganda turística do Ceará (1987 – 1994). Fortaleza: Imprensa Universitária.

CAIAFA, Janice. (2002). Jornadas urbanas. Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV.

DIÁRIO DO NORDESTE. Iate Clube de Fortaleza é reconhecido como Patrimônio Turístico da Capital. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/iate-clube-de-fortaleza-e-reconhecido-como-patrimonio-turistico-da-capital-1.1877793>>. Acesso em 03 de set. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. Ceará destina R\$ 439,2 milhões para obras de saneamento básico. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ceara-destina-r-4392-milhoes-para-obras-de-saneamento-basico-1.2992239>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DOS ESTADOS DO CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO. (2008). De ônibus. Cento e quarenta anos nas estradas e cidades do Ceará. Fortaleza: Cepimar.

G1. Ação da polícia para coibir aglomeração de pessoas provoca tumulto e correria na Praia de Iracema, em Fortaleza. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/08/09/tumulto-provoca-correria-na-orla-da-praia-de-iracema-em-fortaleza.ghhtml>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

LEFEBVRE, Henri. (1999). A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

_____. (2008). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

LINHARES, Paulo. (2013). Cidade de água e sal. Por uma antropologia do litoral do

Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Armazém da Cultura.

NASCIMENTO, Thatiany. Campo de concentração onde 'flagelados da seca' eram aprisionados é tombado no Ceará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/20/campo-de-concentracao-onde-flagelados-da-seca-eram-aprisionados-e-tombado-no-ceara.ghhtml>>. Acesso em 03 de set. 2020.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. A cidade dos clubes. Modernidade e "glamour" na Fortaleza de 1950-1970. (2003). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 249f, 2003.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Terminais. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/tag/Terminais>>. Acesso em 11 de set. 2020.

SENADO FEDERAL. Art. 6º. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp>. Acesso em 12 de set. 2020.

SOARES, Clara da Silva. (2020). A invenção da Praia dos Crush: representações sobre sociabilidades juvenis numa praia em Fortaleza/CE. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de

Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 150f, 2020.

El diseño de la trama: desafíos y oportunidades de una cooperativa de vivienda en red

O desenho da trama: desafios e oportunidades de uma cooperativa habitacional em rede

The design of weft: Challenges and opportunities of a housing cooperative in network

Eduardo Álvarez Pedrosian⁶⁹

Gerardo Barbieri Petersen⁷⁰

Matías Bertero Cardoso⁷¹

Palabras Clave: trama socio-territorial, mediación urbana, procesos de subjetivación.

Key words: socio-territorial weft, urban mediation, process of subjectivation.

⁶⁹ Coordinador del Laboratorio Transdisciplinario de Etnografía Experimental (Labtee) y su Programa en Comunicación, Arquitectura, Ciudad y Territorio (ACT-Com.), FIC-Udelar, Uruguay. Miembro del SNI-ANII. Correo: eduardo.alvarez@fic.edu.uy.

⁷⁰ Integrante del Labtee, ACT-Com. Maestrando en Información y Comunicación, FIC-Udelar, Uruguay. Correo: gerabarbieri@gmail.com.

⁷¹ Integrante del Labtee, ACT-Com. Maestrando en Ordenamiento Territorial y Desarrollo Urbano, FADU-Udelar, Uruguay. Correo: matiasbertero84@gmail.com.

Arquitecturas de la inteligencia colectiva

En esta ponencia nos centraremos en la forma en que se crean territorios y territorialidades en el habitar urbano contemporáneo, a partir de una experiencia piloto extremadamente innovadora a un tiempo que anclada en una larga tradición de organizaciones sociales ligadas a la lucha por la vivienda social: las cooperativas de ayuda mutua del Uruguay (Del Castillo & Vallés, 2015). Nuestro objetivo aquí es poder realizar una primera conceptualización del proceso, en el cual estamos participando desde un abordaje etnográfico colaborativo (Lassiter, 2005). Consideramos que están en juego problemáticas comunicacionales que hacen a las características del habitar urbano contemporáneo y aportan elementos para la comprensión de las mediaciones en un sentido genérico, desde el punto de vista del diseño de *"territorios existenciales"* y sus espacio-temporalidades (Guattari, 1996).

El fenómeno en cuestión se caracteriza por su peculiar situación de dispersión inicial, en lo relativo a los lotes con los que se cuenta, en

un ámbito a escala barrial singular, como lo es el extremo de la Ciudad Vieja de Montevideo, la zona fundacional, entorno patrimonial por excelencia y que ha sufrido el característico deterioro de los cascos antiguos de las ciudades latinoamericanas (Carrión, 2009). A un tiempo, los procesos de gentrificación, en sus variadas modalidades, vuelven a expulsar a los sectores más vulnerables de la población tradicionalmente residente una vez se encaminan las mejoras (Dos Santos Gaspar, 2010). Para contrarrestar esta situación se han articulado representantes de la administración pública, movimientos sociales y vecinos organizados, sobre el planteo de esta experiencia piloto que pueda ser replicada en un futuro próximo.

Además de estas cualidades territoriales excepcionales en relación a la forma tradicional de diseño de las cooperativas de vivienda, el colectivo autogestionario de residentes se fue conformando de otra manera. Fue presentada públicamente la propuesta dentro de una estrategia mayor de intervención sobre las fincas abandonadas en la zona (IM, 2019), convocados vecinos residentes o que hayan sido expulsados por

las dinámicas de gentrificación, realizado un sorteo y con posterioridad conformado el grupo cooperativo.

Nuestra participación está orientada por el ejercicio de la etnografía experimental y colaborativa, entendiendo la investigación como una forma de intervención, buscando desplegar acciones lo más inclusivas posibles desde las particularidades de todos los involucrados, desde los diversos roles y posiciones relativas, con residentes, técnicos y otros actores. Por el momento hemos acompañado el proceso inicial de conformación de la organización cooperativa junto a sus protagonistas (entre ellos los técnicos del histórico Centro Cooperativista Uruguayo - CCU), la implementación de la política urbana (por parte de Desarrollo Urbano del gobierno municipal) y las dinámicas emergentes de conformación del colectivo social en sus vínculos con otros semejantes en el territorio (para el cual la Comisión Plaza 1 ha sido fundamental). Asimismo, hemos comenzado a esbozar el análisis del entorno urbano donde se ubican los lotes y sus características específicas, en un diálogo transdisciplinario entre la

antropología, la arquitectura y la comunicación (Latour & Yaneva, 2008; Ingold, 2013), integrando un equipo mayor junto a trabajadores sociales y coordinado por urbanistas de la Universidad de la República. Pretendemos llevar a cabo historias de vida centradas en el habitar sobre cada una de las familias involucradas, conocer sus realidades habitacionales actuales, las aspiraciones, deseos y conceptualizaciones sobre el proceso de diseño y construcción de la cooperativa, acompañar el proceso de gestación de los proyectos arquitectónicos y contribuir en su formulación, a un tiempo que se exploran formas de inserción en el entramado socio-territorial pre-existente, tanto en el entorno barrial y urbano como en las diversas redes que configuran las vidas de los futuros residentes desde sus actividades cotidianas, en especial las que garantizan su sustento. Esto implica el análisis y posibles planteos en lo relativo al uso de las tecnologías de la información y la comunicación para el diseño de las territorialidades en gestación (de Kerckhove, 2001), donde el ciberespacio cumple un rol central y la condición de dispersión física

puede ser fuente de innovación para la construcción de redes virtuales en una realidad rica en tramas de múltiples niveles y densidades (Lévy, 2004).

Antecedentes de un dispositivo piloto

A partir del estudio de antecedentes y profundizando en la perspectiva de los actores involucrados, nos encontramos con una de las vertientes de procedencia de este diseño socio-territorial en la experiencia de la emblemática Federación Uruguaya de Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) en El Salvador a principios de este milenio, en el contexto pos-bélico de comunidades lideradas por mujeres campesinas. Luego vendrán otras experiencias, como un gran asentamiento periurbano en Paraguay, donde la dispersión preexistente en términos físicos implicó un conjunto de desafíos y oportunidades para la innovación de extrema importancia (González, 2013). Está en juego el diseño singular de “*lo común*” en el horizonte de los desafíos de la contemporaneidad (Escobar, 2016). El

movimiento cooperativista de vivienda uruguayo alcanzó un reconocimiento internacional hace ya varias décadas, lo que le ha permitido un intercambio fructífero con otros colectivos similares, desplegar asesoramientos e involucrarse en procesos solidarios. La experiencia salvadoreña es, al respecto, fundamental:

“el desafío implicó la necesidad de mantener una organización cooperativa unida pero espacialmente distribuida en lotes dispersos, pues se trataba de familias que contaban con adjudicaciones de tierras de carácter comunal, por lo cual el cumplimiento de la autogestión, la ayuda mutua y las compras a proveedores en común, exigieron una alta dosis de creatividad y flexibilidad en la instrumentación de un sistema pensado con otras condicionantes de partida...”
(González, 2013, p. 202).

Desde el CCU, a su vez, se habían realizado estudios procurando evaluar la viabilidad de las propuestas cooperativas, para lo cual surgieron ciertos indicadores relativos a la cantidad de integrantes para ser viable un colectivo de este tipo. A esto se suma una

larga tradición de estudios y propuestas llevadas a cabo en el ámbito del urbanismo y la arquitectura sobre la Ciudad Vieja montevideana (Grupo de Estudios Urbanos, 1983; Carmona, 1993), y la creciente convicción del derecho a residir en el centro (Franco & Vallés, 2012, p. 78): la necesidad de encontrar alternativas en zonas consolidadas para construir ciudad, frente a la constante de ubicar las cooperativas de vivienda para la población trabajadora en las periferias urbanas.

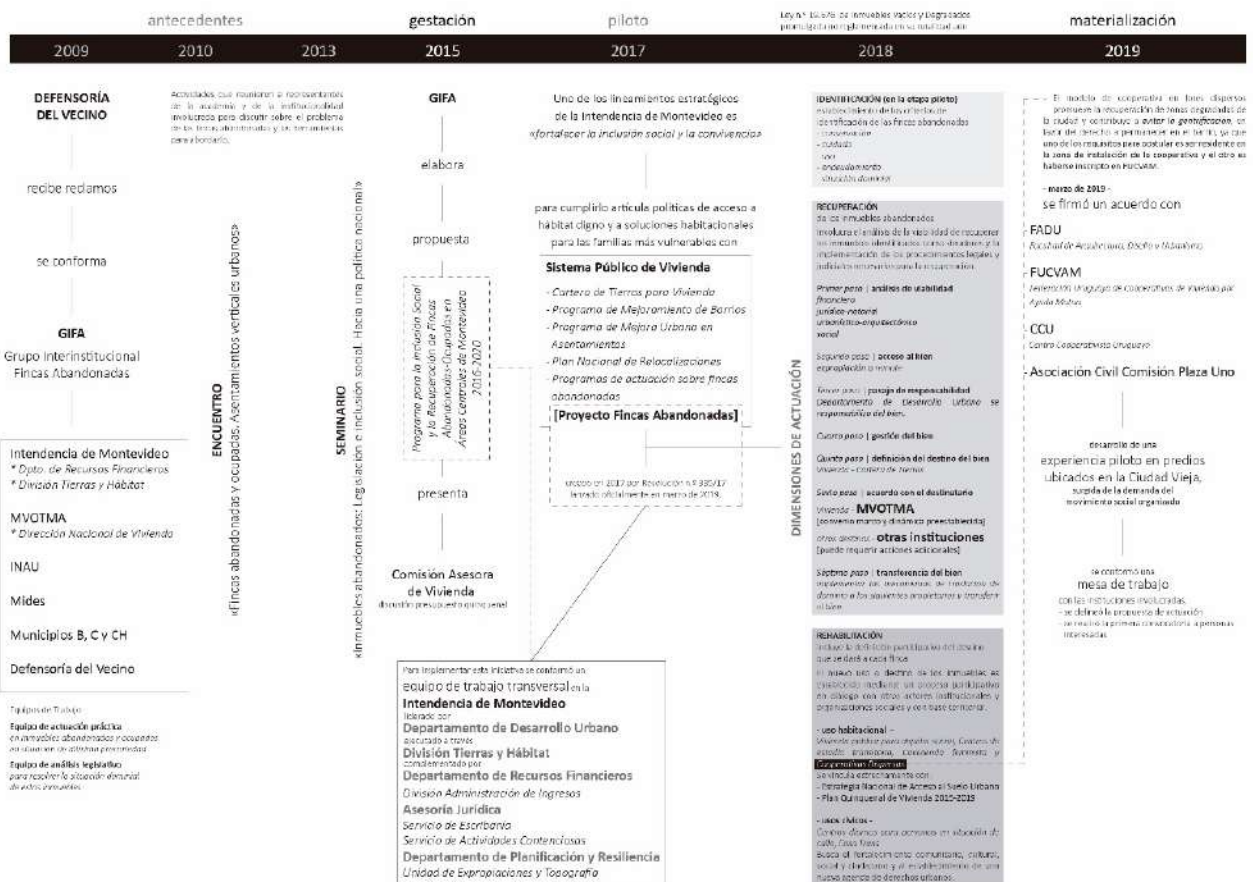
En marzo de 2019 la Intendencia de Montevideo (IM), FUCVAM, CCU y la Comisión Plaza 1 firmaron el acuerdo en el marco del Proyecto Fincas Abandonadas (IM, 2019), dentro del Sistema Público de Vivienda. Cuatro predios fueron cedidos para la experiencia cooperativa (aunque uno de ellos aún se encuentra en tramitación por temas sucesorios con el propietario legal residente en el exterior). La Estrategia Nacional de Acceso al Suelo Urbano convocó a: *"todos los actores (públicos, privados, y sociales) que comparten el objetivo de alcanzar un desarrollo urbano-habitacional equilibrado y sostenible en términos ambientales, sociales*

y económicos" (MVOTMA, 2018), a un proceso que buscó *"estimular la acción colectiva a través de una participación organizada, autogestionaria, reuniendo las iniciativas más diversas (de todos los grupos, en lo político, lo social, lo recreativo, etc.)"* (García Canclini, 1987, p. 51). De esta forma se configura como una política de democracia participativa, que entiende la cultura como: *"el territorio donde los grupos sociales se proyectan hacia el futuro, donde elaboran práctica e imaginariamente sus conflictos de identidad y realizan compensatoriamente sus deseos."* (García Canclini, 1987, pág. 60).

El proyecto está pensado en principio para unas 24 unidades familiares, casi un 10% de los inscriptos para el sorteo original. Esto llevó a que la Comisión Plaza 1 abriera un espacio de trabajo para aquellos que quisieran proseguir, con el fin de organizar más cooperativas con vistas a nuevos emprendimientos a mediano y largo plazo. Entre los sorteados se encuentran integrantes de familias más extensas, residentes actuales de la zona y expulsados de estos últimos años, artesanos del circuito de plazas y peatonales, funcionarios públicos y docentes, estibadores

portuarios, una familia de migrantes peruanos; en general se aprecia una importante presencia femenina en las

jefaturas de hogares con niñas y niños de varias generaciones a cargo.



Mapa cronológico de actores (G. Barbieri Petersen, Labtee, 2020).



Firma de los Estatutos de la Cooperativa, 5/11/2019. (M. Colman, Cooperativa Guruyú, 2019).



Pintada de la Comisión Derecho a la Ciudad, Aduana/Guruyú. (K. Culela Carvallo, Labtee, 2020).

La Aduana/Guruyú: la Ciudad Vieja de Montevideo en ebullición

La Ciudad Vieja es un territorio condensador de diferentes procesos sociales, donde se viene logrando una paulatina revitalización estructural y recuperación de su identidad urbana, haciéndola atractiva para inversiones privadas y públicas de capital. Sin embargo, presenta la contracara de diversas problemáticas que persisten: construcciones y áreas muy deterioradas y abandonadas, predios baldíos, propiedades privadas especulativas sin uso, ocupaciones informales, personas en situación de calle, y todas aquellas problemáticas socioeconómicas y culturales, de carácter estructural y emergente, que sufren tanto la población históricamente residente así como la migrante.

En este proceso han existido diferentes modelos de actuación desde las autoridades y las fuerzas del mercado, así como momentos en lo relativo a la existencia de movimientos sociales, grupos de vecinos organizados en general o por las cooperativas de viviendas, en un comienzo por reciclaje, surgidos en la

década de 1990 (Abin, 2014b). Como ya lo planteaba Abin (2017), aún es evidente un doble juego de avanzar en la promoción del acceso a la vivienda y el derecho a la ciudad hacia la población residente de bajos recursos, y la especulación inmobiliaria de alcance internacional. Esto genera tensiones que actualmente pueden encontrarse concretamente en la disputa en torno a la última faja o borde costero del área conocida más o menos en forma generalizada como Aduana/Guruyú. La Comisión formada para la renovación de la Plaza de Deportes 1, obra concretada en 2019, es la evidencia más fuerte de la dinamización de colectivos y las tramas que se han ido tejiendo, que incluyen, por tanto, al caso piloto de la cooperativa en lotes dispersos que aquí nos ocupa.

Gracias al proyecto de identificación y formulación de propuestas en torno a fincas abandonadas (Ures & Bustillo, 2014), se promueve la política centrada en recuperarlos para usos sociales, teniendo en Ciudad Vieja un universo privilegiado para la instalación de un dispositivo específico. En el diagnóstico realizado por el equipo del Laboratorio Urbano Reactor (2020, p. 14), se indica una cronología

del vaciamiento y la repoblación. En lo que hace a la primera dinámica, es en la década de 1940 cuando las familias de clases acomodadas van migrando hacia la costa este de la ciudad, dejando detrás las grandes estructuras edilicias de antaño, lo que se afianza con la ampliación de las actividades financieras, comerciales y portuarias. Los efectos de la última dictadura cívico-militar han sido determinantes, como en todos los aspectos. Desde la década de 1980 se da la ocupación de los predios deteriorados por parte de población de bajos recursos cual *"refugiados"*, en un *"nomadismo de circuito corto"* en la zona, con la situación particular de hoteles ocupados (Romero Gorski, 2003, pp. 21-23). Luego, a finales de la década de 1980 se intensifican los desalojos de dichos hoteles emblemáticos de la zona. A principios de la década siguiente se da la reconfiguración del puerto con la introducción de los contenedores, afectando al ambiente y sus paisajes, siendo determinantes en los procesos actuales por su imparable expansión sobre el territorio. La crisis social y económica de 2002 es otro mojón ineludible a escala general. A mediados de la primera década del

milenio se peatonalizan grandes tramos y se incentiva con ello y otras acciones la *"turistificación"* (Pérez Winter, 2017) de toda la Ciudad Vieja. Llegados ya al 2010 se acentúa el crecimiento del área conocida como *La City*, polo financiero, y las actividades empresariales portuarias.

En lo relativo a la repoblación, el informe indica como grandes momentos el Plan Nacional de Vivienda de 1968, el primer inventario patrimonial en el marco de los estudios urbanos en la zona en la transición hacia la salida de la dictadura cívico-militar, la construcción de la primera cooperativa de viviendas en la zona en 1994 (COVICIVI), por reciclaje, la formulación del Plan Especial Ciudad Vieja en 2003 y la creación de las propuestas sobre fincas abandonadas a finales de esa década (IM, 2019). Por último, la nueva ley sobre inmuebles vacíos y degradados de 2018 y los programas y planes pilotos como el que nos ocupa en 2019 marcan el horizonte contemporáneo. Según una encuesta realizada por las autoridades municipales y referenciada en dicho informe, datada en 2010, un 41% de la población se autodefinía como residente *"de siempre"*,

mientras la mayor parte del resto manifestaron haberse afincado durante la última década (Laboratorio Urbano Reactor, 2020, p. 16). Tal como lo mencionaba Abin (2014a, 2014b, 2017), se reafirma que el recambio poblacional implica un mayor capital educativo y social, un tipo de gentrificación que incluye a las propias cooperativas de viviendas erigidas hasta el momento.

Para el proyecto piloto de la cooperativa Guruyú se dispone de tres lotes más uno aún en tramitación, expropiados por la comuna gracias a la ley antes mencionada. Todos ellos se ubican en el área del extremo peninsular, en lo que es conocido actualmente como Aduana/Guruyú. El primer nombre deriva de la presencia insoslayable del edificio histórico, el puerto y el entramado de locales y circuitos ligados a la vida de los trabajadores, empresarios, autoridades y paseantes atraídos turísticamente por este. Cabe recordar que desde 2004 el acceso no es público, y su crecimiento en infraestructura es avasallante (Abin, 2014a), más allá de este extremo noroeste de la Ciudad Vieja, abarcando toda la costa de la bahía

montevideana con diferentes tramos con sus características particulares (Álvarez Pedrosian & Fagundez D'Anello, 2019).

Guruyú, por otro lado, de donde la cooperativa termina adoptando por asamblea su nombre, es como se conoce al tramo completo de la península desde finales del siglo XIX. Su nombre es una adaptación del apellido del propietario de un muelle portuario y otras instalaciones menores para baños, de procedencia francesa. Estas últimas, fueron adquiridas luego por Emilio Reus, quien construyó unas "*piletas*" donde hoy se ubica la Plaza de Deportes N° 1 y el Hotel Nacional, proyecto de un posible balneario nunca concretado (Goldaracena, 1999). Se toma la calle Colón como límite, sede de mercerías y otros locales de vestimenta, otrora asociados a familias de procedencia judía. Esta sección posee características específicas, que la distinguen del resto de la Ciudad Vieja, y fue por décadas donde se concentró el mayor nivel de precariedad habitacional junto a *El Bajo*, durante largo tiempo signado por locales de ocio para los marineros mercantes, hacia el otro extremo, y toda la faja sobre el borde de la bahía actualmente ocupada por la

ampliación de la infraestructura pesada portuaria y donde comenzaron a construirse las primeras cooperativas de vivienda en la zona. Sin lugar a dudas, la degradación ambiental, visual y acústica, de las obras imponentes que no paran de crecer ganando incluso tierra al mar, ha consolidado esta configuración territorial.

Los lotes disponibles son cualitativamente muy diferentes. Dos sobre la calle 25 de Mayo se encuentran contiguos, uno mucho mayor que el otro (el que aún sigue en trámites de expropiación), ambos frente al emblemático Hospital Maciel, el cual ocupa toda una manzana del damero original, conectado a su vez a un anexo. El nosocomio determina en gran medida las dinámicas cotidianas de residentes y usuarios de la salud, y junto con ello al paisaje urbano con sus ritmos a diversas escalas, según servicios, roles y situaciones características (Álvarez Pedrosian, 2009). Puede ser un factor decisivo a la hora de pensar emprendimientos productivos cooperativos, en otros usos no residenciales pero tampoco aislados de las necesidades cotidianas, por ejemplo las alimenticias. El lote por calle Guaraní, a media

calle de distancia, es el más grande de todos, ocupado por las ruinas de un conventillo histórico, de una tipología bastante peculiar, en el corazón de la manzana. Mientras el lote de la calle Piedras se encuentra a la mayor distancia relativa, frente al bullicioso Mercado del Puerto y el Museo del Carnaval, epicentro turístico especialmente signado por la presencia de visitantes provenientes de cruceros internacionales, residentes de otras partes de la ciudad y el país que terminan por configurar uno de los puntos más densos de consumo gastronómico, de ocio y entretenimiento.

El lugar en cada una de las manzanas y la morfología propia de cada lote, constituyen elementos centrales para el diseño arquitectónico de un conjunto que, a pesar y gracias a que son unidades distintas, serán parte de una misma comunidad habitacional. En tal sentido, a lo anteriormente señalado cabe añadir la importante concentración de cooperativas de vivienda en la manzana de los lotes contiguos de calle 25 de Mayo, así como la vecina donde se ubica el lote por calle Guaraní.



Cartografía de la cooperativa en el área Aduana/Guruyú (G. Barbieri Petersen, Labtee, 2020): imagen aérea del visualizador de la Infraestructura de Datos Espaciales de Uruguay (IDEuy), fotografías de M. Colman (Cooperativa Guruyú, 2019) y planteo general de E. Álvarez Pedrosian (Labtee).



Fotografías del lote de la calle Guaraní, el ocupado por las ruinas del *Conventillo Guaraní* (M. Colman, Cooperativa Guruyú, 2019).

De la dispersión a lo conectivo y sus retroalimentaciones posibles

La posibilidad de nombrar y construir colectivamente su nuevo hábitat cooperativo e insertarse en la zona como integrantes de la cultura barrial, le permite al grupo incorporarse a un territorio en proceso de reterritorialización, siendo agentes activos del cambio. Pero esta inserción se pretende participativa, evita ser invasiva, busca que el cambio involucre a los pobladores actuales y quienes lo serán en poco tiempo, abriendo el juego de la construcción de identidades en el diálogo con las otredades (Martín Barbero, 2002). La conformación de una cultura cooperativista podría explicarse como un proceso de aprendizaje y transformación subjetiva (Guattari, 1996), donde la concepción de *"propiedad colectiva"* condensa este proceso (Sosa, 2015). La experiencia compleja de construir un grupo organizado según principios y normativas bien establecidas, la toma de decisiones definitorias del destino colectivo, la asunción a cada paso de mayor autonomía, va materializándose según diversas etapas.

Al respecto nos encontramos actualmente en la fase de conformación del colectivo social, la formulación del proyecto arquitectónico, la gestión del préstamo y el inminente otorgamiento de los predios en custodia. Luego vendrá la gran etapa de autoconstrucción, para finalmente pasar a residir en conjunto. Un *"nuevo habitar"* va gestándose en estas etapas (Álvarez Pedrosian, 2018a), desde la formalización y manejo de planos técnicos de construcción y documentos administrativos, a instancias compartidas en jornadas con otras cooperativas para recaudar fondos y apoyar algún emprendimiento, donde se cocina y se instalan puestos de venta.

Desde nuestro equipo se viene realizando un proceso de acompañamiento a los talleres de formación y conformación del grupo cooperativo, buscando detectar demandas, necesidades y oportunidades colectivas, y así apoyar su organización y comunicación interna, y al mismo tiempo favorecer en la construcción de su vínculo con el entorno y las redes barriales, y así contribuir en su proceso de integración y fortalecimiento comunitario.

Una primera apreciación que podría darse es que si el grupo no está encaminado en un proceso de territorialización en los términos de la cultura y subjetivación cooperativista (desde prácticas solidarias, de autogestión, democracia directa, etc.) y dispuesto a entramarse en las comunidades y otras redes existentes en la zona (otras cooperativas, organizaciones barriales y comunitarias, instituciones públicas y privadas), la experiencia cooperativa llevada a cabo en lotes dispersos puede llegar a constituirse de forma disgregada y no interconectada, siendo a su vez absorbida por un territorio sumamente fragmentado, asediado por la lógica del mercado y la dinámica específica de gentrificación (Dos Santos Gaspar, 2010).

Una vez definidos los integrantes del emprendimiento gracias al sorteo público, una de las primeras acciones fue la conformación de un grupo de contacto en la aplicación de mensajería instantánea WhatsApp, entre ellos y con los representantes del CCU, en tanto equipo de asistencia técnica obligatorio. Las tecnologías de la información y la comunicación son centrales, pues se trata de ir diseñando un *"territorio existencial"*

(Guattari, 1996), con sus materialidades y formalizaciones según medios y soportes específicos: una *"realidad aumentada"*, en el sentido de potenciada en sus múltiples posibilidades y alcances (de Kerckhove, 2001). La diferenciación física dada por los lotes dispersos en la trama urbana, genera la necesidad de explorar un diseño potente en tal sentido, entendiendo lo comunitario: *"como una red flexible de solidaridad distribuida territorialmente e hiperconectada"* (Alonso Mallén, 2012, p. 46). Consideramos relevante proponer la creación de un software que funcione como entorno virtual de la cooperativa para gestionar el uso de los espacios compartidos y promover el desarrollo de una economía solidaria, expresión y contenido a un tiempo de la nueva territorialidad.

Uno de los mayores desafíos radicará justamente en la gestión de los recursos, tanto en la etapa de las obras constructivas como en el futuro abierto de una vida cotidiana compartida, donde hay que asegurar el mantenimiento edilicio, la calidad de vida de los residentes y promover prácticas colectivas de usos productivos y sustentables. Las

diferencias entre vínculos internos y externos, entre la unidad edilicia, la cooperativa en su conjunto y las redes de otras cooperativas en primera medida y de otros colectivos organizados en general, será una cuestión que amerite ser tratada explícitamente, para gestionarla de forma exitosa y aprovechar las potencialidades de un modelo para el habitar urbano que puede significar una de las alternativas concretas más importantes dadas las condiciones imperantes adversas.

A modo de cierre: hacia una barrialidad cooperativista

El diseño de la trama: la dispersión de elementos puede dar lugar a la red de redes, a un rizoma (Deleuze & Guattari, 1997), donde los flujos de residentes, sus afectos e intensidades, bienes y servicios, prácticas y sus productos, sean lo que habita efectivamente un espacio y un tiempo para la construcción de un nosotros (Escobar, 2016). Las implicancias de una propuesta piloto como esta cooperativa de viviendas en lotes diferentes son potencialmente ilimitadas. Pues no solo está en juego el destino de sus

residentes, sino de una forma de hacer ciudad y producir territorialidades urbanas que, para situaciones como las presentes en los cascos históricos deprimidos de las ciudades latinoamericanas y europeas (Carrión, 2009), puede resultar trascendental, en tanto que alternativa concreta para resistir a la gentrificación y abrir nuevos horizontes de posibilidades en el ejercicio del derecho a la ciudad y al habitar más en general.

A la desterritorialización a priori, inherente a un planteo de este tipo en lo referente a la materialidad física de los hábitat en cuestión, le corresponde una serie de procesos complementarios de territorialización aún más ricos e interesantes que los tradicionalmente dados, por lo menos en lo referente a las necesidades existentes y los desafíos específicos: cómo cualificar un espacio urbano fragmentado en múltiples lotes pequeños en condiciones precarias para el sostén de un conjunto cooperativo, entramados en forma intersticial, estratégicamente presentes “entre”, habilitando acciones de entretejido en múltiples niveles y dimensiones (Deleuze & Guattari, 1997). La densidad y presencia de

esta forma de habitar puede ser aún más contundente, gracias a este diseño, que además de permitir ocupar espacios centrales de la ciudad, lo hace sin concentrar en una escala menor a la población, con el efecto de guetización que ello pueda implicar, dialogando e hibridándose con otras modalidades vecinas. No se trata de edificios aislados, ni solo de algunas manzanas, sino de una barrialidad en tanto lógica de composición socio-territorial (Álvarez Pedrosian, 2018b) de tipo cooperativista, productora de ciudad y ciudadanía.

Referencias

Abin, E. (2014a). A través del Puerto, la Ciudad Vieja de Montevideo. En Guigou, N. (comp.), *Ciudades, perspectivas y miradas: un estudio socioespacial sobre Manaus y Montevideo* (91-108). Montevideo: CSIC-Udelar.

Abin, E. (2014b). Por el derecho de los vecinos a vivir en su barrio: Cooperativas de vivienda en Ciudad Vieja de Montevideo. *Trama*, 5 (5), 61-75. Disponible en:

https://tramarevista.files.wordpress.com/2011/08/trama_5_completa.pdf

Abin, E. (2017). Ciudad Vieja contemporánea deviniendo Casco Histórico. Reseña de Tesis. *Revista Uruguaya de Etnografía y Antropología*, 2 (1), 139-146. Disponible en: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/revantroetno/article/view/48/54>

Alonso Mallén, R. (2012). *Comunidades virtuales de práctica habitacionales. Las TIC como soporte comunitario en procesos colectivos de vivienda*. Sevilla: Proyecto Final de Maestría en Ciencias Sociales e Intervención Social, Universidad Pablo de Olavide.

Álvarez Pedrosian, E. (2009). Los estrategias del Maciel. Etnografía de un hospital público. Montevideo: CSIC-Udelar.

Álvarez Pedrosian, E. (2018a). Crónicas de un nuevo habitar. Producción de subjetividad urbana entre las mediaciones de un plan sociohabitacional. Montevideo: CSIC-Udelar.

1. Álvarez Pedrosian, E. (2018b). Las territorialidades barriales y sus espacios de creación. En Actas del XIV Congreso de la ALAIC: Comunicación en sociedades diversas, horizontes de inclusión, equidad y democracia. GT Comunicación y Ciudad (72-77). San José: Universidad de Costa Rica. Disponible en: <http://alaic2018.ucr.ac.cr/sites/default/files/2019-02/GT%2015%20-%20ALAIC%202018.pdf>
2. Álvarez Pedrosian, E. & Fagundez D'Anello, D. (2019). Heterotopías fabriles: bahía portuaria, flujos transnacionales y espacios industriales en reconversión. *Eure. Revista de Estudios Urbanos Regionales*, 45 (135), 177-200. Disponible en: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2662/1178>
3. Del Castillo, A. & Vallés, R. (2015). *Cooperativas de vivienda en Uruguay. Medio siglo de experiencias*. Montevideo: Farqudelar.
4. Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia II*. Valencia: Pre-textos.
5. Carmona, L. (1993). Ciudad Vieja de Montevideo 1829-1991. Transformaciones y propuestas urbanas. Montevideo: FCU.
6. Carrión, F. (2009). La centralidad histórica: entre el nacionalismo del pasado (monumento) y el sentido social de hoy (centro vivo). *Centro-h*, 3, 7-12. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115112536001>
7. Dos Santos Gaspar, S. (2010). Gentrification: processo global, especificidades locais? *Ponto Urbe*, 4 (6). Disponible en: <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/107-gentrification-processo-global-especificidades-locais>
8. Escobar, A. (2016). *Autonomía y diseño. La realización de lo comunal*. Popayán: Universidad del Cauca.

Franco, J. & Vallés, R. (2012). El acceso al suelo como parte de una política integral del hábitat urbano. En Arévalo, M. Bazoberry, G. Blanco, C. Díaz, S. Estrada, L. Fernández Wagner, R. Guadamuz Madriz, O. et. al., *Derecho al suelo y la ciudad en América Latina. La realidad y los caminos posibles* (65-78). Montevideo: Trilce – Centro Cooperativo Sueco.

García Canclini, N. (1987). *Políticas culturales en América Latina*. México – Bs. As. - Barcelona: Grijalbo.

González, G. (2013). *Una historia de FUCVAM*. Montevideo: Trilce.

Goldaracena, R. (1999). *Los barrios de Montevideo*. Montevideo: El Arca.

Grupo de Estudios Urbanos (1983). *La Ciudad Vieja de Montevideo*. Montevideo: EBO.

Guattari, F. (1996). *Caosmosis*. Buenos Aires: Manantial.

IM (2019). *Proyecto Fincas Abandonadas. Hacia una política departamental de recuperación de inmuebles abandonados*. Montevideo: IM. Disponible en: <http://montevideo.gub.uy/sites/default/files/biblioteca/proyectofincas20919web.pdf>

Ingold, T. (2013). *Making: anthropology, archaeology, art and architecture*. London – New York: Routledge.

Kerckhove, D. de (2001). *The architecture of intelligence*. Basel-Boston-Berlin: Birkhäuser - Publishers for Architecture.

Laboratorio Urbano Reactor. (2020). Agenda (Inicial) de usos cívicos. Diagnóstico colaborativo sobre demandas y recursos para usos cívicos en inmuebles vacantes de la Ciudad Vieja de Montevideo. Montevideo: FADU-Udelar - IM.

Lassiter, E. (2005). *The Chicago guide to collaborative ethnography*. Chicago: The University of Chicago Press.

Latour, B. & Yaneva, A. (2008). Give me a gun and I will make all buildings move': an ANT's view of architecture. En Geiser, R. (edit.), *Exploration in architecture: teaching, design, research* (80-89). Basel - Berlin: Birkhéiuser.

Lévy, P. (2004). Inteligencia colectiva: por una antropología del ciberespacio. Washington DC: OPS/OMS.

Martín Barbero, J. (2002). Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo. *Diálogos de la comunicación*, 64, 9-24.

Pérez Winter, C. (2017). Los procesos de patrimonialización y turistificación en la legitimación de paisajes desiguales. *Sociedade & Natureza*, 29 (2), 195-208. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/3213/321353638002.pdf>

Romero Gorski, S. (2003). Madres e hijos en la Ciudad Vieja. Apuntes etnográficos sobre

Investigación y miradas interdisciplinarias sobre modos de implementación de Gobierno Inteligente y su incidencia en la cultura organizacional. Caso Municipio de Godoy Cruz, Mendoza, Argentina

Pesquisa e visões interdisciplinares sobre os modos de implementação do Governo Inteligente e seu impacto na cultura organizacional. Caso do Município de Godoy Cruz, Mendoza, Argentina

Research and interdisciplinary perspectives on ways of implementing Smart Government and its impact on organizational culture. Case of the Municipality of Godoy Cruz, Mendoza, Argentina

Lidia Marcela Rios⁷²

Laura Fabiana Molina⁷³

Resumen: El presente trabajo pretende socializar los procesos de conformación de equipos de trabajo interdisciplinarios en el marco de un proyecto de investigación de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Cuyo, donde confluyeron equipos de 4 cátedras participantes. A partir de la indagación de estilos “inteligentes” de gestión gubernamental, se construyó un estilo “inteligente” de indagación, de análisis, de encuentros, de relaciones que parte

⁷² Lidia Marcela Rios. Profesora Titular Comunicación Institucional, Carrera Comunicación Social, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Cuyo, Licenciada en Comunicación Social, Mendoza Argentina, ci.uncuyo@gmail.com

⁷³ Laura Fabiana Molina. Profesora Titular Análisis Administrativo, Carrera Ciencia Política y Administración Pública, Facultad Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Cuyo, Lic. Especialista, Mendoza Argentina, molina.lauraf@gmail.com

desde la mirada disciplinar y que trasciende y se supera en una mirada integradora de estos saberes y de los instrumentos para analizar un mismo objeto de estudio. El desafío se centró en el cómo se articularon, se integraron en forma armónica los datos, la información, los aspectos duros y los aspectos blandos, a partir de una mirada de gobernanza y de comunicación interna desde una perspectiva relacional y desde una visión constructiva y colaborativa del conocimiento.

Palabras Clave: Interdisciplina - Gobierno inteligente, Cultura, – Modernización en la gestión local - Cambio

Abstract: This paper intends to socialize the processes of forming interdisciplinary work teams within the framework of a research project of the Faculty of Political and Social Sciences, National University of Cuyo, where teams of 4 participating chairs converged. Based on the investigation of "intelligent" styles of government management, a "smart" style of inquiry, analysis, encounters, and relationships based on the disciplinary perspective was created, which transcends and is overcome in an integrative view of these knowledge and instruments to analyze the same object of study. The challenge focused on how they were articulated, data, information, hard aspects and soft aspects were harmoniously integrated, from a look of governance and internal communication from a relational perspective and from a constructive and Collaborative knowledge.

Key words: Smart Government, Culture, Interdisciplinary

Tema central

Este documento da cuenta del proceso de conformación de un equipo interdisciplinario para el abordaje y análisis del impacto generado en la identidad y la cultura organizacional, a partir de las acciones sobre políticas de modernización e innovación pública implementadas a nivel local por un organismo gubernamental (Municipalidad de Godoy Cruz, Mendoza, Argentina entre 2016-2019).

Objetivos

Compartir la experiencia de abordaje interdisciplinario y de producción de conocimiento en un proyecto de investigación sobre la gestión del cambio interno en el Municipio de Godoy Cruz, a partir de la implementación de los sistemas de gestión del gobierno inteligente para comprobar su correlato con la identidad y la cultura organizacional.

Caracterización del estudio propuesto

Este trabajo aborda los procesos de integración del equipo participante del Proyecto de Investigación "Innovación social a nivel local y procesos de cambio en la lógica y estructura organizativa en el

ámbito gubernamental. Estudio de caso de la Municipalidad de Godoy Cruz⁷⁴ durante el período 2016-2019" del Programa de Investigación de "La cátedra investiga" de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (UNCuyo).

El objetivo general fue "Conocer cómo se gestiona el cambio a nivel interno en el Municipio de Godoy Cruz a partir de la implementación de los sistemas de gestión del gobierno inteligente para comprobar su correlato con la identidad y la cultura organizacional".

El foco de indagación radicó en observar los modos en que se modificaban las rutinas laborales en torno a un avance de "re perfilamiento" de la identidad organizacional y su consecuente impacto en la cultura; encuadrando estos procesos de cambio en un nuevo paradigma de gobierno inteligente.

Dentro de este paragua de modernización en la gestión local, se consideró pertinente explorar cómo la organización municipal trabaja el proceso de adaptación de su cultura, y en ella, su comunicación interna acorde al modelo de gobernanza que desarrolla, y paralelamente, cómo esta adaptación

⁷⁴ <https://www.godoycruz.gob.ar/>

refleja y/o impacta en los modos de hacer y expresarse entre sus integrantes.

Metodología de abordaje

Para contextualizar, es preciso comenzar con el punto catalizador de la experiencia. Cada año el Centro de Investigaciones de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales⁷⁵ (FCPyS) de la Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo) abre una convocatoria para la presentación de propuestas del *Programa La Cátedra Investiga*⁷⁶, destinado a las cátedras de todas las carreras de la facultad.

Este programa, tiene como objetivo de instalar la práctica de la investigación como actividad permanente de los equipos de cátedras de la facultad, promoviendo la articulación entre docencia e investigación y la formación de la comunidad estudiantil, al tiempo que favorece la descripción, explicación, análisis e interpretación de los fenómenos de la realidad social que aborda el área específica en la que se ubica el espacio curricular.

4.1. Momentos y movimientos en un proyecto de investigación atravesado por la interdisciplinariedad de tres carreras de la FCPyS- UNCuyo

1° momento- De conocimiento y de reconocimiento de los y las participantes y sus roles

La propuesta de proyecto de investigación fue presentada en marzo de 2019, a las autoridades respectivas; y su aprobación fue comunicada en junio del mismo año a través de la Resolución 129/19-CD.

Como esquema de inicio de trabajo, se generaron reuniones de los equipos de las 4 cátedras⁷⁷ para conocer los intereses y las expectativas que movilizaron este desafío intercátedra e intercarrera, como así también identificar, recuperar y valorizar aquellos insumos y resultados que cada equipo podía aportar a este proceso de indagación.

El boceto de encuentro y de participación inicial pudo graficarse (ver gráfica 1).

⁷⁵ Información disponible en <http://fcp.uncuyo.edu.ar/>

⁷⁶ Información disponible en <http://fcp.uncuyo.edu.ar/convocatoria-2019-del-programa-la-catedra-investiga>

⁷⁷ Análisis Administrativo (materia curricular de 5° año de la Licenciatura de Ciencia Política y Administración Pública); Comunicación Institucional (materia curricular de 4° año de la Licenciatura en Comunicación Social); Gestión de la comunicación interna de las organizaciones (materia optativa /electiva para las 4 carreras- Año 2019) Aprobada por Resolución 183/2019 CD; y Comunicación Institucional de la Tecnicatura Universitaria en Gestión y Administración de las Instituciones Públicas (año 2019). FCPyS, Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, Argentina

Originalmente, el proceso se desarrolló sin fronteras limitadas toda vez que, como ciencias sociales, se reconocieron los

espacios compartidos a partir de un ejercicio que implicó “poner en común” los productos de intervención en la



Cuadro 1. Elaboración propia. Cátedras intervinientes con aportes de base

organización del objeto de estudio, que previamente habían realizado –por su parte- cada una de las materias participantes. Así, se generó un espacio de apertura a la posibilidad de investigar de una forma interdisciplinar que exponía el reto de articular la investigación de una forma diferente e “inteligente” a los estilos tradicionales.

Al inicio, el proyecto estuvo integrado por 14 personas. Esta cantidad, requería de una gran atención en la organización del equipo para mantener la armonía interna y arribar a diálogos constructivos; por ello se decidió tener reuniones periódicas con una distribución funcional de actividades y tareas, interdisciplinaria y horizontal del trabajo entre profesores y estudiantes, que

hizo necesario la identificación y definición de las distintas aristas que conformaría este poliedro de investigación:



Cuadro 2. Elaboración propia. Estructura Proyectada para el trabajo de Investigación

En este marco, se arribó a un acuerdo del equipo acerca de la visión del proyecto. Concibiéndolo, como un espacio de encuentro interdisciplinar para el enriquecimiento de las miradas, la conformación de nuevas realidades investigativas y la creación de un nuevo conocimiento sobre las organizaciones, desde el convencimiento de que las

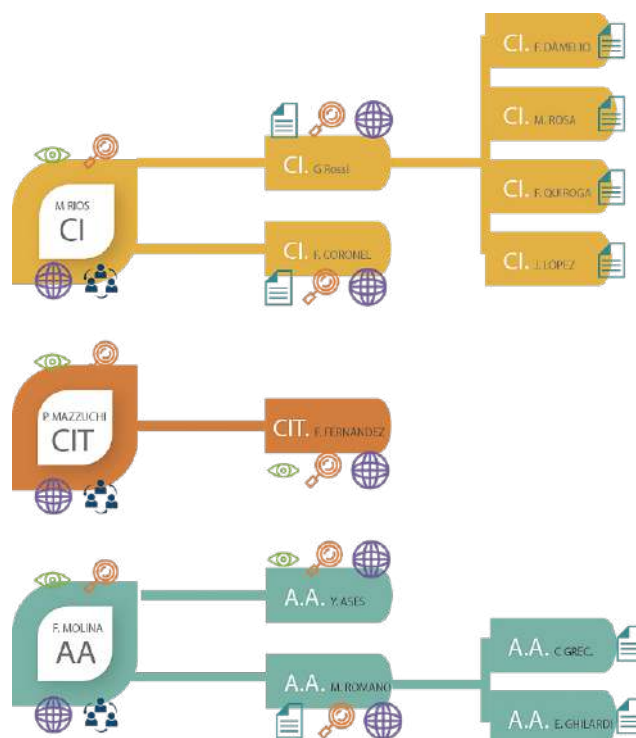
miradas disciplinares *per se* no alcanzan para dar respuestas a los escenarios complejos.

Analizar la comunicación fue el motivo convocante para poner en valor un modo de trabajo que se tejiera *con y desde* múltiples perspectivas de análisis e investigación en el campo de conocimiento. Se buscó plantear como norte, una experiencia

diferencial que nos permitiera la deconstrucción de un modelo de ciencias o disciplinas encerradas en sus propios límites.

A partir de esta estructura, se acordó entre los y las participantes, una

distribución de roles que significara un transitar inteligente de tiempos y esfuerzos, para no superponerse en el camino de indagación y de tejido de saberes:



Cuadro 3. Elaboración propia. Estructura Inicial con asignación de Roles

Desde una percepción operativa del proyecto, se evidenciaron ciertas debilidades y amenazas, que fueron trabajadas mancomunadamente hacia un camino de conversión en fortalezas y oportunidades, abrevadas en esta instancia de trabajo colaborativo.

Debilidades:

Cantidad de integrantes del proyecto de investigación (14 personas).

Dificultad de coordinar agendas para reuniones periódicas.

Residencia dispersa de algunos integrantes del Proyecto.

Imposibilidad de dar cuenta acerca de la cantidad de horas reales dedicadas a esta investigación.

Desconcentración de fuentes de relevamiento de datos e información.

Falta de formalización y estabilidad laboral de algunos integrantes en los equipos de cátedra.

Superposición con otras actividades personales y profesionales.

Amenazas:

Contexto Político atravesado por el clima electoral.

Contexto económico signado por la inflación y su impacto en las pautas de comportamiento y consumo.

El reto se presentó en el *cómo se* articulaba e integraban de manera armónica los datos y la información con los tiempos y ritmos de cada uno de los y las participantes, es decir, los aspectos duros y los aspectos blandos, atravesados conscientemente desde una mirada de comunicación interna desde una perspectiva relacional.

En este proceso, se advertía el "collage" etario entre los y las participantes del

equipo de investigación, visto no sólo como natural al proceso de docencia, transferencia, difusión; sino desde la riqueza en la construcción, deconstrucción y reconstrucción de los saberes prácticos y teóricos implicados. La presencia de las titulares de las cátedras -como referentes simbólicos- se consideraban centrales; pero esta representación inicial, también llevó a su revisión en tanto -como equipo-, pudo reconocerse una circularidad donde las generaciones más relacionadas con las TIC también tuvieron un especial protagonismo en el proceso.

2° momento - De ser y de estar en el camino del proyecto de investigación

En Julio de 2019, se concretó un primer encuentro de las referentes de cada cátedra con autoridades del municipio encabezados por el Secretario legal y técnico de la Municipalidad de Godoy Cruz y con la responsable del área de modernización. En esta instancia se presentó formalmente el Proyecto y se recibió de parte del Municipio el aval para trabajar de manera conjunta.⁷⁸

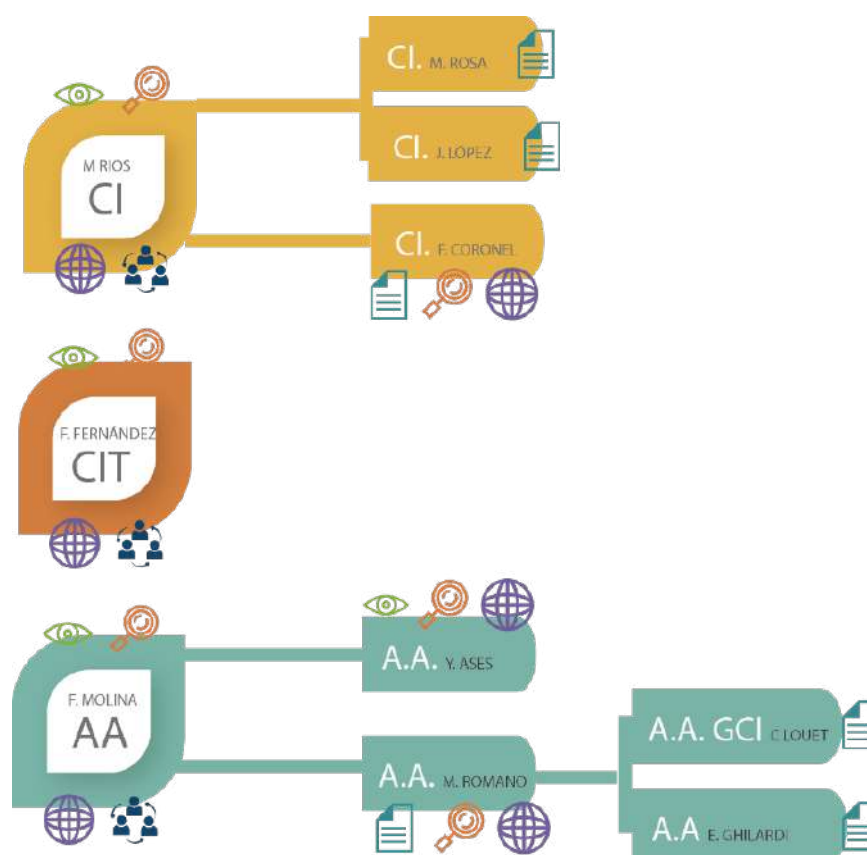
Para continuar la forma y el fondo de la labor investigativa, entre el equipo de

⁷⁸ Gacetilla de la reunión de Julio 2019: <https://www.godoycruz.gob.ar/alumnos-la-uncuyo-estudiaran-cambios-tras-la-aplicacion-los-sistemas-gestion-del-gobierno-inteligente/>

dirección de la investigación se mantuvieron reuniones periódicas a fin de articular, organizar, reajustar y revisar estratégica e “inteligentemente” los avances y el fortalecimiento del trabajo del equipo, como la recuperación y organización de la información de fuente primaria producto de la labor académica de

indagación y de trabajo en terreno de los espacios curriculares intervinientes.

En el transcurrir del 2019 y el inicio del 1° cuatrimestre del 2020, acontecieron bajas, que obligaron al equipo en su conjunto a reorganizarse para no perder el norte del proyecto:



Cuadro 4. Elaboración propia. Equipo actual a Setiembre 2020 - con asignación de roles

3° momento- Adaptación a la modalidad virtual

Este trabajo no nació en el marco de la virtualidad, se concibió y surgió desde las lógicas y las racionalidades de la presencialidad. La temática que aunaba al equipo, buscaba dar cuenta de un análisis conjunto de políticas de implementación del cambio y de su correlato en los comportamientos observables de los agentes municipales. La metodología de trabajo interno implicó la generación de reuniones presenciales para dar cuenta de manera disciplinar de los datos, que serían reinterpretados y resignificados por ese otro disciplinar que constituyó una tercera mirada (integradora y superadora).

Mientras se araba y se sembraba en este proyecto, sobrevino lo inédito e impensado: la declaración, a partir del 11 de marzo del 2020, de una pandemia a nivel mundial por la OSM. Seguidamente a nivel nacional, se decretó la cesación de toda actividad presencial en el territorio de la Argentina y a partir del 20 de marzo del 2020 el aislamiento social, obligatorio y preventivo (Fase 1) ante el avance del Covid-19.

De manera inesperada e intempestiva, el quehacer y las relaciones de la

humanidad pasaron a convertirse a modalidad virtual. Dispositivos, con diferente tecnología en comunicación, se cristalizaron como mediadores de toda forma de vinculación y de interacción social.

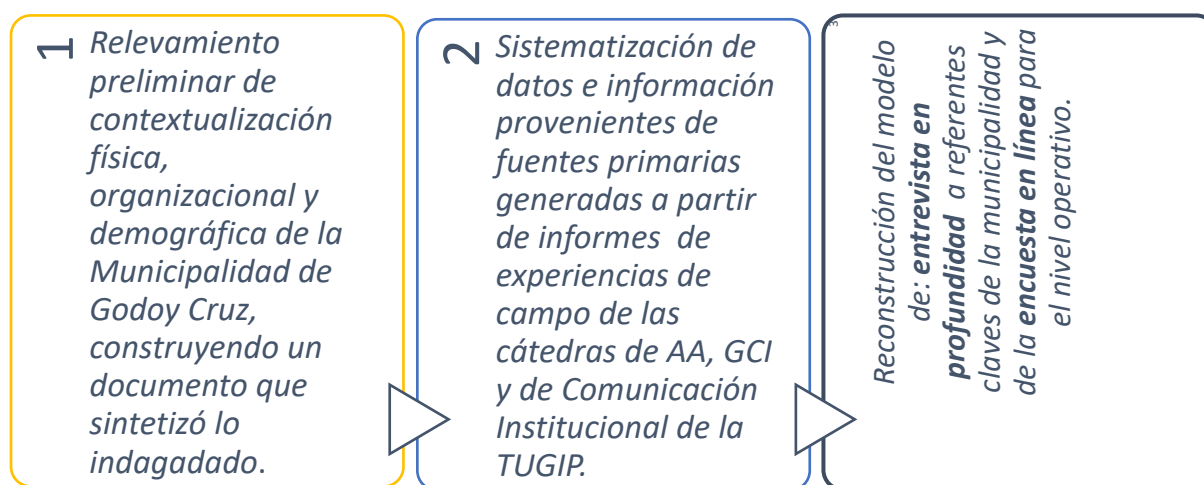
A partir de este contexto, a nivel interno de trabajo se pautaron encuentros sincrónicos del equipo vía *Meet*, y se activaron otros medios (*WhatsApp, mail*) para mantener una comunicación fluida y cercana, que no frustrara lo realizado y lo avanzado. Esta deconstrucción de los modos relacionales, estuvo acompañada de una necesaria reconsideración de los abordajes previstos en los instrumentos de recolección de datos, los modos y su tratamiento.

Junto a las entrevistas en profundidad y encuestas, -como herramientas de indagación cuanti y cualitativa- estaba previsto el trabajo de observación directa, sobre todo en un proceso donde debían observarse los comportamientos emergentes de un proceso estratégico de implementación y acompañamiento del cambio en una organización gubernamental.

La aplicación de las entrevistas se realizó en un formato sincrónico de video conferencia. Las encuestas, que pretendían indagar sobre la experiencia cotidiana, fueron aplicadas en un proceso de trabajo fuera de esta estructura. La observación en terreno no fue posible de realizar y, por ende, la investigación se sintió privada de la riqueza que aporta esta técnica para el

registro de los comportamientos emergentes de procesos culturales en la organización.

Este panorama, implicó un proceso de reorganización de la logística y de las actividades para la toma y registro de datos que se puede esquematizar de la siguiente forma:



Cuadro 5. Elaboración propia. Reorganización Logística e Instrumentos

4° momento - Trabajo de campo en formato virtual

Una vez construido cada una de los instrumentos de recolección de datos, se planificaron y se agendaron, nueve entrevistas en profundidad a referentes del

nivel estratégico de la Municipalidad de Godoy Cruz.

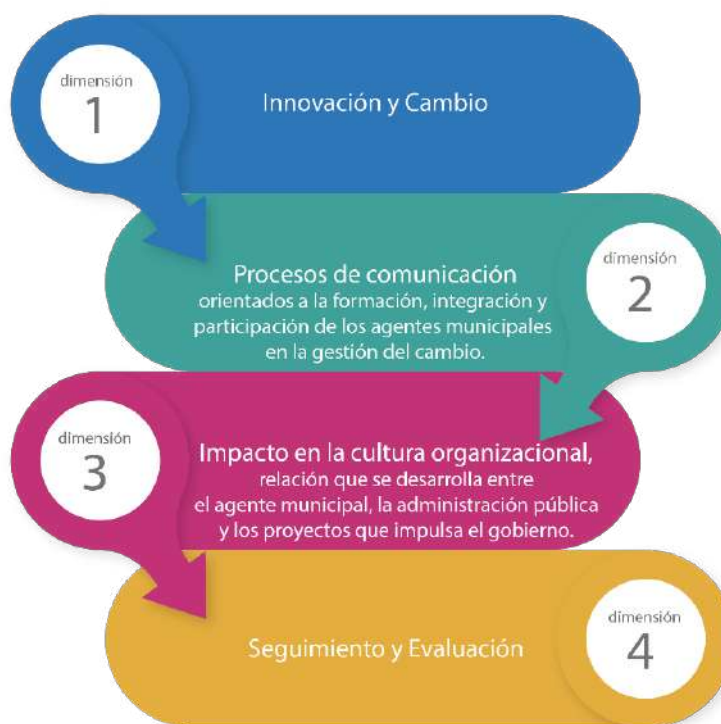
Intendencia, Honorable Concejo Deliberante, Área de Modernización, Dirección de Comunicación Social, Dirección de Capital Humano y Gestión Administrativa, División Técnica de RRHH,

Dirección de Prevención, Participación Comunitaria y Derechos Humanos, Juzgados Viales y de Faltas Administrativas (Juzgado n° 1 y Juzgado n° 2)

Cabe destacar, que en el proceso de aplicación del instrumento estuvieron presentes investigadores de las diferentes cátedras (docente-estudiantes),

garantizando la representación de los cuatro espacios curriculares involucrados

Se concretaron ocho entrevistas⁷⁹ bajo el formato de video conferencia a través de la plataforma *Meet*. Cada una de ellas, tuvieron una duración de una hora y fue grabada- con previa autorización- siguiendo en todos los casos, la estructura en dimensiones de análisis que se presentan a continuación:.



Cuadro 6. Elaboración propia. Dimensiones indagadas en la entrevista

⁷⁹ Estructura de la Entrevista. https://drive.google.com/file/d/1z_igJSX8U35CqlmNadQTkkL3EPe8uzxp/view?usp=sharing

Siguiendo la misma lógica de trabajo en equipos interdisciplinarios, las entrevistas se transcribieron literalmente y se condensaron en un documento donde todo el equipo ofició como lector; a posteriori, se avanzó en la sistematización de frases y palabras fuerza –categorización por dimensiones de análisis-, y se realizó el registro en una planilla Excel compartido por Drive, continuando con la modalidad de reuniones para analizar de manera conjunta los datos.

Paralelamente a la aplicación de la entrevista, y con la anuencia de estos referentes entrevistados, se procedió a enviar por mail la encuesta en línea al personal operativo de las ocho áreas funcionales que participaron, bajo el formato formularios Encuesta de Google, donde se plasmaron cada una de las dimensiones y preguntas de la encuesta, que siguieron similar estructura lógica a la entrevista en profundidad.

En la aplicación de esta encuesta⁸⁰, inicialmente fueron considerados 49 servidores municipales. Debido al contexto de pandemia, y al régimen de trabajo establecido por el Municipio de Godoy Cruz

-14 días de trabajo presencial por 14 días de trabajo virtual-, la pretensión inicial se vio afectada, obteniendo 25 respuestas en un periodo de tres semanas en las que estuvo abierta la encuesta para ser respondida.

El equipo entendió que esta situación también debía considerarse como un dato para ser interpretado. En parte, se reflexionó como una consecuencia lógica emergente del contexto de crisis generalizada producto de la pandemia. Esta circunstancia atravesó y condicionó la comprensión de la naturaleza y alcance de las preguntas de la encuesta por parte del nivel operativo de la municipalidad -al momento de ser informada de su aplicación-. En la indagación, se pretendía que los actores pudieran verse en una situación de "normalidad"; sin embargo, las respuestas se dieron en medio de un contexto sanitario que obligó a mover todos los ejes de la cotidianidad.

A los efectos de consolidar el criterio inteligente de proceso de investigación, fue de gran valor el aporte como fuentes primarias, y a los fines de comparar

⁸⁰ Encuesta en línea para servidores públicos de las Áreas cuyos referentes fueron entrevistados:
<https://docs.google.com/forms/d/1TfXUmq7kaTcwhD3IKBYzRGhDhIAMrcIDGW4CscraYbA/edit?usp=sharing>

percepciones, las sistematizaciones que se realizaron sobre los datos aportados desde dos espacios curriculares participantes de esta investigación:

los informes de las y los estudiantes de las *Prácticas de Terreno* (2017 y 2019) de *Análisis Administrativo* realizadas en la Municipalidad objeto de estudio;

y lo relevado en *Comunicación institucional* de la Tecnicatura Universitaria de Gestión en Instituciones Públicas. Materia que cursaron y aprobaron (de marzo a mayo del 2019) agentes municipales de la Municipalidad de Godoy Cruz en un marco de convenio colaborativo de formación profesional con la FCPyS.

5° momento- Poner en diálogo al marco teórico con lo relevado en el campo

La labor realizada por el equipo fue ardua y comprometida, en un contexto donde lo operativo de la investigación fue transitado en una frecuencia de prueba y error en su conjunto. Con los datos e información ya sistematizada y documentada, se procedió a poner en diálogo y conversación lo analizado en el marco teórico, donde el objetivo general y los objetivos específicos planteados en esta investigación constituyeron el norte

organizador y aglutinador de las lógicas de trabajo en los momentos de encuentro y de diálogo dentro del formato virtual que el contexto pandémico exigía.

6° momento- Construcción de una guía práctica para la gestión del cambio

Desde esta modalidad y, en reuniones con una periodicidad semanal, el equipo generó una serie de conclusiones plasmadas en un documento que será presentado ante las autoridades del Municipio, como los responsables de la generación e implementación de cambios y proyecciones de planes estratégicos.

Este documento se ha realizado bajo la forma de guía para ser reconstruida por los actores organizacionales, y donde se contemple el componente estratégico de la comunicación en su dimensión relacional. Por ejemplo, entre las conclusiones que pudieron obtenerse en el trayecto recorrido, fue la presencia de un plan estratégico implementado con una alta aceptación producto de una cultura organizacional instalada y con una clara orientación hacia los resultados; sin embargo, se reconoció un espacio no desarrollado de comunicación interna, que

puede servir como insumo a las planificaciones venideras.

Se vuelve necesario generar planes estratégicos que contemplen el acompañamiento de los procesos de cambio organizacionales con estrategias de comunicación interna que se nutra en la participación y en su componente relacional. Puede observarse desde una primera aproximación una utilización excesiva de diferentes tipos de herramientas de comunicación interna con

uso instrumental, pero no se observa una percepción del Municipio acerca de su utilidad estratégica.

A nivel externo se muestra con una ágil capacidad de respuesta a las demandas de la coyuntura junto a la potenciación de acciones y políticas públicas locales de alcance sustentable y de ciudades inteligentes, expresadas en una alta valoración y concentración de los mensajes hacia los usuarios externos.

Reflexiones y conclusiones

El estado natural del proceso de investigación fue el del reconocimiento de los encuentros desde intercambios complejos, la identificación de negociaciones cognitivas, de riquezas surgidas por el encuentro con nuevos conocimientos y capacidades estratégicas.

Los recorridos conjuntos -desde la mirada diferencial del aporte y el resultado cuando éstos son producto del encuentro interdisciplinar-, pusieron en juego

significados previos y la construcción de significados nuevos al "*identificar-se*" en el intercambio intersubjetivo de las afirmaciones en lo referente a la pregunta de investigación, el objetivo y escenario de estudio, la metodología y el procedimiento a seguir, los hallazgos y, muy especialmente, a las elaboraciones conceptuales y las aportaciones diferenciales del abordaje del trabajo.

La experiencia trajo consigo un ejercicio no lineal de intercambios, en el cual la redefinición fue posible y sobre todo deseable; así, tuvieron lugar la revisión y reformulación de la pregunta inicial y de los objetivos, la adaptación y reconstrucción de metodologías, es decir, la resignificación constante.

En la definición y recuperación, readaptación o rediseño, se logra construir significados. Se revisa, se argumenta, se fundamenta y se confronta, la mayoría de las veces, con sustento en la evidencia empírica. Ciertamente, es un diálogo de reflexión sobre la acción y las interpretaciones de la acción, que posibilita el encuentro de lenguajes.

A partir de esta base, los espacios curriculares afines a la comunicación, tuvieron el desafío de realizar su abordaje en un contexto incierto y de gestionar de manera inteligente los encuentros, ya que el proceso se presentó en medio de:

Contexto de elecciones de autoridades nacionales, provinciales y municipales entre agosto y octubre del 2019.

Reacomplamiento del equipo por bajas.

Pandemia Mundial con un aislamiento social, obligatorio y preventivo

Reformulación de modos de hacer investigación: de la presencialidad a la virtualidad

Readaptación en cuanto a las expectativas del equipo sobre las percepciones, sobre acompañamiento en los procesos de cambio – desde lo personal y lo organizacional, frente a un contexto incierto, donde todo cambió.

El producto final pretende acercar lineamientos generales para la gestión del cambio en organizaciones gubernamentales, desde sus propias realidades y en donde se contemple la comunicación interna, en consonancia con la identidad y la cultura organizacional, orientado sobre los ejes principales del gobierno inteligente que busca lograr la agilidad, efectividad y transparencia en un marco de espacios de encuentro y conversación de los distintos niveles y de sus actores organizacionales.

Ciertamente, la generación de este Proyecto de Investigación, generó un diálogo de reflexión sobre la acción y sus interpretaciones, que posibilitó el encuentro de lenguajes y de saberes en la construcción de un conocimiento integrado, que permitió, asimismo, abrir espacios de creatividad colaborativa y constructiva, y la percepción de nuevas realidades.

Referencias

Armengol, C. (2001). La cultura de colaboración. Reto para una enseñanza de calidad. Madrid: Editorial La Muralla S.A.

Arroyo, D. (1997). Estilos de gestión y políticas sociales municipales en Argentina. En: García

Benito, Karina. (2018). Micropolíticas, cultura y lazos sociales. 1ra. Ed. Cdad Autónoma de Bs As.

Prometeo Libros

Bolívar, A— (2000). Los centros educativos como organizaciones que aprenden. Promesas y realidades. Madrid: Muralla

Bonardo, D. (2009). Los recursos humanos en el ámbito municipal y el desarrollo local. Revista Pilquen.

Chiavenato, I. (2004). Comportamiento organizacional. México: Thomson.

Cravacuore, D. y otros (2004). La articulación en la gestión local en La articulación en la gestión municipal. Actores y políticas. UNQuilmes.

Delgado, D. (1997). Hacia un nuevo modelo de gestión local. Municipio y sociedad civil en Argentina. Universidad Católica de Córdoba. Buenos Aires (Argentina).

Díaz, Cristina (2002). Para leer la innovación: nota de teoría y método. En Innovación en la gestión municipal, Daniel Cravacuore (comp.). Universidad Nacional de Quilmes - Federación Argentina de Municipios.

Etkin. J. (2000). Política, gobierno y gerencia de las organizaciones. Prentice Hall, Buenos Aires, 2000

FLACSO – Oficina de Publicaciones del Ciclo Básico Común de la Universidad de Buenos Aires –

Franklin Fincowsky, E. y Krieger, M. (2012). Comportamiento organizacional. México: Pearson Educación.

Gelanzé Sevilla, F. (2014). La Cultura organizacional en la administración pública. Una mirada teórica a la eficiencia en la gestión. Revista ANUARIO. Volumen 37.

Geertz, C. (2000) La interpretación de las culturas. GEDISA EDITORIAL, Barcelona

González Frígoli, M; Moirano, P.; Brandolini, A. (2019) Cultura en acción. 1ra ed. UCSalta, Eucasa, Cdad Autónoma de Bs.As

González Díaz, Y. y Quintana Hidalgo, A. (2019). La gobernanza como herramienta innovadora para el desarrollo local. Interconectando saberes.

Grandinetti, R. (2018). ¿Por qué el gobierno abierto invita a innovar? Revista digital U-Gob. Marzo-Junio.

Grandinetti, R. (2003). La incorporación de tecnologías a la gestión local: ¿capacidad para la gestión relacional? en

Revista de Ciencias Sociales (RCS) Vol. IX, No. 2, Mayo - Agosto 2003, pp. 191-204 FACES- LUZ.

Hall, B. (2000). El desarrollo de valores y las organizaciones que aprenden. En: III Congreso Internacional sobre Dirección de centros educativos: liderazgo y organizaciones que aprenden. U.Deusto, Bilbao

López-Santos, J. (2016). Innovación y creación de valor público en gobiernos locales mexicanos. Revista Iberoamericana de las Ciencias Sociales y Humanísticas. Vol. 5, Núm. 9. ISSN: 2395-7972.

Massoni, S. (2007). "Estrategias. Los desafíos de la comunicación en un mundo fluido". Homo Sapiens Ediciones. Rosario, Argentina.

Mendez Álvarez, C.E. (2019). Elementos para la relación entre cultura organizacional y estrategia. Universidad & Empresa, Doi.

Morales Valero, M. (2018). Si la organización es una conversación, su gestión es un trabajo editorial. En J. Gairín (Co-director) MC1.Gerencia del Conocimiento Organizativo. Comunicación llevada a cabo en el V Congreso Internacional EDO, Barcelona, España.

Morin, E. (1997). El método. I La Naturaleza de la Naturaleza. Madrid: Cátedra S.A.

Pérez, R. (2018) ¿Es su estrategia la misma que la mía? De cómo la NTE convierte a la estrategia en una disciplina para la articulación social. Razón Y Palabra, 22(1_100).

Robbins, S. (2013). Comportamiento organizacional. Ed. Pearson. México

Suarez, F. e Isuani, F. (1998). Innovación en las organizaciones: una perspectiva comparada entre organizaciones públicas y privadas. En Revista de Investigación del INAP, Nueva Época, N° 0, Buenos Aires, Argentina.

Schein, E.(1996) Organizational Culture and Leadership, The Clinical Perspective in Field Work,

Organizational Psychology, y Career Anchors. Artículo publicado por la Fundación Peter Drucker en el libro El líder del futuro – nuevas perspectivas, estrategias y prácticas para la próxima era (Editorial Deusto – 1996)

Tecco, C. (2002). Innovaciones en la gestión municipal y desarrollo local en Cravacuore, Daniel (Comp.). Innovación en la Gestión Municipal. Edición de la Federación Argentina de Municipios (FAM)

y la Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Buenos Aires.

Undurraga, G., Astudillo, E., & Miranda, C. (2002). Desde la cultura individualista hacia la cultura colaborativa del centro educativo: una mirada desde la formación docente y la gestión. Pensamiento Educativo. Revista de Investigación Educativa Latinoamericana.

Van Maannen, J. and Barley, S. R. (1985). Cultural organization: fragments of a theory. En: Frost, P. J. et al.: Organizational culture. Sage, Beverly Hills. Cit. en C. Armengol (2001). La cultura de

colaboración. Reto para una enseñanza de calidad. Madrid: Editorial La Muralla S.A.

Vázquez-Rivera, O. La cultura organizacional desde sus paradigmas de estudio: una aproximación a la perspectiva interpretativa simbólica. Entramado. Enero - Junio, 2016. vol. 12, no. 1.

Zapata, A. y Rodriguez, A. (2008). Gestión de la Cultura Organizacional: Bases Conceptuales para su Implementación. 1 ed. Santiago de Cali: Universidad del Valle - Facultad de Ciencias de la Administración.

Cidades Inteligentes e projetos em internet das coisas: definições, exemplos e perspectivas críticas

Ciudades inteligentes e proyectos en internet de las cosas: definiciones, ejemplos y perspectivas críticas

Smart cities and internet of things projects: definitions, examples e critical perspectives

Paulo Victor Barbosa de Sousa⁸¹

Resumo: Este trabalho aborda a smart city e conceitos conexos, apresentando e discutindo exemplos de projetos em internet das coisas elaborados numa universidade brasileira.

Palavras-chave: smart city, internet das coisas, computação ubíqua.

Resumen: Este documento aborda el tema de la ciudad inteligente y conceptos relacionados, presentando y discutiendo proyectos de internet de las cosas desarrollados en una universidad brasileña.

Palabras Clave: ciudad inteligente, internet de las cosas, computación ubicua.

Abstract: This paper addresses the smart city topic and related concepts, presenting and discussing internet of things projects developed in a Brazilian university.

Keywords: smart city, internet of things, ubicomp.

⁸¹Paulo Victor Barbosa de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Brasil, paulo.victor@ufc.br.

Introdução

As cidades inteligentes e temas correlatos têm sido pautadas por diversos estudos ligados à comunicação, urbanismo, design e computação. Encontra-se na literatura especializada grande abrangência de perspectivas a respeito do que é uma *smart city*: uma cidade "eletrônica", uma cidade pautada na sustentabilidade ou na qualidade de vida e até cidade utópica e gentrificada repleta de chavões mercadológicos.

Se há uma dificuldade conceitual, percebe-se, porém, certa confluência em torno de diferentes entendimentos e exemplos de cidades inteligentes: seriam cidades repletas de tecnologias digitais da informação e comunicação, dispondo de funcionalidades de coleta e processamento de dados. Assim, a *smart city* se apresenta ora como uma cidade cuja gestão se dá por dados digitais produzidos por sensores (Michael Batty, 2013), ora como uma cidade orientada por dados e tocada por sistemas digitais, a exemplo de aplicativos, *dashboard* e soluções similares (Kitchin, Lauriault, & McArdle, 2015). A cidade inteligente, desse modo, dá-se como um

amadurecimento daquilo que em outros momentos ganhou outros nomes.

Alguns dos termos que orbitam a cidade inteligente são Big Data, Computação Ubíqua e Internet das Coisas, cada um descrevendo práticas e abordagens próprias sobre tecnologias utilizadas e seus modos operacionais dentro de um contexto conectado. Ao falarmos desse cenário *smart*, ressaltamos a não-ambivalência entre o que é físico, palpável, "real", daquilo que é digital, informacional, "virtual", compreendendo, portanto, a inseparabilidade entre dados informacionais, espaços físicos e objetos materiais, tendo em vista que estão todos imbricados e que criam efeitos uns sobre os outros.

Algumas premissas vão se formando para o cenário das cidades inteligentes: nossas ações são rastreáveis, quantificáveis e postas à descrição, logo são dados em potencial; não há dado que não seja espacializado e contextualizado no tempo; e não há espaço que não seja datafícável. Assim, a noção de inteligência se encaminha para a racionalidade sobre processos, padrões, rotinas, tendências etc., o que muitas vezes denota uma busca

por eficiência daquilo que ocorre no espaço urbano.

Ao se aproximar desses tópicos de pesquisa, o presente texto tem como objetivo principal realizar uma discussão abordando o cenário das *smart cities* e tópicos adjacentes (internet das coisas, computação ubíqua e *big data*) buscando interseção com a comunicação. A intenção é evidenciar potencialidades e problemas das práticas de coleta de dados e racionalização do espaço por meio desta perspectiva de inteligência, trazendo exemplos concretos ligados aos paradigmas de Big Data, Computação Ubíqua e Internet das coisas.

Para tanto, realizam-se as seguintes ações: por meio de revisão de literatura, elencamos abordagens teóricas que sustentam o cenário de coisas, espaços e cidades inteligentes; trazemos à tona exemplos de projetos desenvolvidos numa universidade pública do Brasil, com o enfoque sobre o desenvolvimento de produtos inteligentes; realizamos uma discussão crítica em cima de problemas teóricos e potenciais futuros; tecemos relações entre a atuação de objetos e espaços conectados com o cenário contemporâneo de comunicação,

sublinhando a relação com as cidades inteligentes.

Os experimentos trazidos no texto são três: uma lixeira, dotada de sensores capazes de monitorar seu interior; uma estufa para plantas, que monitora e modifica seu microambiente interno e principais fatores bióticos; e um termostato sensível à presença de pessoas e capaz de modificar a temperatura de aparelhos de ar-condicionado. Em comum, os três produtos se apresentam como objetos "vivos", atuantes no contexto em que se encontram, buscando "compreender" o cenário e produzindo ações no mesmo. Os projetos apresentados sublinham uma tentativa de monitoramento e controle do espaço, o que deságua numa intenção de inteligência sobre os dados dos espaços e, num limite último, sobre as próprias cidades.

O trabalho não está focado em aspectos técnicos (peças utilizadas, linguagens de programação etc.) mas nas decorrências sociotécnicas que abarcam os aspectos comunicativos (entre objetos, resvalando também para pessoas) e na transformação do espaço em que estão situados. Esses exemplos destacam as intenções de projeto e domínio técnico sobre espaços e populações, aspecto que discutiremos

críticamente no decorrer do texto. Embora não se configurem como projetos imediatamente ligados à condução de uma cidade, cada um deles evidencia como o espaço tem se ligado à tecnologia digital e as formas distintas de comunicação para além de perspectivas hermenêuticas, de efeito, de recepção etc., além de abrirem portas para novas propostas de atuação sobre o espaço de uma cidade.

Conceito e breve histórico da cidade inteligente

O começo do século XXI testemunhou grande variedade de termos que buscaram descrever a aproximação de tecnologias digitais com a cidade. Kitchin (2014) elenca algumas dessas nomenclaturas (a exemplo de *cyber cities*, *digital cities*, *intelligent cities*, *sensient cities*), indicando que, apesar das diferenças, essas perspectivas compartilhavam desde então uma atenção aos efeitos das TICs, suas formas, processos. Toda aquela variabilidade de termos acabou se reduzindo ao termo *smart city*.

O surgimento dessa expressão se dá na década de 2010, conforme apontado por Batty et al. (2012), especialmente a partir de iniciativas comerciais de empresas como a IBM. Os autores tratam a *smart city* como modo de integrar e sintetizar os

dados produzidos na cidade, de modo a aumentar a eficiência, a equidade, a sustentabilidade e a qualidade de vida. Tais palavras dão bem a tônica do *zeitgeist* atual.

Como características da *smart city*, Harrison et al. (2011) apontam: *instrumentação* (uso de aparatos eletrônicos, como sensores, para a captura de dados em tempo real); *interconexão* (que diz respeito à integração desses dados em rede); e *inteligência* (que se refere à capacidade de análise e otimização em relação ao contexto dos dados). Numa linha similar, a inteligência resulta da atuação sobre os dados produzidos por sensores, com precisões temporais e geográfica (Michael Batty, 2013) ou atrelada a serviços e estruturas que se tornam mediadas digitalmente e são orientadas por dados Kitchin, Lauriault & McArdle (2015). Assim, geram-se e processam-se dados em tempo real.

A partir desse entendimento e tendo em vista a miríade de visões, as cidades inteligentes são aqui tratadas como aquelas em que se busca, pelo uso de tecnologias digitais ligadas ao espaço, a produção de dados volumosos e em tempo real sobre a vida urbana, com consequente processamento, visualização, análise e

procedimento diante dos dados obtidos acerca de pessoas, objetos, fluxos etc. A *smart city* que aqui está sendo estudada encontra nas ferramentas digitais pervasivas e ligadas em rede a base instrumental para o monitoramento das ocorrências citadinas, incluindo conceitos como Internet das Coisas, Big Data e Computação Ubíqua como fundamentos conceituais.

IoT, computação ubíqua e Big Data: conexão e produção de dados

Uma base sociotécnica para as *smart cities* é a internet das coisas ou IoT (*Internet of Things*), que se traduz pela ideia de conectar objetos e estruturas físicas, não apenas entre si mas à própria internet. Desse modo, é possível incorporar um encontro entre os ambientes físicos e os ambientes eletrônicos (Uckelmann, Harrison, & Michahelles, 2011), tratando objetos e espaços como produtores de dados e sentidos a partir dessa união.

De certo modo, a IoT está baseada em conceito mais antiga, a computação ubíqua, explorada por Weiser (1991), quando este propôs a expressão Ubicomp (de *ubiquitous computing*) para designar um modelo de computação pautado na digitalização dos

espaços. A expressão traduz um cenário de poder computacional generalizado, espraído e “silenciado” nos espaços e nos objetos, superando o paradigma da computação baseado em *desktops* grandes, pesados e chamativos. A ideia fundamental da computação ubíqua, portanto, é a de distribuir o processamento informático por meio da alocação de sensores, processadores e demais dispositivos eletrônicos nas estruturas físicas, sem chamar a atenção. Esse procedimento seria capaz, assim, de realizar leituras dos fenômenos sociais e agir sobre eles, sem necessariamente ter a interveniência da ação humana momentânea.

Por fim, complementando o cenário tecnológico da *smart city*, temos no Big Data compreende uma premissa de coleta massiva de dados. Essa visão idealiza a superação de custos em torno da obtenção de dados, que usualmente exigem largas etapas de tratamento. Na perspectiva do Big Data, ao se utilizar ferramentas e métodos adequados, a geração de dados seria constante e tratada em seus detalhes, contabilizada e especificada em tempo real e não mais visualizada por amostragem (Kitchin, 2014; Mayer-Schonberger & Cukier, 2013), o que

traria respostas mais rápidas e detalhadas para as ocorrências da *smart city*.

Projetos desenvolvidos

Aqui elencam-se três projetos baseados em Internet das Coisas que pautam suas bases operacionais na senciência em relação aos ambientes e pessoas. Desenvolvidos na Universidade Federal do Ceará, os três projetos são protótipos funcionais e pensados para aplicação em contextos mais complexos, como escritórios, aeroportos ou bairros. Dois deles – a lixeira e a estufa – foram defendidos como trabalhos de conclusão de curso e se encontram finalizados. Já o termostato ainda se encontra em fase de aperfeiçoamento, já sendo, contudo, funcional dentro de parâmetros mínimos.

Nenhum desses trabalhos lida com uma abordagem sónica, hermenêutica ou de fluxos de mensagens entre agentes humanos. Nossa atenção está situada em termos de objetos que, ao criar dados sobre o espaço, atualizam leituras sobre este e o transforma à medida em que atuam. Cada um destes trabalhos intercepta a espacialidade como uma dimensão a ser trabalhada por aspectos comunicacionais, indicando novos modos de produzir o

espaço. Encontramos em estudos que interseccionam a comunicação com campos como geografia (Adams, 2009; Falkheimer & Jansson, 2006), urbanismo (Aurigi & De Cindio, 2008) e tecnologias digitais (Kitchin et al., 2015) leituras que entendem uma relação de efeitos e modos de reconstituições entre as realizações desses áreas de atuação.

a) Lixeira

Em 2018, elaboramos uma lixeira capaz de perceber e mensurar o lixo em seu interior. Dotada de sensores de carga, de eco, de temperatura e de umidade, a lixeira produzia dados que mostravam a porcentagem de preenchimento do seu volume, o peso que estava suportando, a temperatura e a umidade em seu interior, indicando, assim, uma necessidade de coleta iminente, o possível apodrecimento de materiais orgânicos, os horários de maior produção de lixo etc.

Para controlar todos os sensores, utilizou-se uma placa Arduino, a qual recebia os dados e os repassava para um servidor contendo banco de dados e interface gráfica. Montou-se, assim, um *dashboard* para visualização das informações, adaptável para larga escala, com dezenas ou centenas de lixeiras. A

finalidade última de um *dashboard* como esse seria o de ser aplicado no contexto de um bairro, um distrito ou uma cidade, dando a visualizar, em tempo real, o estado das lixeiras conectadas ao sistema, possibilitando tomadas de decisão baseadas nas ocorrências factuais, e não num usual processo de amostragem-projeção.

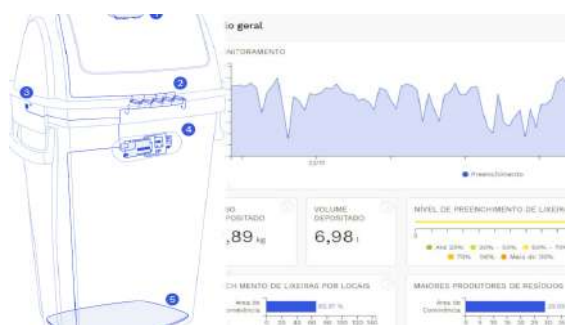


Figura 1: À esquerda, localização de sensores. À direita, recorte do dashboard desenvolvido.

b) Estufa

Como um modo de facilitar o cultivo de plantas ornamentais ou alimentícias sem uma devida especialização naquela área, tocamos em 2019 o projeto de uma estufa inteligente que fosse sensível aos principais fatores bióticos e que, ao mesmo passo, fosse também capaz de atuar automaticamente em vias de adaptação do

microclima. O trabalho teve como escopo o contexto residencial e teria interface de controle e acompanhamento por meio de aplicação para celular, dando a possibilidade para que futuros usuários pudessem acompanhar, sem grandes tomadas de decisão, o crescimento de uma planta simples para manter em casa.

O funcionamento do protótipo é este: vaso com *tag*RFID podem ser identificados pela estufa, de modo que ela mesma já “saberia” de antemão qual planta está sendo posta ali. A partir dessa informação inicial, o sistema de controle gerencia os fatores bióticos (iluminação, umidade, temperatura) por meio de regas, trocas gasosas e acionamento de luzes artificiais.

Virtualmente, o conjunto de sensores e atuadores utilizados na estufa extrapola a comunicação meramente entre humanos, dispendo-nos uma efetivação de objetos que se comunicam para fins diversos. Reside aqui ainda a dimensão interpretativa, interativa e simbólica, na medida em que as informações são dispostas numa interface gráfica para *smartphones*, mas essa já não se encontra no cerne das ações efetuadas pelo conjunto montado. Potencialmente, a

planta poderia “dizer” frases prontas, como “tenho sede” ou “o solo está muito úmido”, mas essa simulação antropomórfica se torna inútil na medida em que a própria estufa toma as decisões baseadas em pré-configurações.

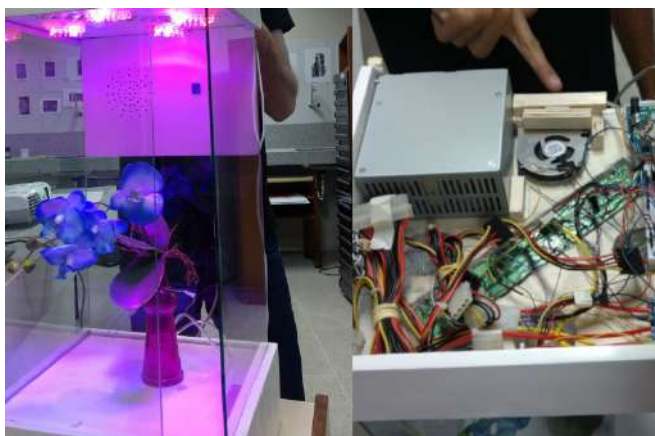


Figura 2: À esquerda, a estufa em funcionamento. À direita, parte dos componentes utilizados.

c) Termostato

Com o objetivo de atuar numa possível diminuição de gasto energético, também em 2019 iniciamos um projeto de termostato inteligente. Diferente de outros termostatos usuais que apenas regulam a temperatura do ambiente, este tem como princípio a percepção de pessoas na sala. Uma das inspirações do trabalho é o termostato Nest, já amplamente utilizado no mercado de Internet das Coisas, e que se configura como “inteligente” por aprender as atividades das pessoas dentro

de casa, autoprogramando-se a partir das rotinas domésticas.

O termostato desenvolvido ainda se encontra numa fase embrionária, mas já funcional de modo básico, tendo a possibilidade de ser ampliado para um sistema de monitoramento mais abrangente e pervasivo. Por ora, possui um sensor de presença, o qual ajuda a marcar uma determinada quantidade de minutos de ausência num laboratório, por exemplo, e um sensor de temperatura, que monitora a temperatura do ambiente controlado, realizando uma leitura real do calor do ambiente (que geralmente difere daquilo que é marcado no visor no aparelho ou no controle remoto). O conjunto foi posto em comunicação, via sinal infravermelho, a um aparelho de ar-condicionado, simulando um controle remoto usual. Também foram implementadas funcionalidades que o ligam ao celular e, assim, apresenta-se capaz de realizar alterações na temperatura a partir de utilizações diretas numa interface. Desse modo, seu funcionamento básico se constitui de duas alternativas: a) buscando manter a temperatura num determinado intervalo (de 22 a 26 graus centígrados); b) desligando o aparelho depois de certo

tempo com ausência total de pessoas no ambiente.

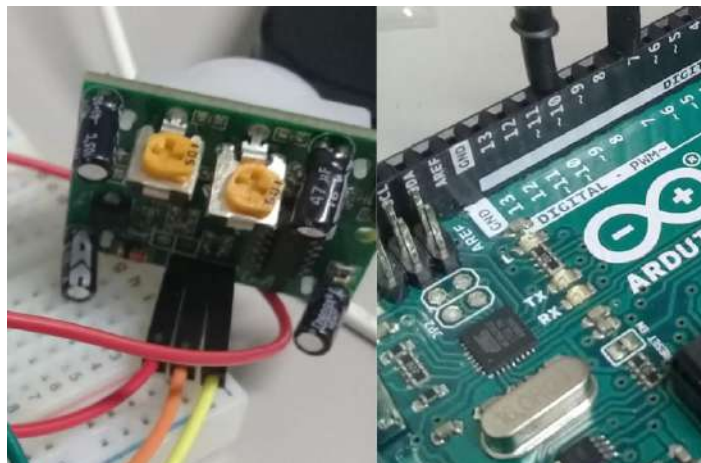


Figura 3: À esquerda, sensor de presença da estufa. À direita, placa controladora utilizada.

Ainda que pareça apenas uma peça de automação, é um elemento que descortina diversas questões envolvidas com o corpo, o bem-estar e a ideia de algo comunal (de onde, não à toa, vem a palavra comunicação).

Discussões: espaço, corpos, design e comunicação?

O breve conjunto de exemplos trazidos tensiona a relação que a comunicação tem ou pode ter com objetos, pessoas e espaços conectados entre si. Deliberadamente, não tomamos nesse trabalho uma visão da comunicação como uma área de estudos pautada na simples transmissão de elementos simbólicos (textos, imagens,

intenções) mas sim no estabelecimento de efeitos e afetos no processo comunicativo.

Existem ônus e bônus nessa empreitada.

Cada projeto apresentado traz consigo funcionalidades e limites de atuação em termos do que podem receber e dar de dados, assim como em relação ao que podem estabelecer de comunicação entre si. Se por um lado há na base desses objetos conectados a teoria matemática da comunicação, por outro não é ela que nos interessa enquanto aquilo que afeta a sociedade. É precisamente um relativo apagamento do trânsito e do tratamento das informações trocadas entre dispositivos e coisas que faz com que os objetos sejam “inteligentes”, possam constituir uma *smart city* imiscuir-se em meio às práticas rotineiras.

A se ressaltar, há um primeiro ponto em comum a todos eles: o modo como capturamos o ambiente e seus parâmetros (temperatura, umidade, presença de corpos ou de lixo) e estabelecemos diálogos com o espaço. Se por um lado a cidade inteligente se encaminha a sentidos neoliberais e desenvolvimentistas, por outro, precisa ser apreendida em detalhes para fazer sentido em termos informacionais - e se quisermos uma cidade que apresente um bem comum

geral, como acessos a facilidades e equipamentos urbanos, o entendimento desses detalhes *dataficados* é crucial para gestões socialmente responsáveis e que fujam de orientações gentrificadas. Cada um destes projetos busca, assim, decupar o espaço e transformá-lo em dígitos para que os propósitos desejados possam ser alcançados.

Também em comum, cada objeto inteligente nos mostra aspectos específicos a respeito das situações e contextos em que se situa. A lixeira, por exemplo, fala mais do que deixamos enquanto resto (nem sempre bem aproveitável) do que necessariamente nos aponta uma ordem cartesiano-modernista de lidar com o lixo. A rigor, parece ser exatamente o contrário: em vez de fazer o fenômeno (produção de lixo) se adequar a horários e rotas, adequam-se caminhos e turnos de coleta ao dispor da sujeira. O planejamento, assim, não vem *a priori*, mas *a posteriori*, e apresenta potencial de readequações mais rápidas a partir da análise rotineira dos dados. É como construir caminhos à medida que eles já foram efetivados pelas pessoas, e não impor trajetos que não lhes façam sentido.

Algo similar se passa com o termostato, quando buscamos realizar leituras

espaciais e corporais e intentamos criar uma situação otimizada, num balanço delicado entre gasto energético e conforto térmico. Situado numa cidade quente e seca, na região do Sertão Central, interior do estado do Ceará, o *campus* em que realizamos esses experimentos necessita de aparelhos de ar-condicionado como uma medida mínima de adequação climática. Num pensamento raso, talvez alguém imagine que o máximo de frio possível fosse o mais adequado, mas essa nem sempre é uma realidade: diante da variedade de corpos e da diferença de temperatura de acordo com o horário do dia, a situação térmica acaba por indicar tensões entre gostos e necessidades – que por vezes se explicitam em reuniões demoradas ou durante as aulas. Essas inquietudes se ressaltam diante de detalhes que se desdobram em questionamentos. Por exemplo, qual deveria ser a temperatura ideal para um conforto térmico adequado para todos os corpos aglutinados numa sala, levando-se em consideração sexo, tamanho, peso e outras variáveis? Ou ainda qual o tempo ideal de ausência de pessoas num ambiente fechado para que ele desligue objetos diversos, como o dito aparelho de

ar-condicionado, luzes e outros dispositivos?

Isso nos mostra que as tentativas de leitura e gerenciamento de um microespaço já são socialmente complexas, o que indica que as abordagens direcionadas à cidade devem possuir implicações ainda mais severas diante de qualquer tentativa de padronização. Podemos, assim, levantar hipóteses de que desigualdades surjam quando questões de gênero, sexo, etnias e desnivelamentos socioeconômicos são tocadas por ditas tecnologias neutras, inteligentes e que tais.

Por outro lado, a estufa apresentada aponta um cenário distópico, por um lado, especialmente se pensarmos em efeitos a longo prazo da poluição atmosférica e do desmatamento generalizado, mas também utópico por outro, se pensarmos em atuações colaborativas em bairros. Uma estufa estabelece um microclima controlado, uma tentativa de se antepor tecnicamente às condições naturais e vencer as restrições estabelecidas pela natureza. A realização da experiência nos mostrou possibilidades que vão desde a simples manutenção de uma horta ou planta ornamental até a automação e controle biológico básico sobre frutas, verduras e legumes. Potencialmente, a

título de especulação, uma cidade inteligente pode lidar com estufas de grande escala, prontas para atender pequenas populações em necessidades especiais. É claro que esse cenário não é desejável, mas os resultados obtidos nos indicam que essa é uma possibilidade de se repensar o futuro.

Por fim, os projetos também sublinham a digitalização de corpos, espaços e objetos – que não significa que estejam se tornando “virtuais” mas, sim, que são tomados, apreendidos e *dataficados* em sua materialidade (Mayer-Schonberger & Cukier, 2013; van Dijck, 2014; van Dijck, Poell, & de Waal, 2018). Tal dataficação está no bojo dos paradigmas apresentados. A cidade inteligente vai se valendo, pelo menos em teoria, de processos de dataficação para se constituir como um sistema inteligente e processado em tempo real, de adequações e releituras concomitantes. Isso não indica, claro, uma resolução de velhos problemas conhecidos, ligados notoriamente a desigualdades socioeconômicas, dificuldades de acesso tecnológico e questões raciais e de gênero.

No nosso entendimento, campos como o da Comunicação precisam se aproximar a essas práticas, tecendo considerações

críticas e realizando experimentações, indo além de estudos que apenas observem a realização de terceiros. Num tom excepcionalmente pessoal, a fim de dar cabo ao pensamento, lembro de um pesquisador brasileiro da área de Comunicação dizer, em e-mail numa lista de discussão, que nosso campo de estudos

Adams, P. (2009). *Geographies of Media and Communication: a critical introduction*. Hoboken: Wiley-Blackwell.

Aurigi, A., & De Cindio, F. (2008). *Augmented Urban Spaces: Articulating the Physical and Electronic City*. Hampshire: Ashgate.

Batty, M., Axhausen, K. W., Giannotti, F., Pozdnoukhov, A., Bazzani, A., Wachowicz, M., ... Portugali, Y. (2012). Smart cities of the future. *European Physical Journal: Special Topics*.
<https://doi.org/10.1140/epjst/e2012-01703-3>

Batty, Michael. (2013). Big data, smart cities and city planning. *Dialogues in Human Geography*, 3(3), 274–279.
<https://doi.org/10.1177/2043820613513390>

Falkheimer, J., & Jansson, A. (2006). *Geographies of Communication: The Spatial Turn in Media Studies*. Göteborg: Nordicom.

é muito pouco criativo, inventivo, ao estar sempre baseado em ocorrências que já se deram. Parece-me necessário produzir também nossos próprios fenômenos, e não apenas esperar que aconteçam.

Referências

Harrison, C., Eckman, B., Hamilton, R., Hartswick, P., Kalagnanam, J., Paraszczak, J., & Williams, P. (2011). Foundations for Smarter Cities. *IBM Journal of Research and Development*, 54(4), 1–16.
<https://doi.org/10.1147/jrd.2010.2048257>

Kitchin, R. (2014). The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, 79(1), 1–14.
<https://doi.org/10.1007/s10708-013-9516-8>

Kitchin, R., Lauriault, T. P., & McArdle, G. (2015). *Data and the City*. Routledge.

Mayer-Schonberger, V., & Cukier, K. (2013). *Big data: A revolution that will transform how we live, work, and think*. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt.

Uckelmann, D., Harrison, M., & Michahelles, F. (2011). *Architecting the Internet of Things*. London; New York: Springer.

van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big data

between scientific paradigm and ideology.
Surveillance and Society, 12(2).

van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M.
(2018). *The Platform Society*.

Ponencia presentada al GT 15
Comunicación y Ciudad Comunicação e
Cidade

<https://doi.org/10.1093/oso/9780190889760.001.0001>

Otras voces, otras historias: The smiling Lombana, una aproximación a la historia del narcotráfico en Medellín

Other voices, other stories: The smiling Lombana, an approach to the history of drug trafficking in Medellín

Ana María López C.⁸²

Juan Osorio-Villegas⁸³

Resumen: El estudio del cine documental permite construir un entramado complejo sobre las representaciones y los imaginarios de la ciudad. Medellín es una ciudad en la que las manifestaciones artísticas y narrativas están en tensión con discursos institucionales e informativos. A través del estudio de *The Smiling Lombana* (Abad, 2019), la presente ponencia explora las posibilidades de enunciación del documental contemporáneo, el uso de la primera persona y la manera en que la autobiografía se vincula con la historia y la memoria.

Palabras clave: Medellín, narcotráfico, cine documental.

Abstract: The study of documentary cinema allows the construction of a complex framework based on the representations and imaginaries of the city. Medellín is a city in which artistic and narrative manifestations are in tension with institutional and informative discourses. Through the study of *The Smiling Lombana* (Abad, 2019), this paper explores the possibilities of enunciation of contemporary documentary, the use of the first person and the way in which autobiography is linked to history and memory.

Key words: Medellín, drug trafficking, documentary cinema.

⁸² LÓPEZ C., ANA MARÍA. Profesora Universidad Pontificia Bolivariana, PhD, Medellín, Colombia, anama.lopez@upb.edu.co

⁸³ OSORIO-VILLEGAS, JUAN / Profesor Universidad Pontificia Bolivariana, Mg., Medellín, Colombia. juan.osorio@upb.edu.co

Tema central

La historia y las narraciones sobre Medellín están atravesadas por la vivencia del narcotráfico, en particular en relación con los hechos violentos que se vivieron a finales de la década del ochenta e inicios de la del noventa. Durante este periodo, la violencia estaba en un vertiginoso ascenso; cada vez morían más jóvenes asesinados en las calles de la ciudad, y cada vez más jóvenes se hacían asesinos o delincuentes. Medellín estaba convulsionada por una violencia que afectaba especialmente a los barrios periféricos, de donde salían la mayor parte de los muertos y de donde surgió la figura del sicario: jóvenes asesinos a sueldo. Los medios de comunicación, en su afán informativo, no buscaban comprender la vida de estos jóvenes, simplemente eran emisarios de cifras de muertes generadoras de temor en toda la sociedad y que estigmatizaron a los jóvenes habitantes de las comunas populares de Medellín.

Sin embargo, el periodismo, la literatura y el cine se han ocupado paulatinamente de desvelar aquellos relatos que dan cuenta de la cotidianidad de dicha época, de las situaciones que vivían particularmente los jóvenes. Investigaciones como *Los años difíciles. Historias orales de la época del*

narcotráfico en Medellín (Hoyos, 2004) o *Medellín a oscuras* (Aristizábal, 2018), o libros como *La cuadra* (Mesa, 2017) y *Era más grande el muerto* (Rivas, 2019), han explorado sucesos cotidianos de los cuales se ha ocupado la prensa. Así mismo, en el cine esta exploración tuvo una aparición temprana con la película *Rodrigo D. No futuro* (Gaviria, 1990), un trabajo crucial para comprender la época y su representación. Más allá de la violencia, esta película indagó por las condiciones y formas de vida de algunos jóvenes en estos sectores de la ciudad: escarpadas montañas que dificultan la movilidad, estrechos callejones transitados por ruidosas motocicletas y un crudo y duro lenguaje que también se materializó en la banda sonora, una serie de composiciones de grupos de metal y de punk que también hacían parte de estos barrios y que expresaron las angustias de estos jóvenes. Con esta película, Gaviria pone ante los ojos del público una serie de costumbres, comportamientos y formas de vivir, es decir, toda una serie de características sociales que se revelaban novedosas y contundentes, algo que para la sociedad de la época era desconocido o simplemente no se atrevían o no querían ver. Es importante señalar que, desde lo estético, el lenguaje cinematográfico pone cuidadosamente en el

centro el interés profundo por conocer los intereses y frustraciones de estos jóvenes, dejando la violencia urbana esencialmente en el fuera de campo.

En el documental existen producciones conexas, principalmente realizadas en video y centradas en la violencia que vivió la ciudad, en particular destacamos *Una faena inolvidable* (Betancur, 2000), que hace un recuento de lo vivido en la explosión de la bomba de la Plaza de Toros La Macarena a través de los músicos que acompañaban esa tarde la corrida de toros. La narrativa de esta época se caracteriza por tener un componente de memoria que se ocupa del recuento de aquello que vivió la ciudad y, más recientemente, de la exploración de hechos más cercanos a la experiencia personal.

En las narrativas más tempranas es posible encontrar el recuento de hechos violentos como parte del ejercicio de memoria y como una necesidad de comprender el fenómeno que fue inédito en la época y significó la irrupción de la violencia en las urbes. En periodos más recientes, en particular después de la instalación de las políticas de memoria y, específicamente en Medellín con la apertura del Museo Casa de la Memoria, la reflexión sobre este periodo ha tenido una mayor variedad en cuanto a la

diversidad de propuestas narrativas y estéticas, un ejemplo de ellos es la exposición *MEDELLÍN/ES 70, 80 y 90*, en la cual se recogen testimonios y documentos que abordan diferentes actos de violencia que configuran un panorama de cada una de estas décadas. En particular, para la década del noventa en la que primó la categorización de la ciudad como la más violenta del mundo, es un avance significativo en la narración sobre este periodo reconocer procesos de resistencia a partir de trabajo artístico, social y de convivencia desarrollado por diversos actores en la ciudad.

No obstante, estas propuestas y aportes no han explorado profundamente la vinculación de las clases más acomodadas de la ciudad con el fenómeno del narcotráfico y sus violencias. Entre los antecedentes más cercanos en el ámbito cinematográfico encontramos películas como *Sumas y restas* (2005) de Víctor Gaviria y *Apocalipsur* (2005) de Javier Mejía, ambas de ficción. En sus argumentos es posible reconocer cómo de formas diferentes las familias acomodadas se relacionan con el narcotráfico.

Como lo muestran todas estas producciones textuales, cinematográficas y artísticas, la narrativa sobre el narcotráfico no es una novedad en la ciudad, no obstante, *The*

Smiling Lombana (Abad, 2019) es un documental que afronta esta problemática desde la primera persona, lo cual implica un lugar de enunciación que requiere la investidura desde la cual se habla, en este caso la pertenencia a una familia involucrada con los orígenes del narcotráfico en la ciudad.

Objetivos

A partir del estudio del documental *The Smiling Lombana* (Abad, 2019), en la presente ponencia nos proponemos avanzar en la discusión sobre las narrativas de las violencias en Medellín y las problemáticas que se desprenden de estas. En este largometraje documental se ponen en evidencia la manera cómo una familia acomodada guarda un secreto para conservar la imagen del padre y cómo, a su vez, se mantiene el orden social en la ciudad. Así mismo, nos interesa estudiar las narrativas familiares, el uso de la primera persona y los materiales de archivos familiares y personales como estrategias narrativas recurrentes del documental contemporáneo y la exploración de espacios y problemáticas familiares y personales.

Caracterización del estudio o discusión teórica

Las escrituras biográficas y autobiográficas no son propiamente un ejercicio de la contemporaneidad. Son prácticas que han acompañado procesos muy diversos y han tenido expresiones diferentes de acuerdo con el pensamiento y a las tecnologías de cada época. Las escrituras personales como los diarios íntimos son una práctica que ha revelado condiciones e imaginarios de la época en la cual son producidos. El término auto/biografía, entendido como un ejercicio de escritura sobre la propia vida, implica un proceso de introspección, pero además el uso de una tecnología de fijación o de soporte. Al mismo tiempo, dan cuenta del proceso de creación y del trabajo de resistencia y de ruptura de estructuras sociales tradicionales. Estos tipos de escritura, como lo veremos en el documental, adoptan posturas críticas que se distancian del consenso familiar o social.

En la contemporaneidad convivimos con la sobre exposición y la autorreferencialidad extrema, lo cual amerita no solo una revisión de las abundantes expresiones, sino el planteamiento de problemas en torno al lugar de estas narrativas y su potencial en el autoconocimiento y el conocimiento de la sociedad. Así mismo, estas narrativas potencian el surgimiento de diferentes voces,

perspectivas y enfoques que pluralizan los discursos, sumando a dichas posibilidades de conocimiento y autoconocimiento la posibilidad de revisión de narrativas anteriores, desde diferentes lugares de enunciación, incluyendo perspectivas de clase, género, edad, entre otras.

El campo documental es uno de los más fecundos en las exploraciones estéticas y temáticas, la flexibilidad de los dispositivos, incluso las mismas denominaciones abiertas como no ficción, dejan espacio para la transgresión de géneros, formatos y soportes. Como lo propone Piedras (2009), las innovaciones tecnológicas a partir de los años sesenta, sumado a la evolución de formatos videográficos y digitales, así como la creciente subjetivación de los discursos, son tres de los principales factores que han propiciado la consolidación de nuevos pactos comunicativos entre la obra y el espectador, a la vez que generan un giro epistemológico.

La imagen como una de las formas más prolífica de escritura contemporánea, interroga objetos tradicionales como los álbumes familiares. Estos dispositivos constituyen una evidencia del tránsito de formatos, que implican también transformaciones en los relatos y las relaciones identitarias y familiares. Como

depositario de la memoria familiar, los álbumes han sido custodiados por miembros de las familias quienes además narran las historias en torno a las imágenes, y si bien estos objetos son casi siempre de gran valor para el círculo familiar, también es cierto que pueden revelar tensiones, silencios y rupturas y, por lo tanto, son también objeto de edición, borradura y destrucción (Castillo Olarte, 2018). Así mismo, en el cine documental colombiano es posible encontrar ejercicios autobiográficos y biográficos que dan cuenta de la memoria familiar y personal en relación con la sociedad –*Pizarro* (Hernández, 2016), *Looking for* (Said, 2012), *Inés, recuerdos de una vida* (Sossa, 2013) *Ciro y yo* (Salazar, 2018) *Amazona* (Weiskopf, 2017)–. Estos relatos son el resultado de búsquedas personales en la cuales los sujetos exploran, reconstruyen o tratan de comprender su propia historia, operan también como formas de sutura, o de reconfiguración de la propia historia indagando por silencios, rupturas o por situaciones límites de las familias.

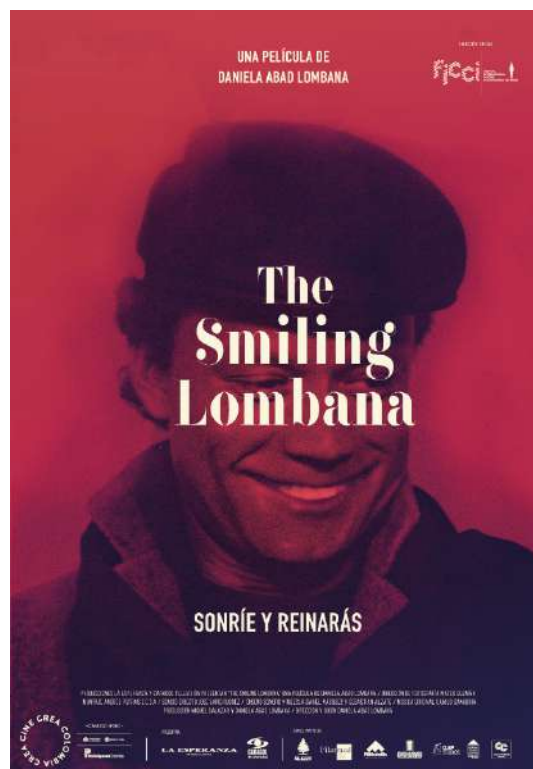
De esta forma se comprende que, como señala Arfuch, estas narrativas autobiográficas permiten construir un retrato de la interioridad a partir de indagaciones por el pasado que no solo dan cuenta del personaje retratado, "sino que involucrará[n]

necesariamente la relación del sujeto con su contexto inmediato, aquel que le permite situarse en el (auto)reconocimiento: la familia, el linaje, la cultura, la nacionalidad [no] podrá desprenderse del marco de una época, y en ese sentido, hablará también de una comunidad." (2007, p. 108)

Si bien Arfuch profundiza principalmente en los géneros biográficos escritos, comprende que los nuevos medios y las nuevas tecnologías estimulan una revalorización de las formas canónicas – diarios, cartas y relatos personales–, fenómeno que también se evidencia en el cine, donde la autobiografía tiene una importante tradición que puede rastrearse desde los inicios del cine, con la exploración de diversas formas y con propuestas que desarrollaron formatos y géneros diversos (Lagos Labbé, 2011). Y será en la contemporaneidad cuando estas narrativas autobiográficas se popularicen en el cine documental como un importante recurso para indagar en el ámbito familiar por problemas sociales más relevantes.

Por lo tanto, a partir de los discursos documentales es posible generar la puesta en circulación de voces, espacios, experiencias, hechos o testimonios inéditos o de singular valor para la historia y la memoria; tal es el

caso de *The Smiling Lombana* (Abad, 2019). Este documental muestra cómo el uso de la escritura personal y la revisión de materiales de archivo familiar le permiten a la directora explorar los silencios y tabúes de su familia, así como los espacios y lugares donde se comienzan a acumular capas de memoria y afectos, generando un diálogo con el pasado de la sociedad y de la ciudad.



Afiche de la película. [Ver trailer](#)

Propuesta enfoque y metodología de abordaje

El presente estudio se enmarca en los estudios fílmicos en tanto se ocupará del

análisis de los recursos audiovisuales y de la contextualización y uso de los mismos, lo cual será abordado en la primera parte. En la segunda parte, se hará el análisis del discurso y del contenido de la historia puesta en relación con las narrativas sobre el tema y la representación de la ciudad. Los resultados se darán a partir de los planteamientos de los Estudios Culturales Latinoamericanos.

Resultados

The Smiling Lombana hace uso de diferentes recursos tanto narrativos como audiovisuales. En primer lugar, la narración en primera persona permite la instalación de un punto de vista. En este caso, el punto de vista de la nieta que se pregunta por el pasado de su abuelo materno y que indaga en la familia por la ruptura de la relación familiar. A través del uso de la voz en *offes* posible reconocer la subjetivación de la narración y la adscripción al cine documental contemporáneo.

Así mismo, el uso de archivo familiar tanto de fotografías como de material fílmico sitúan la producción en la tradición documental que hace uso de la imagen en tanto documento. Lo anterior se complementa con la filmación de las entrevistas e incluso de la puesta en escena. Estos recursos le permiten trascender la preocupación inicial sobre el silencio

familiar y la historia personal para abrir el diálogo y trasladar la inquietud a la sociedad, entendiendo que lo que ocurrió en su familia es apenas un ejemplo de lo que la colectividad ha callado. A medida que se cuenta la vida personal de Tito Lombana podemos entender el fenómeno concomitante que se materializó en el ámbito urbano.

Mientras Tito diseñaba sus casas la estética mafiosa se impuso como reflejo de una moral corrompida: cambió nuestra arquitectura, la forma en que nos vestimos, los carros que preferimos, el arte que escogemos. La mafia modificó nuestro concepto de belleza transformando a hombres y mujeres. (The smiling Lombana 1:10:56)

La investigación de la directora le permite llegar a conclusiones como esta, en las que construye metáforas que revelan sentidos ocultos, o que nos son esquivos para poder pensar el complejo fenómeno del narcotráfico. Los lazos familiares, la diferencia en que su esposa y cada una de sus hijas lo asumen, son solo una muestra de que no se puede tener una lectura unívoca de este fenómeno debido a que se trata de un asunto que ha llegado a las entrañas más profundas de la sociedad.

Reflexiones

El documental como género cinematográfico que trabaja directamente con lo real se enfrenta al reto social de construir representaciones, narrativas y reflexiones sobre las experiencias traumáticas y las zonas grises que enfrentamos. Como ciudad, Medellín no solo ha tenido que luchar con y contra la violencia que el narcotráfico ha generado, si no que su presencia pervive en el silencio y en aquello que aún no logramos identificar, nombrar y reconocer. Es así como en estas representaciones el silencio parece tomar un lugar importante, un gesto que se evidencia en la madre de la directora y que se presenta como una negación, como un gesto para no tener que confrontar el penoso pasado. Este gesto se ha presentado en años recientes en Medellín, haciendo de las narrativas y procesos de construcción de

memoria un espacio de lucha, en el cual se intenta imponer algunos imaginarios eliminando los lugares que permiten reconocer el pasado violento de Medellín, tal como sucedió con el edificio Mónaco⁸⁴.

De esta forma, en este pulso por construir la memoria, el cine se convierte en una herramienta que permite indagar, explorar y exponer aquello que la familia o la sociedad prefiere silenciar. Ya a finales del siglo XX lo hizo Víctor Gaviria, recibiendo fuertes críticas por mostrar de manera directa en sus películas aquello que la sociedad preferiría callar, esto es, representar la marginalidad de Medellín⁸⁵. En este caso, Daniela Abad decide mantener su cámara insistente frente al silencio de su madre, intentando escrutar su evasión, buscando revelar algún sentido en este silencio. Esta aproximación no solo es inédita, sino que contribuye a ampliar el

⁸⁴ Este edificio, ubicado en el prestigioso barrio El Poblado de Medellín, perteneció al narcotraficante y capo del cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria y es una de sus propiedades más reconocidas junto a la Hacienda Nápoles. En 1988 este edificio fue blanco de un atentado con carro bomba, conmoviendo a los habitantes del sector y dando inicio a la confrontación entre los carteles de Medellín y Cali. Este edificio fue expropiado y durante algún tiempo fue usado como sede de la Fiscalía y luego permaneció vacío, siendo frecuentado por turistas que buscaban conocer los lugares que marcaron la vida del capo, junto al cementerio Montesacro y la casa en la que fue asesinado. En 2019 el edificio fue demolido en un proyecto liderado por el entonces alcalde Federico Gutiérrez.

⁸⁵ El crítico y director colombiano Julio Luzardo, en su crítica de *La Vendedora de rosas* (Gaviria, 1998), deja ver su incomodidad hacia la irrupción de esa realidad marginal que Gaviria quiere mostrarle a esa clase media colombiana que, como en este caso, se refiere a ese mundo como "cloaca de nuestra sociedad": "¿En qué momento una película deja de ser un estudio serio sobre la condición humana y se vuelve una explotación de esa misma condición? Si el arte es un fiel reflejo de la vida, ¿esto es arte? ¿Se justifica hacer una película sin ningún valor moral simplemente porque es verídica? ¿Tiene razón el periódico *Le Monde* en decir que esta película no tiene ningún mérito ni como documental, ni como película? Estas y muchas otras preguntas se hacen los espectadores desprevenidos ante otra incursión de Víctor Gaviria en el bajo mundo o cloaca de nuestra sociedad. [...] Así como está, *La Vendedora de Rosas* es una visión simplista de una realidad muy palpable, aterrizadora, pero sin fuerza como realización cinematográfica, que muere, como el escorpión, por su propio aguijón. [...] Dentro de la temática asumida y los recursos normales a disposición del nuevo cine colombiano, *La Vendedora de Rosas* es casi una super-producción ya que cuenta con todos los "fierros" y el dinero necesario para competir internacionalmente con otras producciones del Tercer Mundo. Sin embargo, el tema no está a la altura de los recursos técnicos." Para leer la crítica completa, ver http://www.enrodaje.net/4vendedora_de_rosas.htm

conocimiento de la historia reciente al posar la mirada sobre diferentes actores sociales, espacios y prácticas.

Conclusiones

El cine, y en particular la forma documental tiene la posibilidad de explorar nuevos puntos de vista sobre problemas que tradicionalmente han estado presentes. Así también, la función narrativa y de denuncia se amplía en tanto constituyen ejercicios de memoria. Las historias orales y los discursos, una vez puestos bajo la forma de obra documental se convierten en una unidad que permite rescatar del conjunto de informaciones y documentos dispersos, elementos que, puestos en relación, ofrecen una versión inédita de la historia. Por lo tanto, se convierten en un objeto que se nombra, que viaja, que se transmite y que perdura.

Si bien la narrativa autobiográfica implica riesgos y sesgos que no son ajenos a cualquier tipo de documental, *The smiling Lombana* logra ampliar esta mirada haciendo uso de la autobiografía, indagando en el universo familiar a partir de un secreto, lo cual revela una vinculación de las clases altas con la historia del narcotráfico. Así mismo, sitúa en la historia el paisaje urbano como evidencia, no solo de lo narrado sino de lo que la

sociedad antioqueña ha visto emerger en las últimas décadas. Esta materialidad le permite a la directora construir la imagen y la reflexión sobre un silencio social y sobre la necesidad de romperlo para pensar en el imaginario y el ideario que se forjó a partir de las prácticas del narcotráfico y la instalación de su presencia en lo profundo de la sociedad.

Las películas sobre Medellín nos han permitido descubrir una ciudad desconocida, nos han contado historias desde las cuales se han cuestionado los imaginarios de la ciudad. El cine se ha ocupado a partir de los años noventa de incluir en las narrativas de la ciudad miradas inéditas que han contribuido a ampliar su conocimiento mostrando diferentes actores sociales, espacios y prácticas fundamentales para entender las dinámicas contemporáneas de la ciudad. La reflexión en esta perspectiva permite hacernos preguntas por aquello que, más allá de las historias, subyace en los imaginarios de la ciudad, en las ideas de progreso y de la ciudad industrial pujante que han buscado posicionarse en relación con Medellín y sus habitantes.

Referencias

Abad, D. (2019). *The Smiling Lombana* [Documental; DCP]. Cine Colombia S.A.

Arfuch, L. (2007). El espacio biográfico (1a ed. 2a reimp.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Aristizábal U., A. C. (2018). Medellín a oscuras: Ética antioqueña y narcotráfico (1. ed). Universidad Pontificia Bolivariana.

Castillo Olarte, A. T. (2018). Potencias creativas del silencio: Imagen y evocación. *Nómadas*, 49, 257-266. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n49a15>

Hoyos, J. J. (2004). Los años difíciles. Historias orales de la época del narcotráfico en Medellín. Universidad de Antioquia. Proyecto de investigación.

Labbé, P. L. (2011). Ecografías del "Yo": Documental autobiográfico y estrategias de (auto)representación de la subjetividad. *Comunicación y Medios*, 24, ág. 60-80. <https://doi.org/10.5354/rcm.v0i24.19894>

Mesa, G. (2016). La cuadra (Primera edición). Literatura Random House.

Piedras, P. (2009). El problema de la primera persona en el cine documental contemporáneo. Modos de representar lo autobiográfico en ciertos documentales latinoamericanos. ponencia presentada en las V Jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto Gino Germani, Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. http://www.academia.edu/download/29493854/20_el_problema_de_la_primera_persona_en_el_cine_documental_contemporaneo_pablo_piedras.pdf

Rivas, L. M. (2019). Era más grande el muerto. Seix Barral.

#terremoto83, una narrativa urbana que se expande:

#terremoto83, an urban narrative that expands

Ana Isabel Cerón Pill ⁸⁶

Nelson Fredy Osorio Andrade ⁸⁷

Resumen: El 31 de marzo de 1983, es una fecha muy significativa para la historia reciente de la ciudad de Popayán, por cuanto, ese día, a las 8:13 A.M. un terremoto de 5.5 grados en la escala de Richter semi-destruyó el centro histórico de la ciudad y generó un proceso de expansión en las zonas periféricas cuando centenares de personas tomaron los terrenos baldíos para construir sus viviendas con materiales desechables.

35 años después, desde el semillero de investigación-creación en narrativas multimediales e interactivas de la Universidad del Cauca, se propuso como un ejercicio de historia y memoria urbana, la realización de un proyecto transmedia que recuperara la historia reciente de la ciudad, la construcción de los nuevos barrios y el reconocimiento de aquellas personas que con su trabajo contribuyeron en el proceso de creación de la nueva ciudad.

Como resultado de este proceso se obtuvo una gran conversación social e intergeneracional, que se registró en diferentes medios, soportes y lenguajes. Con estos productos comunicacionales se construye colectivamente, a partir de testimonios, una historia reciente de la ciudad, que reconoce a numerosos líderes sociales como gestores de la nueva ciudad. Uno de ellos es “Lucho” Calderón.

Palabras Clave: Narrativa, Ciudad, Historia y Memoria.

⁸⁶ Ana Isabel Cerón Pill. Universidad del Cauca. Comunicadora Social. Directora del Cortometraje “Lucho: Los pasos de la nueva Popayán”, Colombia. isabelcepill@unicauca.edu.co

⁸⁷ Nelson Fredy Osorio Andrade. Universidad del Cauca. Magister en Comunicación estratégica. Colombia. nelosorio@unicauca.edu.co

Abstract: March 31, 1983, is a very important date for the recent history of the city of Popayán, for how much, that day, at 8:13 A.M an earthquake measuring 5.5 grades on the Richter's scale semi destroyed the historic downtown of the city and generated a process of expansion in the peripheral areas when hundreds of people took over the vacant lots for building their households with disposable materials.

35 years later, from the research - creation hotbed in multimedia and interactive narratives at the University of Cauca, it was proposed as an exercise in urban history and memory, the realization of a transmedia project that will recover recent history of city, the construction of the new neighborhoods and recognition of those people that with their job contributed in the process of creation about the new city.

As a result of this process was obtained a great social and intergenerational conversation, that was registered in different media, supports and languages. With these communicative products is collectively built, from testimonials, a recent history about city that recognizes numerous social leaders as managers of the new city. One of them is "Lucho" Calderón.

Key words: Narrative, City, History and Memory

La historia colonial, un punto de partida

Cada comunidad, cada cultura, cada pueblo destaca elementos de su pasado que considera significativos y por lo tanto, dignos de ser recordados, con ellos se construyen relatos que dan cuenta de su historia y hacen parte de lo consideran su identidad.

Popayán es una ciudad tradicional, ubicada al sur occidente de Colombia, cuyo relato oficial destaca su pasado colonial, su importancia en el proceso de independencia y constitución de la república, por ser cuna de catorce (14) presidentes y por su tradición religiosa y sus centenarias procesiones de semana santa.

Este relato oficial de la ciudad se fortalece y está presente en diversos monumentos, espacios, placas, productos y prácticas culturales de la ciudad, entre los que cabe destacar: la cuadrícula que ordena el espacio urbano del centro histórico, la arquitectura colonial española que data de los siglos XVI y XVII, las numerosas capillas e iglesias con sus vitrales, pinturas y retablos; las fachadas blancas de las casonas, con sus grandes portales y ventanales, sus patios con fuentes o esculturas en piedra; así como el conjunto de parques y estatuas que recuerdan a los hombres ilustres de Popayán que contribuyeron al proceso de independencia y constitución de la república de Colombia. El poema "Canto a Popayán" del Maestro Guillermo Valencia; el óleo de cincuenta y cuatro (54) metros cuadrados, "Apoteosis a Popayán", pintado por el Maestro Efraín Martínez y ubicado en el aula magna de la Universidad del Cauca, que representa: el paisaje, la arquitectura, las alegorías de la ciudad, la poesía y la primavera, y un desfile histórico de la sociedad payanesa desde la conquista hasta el primer tercio del siglo XX, también aparecen los pueblos originarios representados desnudos y los esclavos que trabajaron en la ciudad. Prácticas como las procesiones de Semana Santa, reconocidas

por la Unesco desde el año 2009 como patrimonio cultural inmaterial de la humanidad fortalecen su imagen de ciudad religiosa.

Cabe señalar que el principal ícono colonial de la ciudad, la imagen ecuestre del fundador de Popayán, Don Sebastián Belalcázar, que estaba ubicada sobre lo que se ha considerado como una pirámide artificial de origen prehispánico, fue derribada por miembros de la comunidad indígena Misak, después de un juicio político que le hicieran al conquistador. Este es un gesto de reclamo social y autonomía por la ofensa que representaba para ellos la imagen del dominio sobre su territorio ancestral, y que generó gran controversia en la ciudad por la destrucción del patrimonio.

El relato oficial de Popayán a lo largo del siglo XX la ha presentado como una ciudad hidalga, fecunda y procera, como la ciudad blanca, universitaria y culta de Colombia, esta es la narrativa construida para los catálogos, las postales y los turistas, pero que hoy poco interpela a los habitantes de la ciudad en tanto que no da cuenta de su historia y la forma como se ha construido este territorio.

Por esta razón, se empezó a pensar este “emprendimiento de la memoria” (Jelin: 2002) denominado #terremoto83, para ello hemos partido de un gesto de-colonial: repensar la historia, para construir una narrativa complementaria que intente llenar algunos vacíos de ese relato oficial de la ciudad, para reconocer voces, actores, espacios y prácticas que han contribuido a construir este espacio sociocultural y por muy diversas razones, especialmente políticas, han ido quedando olvidadas.

Para repensar la historia local, nos situamos en uno de los acontecimientos más significativos de la historia reciente de Popayán, el terremoto del Jueves Santo 31 de marzo de 1983, entendiendo este fenómeno como un punto que significó una inflexión de la ciudad, tanto a nivel urbanístico como social.

Hasta 1983, Popayán era una de las pocas ciudades que se jactaba de no tener tugurios o zonas subnormales, y era porque a pesar del enorme déficit de vivienda que existía en la ciudad, este problema pasaba inadvertido. Seis, siete y hasta diez familias vivían en las enormes casonas del centro histórico, pero no

se notaba el hacinamiento y la ciudad conservaba su apacible apariencia colonial.

El terremoto de 1983 semidestruyó el centro histórico, sus construcciones más emblemáticas, sus iglesias y las sedes gubernamentales. Las enormes casonas construidas con adobe se derrumbaron y las personas que vivían en condición de hacinamiento, se tomaron las zonas periféricas de la ciudad, en pocas horas levantaron ranchos con materiales desechables y, desde ese momento, empezó una enorme lucha por evitar el desalojo, lograr la legalización de los terrenos y posteriormente la integración urbanística de los nuevos barrios. Esta lucha llevó al continuo enfrentamiento de las comunidades con las fuerzas militares que se movilizaron en defensa de la propiedad de los terrenos ocupados, el surgimiento de numerosos liderazgos, el protagonismo de las mujeres como constructoras de la nueva ciudad, la movilización continua y el asesinato de varios líderes populares.

Esta historia es completamente desconocida por las nuevas generaciones de la ciudad y como un gesto de acercamiento a ese pasado reciente, se propuso este proyecto

de investigación – creación #terremoto83, en procura de construir una narrativa colectiva, más diversa, polifónica, que haga decible, audible, visible y pensable las voces, los acontecimientos, las historias, los liderazgos y las luchas de que quienes participaron de la construcción esa nueva ciudad post-terremoto.

Objetivos.

Entre los objetivos propuestos para el desarrollo del proyecto #terremoto83, se tenían:

Generar un espacio de encuentro, memoria colectiva y diálogo intergeneracional entre los habitantes de Popayán sobre uno de los acontecimientos más importantes en la ciudad: el terremoto de 1983 y la posterior transformación urbanística y social de la ciudad.

Realizar diversos productos comunicacionales, en diferentes formatos, que permitan reconocer y socializar la historia reciente y las dinámicas que llevaron a la expansión urbana, posteriores al terremoto.

Narrar con los recursos tecnológicos actuales los sucesos ocurridos el 31 de marzo de 1983, recogiendo para ello registros y documentos de la época.

Caracterización de la investigación.

#terremoto83, es un proyecto multidisciplinar, de carácter exploratorio, que partió de pensar los conceptos de historia y memoria, como conceptos fundamentales para abordar el mundo contemporáneo, donde las memorias de los pueblos disputan los sentidos de las historias oficiales, donde los movimientos sociales reclaman la ampliación de sus derechos y la construcción de su propia historia.

La historia es una disciplina que, mediante el uso y aplicación de determinadas metodologías y fuentes documentales, estudia y busca establecer qué sucedió en un determinado momento del pasado y contribuir a darle sentido. La memoria por su parte es subjetiva, selectiva, fragmentaria, cambiante, ligada a la experiencia vivida, al cuerpo, al territorio y tiende a desaparecer con quien la porta; la memoria se mantiene, se transforma y se resignifica intersubjetivamente.

De tal manera que cuando se plantean los conceptos historia y memoria juntos, se está proponiendo una apertura en cuanto a la forma, las fuentes y las metodologías con las que se construyen los relatos para dar cuenta

del pasado, de esta manera se da cabida a la subjetividad, las voces, los recuerdos personales y las memorias silenciadas.

Este ejercicio de historia y memoria se hace en el espacio urbano, de ahí que se hable de historia y memoria urbana. Va orientado a visibilizar aquello que ha permanecido oculto por la historia oficial de la ciudad. Se trata de ver, reconocer, narrar y dar sentido al espacio urbano a partir de lo vivido, de identificar personajes y acciones que transformaron la morfología de la ciudad, extendiendo sus límites y permitiendo que muchas personas accedieran a una vivienda. Para contar esto se optó construir una narrativa transmedia.

Transmedia es un tipo de relato que, de acuerdo con Henry Jenkins (2008), desarrolla su narrativa haciendo uso de múltiples medios y plataformas, donde el espectador juega un papel preponderante en su proceso de expansión. Si bien este concepto surgió del análisis de la industria del entretenimiento, en América Latina, las narrativas transmedia se han ido desarrollando como: un ejercicio de búsqueda, exploración narrativa y una posibilidad lúdica. En gran medida están vinculadas a temas y procesos sociales, de ahí que se hable de transmedia social.

La experiencia transmedia #terremoto83, se diseñó desde una perspectiva que tiene en cuenta elementos de la comunicación, del arte contemporáneo y la perspectiva decolonial. Desde la comunicación se piensa en el proyecto como un proceso dialógico, de doble vía, transaccional. Este proceso comunicacional puede darse de manera directa, interpersonal o de manera mediada por tecnologías, pero se considera particularmente significativo para alcanzar los objetivos propuestos, recuperar algo estratégico: la conversación y para ello la disposición de escucha.

Con respecto a los medios de comunicación, se piensa en sus lenguajes, narrativas, posibilidades expresivas y, sobre todo, en los procesos de convergencia tecnológica, mediática y narrativa; esto es en la construcción de una narrativa capaz de integrar diversas textualidades mediáticas, entendiendo que cada producto puede funcionar de manera autónoma, pero también como un módulo articulado con otros productos.

Desde el arte contemporáneo se piensa en la figura del artista, del autor, no como un genio creador de objetos, sino y - sobre todo-

vinculado a sus nuevos roles, como agente dinamizador de procesos sociales; también se piensa en la obra y especialmente en su desmaterialización, de ahí que lo central en este proyecto no sea la producción de objetos materiales, sino la creación de experiencias, de escenarios de diálogo, de posibilidades de interacción a partir de la palabra y la memoria.

Los productos mediáticos y todas las acciones realizadas son manifestaciones sensibles que permiten encuentros. #terremoto83 se piensa como un proceso relacional entre las personas; entre estas, el espacio urbano y los medios. “El arte es una actividad que consiste en producir relaciones con el mundo con la ayuda de signos, formas, gestos u objetos” nos señala Nicolás Bourriaud (2006)

La perspectiva de-colonial nos invita a desnaturalizar el estado actual de las cosas y las relaciones, por lo tanto es una invitación a pensar desde otro lugar, para soñar y trabajar por construir otros mundos y relaciones posibles. Se hace necesario entender que todo cuanto existe, diferente de la naturaleza, es una construcción producto de una historia, un tiempo, un interés y que está socialmente

construido, lo que implica que está mediado por unas relaciones de poder.

Diseño metodológico.

Este trabajo se enmarca dentro de un proceso de investigación-creación, modalidad de generación de nuevo conocimiento propio de las artes y, en general, de las disciplinas que trabajan con los procesos creativos y las formas sensibles. Sus metodologías están abiertas a la exploración y búsqueda de nuevas formas de expresión, y sus hallazgos, resultados o nuevos conocimientos se presentan a través de una práctica creativa, en este caso una narrativa transmedia, que tiene como elementos centrales el diálogo y una serie de productos mediáticos.

La ruta metodológica planteada comprendió tres (3) momentos específicos: 1. Diseño de la y planificación de la narrativa, 2. implementación y documentación y 3. Sistematización de la estrategia/experiencia

La primera etapa comprendió el proceso de acercamiento a las narrativas contemporáneas, la exploraron diversas herramientas digitales para la generación y puesta en circulación de contenidos, así como la formulación de dos preguntas base a partir

de las cuales se propondría el diálogo social y se estructuraría toda la narrativa:

¿cómo se vivió la experiencia del terremoto de 1983? y

¿qué transformaciones urbanísticas, sociales y culturales se dieron en la ciudad de Popayán tras el terremoto?

Este proyecto se implementó con la participación de estudiantes desde la escuela primaria hasta jóvenes universitarios. A cada estudiante participante se le pidió que conversara con sus padres o con personas mayores de 45 años a partir de las preguntas propuestas, y con base en las respuestas y el diálogo que sostuvieran, generara un producto comunicacional y lo expusieran públicamente en su institución educativa o a través de redes sociales.

La segunda etapa consistió en la implementación y documentación de los procesos de diálogo intergeneracional propuesto en la etapa anterior y el seguimiento a los productos realizados. Dentro de los productos comunicacionales realizados se privilegiaron los microformatos audiovisuales, pensados para circular por redes sociales y para su consumo a través de dispositivos móviles, pero también se

realizaron carteleras, cuentos, relatos, perfiles de líderes, montajes fotográficos, programas de radio, animaciones, productos interactivos, líneas de tiempo, propuestas de circuitos urbanos por los principales hitos de la historia reciente, un montaje de danza, entre muchos otros. De igual manera se hicieron encuentros y conversatorios sobre historia y memoria urbana.

La última etapa del proyecto #terremoto83, corresponde a la sistematización de la estrategia/experiencia. Para dar cuenta de lo que efectivamente se hizo en desarrollo del proyecto, se trabaja en un ejercicio de reconstrucción metodológica o metodología a posteriori como lo denomina Borsani (2019). En esta etapa se están produciendo nuevos productos comunicacionales que articulan los diversos productos realizados en la etapa anterior y propiciarán nuevas interacciones.

Resultados del proyecto

Como resultado de este proceso de investigación, destacamos tres resultados especiales:

La conversación social que se pudo generar en la ciudad a partir de las preguntas propuestas. Donde jóvenes, estudiantes de

diversos grados, conversaron sobre este tema con sus padres y demás familiares que vivieron la experiencia del terremoto y a partir de estas conversaciones produjeron múltiples textos que circularon en diferentes espacios desde las instituciones educativas, los medios de comunicación local y las redes sociales.

Líderes estudiantiles de la época, que asumieron con decisión el acompañamiento de las comunidades posterremoto, trazando las calles de las zonas ocupadas, diseñando la distribución del espacio público, creando escuelas y centros de salud, y asesorando sus negociaciones con el gobierno local; constituyeron un grupo de apoyo al proyecto #terremoto83, al que denominaron “los luchos”, en honor a dos de los dirigentes asesinados en las luchas posterremoto. Este grupo se planteó como objetivo pensar la historia de la ciudad de las décadas de los años 70, 80 y 90, y se realizaron dos encuentros municipales de historia y memoria urbana.

Pero sin duda, lo más significativo de este proyecto, fue encontrar que en la memoria de muchos dirigentes y personas del común que lucharon por no ser desalojados de los terrenos ocupados, está presente el nombre

de un líder, que fuera asesinado por el F2, solo cuatro (4) meses después del terremoto y sin embargo se configura como el líder más importante del proceso pos-terremoto en la ciudad: Luis María Calderón.

Un grupo de estudiantes de Comunicación Social, que hacen parte del semillero de investigación en narrativas multimediales e interactivas, propusieron, como una extensión del proyecto central, realizar un cortometraje que contara la historia de este líder que aún es recordado con admiración, respeto, nostalgia y alegría.

Para este ejercicio de investigación se recurrió a diferentes tipos de fuentes: documentales y testimoniales. Donde resaltaron, por su carácter vivencial, los relatos de algunos líderes, amigos y conocidos de Lucho Calderón, quiénes a partir de su experiencia, recuerdos y sentimientos, permitieron empezar a construir un perfil del líder social, buscando dar cuenta de: ¿quién era Lucho Calderón?; ¿qué representó para la comunidad de la época?; ¿por qué su espíritu de líder?; ¿qué procesos protagonizó y en cuáles participó?; ¿cuáles eran sus líneas políticas?; ¿por qué ocurrió su asesinato?; ¿qué paso después de su muerte?; y ¿cómo es

recordado hoy?. Estos testimonios se complementaron con las notas de prensa publicadas en la época y documentos del expediente del proceso penal que condujo a la declaración de su asesinato como un crimen de estado por el que se condenó a la nación.

De esta forma, se empezó conocer al líder social desde lo macro a lo micro. La investigación que se enmarcó entre los años 70's y comienzos de los 80's, permitió reconocer cómo era el contexto social, político, económico y cultural de la época en la ciudad; donde resaltó de manera significativa el movimiento estudiantil del cual hacía parte Calderón, sus luchas contra las injusticias sociales y su priorización de las causas comunitarias. Esto permitió entender los riesgos a que se enfrentaban "Lucho Calderón" y los demás líderes de la época, no solamente por su participación en los procesos pos-terremoto sino por todo su historial político y sus acciones revolucionarias, como "La toma de la catedral en los 70's" que hoy prácticamente nadie recuerda y del que sus protagonistas no quieren hablar.

El análisis detallado del personaje permitió comprender su personalidad, sus formas de

expresión y su contexto. Al comprender la psicología del personaje, se prosiguió a pensar cómo representarlo y qué partes de su mundo se iban a representar, por lo que se pensó en una narrativa que privilegia cinco momentos de su vida, su paso por el teatro, la toma de la Catedral, la construcción de la carpa desde se coordinó el trabajo con los asentamientos, la caravana a Bogotá y su asesinato.

El descontento, la tensión, la incertidumbre y la euforia de cada lucha, se reconstruyeron con el apoyo de diferentes ciudadanos, amigos y familiares del líder social, que además de recordar a "Lucho", contaron su participación en los procesos revolucionarios sociales y la importancia que estos hechos políticos tuvieron en el orden social y la historia oficial de la ciudad. EL cortometraje tiene una narrativa híbrida, es decir, su argumento contiene elementos de ficción para: primero, armonizar el relato; y segundo, darle una verosimilitud a la diégesis. Pero también, toda su historia e investigación fue basada en hechos reales.

La historia que cuenta el cortometraje: "Lucho los pasos que marcaron la nueva Popayán", se ubica en el 25 de Julio de 1983, cuando de regreso a casa, en horas de la

noche, fue asesinado en el Barrio Palace, el líder estudiantil y social Luis María Calderón, junto a su amigo y líder sindical, Luis Eduardo Solarte, docente del colegio Ulloa de Popayán. La estructura del corto fue pensada como una ceremonia, donde a través del argumento, el montaje y ambiente sonoro se busca aproximar al espectador al acto de despedida y sentimiento de partida que generó el asesinato de Lucho Calderón para toda la comunidad del 83.

El asesinato de "Lucho Calderón" fue un acontecimiento que sacudió no sólo la historia sino el rumbo de la ciudad y sus habitantes. Su constante lucha y la de los demás líderes, definió un antes y un después en la historia urbana de Popayán. En la memoria de algunos payaneses se dibuja, en medio de la nostalgia, la figura del líder que ayudó a la expansión de Popayán y garantizó a muchos de los damnificados su derecho a una vivienda digna. En homenaje a su memoria, resistencia y lucha, el cortometraje "Lucho: Los pasos de la nueva Popayán", busca visibilizar el proceso pos-terremoto y las implicaciones sociales que tuvo el accionar de este líder dentro del mismo.

Un símil, que treinta y cinco (35) años después continúa representando las dinámicas sociales de la ciudad: grupos de colectivos y líderes estudiantiles, conductores y empleados, luchando de manera colectiva por sus derechos. De igual formar, el cortometraje busca visibilizar, la situación social a la que –diariamente– se enfrentan los líderes sociales, en Colombia y en particular en el Cauca. Un departamento caracterizado por el conflicto armado, donde los líderes/as sociales del país, viven inmersos en una problemática social donde su derecho fundamental a la vida es, con frecuencia, vulnerado.

Referencias

- Ardini, C. Caminos, A. (2018) Contar (las) historias. Manual para experiencias transmedia sociales. Buenos aires. Conexión. <https://bit.ly/2QcLJRL>
- Borsani, María Eugenia (2014) Reconstrucciones metodológicas y / o metodologías a posteriori. Revista Astrolabio Nueva época, CIECS, CONICET, Vol. 13, 2014 ISSN 1668 -7515 <https://bit.ly/2uaKY3r>
- Bourriaud, Nicolás (2008). Estética relacional. Buenos Aires. AH Adriana Hidalgo editora.

Gifreu-Castells, Arnau (2013) El documental interactivo como nuevo género audiovisual. Estudio de la aparición del nuevo género, aproximación a su definición y propuesta de taxonomía y de un modelo de análisis a efectos de evaluación, diseño y producción (PHD - Tesis doctoral) Universitat Pompeu Fabra. Barcelona.

García Vázquez, Carlos (2009) Ciudad hojaldre. Barcelona. Editorial Gustavo Gili.

Igarza, Roberto (2009) Burbujas de ocio. Nuevas formas de consumo cultural. Buenos Aires. Lcrj inclusiones. Serie Futuribles.

Irigaray, F. Renó, D. (2016) Transmediaciones. Creatividad, innovación y estrategias en nuevas narrativas. Buenos Aires. Crujía futuribles.

Irigaray, F. Lavato, A (edit) (2015) Hacia Producciones transmedia de no ficción. Análisis, experiencias y tecnologías. Rosario. UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario.

Jelin, E. (2002). Los trabajos de la memoria. Buenos Aires. Siglo XXI editores.

Jenkins, H. (2008) Convergence Culture. La cultura de la convergencia de los medios de comunicación. Barcelona. Paidós.

Liuzzi, Álvaro (2015) El Documental Interactivo en la Era Transmedia: De Géneros Híbridos y Nuevos Códigos Narrativos, en Obra Digital. Revista de Comunicación, Núm 8 (1), 106-136, Barcelona.

Procesos de subjetivación de agentes que habitan un territorio atravesado por violencias. La emergencia de otras formas de lo político en contextos urbanos.

Processos de subjetivação de agentes que habitam um território atravessado pela violência. O surgimento de outras formas de política em contextos urbanos

Subjectivization processes of agents who inhabit a territory crossed by violence. The emergence of other forms of politics in urban contexts

Sindy Ivette Carteño Arroyo⁸⁸

Resumen: La presente investigación es resultado de un trabajo de análisis detonado por las experiencias vividas en dos territorios mexicanos. El primero, ubicado en uno de los territorios donde el crimen organizado ha operado con mayor impunidad; Taxco. El segundo, históricamente discriminado y estigmatizado; Xonaca, Puebla.

La discusión parte de una crítica a la configuración territorial y simbólica de la ciudad de Puebla, pero que, en lo profundo, busca ser una crítica hacia la configuración territorial y simbólica de muchas sociedades-ciudades, que han producido y buscan seguir produciendo una suerte de alienación y división social, que erosiona la posibilidad de re-construcción de los sujetos a partir del re-conocimiento con los Otros.

Palabras Clave: Subjetivación, territorialización, comunicación.

Abstract: This research is the result of an analysis work triggered by the experiences lived in two Mexican territories. The first, located in one of the territories where organized crime has operated with greater impunity; Taxco. The second, historically discriminated against and stigmatized; Xonaca, Puebla.

⁸⁸ Sindy Ivette Carteño Arroyo. Universidad Iberoamericana Puebla, maestría, México, sindy.carteno@gmail.com

The discussion starts from a criticism of the territorial and symbolic configuration of the city of Puebla, but which, deep down, seeks to be a criticism of the territorial and symbolic configuration of many societies-cities, which have produced and seek to continue producing a kind of alienation and social division, which erodes the possibility of re-construction of the subjects from the re-knowledge with the Others.

Key words: Subjectivity, territorialization, communication.

Texto principal

La presente investigación es resultado de un trabajo de análisis y reflexión detonado por las experiencias vividas en dos territorios mexicanos con similitudes y diferencias entre sí. El primero, ubicado en un estado herido, discriminado, violentado, saqueado, amedrentado y, también, uno de los territorios donde el crimen organizado ha operado con mayor impunidad; Taxco Guerrero. El segundo, históricamente discriminado, racializado y estigmatizado; el Barrio de Xonaca, ubicado en la ciudad de Puebla.

El objetivo es analizar las interacciones de los procesos de subjetivación de niños, niñas, jóvenes y adultos, con la estigmatización territorial, las dinámicas espaciales-culturales, la configuración de imaginarios sociales y las estrategias de afrontamiento-

resistencia individuales y colectivas de los sujetos del barrio, a través de la sistematización y recuperación de sus experiencias en la vida cotidiana.

La vía de estudio es la interpretación de las experiencias, a través del análisis de trayectorias individuales y colectivas en la vida cotidiana de las personas. Por esta razón, se trata de un estudio de corte cualitativo. Se arraiga, además, en una perspectiva interpretativa que pone en el centro del análisis las interacciones sociales atravesadas por la comunicación.

Por lo tanto, el paradigma que guía el trabajo se centra en el interaccionismo simbólico, por considerar que esta mirada permite analizar tanto los vínculos e interacciones de los sujetos con su entorno físico, simbólico y social, así como sus

posturas, emociones, percepciones y creencias sobre su entorno y sí mismos. Se trabajó además sobre los relatos de vida de las y los participantes.

La discusión parte de una crítica a la configuración territorial y simbólica de la ciudad de Puebla (por tratarse del lugar de ubicación del estudio) pero que, en lo profundo, busca ser una crítica hacia la configuración territorial y simbólica de muchas sociedades-ciudades, esas que ha producido y busca seguir produciendo una suerte de alienación y división social, que erosiona la posibilidad de re-construcción de los sujetos a partir del re-conocimiento del Otro y, es precisamente esa privación, a veces directa otras simbólica, la que de alguna forma permite que le recrudecimiento de las violencias suceda de una manera más fácil en ciertos territorios, los más vulnerados.

En este escenario, es donde se encuentra el barrio de Xonaca. Éste, fue el último barrio indígena que se integró a la mancha urbana de la ciudad de Puebla. Ha sido y es considerado por el Estado y algunos sectores de la sociedad, como un lugar peligroso y violento (Bélanger, 2008). Actualmente, está en una constante y fuerte tensión por los procesos de gentrificación que se extienden de manera rápida del centro de la ciudad a los barrios a

su alrededor y, por las violencias detonadas por el crimen organizado que, más allá de la evidente amenaza a la vida concreta de las y los sujetos, amenaza la posibilidad del barrio como lugar de reproducción social.

Tanto la violencia cultural, directa y estructural, la amenaza de la gentrificación, así como las violencias exacerbadas por el crimen organizado, han detonado, entre otras cosas, procesos de desterritorialización, es decir, fracturas en el vínculo de los sujetos con el territorio, sobre todo entre los más jóvenes. ¿Qué implicaciones tiene este hecho? Uno de los principales riesgos que se vaticinan es que, al perderse el vínculo entre los sujetos y territorio, las dinámicas predatorias (Sassen, 2015) que atentan contra la existencia del barrio en sus propios términos, sean más rapaces, veloces e incontenibles, pues son esas grietas y fracturas sobre las que se cimientan las formaciones predatorias.

Frente a esto, en el barrio Xonaca están emergiendo estrategias internas de afrontamiento, que buscan mitigar la vulnerabilidad en la que históricamente las y los sujetos han sido colocados, a través de la reconstrucción de vínculos. Uno de los hallazgos más importantes de esta investigación, tiene que ver con la identificación del arte local, la cultura barrial

y la comunicación, como nodos de producción de sentido, que, a través de la generación de experiencias positivas en el espacio, detonan procesos de re-apropiación y re- conocimiento entre los sujetos y el mismo barrio.

Es decir, que a partir de una constante refuncionalización de la estigmatización y las violencias, estos nuevos actores se hacen presentes en el espacio de manera individual pero también de manera colectiva, como una forma de manifestar la determinación de construir un proyecto de barrio, de afirmación, reconocimiento y de reconstitución barrial, que no retoma como centro de su lucha el componente ético-democrático, sino una lucha por la dignidad de existir en términos propios y que, sin embargo, es una lucha social, cultural y política.

Subjetivación y estigmatización territorial: Procesos de experienciación en el espacio

¿Por qué la subjetivación como uno de los ejes centrales de estudio? Una de las interrogantes que atravesaban mi mente era saber ¿Cuáles habrían sido las experiencias que devinieron en la forma que tienen hoy de mirar, ser y estar en el mundo? Por lo tanto, desmenuzar las experiencias de las y los participantes, para identificar cómo el

contexto socio-histórico interpelaba a los sujetos y cómo estos a su vez, refuncionalizaban esas experiencias para presentarse en el espacio, se volvió imperativo para mí. Entonces, entendí que lo que quería hacer era analizar sus procesos de subjetivación.

Existe una extensa discusión sobre esta categoría. Sin embargo, decidí retomar la propuesta de Touraine (1997) que plantea que la subjetivación es el proceso a través del cual el sujeto se convierte en actor. Por lo tanto, en esta investigación, la subjetivación se entiende como un proceso de experienciación en constantes tensiones, a través del cual emergen agentes capaces de transformarse a sí mismos y a sus entornos. Sin embargo, esta transformación no necesariamente será positiva o propositiva a ojos de todos y no por eso, no se trata de un sujeto con agencia. Se entiende entonces, como un proceso a través del cual los agentes re-construyen de maneras muy varias y particulares, sus maneras de presentarse y estar en el mundo.

La estigmatización territorial y su capacidad performativa en la integración y desintegración de grupos sociales.

La estigmatización territorial Wacquant (2008) es considerada uno de los temas clave en el análisis de los procesos de subjetivación,

debido a que se advierte que esta extiende sus alcances a los ámbitos emocionales, culturales, políticos y sociales de los sujetos.

Señala además, que este estigma se puede disminuir o anular, sin embargo, pienso que habría que matizar ese supuesto. Si bien es cierto, que, a diferencia de un estigma por apariencia física, el territorial puede “anularse” con un cambio de domicilio, por ejemplo, y con esto un sujeto puede dejar de ser directamente relacionado a un territorio asociado con la delincuencia, el estigma queda anulado en un nivel relacional superficial e inmediato. A un nivel más profundo, el estigma sigue presente como parte de las experiencias constituyentes del sujeto. En este sentido, pienso que al asumir como verdad la facilidad de anulación de este tipo de estigma, se estaría asumiendo que el territorio es un componente ornamental en la constitución de los sujetos y, se estaría negando la capacidad subjetivante de las experiencias en el espacio. Por lo tanto, la mirada que aquí propongo para analizarlo, es la de entenderlo como un elemento constituyente de los sujetos.

Xonaca: entre guerras, violencias, colectividades y barrialidades

Guerra. Según Bautista (2012) se trata de un conflicto armado que se caracteriza por causar más de 1,000 muertes anuales en el campo de batalla y, estas bajas, se utilizan para evaluar su crueldad. También, menciona que en el mundo actual la violencia se manifiesta en las guerras. La lectura que hago de este concepto a partir de lo analizado en contextos de violencias, es la de un conflicto que no sólo tiene como consecuencia la muerte física de los sujetos, sino que deviene en una muerte simbólica de los mismos, originada por el bombardeo simultáneo desde los distintos frentes y caras que toman las violencias. Cuando las y los participantes hablan de la guerra que rodea a su territorio, se refieren a ese conflicto que pone en riesgo la libertad de los sujetos para decidir sobre sus propias vidas. En este sentido, al hablar de guerra, se hace referencia a una *guerra social-cultural*, que deviene sí, en algunos casos en muerte física, y en otros, en una muerte simbólica de los sujetos.

¿Por qué cultural? Galtung (2016) hace un análisis de las violencias a partir de una lectura triangular de éstas, distinguiendo entre la violencia directa, estructural y cultural. Esta última definiéndola como cualquier aspecto de una cultura que pueda ser usada para legitimar los otros dos tipos de violencia, la directa o la

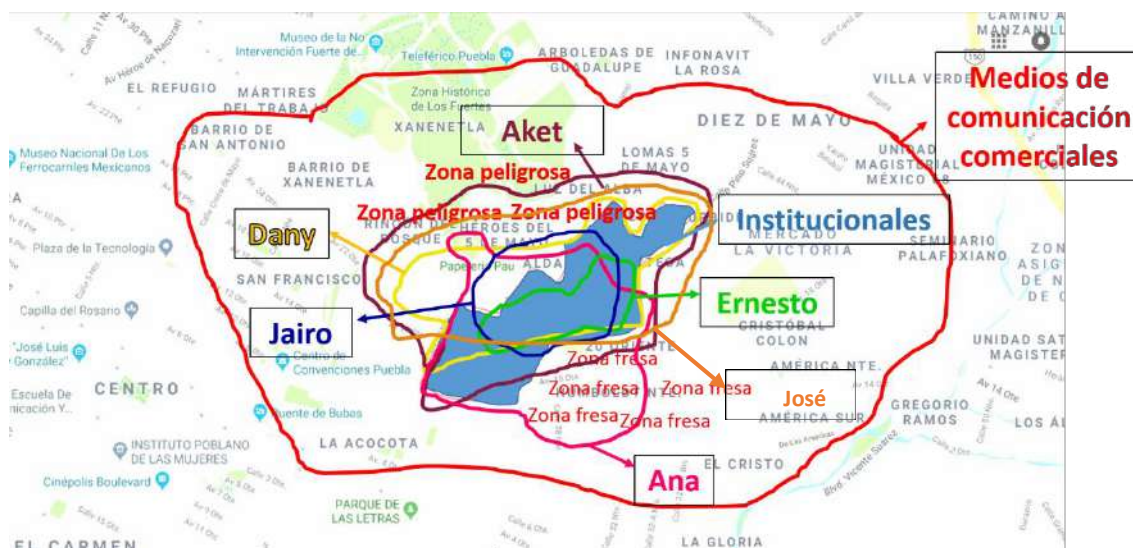
estructural. Por ejemplo, la idea de una raza superior a partir de la nacionalidad, color de piel o ubicación geográfica de las y los sujetos.

La categoría de *guerra social-cultural* nos permite referir a un conflicto profundamente complejo entre diversos elementos de la sociedad, cuyo principal objetivo no es la eliminación física, sino la expulsión-eliminación de las y los otros a nivel simbólico, social, político y económico. La estigmatización cobra un papel importante en este tipo de guerra, pues abre las puertas a la discriminación, injusticias y, en definitiva, vulnera la dignidad de las personas.

Las estructuras simbólicas como catalizadoras y productoras de estigmatización, desigualdad y violencias reflejadas en los usos del espacio

Xonaca ha sido visto por los cotos de poner, como un lugar violentable, ya sea de manera física o simbólica a través del discurso que descalifica, estigmatiza y discrimina a los sujetos y a sus territorios, ubicándolos como sujetos negados porque de antemano ya han sido caracterizados. Todas estas violencias vividas y ejercidas van marcando pautas para vivir, caminar y experimentar el barrio.

Con la intención de analizar cómo se está dando este proceso de construcción del espacio en el barrio de Xonaca, las y los participantes de la investigación realizaron la construcción de cartografías diferenciadas. Las preguntas que guiaron el ejercicio fueron: ¿Dónde está el barrio de Xonaca? ¿Qué lugares frecuentas y por qué? ¿Cuáles no y por qué? ¿Qué actividades se realizan ahí o qué ocurre? ¿En qué momento y a qué hora se puede estar en ese lugar? ¿A qué hora no? Y, finalmente, ¿Qué experiencias han tenido en ese lugar? El resultado fue el siguiente:



Mapa de cartografías diferenciadas. Elaboración propia.

A través de este ejercicio se pudieron identificar los imaginarios que rodean a los espacios del barrio y su valoración con relación a las experiencias individuales y colectivas de las y los sujetos. En estos trazos las y los participantes plasmaron sus mundos, a través de códigos que explican de algún modo, los espacios de sueños, esperanzas, deseos, aspiraciones, alegrías y miedos, que incluso, proyectan imaginarios históricos sobre el barrio, que han permanecido hasta nuestros días.

Las estructuras simbólicas han encontrado los caminos para permanecer a lo largo del tiempo, a través de la constante interacción entre el pasado, las experiencias del presente

y los sueños de futuro, que de alguna forma van configurando y reconfigurando los imaginarios y usos del espacio. En consecuencia, los usos y representaciones del barrio; sus calles y espacios son diversas y variadas y, están mediadas por las experiencias individuales y colectivas, la edad, el género, la condición económica, la ocupación e historia familiar de los sujetos.

Destaca entonces, la importancia de mirar los territorios como ese lugar multidimensional y complejo, que trasciende lo material y abarca lo emocional. Lefebvre (1974) menciona que el territorio es el espacio donde se produce la vida, donde construimos nuestros sentidos compartidos. Por lo tanto,

el espacio de la imaginación, el de la experienciación y el espacio construido, constituyen nuestras formas de pensamiento y, por ende, la manera en que vivimos y estamos en nuestros mundos.

La barrialidad como estrategia socio-simbólica de afrontamiento ante la estigmatización territorial y el recrudecimiento de las violencias.

Uno de los hallazgos más importantes de esta investigación, tiene que ver con la identificación del arte, la cultura y la comunicación, como mecanismos de reterritorialización, que, a través de la generación de experiencias positivas en el espacio, detonan procesos de apropiación y reconocimiento entre los sujetos y el barrio.

Se vislumbran entonces un conjunto de nuevos actores que están planteando otro tipo de propósitos de acción que no se definen a partir del sistema y, que a su vez deviene en la emergencia de sujetos políticos que no se avienen a los cánones de la política establecida (Castells, 2012, p.227). Es decir que, en Xonaca, a partir de una constante refuncionalización de las violencias y el recrudecimiento de éstas, estos nuevos agentes se hacen presentes en el espacio

público para defender al barrio de manera individual, pero también de manera colectiva.

A esto es a lo que llamo la barrialidad, al conjunto de acciones diversas que emergen desde diferentes frentes, para defender el territorio que les es suyo, que les pertenece de algún modo. Es esa determinación de los agentes del barrio, para definir en sus propios términos, tiempos, lugares y formas, acciones encaminadas a transformar sus entonos inmediatos, algunas veces de forma agresiva y desbordada como lo puede ser una confrontación callejera, y otras a través de una asamblea, una reunión, una danza, un festival, la pinta de un muro o la generación de un proyecto.

La barrialidad representa una forma colectiva de presentarse en el espacio público, para hacer frente a cuestiones ubicadas en el plano social y simbólico, a través de la resignificación de las características negativas con las que se le ha identificado al barrio a lo largo de la historia. Cuenta de esto es cuando Humberto habla de que lo que están buscando, no es que se deje de identificar al barrio de Xonaca como un barrio bravo, sino que la gente sepa que es un barrio bravo y que resiste.

Frente a una ciudad que discrimina, estigmatiza, excluye y expulsa, el barrio es con

y a pesar de todas sus sombras, luces, matices, conflictos y tensiones, un lugar de abrigo, de posibilidad y defensa a la vez. Es un espacio en el que convergen diversas territorialidades y espacialidades físicas y simbólicas y a pesar de eso, Xonaca encontró en el acuerpamiento barrial, una forma de tejer procesos colectivos y subjetividades, para resistir y hacerle frente a las múltiples opresiones coloniales, capitalistas, clasistas y patriarcales a las que han sido sometido históricamente.

***La cultura, el arte y la
comunicación como elementos
dinamizadores de procesos de
transformación social***

Hablar de cultura resulta particularmente complejo, sobre todo cuando se hace un intento por teorizarla. Sin embargo, pareciera que a lo barrial, en automático se le relaciona con una cultura popular y, comúnmente a esta última se le entiende como el hecho concreto de vivir en cierto territorio y, en consecuencia, adoptar posiciones y formas de presentarse en el espacio que le identifican y diferencian de eso-s otro-s que no es- son el barrio. Por ejemplo, la forma de hablar, de vestir, el temperamento de los sujetos, la música que

produce-consume, sus festividades y tradiciones y, esa mirada es reducida.

A través de la experiencia vida en el barrio de Xonaca puedo decir, que la cultura barrial, es el conjunto de valores y posiciones compartidas por los sujetos. Por ejemplo, el reconocimiento y la solidaridad vecinal, la capacidad organizativa, el arraigo y apropiación de su territorio, la lucha, la resistencia y la agresividad. Es la experiencia de vivir el barrio, es producción de sentido, es horizonte. Por lo tanto, en lugar de hablar de cultura barrial, propongo hablar de *cultura rebelde*, para referirme al caso concreto de Xonaca.

Al hablar de la *cultura rebelde* del barrio de Xonaca, hago referencia a esa característica disidente y contestataria que dota al barrio de una personalidad propia, que da cuenta, por un lado, de la resistencia histórica y contemporánea del barrio frente a todo un aparato que a lo largo del tiempo lo ha violentando de diversas maneras. Y por otro, a la posición que los sujetos toman frente al mundo y frente a las amenazas que los rodean.

Esta cultura rebelde, es una suerte de contra-cultura que hace frente a la *cultura mixtificada*. Esta última entendida como la "cultura" cooptada por los grandes cotos de

poder, ya sea del Estado, los medios de comunicación hegemónicos o el crimen organizado, para explotar el capital simbólico de un territorio, con el fin de comercializar su autenticidad y excepcionalidad (Lounassaari, Simental y Cordero, 2018). Esta cultura mixtificada, representa hoy día una de las principales estrategias de explotación del territorio, ya que a través de la colocación de la cultura como un bien de consumo o de ocio, se favorece el desplazamiento y expulsión de poblaciones que no son rentables a los intereses económicos del Estado y del capital.

Frente a esto, la *cultura rebelde* del barrio de Xonaca y la *subjetivación rebelde y disruptiva* de sus agentes, son una forma de resistencia urbana, que, si bien tuvieron sus raíces en la necesidad de supervivencia, a través del re-conocimiento paralelo de agentes-agentes y agentes-barrio, han sido miradas las violencias sistémicas a las que han sido sometidos a lo largo del tiempo.

En Xonaca, el arte, la cultura y la comunicación, son formas de resistencia, de visibilización, que dan cuenta de la necesidad de los sujetos de nombrarse desde sus propios términos, presentarse en el espacio público con discursos alternativos, con cartas de presentación propias, que hacen frente a los discursos que por tanto tiempo los han

estigmatizado. Los espacios que estos agentes y colectivos ofrecen, son un esfuerzo por brindar lugares de encuentro y reconocimiento, que detonen procesos de organización y articulación social y, que su vez, nos muestran formas de colaboración alternativas a las que propone la modernidad y el neoliberalismo. Formas que ponen en el centro a los sujetos, por encima de lo económico, político, cultural, social y religioso.

Conclusiones

Los agentes que aquí presento, dan cuenta de la diversidad de ese entramado comunitario que pone en evidencia la heterogeneidad del barrio. Un tejido que está en constante tensión, en constante amenaza de guerra. No es que la lógica de opresión y despojo del sistema, o el crimen organizado sean algo nuevo en nuestras sociedades, sin embargo, este último, en la actualidad apuesta por el horror como proceso de comunicación, cuyo fin no es destruir al sujeto que sufre ese suplicio, sino volver al espectador un sujeto inmóvil, vulnerable, de manos atadas y horrorizado por la violencia exacerbada, gratuita e inútil que no propone nada y que nos inmuta. Esa es la verdadera amenaza para el barrio de Xonaca, para las ciudades, los estados, para los territorios. El

verdadero peligro no es que nos maten. El peligro que conllevan este tipo de violencias, es el de perder la vida, perder la oportunidad de existir, coexistir, de compartir y reconocernos con y en el Otro. Representan entonces la amenaza de convertir a los espacios y los territorios, en lugares desubjetivados, en oquedad social.

El barrio de Xonaca propone un antes de este punto, propone una vía, una posibilidad antes de que la vida sea reducida a la mera biologicidad, a la mera sobrevivencia. Su apuesta es por la organización barrial, las expresiones artísticas, culturales y comunicacionales que no tienen como fin el entretenimiento, sino la formación de sujetos críticos y con agencia. Ellas y ellos están apostando por la producción de experiencias en el espacio que detonen procesos de apropiación, procesos de subjetivación rebeldes y disruptivos. Xonaca propone la barrialidad como estrategia de afrontamiento, como estrategia de resistencia. En este sentido, los colectivos y agentes además de estar detonando procesos de transformación social, representan también en el campo de lo físico y lo simbólico, el lugar de construcción de una forma de resistencia urbana frente a la Puebla colonizadora.

Referencias

Atkinson, P. y Coffey, A. (2003). *Encontrar sentido a los datos cualitativos*. Medellín, Colombia: Editorial Sage.

Bautista, F. (2012). Conocer para comprender la violencia: origen, causas y realidad.

Convergencia Revista de Ciencias Sociales,

Bélanger, H. (2008). Vivir en un centro histórico en Latinoamérica. Percepciones de los

hogares de profesionales en la ciudad de Puebla. Estudios Demográficos y Urbanos.

Bourdieu, P. (2005). Capital cultural, escuela y espacio social, México: Siglo XXI.

Canclini, N. (2004) Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad. Barcelona: Gedisa Editorial.

Coffey, A. y Atkinson, P. (2003) *Encontrar el sentido a los datos cualitativos*. Colombia: Universidad de Antioquia.

Cordero, A. (2018). Centros urbanos, gentrificación y cambios en la población. El

CASC ANTIC de Barcelona. México: Editorial Itaca.

Cuenca, A. (2018). La infraestructura cultural de la explotación del territorio en Puebla (2011-2016). México: Editorial Itaca.

Cuenya, M. (1984). *Mortalidad e historia demográfica en la Puebla de los Ángeles durante el periodo colonial (1660-1800)*. México: Dialéctica - Revista de la Escuela de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Puebla.

Castells, M. (2012). Redes de indignación y de esperanza. Los movimientos sociales en la era de internet. Madrid. Alianza Editorial.

De Melo, A. (2018). Entre la supervivencia, y la construcción de acciones de autogestión: las estrategias del movimiento de los trabajadores sin techo en la lucha por el derecho a la ciudad en Brasilia/DF-Brasil. México: Editorial Itaca.

Duarte, K. (2005) Violencias en jóvenes, como expresión de las violencias sociales.

Instituciones para la práctica política con investigación social. Revista Pasos 120-Segunda Época.

Escobar, A. (2007). *La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del*

desarrollo. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana.

Foucault, M. (1988). *El sujeto y el poder*. Revista Mexicana de Sociología, Vol. 50, No. 3.

— (2008) *Tecnologías del yo y otros textos afines*, Buenos Aires, Ediciones Paidós Ibérica, S.A./ I.C.E. Universidad Autónoma de Barcelona,

Galtung, J. (2016). *La violencia: cultural, estructural y directa*. España: Instituto Español de Estudios Estratégicos.

Giménez, G. (2005) *La concepción simbólica de la cultura*. Teoría y análisis de la cultura.

México: CONACULTA.

Giulietta, F. y Cortés, A. (2007) Barrios. En busca de su definición en Valparaíso Urbano, vol. 10, núm. 16. Chile: Universidad del Bío Bío.

Gravano, A. (2003). Antropología de lo Barrial. Estudios sobre producción simbólica de la vida urbana. Buenos Aires, Espacio Editorial.

Goffman, E. (1981). La presentación de la persona en la vida cotidiana. Buenos Aires: Amorrortu.

Goffman, E. (2006) *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu.

Guattari, F. y Rolnik, S. (2005). *Micropolítica: cartografías del deseo*. Madrid: Petrópolis/Vozes.

Haesbaert, R. (2011). El mito de la desterritorialización. Del fin de los territorios a la Multiterritorialidad. México: Siglo xxi editores.

Habermas, J. (2010). *El concepto de dignidad humana y la utopía realista de los derechos humanos*. Diánoia, LV64), undefined-undefined. [Fecha de Consulta 20 de octubre de 2019]. ISSN: 0185-2450. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=584/58433535001>

Haesbaert, R. (2013) Del mito de la desterritorialización a la multiterritorialidad. México: GM.

Holloway, J. (2002) *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy*. Argentina: Herramienta Ediciones-Universidad Autónoma de Puebla.

Kurjenoja A. Y Simental, M. (2013). El espacio subalterno de Xanenetla y Xonaca: estudios sobre la identidad urbana postcolonial en Puebla, México. Revista Internacional de Ciencias Humanas.

Levi, L. y Díaz, M. (2013). Artes visuales y procesos de territorialización en contextos de narcoviolencia. UAM Xochimilco.

Lounassaari, A. Simental, M. y Cordero, A. (2018) *Procesos urbanos en tiempos neoliberales*. México: editorial Itaca.

Martínez, M. (2008) Una aproximación entre sujeto, subjetividad y subjetivación. Bogotá: Universidad de San Buenaventura.

Martuccelli, D. (2007) *Lecciones de la sociología del individuo*. Conferencia, Pontificia Universidad Católica del Perú.

Margulis, M., Urresti, M. (1996) *La Juventud es más que una Palabra*. Buenos Aires, Biblos,

Maxwell, J. (1996) *Qualitative Research Design. An Interactive Approach*. Londres: Sage Publications. Traducción de Alicia Itatí Palermo.

Mendizabal, N. (2006) Los componentes del diseño flexible en la investigación cualitativa. Barcelona, España: Gadesa Editorial.

Mora, F. (2012). Producción de sentido a través de las formas de comunicación escrita de la cultura científica. La cooperación textual y su influencia sobre la memoria. Tesis de maestría, Maestría en Comunicación de la

Ciencia y la Cultura. Tlaquepaque, Jalisco: ITESO.

Navarro, M. (2016) *Hacer en común frente a la fragmentación*. México: Instituto de Ciencias Sociales Alfonso Vélez Pliego.

Páez, S. (2017). Gentrificación en Puebla: segregación social y pobreza urbana en pro del turismo. LADO B.

Rodríguez, G. (1996) *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga, España: Ediciones Aljibe.

Sánchez, M. (2018) Documento de trabajo de la Investigación Tejido social, socialidades y prácticas emergentes en México ante los desgarramientos civilizatorios del Sistema Universitario Jesuita (SUJ).

Sassen, S. (2015). Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires: Katz Editores.

Schmitt, C. (2009) *El concepto de lo político*, Madrid: Alianza.

Soto, O. (2012). La ciudad nómada. Poder y apropiación del espacio en el marco de los procesos de crecimiento urbano en la ciudad de Puebla. Valladolid, España: Instituto Universitario de Urbanística.

Taylor, S. y Bogdan, R. (1984). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Editorial Paidós.

Tena, J. (2010). La virtud cívica como concepto sociológico definición y extensión social. Revista Internacional de Sociología (RIS) Vol.68, nº 3.

Trejo, F. (2012). Fenomenología como método de investigación: Una opción para el profesional de enfermería. México.

Touraine, A. (1987). El regreso del actor, Buenos Aires: EUDEBA.

Touraine, A. (2015) *¿Existe una historia global del siglo xxi?* Conferencias magistrales de la Cátedra Alain Touraine. El poder hoy. México: Universidad Iberoamericana Puebla.

Khosrokhavar, F. (2002). A la búsqueda de sí mismo. Diálogo sobre el sujeto, Buenos Aires: Paidós.

Kurjenoja, A. y Simental, M. (2013). *El espacio subalterno de Xanenetla y Xonaca: estudios sobre la identidad urbana postcolonial en Puebla, México*. Revista Internacional De Ciencias Humanas, 2(1). <https://doi.org/10.37467/gka-revhuman.v2.702>

Kurjenoja, A. y Simental, M. (2018). *Puebla, ¿Ciudad creativa, innovadora e inteligente?* México: Editorial Itaca.

Urteaga, E. (2016). *Análisis de Nous, sujets humains de Touraine* 2015.

Vasilachis, I. (2006). *Estrategias de Investigación Cualitativa*. Barcelona: editorial Gedisa. Ventura, M. (2006). *La industrialización en Puebla, México, 1835-1976*. Santander, España: CEEIB.

Vidales, C. (2008). Semiótica, cultura y comunicación. Las bases teóricas de algunas confusiones conceptuales entre la semiótica y los estudios de la comunicación. *Revista digital Razón y Palabra*.

Vignale, S. (2013). *Foucault, actitud crítica y subjetivación*. Cuadernos de filosofía /61. Universidad Nacional del Cuyo – CONICET.

Vélez, F. (2011). Puebla de Zaragoza, antigua Ciudad de los Ángeles. Patrimonio Cultural de la Humanidad. México: Revista Sociedad, Ciudad y Territorio.

Wacquant, L. 2009) *La estigmatización territorial en la edad de la marginalidad avanzada*. En Renglones, revista arbitrada en ciencias sociales y humanidades, núm.60. Tlaquepaque, Jalisco: ITESO

La construcción de Paz, desde los Imaginarios de Ciudad

A construção da Paz, a partir dos Imaginários da Cidade

Damaris Ramírez Bernate⁸⁹,

Pedro Felipe Díaz Arenas⁹⁰

Resumen: El Quindío, pese a ser un departamento relativamente tranquilo, y antes de los acuerdos de Paz no dejó de ser un lugar libre de enfrentamientos, cada municipio ha presenciado en varios momentos de la historia diferentes problemáticas de guerra por sus condiciones sociales, económicas y sobre todo geográficas. Los Municipios cordilleranos como Calarcá, Génova, Pijao, Buenavista y Córdoba en el pasado sufrieron de la aparición de grupos armados militares, mientras que los municipios más centrales como Armenia, Montenegro, Quimbaya, La Tebaida, han sido tocados por las bandas delincuenciales que también buscan territorialidad para negocios al margen de la ley. Vemos a Filandia, Circasia y Salento como zonas de turismo, pero no se escapan a este flagelo que sacudió en algún momento a los municipios del sur del Departamento del Quindío.

Esta investigación reconoce los imaginarios urbanos de los habitantes del Departamento en relación al posconflicto mediante la identificación de narrativas orales que son registradas en medios textuales, sonoros, gráficos y audiovisuales. Se indagan las tendencias de los pensamientos colectivos que tienen los ciudadanos de los territorios que conforman el Departamento del Quindío

⁸⁹ Damaris Ramírez Bernate: Docente Investigador Programa de Comunicación Social – Periodismo, Universidad del Quindío. Colombia. Magíster en Comunicación Digital de la Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín. E-mail: dramirez@uniquindio.edu.co, <https://orcid.org/0000-0001-7506-2773>

⁹⁰ Pedro Felipe Díaz Arenas: Docente Investigador Programa de Comunicación Social – Periodismo, Universidad del Quindío. Colombia. Doctor en Ciencias de la Educación /Universidad de Caldas. E-mail: pfdiaz@uniquindio.edu.co, <https://orcid.org/0000-0002-6862-7948>

y que está relacionado al posconflicto, en la que se sistematizan las narraciones orales que ayudarán a construir el mensaje de paz que integra a la población colombiana.

Palabras clave: Imaginarios, Posconflicto, Percepciones.

Abstract: Quindío, despite being a relatively quiet department, and before the Peace Accords was still a place free from confrontations, each municipality has witnessed at various times in history different problems of war due to their social, economic and especially geographical conditions. The Andean municipalities such as Calarcá, Génova, Pijao, Buenavista and Córdoba suffered in the past from the appearance of armed military groups, while the more central municipalities such as Armenia, Montenegro, Quimbaya, La Tebaida, have been affected by criminal gangs that also They seek territoriality for businesses outside the law. We see Filandia, Circasia and Salento as tourist areas, but they do not escape this scourge that at some point shook the municipalities in the south of the Quindío Department.

This research recognizes the urban imaginaries of the inhabitants of the Department in relation to the post-conflict period by identifying oral narratives that are recorded in textual, sound, graphic and audiovisual media. The tendencies of the collective thoughts that the citizens of the territories that make up the Quindío Department and that are related to the post-conflict are investigated, in which the oral narratives are systematized that will help to build the message of peace that integrates the Colombian population .

Key words: Imaginaries, Post-conflict, Perceptions.

Tema central

Se indaga la percepción colectiva de los habitantes de los Municipios del Departamento del Quindío en Colombia, en esta ocasión nos centraremos en el Municipio de Salento considerado como uno de los más turísticos y representativos del departamento.

Esta percepción va orientada en relación a la etapa que vive el país después del acuerdo de paz con las FARC: El posconflicto, en la que a través de narrativas orales las gentes, nuestras gentes tiene diversas percepciones de la ciudad y reflexionan frente a la tragedia que han vivido, en las que nos cuentan desde

sus pensamientos positivos la lucha y ganas de salir adelante, en la que buscan establecer desde sus quehaceres aportes significativos a la Construcción de la Paz.

Los imaginarios colectivos permiten reconstruir el pasado para concebir nuevos desarrollos, al explorar alternativas y ofrecer posibles escenarios futuros en los que se espera no repetir hechos violentos que ha vivido en general los municipios de nuestro País.

Algunos de los Municipios del Departamento del Quindío al estar ubicados sobre la Cordillera Central; entre otros factores, y su ubicación es estratégica la cual permitió que el Frente 50 de las FARC invadiera parte del territorio y como consecuencia de esto muchos de sus habitantes quedaron con secuelas de guerra que indudablemente las acciones positivas de los habitantes del municipio, hoy se integran no solo al proceso de Paz, sino a la Construcción Paz.

A lo largo de la historia innumerables conflictos se han resuelto pacíficamente a través de procesos de paz y sin duda la participación de todas las personas que

conforman esa sociedad han contribuido a ello directa o indirectamente cuyas acciones inciden en la construcción de un nuevo país, no solo desde las instancias gubernamentales sino también desde el interior de cada individuo perteneciente a la comunidad.

En la historia del conflicto armado, el Departamento del Quindío estuvo altamente involucrado y en varios municipios hubo asentamientos insurgentes que irrumpieron la paz y cotidianidad; secuestro, extorsión, robo de tierras que son solo algunos de los problemas que afectaron a esta población.

A través de los imaginarios urbanos los ciudadanos construyen su memoria histórica, cuentan sus experiencias y trayectorias individuales o colectivas, sus referentes culturales, de lugares o personas, además de su proyección para así describirlos mediante un esquema de imaginarios.

Objetivos General

Identificar las percepciones de construcción de Paz desde los imaginarios de ciudad, entorno al posconflicto enfocado en el Municipio de Salento, Quindío - Colombia.

Caracterización del estudio

En el imaginario colectivo, la imaginación es una habilidad incoherente, particular y social al mismo tiempo, ya que no se puede decir con exactitud dónde termina la imaginación individual y dónde comienza la imaginación colectiva.

Según Etienne Wenger (1998), "el carácter creativo de la imaginación está anclado en interacciones sociales y experiencias comunales". Por lo tanto la imaginación se alimenta de ciertos componentes sociales como la memoria histórica, los símbolos, mitos, leyendas, entre otros, y estos permiten que el individuo aporte sus experiencias y perspectivas, complementando u ocupando los vacíos que tiene la comunidad a la que pertenece.

En una sociedad en la que al parecer no se dan muchos espacios para imaginar porque acciones como la guerra, entorpece los sistemas ya consolidados, el hombre recurre por ejemplo a crear imaginarios de la ciudad que habita, aunque muchas veces estos imaginarios no se siguen de la realidad y están fundamentados en colectivos sociales que actúan de acuerdo a sus intereses.

Imaginarios urbanos:

Lo urbano es todo aquello de la ciudad o que está relacionado a ella, marca una diferencia entre lo rural y lo urbano, el ritmo de vida que se vive en cada espacio, población, infraestructura, aspectos ambientales, acceso a servicios y demás.

"La ciudad es un objeto espacial que ocupa un lugar y una situación..., es una obra, [su] espacio no está únicamente organizado e instituido, sino que también está modelado, configurado por tal o cual grupo de acuerdo con sus exigencias..., su ideología...; lo urbano... no se trata de una esencia..., no se trata de una sustancia..., es más bien una forma, la del encuentro y de la reunión de todos los elementos que constituyen la vida social" (Lefebvre, 1976, p.65)

En un país como Colombia todavía se evidencia que la clase rural o campesina es la que más olvidada está por el Estado y esto produce un éxodo hacia los cascos urbanos o a las grandes metrópolis en busca de oportunidades académicas, laborales, o en general de desarrollo para el individuo. Según Armando Silva podemos dar a entender que los imaginarios urbanos son:

...no son sólo representaciones en abstracto y de naturaleza mental, sino que se "encarnan" o se "in-corporan" en objetos

ciudadanos que encontramos a la luz pública y de los cuales podemos deducir sentimientos sociales como el miedo, el amor, la ilusión o la rabia. Dichos sentimientos son archivables a manera de escritos, imágenes, sonidos, producciones de arte o textos de cualquier otra materia donde lo imaginario impone su valor dominante sobre el objeto mismo. De ahí que todo objeto urbano no sólo tenga su función de utilidad, sino que pueda recibir una valoración imaginaria que lo dota de otra sustancia representacional. (Silva, 2003)

Posconflicto

No es fácil resaltar las causas que han llevado a Colombia a la crisis social que el país ha enfrentado durante décadas y, que aún hoy en día, en un postconflicto de una guerra armada que duró más de cincuenta años, experimenta las secuelas y consecuencias de tan deplorable capítulo de la historia colombiana y que con su envidiable ubicación geográfica, con el talento de sus gentes y con su gran diversidad de flora y fauna, sin contar sus reservas acuíferas, no deberían verse este tipo de problemas. El país hoy en día vive tiempos dramáticos.

Sin embargo, las causas de lo que hoy lleva a Colombia a ser el país con casi la mitad de su población en condición de pobreza extrema

y que presenta al mismo tiempo en su clase dirigente unos niveles de opulencia difíciles de exagerar, tienen sus raíces desde su independencia como república, incluso desde su colonización. Y es que una de las características de esta sociedad desde sus tiempos de independencia ha sido la voluntad de sus dirigentes de frustrar sistemáticamente cualquier intento que pretenda cambiar el orden de una sociedad con esquemas totalmente coloniales y con un gran poder por parte de la iglesia. Colombia ha estado en malas manos y en eso está de acuerdo casi todo el país.

Los actores más influyentes del conflicto fueron un grupo armado llamado FARC, por sus siglas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, formado oficialmente en 1964. Este grupo ha sido etiquetado por parte de aquellas elites dominantes que etiquetan grupos, como un grupo de extrema izquierda, con ideologías comunistas, marxistas, leninistas y cuyo propósito ha sido convertir a Colombia en un estado totalmente socialista. Sin embargo, al analizar lo ocurrido en el conflicto desde la creación de las FARC, varios historiadores han concluido que estos hombres armados no luchaban por ninguna reivindicación popular y más por un espíritu de

venganza en contra de aquellos que tanto tiempo los habían oprimido.

Metodología

La investigación indaga una serie de características que revela un estudio cualitativo y cuantitativo que está basado en el marco de los imaginarios urbanos como un proyecto que analiza el ser ciudadano y su significado. (Silva, 2003)

Se hace un análisis documental que nos muestra una visión holística en cada uno de los municipios, pero en esta ocasión nos centraremos en el municipio de Salento, cuna del Árbol Nacional de Colombia; en la que se llevaron a cabo procesos de análisis basados en la percepción de los pensamientos de los habitantes enmarcados en categorías fundamentales como: la ciudad, los ciudadanos y las otredades; planteadas por Armando Silva (Silva, 2006) en las que nos permiten mostrar las percepciones de los ciudadanos frente al posconflicto, mediante la utilización de instrumentos de carácter exploratorio.

Resultados, reflexiones

Tomamos como referente el Municipio de Salento, siento uno de los sitios más turísticos

del departamento, en el sector de la Plaza Principal del casco urbano se llevó a cabo la encuesta realizada en el mes de noviembre de 2018 a 93 habitantes, 45 mujeres (48%) y 48 hombres (52%), comprendidos entre 13 a 65 años de edad. El 29% de los encuestados tienen entre 13 y 24 años, el 26% entre 25 y 45 años y el 45% restante entre 46 y 65 años.

1. Categoría ciudad

El 32% identifican al Parque Principal con la palabra "Bonito", el sector de la plaza de mercado no se identifica porque en el municipio no existe este espacio, el 35% relaciona el sector centro con "Comercial" que sería el 50% del casco urbano de Salento, y el 32% que el sector periférico es "Tranquilo" porque hay menos afluencia de foráneos y es solitario.

Cualidades Urbanas

El color que identifica a los habitantes es el verde con un 74%, un 35% expresó que es por la naturaleza. Tratan de cuidar al máximo la fauna y flora que tienen, la respetan y se oponen a los proyectos que puedan afectar la naturaleza.

Los imaginarios corresponden a elaboraciones simbólicas de lo que se observa

y en estas cualidades urbanas se ven reflejados los espacios que les resultan atractivos a los habitantes de Salento, así mismo que no han olvidado sus raíces, sus tradiciones de arrieros, o los hechos históricos que marcaron el desarrollo del municipio. A partir de las experiencias vividas se creó una empatía con los foráneos y el imaginario colectivo es verlos como parte misma del pueblo, tolerar sus costumbres e intentar compartir las propias para que ellos se enamoren y cuiden de Salento. También se evidencia que algunos imaginarios no se siguen de la realidad, como en el caso del barrio Frailejones y que esto está fundamentado en colectivos sociales.

Posconflicto

El 33%, el acontecimiento más importante en la historia del conflicto armado en Colombia es la toma del Palacio de Justicia ocurrido el 6 de noviembre de 1985 y el segundo es la toma guerrillera de Salento perpetuada en el año 2001 con un 29%. Varios de los encuestados relacionan la toma del Palacio de Justicia con las FARC, cuando en realidad fue el M19 quien ejecutó esta acción, este imaginario actúa de acuerdo a los intereses sociales que tienen, y es un rechazo

colectivo a lo que tenga que ver con la guerrilla de FARC, incluso el proceso de paz.

Tradicionalmente el municipio de Salento es conservador, en las pasadas elecciones presidenciales (primera vuelta) ganó el candidato del Centro Democrático Iván Duque, con el 52.76% de los votos y en el plebiscito por la paz obtuvo la victoria el NO con el 66.13% de los votos. Este ideal político se ve reflejado en las respuestas de los encuestados y en los intereses sociales que se tienen, pues asocian la toma del Palacio de Justicia con las FARC, cuando en realidad fue una acción del M 19. En el imaginario que han creado del proceso de paz se muestran reacios a los cambios positivos que pueda haber en el país y rechazan la participación política de este grupo armado.

Calificaciones Urbanas

Las tres necesidades básicas que tienen los Salentinos son la salud (35%), la educación (32%) y el mantenimiento de vías con un 16%.

El imaginario que se tiene en relación a las necesidades básicas es colectivo y la más marcada es en temas de salud. Para el departamento, Salento es "el padre del Quindío" por ser el municipio más antiguo, por su historia, y ni hablar de los ingresos

económicos que genera por exceso de turistas, entonces si el municipio es tan importante para la región no se entiende por qué sus habitantes no pueden acceder a salud de buena calidad y aunque se tiene un punto para atender a los visitantes solo se prestan cuidados para lecciones menores. A pesar de esto se cree o se quiere creer que la calidad de vida es muy buena y otro de los imaginarios que es contundente es el del buen manejo del medio ambiente, bastión del municipio.

Escenarios Urbanos

El atrio de la Iglesia gusta mucho entre la población (94%), por la figura de poder que todavía representa la Iglesia en los pueblos y porque es un lugar de reunión para conversar y divisar lo que sucede en el Parque Principal.

En Salento se formaron ciertas elaboraciones simbólicas alrededor de algunos lugares como el Parque Principal, la Iglesia, el Mirador, los cafés y por supuesto la Calle Real, estos son los resultados de experiencias colectivas que conectan a los habitantes con mitos, leyendas, memoria histórica y tradiciones. La Calle Real es el eje central de estas experiencias pues representa el empuje de un municipio que quiso conservar, por poner un ejemplo, la fachada

de sus casas hechas en el material autóctono conocido como "bareque" y reunir en ellas arte, música, gastronomía y en general la multiculturalidad de lo que es Salento hoy en día.

2. Categoría ciudadanos

Temporalidades Ciudadanas

El carácter de los ciudadanos se identifica como alegre (55%), y esto se debe a factores como la calidad de vida, el ambiente festivo que hay debido a la gran afluencia de turistas nacionales y extranjeros, en general a la sana convivencia que hay entre los pobladores, entre otros.

La ubicación estratégica del municipio permitió que el Frente 50 de las FARC invadiera parte del territorio y la consecuencia de esto fue que muchos habitantes quedarán marcados por el guerra, por esto el fin del conflicto es tan importante para Salento, no quieren que se vuelvan a repetir acciones violentas. Los imaginarios permiten reconstruir el pasado para concebir nuevos desarrollos y aunque va un poco en contra de sus ideales políticos, los pobladores aseguran que políticas como la del desarrollo agrario integral son muy significativas para la zona.

3. Categoría otredades (Percepción desde los otros)

El 19% de los encuestados creen que en temas de posconflicto los Quindianos son percibidos por el resto de los Colombianos como un departamento que no le ha tocado con fuerza el conflicto armado, pues en la región es el departamento menos golpeado, comparado con el Valle del Cauca, Risaralda y Caldas.

Identifican su municipio con el turismo, ya que es la mayor fuente de ingresos. La percepción que tienen de otros municipios como Circasia, Calarcá, La Tebaida y Montenegro es que son inseguros y peligrosos y prefieren estar al margen de ellos. Sus gentes percibe un desconocimiento de los otros pueblos cordilleranos como Córdoba, Pijao, Génova y Buenavista, a pesar de que entre ellos y Salento hay similitudes arquitectónicas, turísticas y culturales. Los habitantes creen que el Quindío es un departamento poco afectado por el conflicto si se compara con los departamentos de la región. Sin dudas el municipio con mayor afinidad es Filandia y el 68% de los encuestados está dispuesto a tener buenas relaciones con sus vecinos.

Conclusiones

El Quindío es catalogado como un departamento que no ha vivido el conflicto de manera significativa y que cuenta con cierta pasividad frente al tema, es por eso que ante las preguntas hechas sobre el posconflicto la mayoría ven los aspectos de este importante suceso como algo bueno; cabe aclarar que cuando se habla de la mayoría no hay una diferencia muy grande con los que ven todo este proceso de manera escéptica profesando duda y desacuerdo en algunos puntos.

Aunque el departamento del Quindío no fue tan fuertemente golpeado por la guerrilla como en otras zonas del país, sí hubo varios episodios que marcaron la memoria colectiva de algunos municipios. En Salento se recuerda la toma guerrillera realizada en el año 2001 y también se recuerda que el frente 50 de las FARC ocupó la zona rural varios años, atemorizando a la comunidad.

En menor medida mencionan el plebiscito con la consolidación de los acuerdos, los diálogos de paz con la reparación de las víctimas, el cese al fuego, la restitución de tierras, la desmovilización como grupo armado, la Jurisdicción Especial para la Paz.

Frente a lo que piensan cuando se les pregunta cómo ven a Colombia dentro de 20 años, responden que no hay diferencia a la actualidad, incluso podría empeorar por la proliferación de bandas criminales al margen de la ley y por el aumento de corrupción en las institucionalidades. Además, señalaron un aumento de problemáticas sociales que podrían influir en la seguridad social en la que se asegura que Colombia podría convertirse en una segunda Venezuela debido a los tratos hechos con la antigua guerrilla de las FARC, mientras que unos pocos se mantienen más optimistas pensando que sí es posible un progreso en el país que permita tranquilidad, esperanza y un equilibrio entre el medio ambiente y la sociedad.

En general este proceso de percepción nos permite acercarnos y a conocer este territorio compartiendo una comunidad cafetera y turística encontrando características claras que nos identifican, un ejemplo claro es el color verde que está en sus imaginarios como el más representativo del Quindío por los colores de la naturaleza que los rodea añadiendo el verde de sus cafetales.

Referencias

Centro de Memoria Histórica. GMH. ¡basta ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

FARC. Recuperado Septiembre de 2018 en <https://www.significados.com/farc/>

FARC. "Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común", y adoptó una rosa como símbolo, este logo es su transición hacia un partido político. Recuperado Septiembre de 2018 en <https://www.significados.com/farc/>

Latina. Pensar Iberoamericano, volumen (08). Recuperado Septiembre de 2018 en <https://www.oei.es/historico/pensariberoamerica/ric08a03.htm>

Lefebvre, H. (1973). El derecho a la Ciudad. Pennsylvania, Estados Unidos: Península, 1969.

Silva, A. (2003). Urban Imaginaries From Latin America.

Silva, A. (2006). Imaginarios Urbanos. Bogotá, Colombia: Arango Editores Ltda.

Wenger, E. (1998). Communities of practice: Learning, Meaning, and Identity. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

Cidade ameaçada: ideologia na cobertura jornalística sobre as ocupações urbanas

Ciudad amenazada: ideología en la cobertura periodística de las ocupaciones urbanas

City under threat: ideology in journalistic coverage of urban occupations

Miriam Santini de Abreu ⁹¹

Resumen: El artículo examina el funcionamiento de la ideología en la cobertura periodística de las ocupaciones urbanas.

Palabras Clave: Periodismo, Ciudad, Ideología.

Abstract: The article examines the functioning of ideology in the journalistic coverage of urban occupations.

Key words: Journalism, City, Ideology.

Tema central

A cobertura jornalística sobre a luta por moradia é o tema central do artigo⁹². O

material de análise é composto por um caderno de 36 páginas do jornal Notícias do Dia⁹³, do grupo ND, de Florianópolis (Santa

⁹¹ Miriam Santini de Abreu. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutora, Brasil, misabreu@yahoo.com.br

⁹² Referências teóricas deste artigo compõem parte da tese de doutorado intitulada "Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis", orientada pela Profa. Dra. Gislene Silva e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2019.

⁹³ O Grupo ND é um conglomerado de mídia brasileiro sediado em Florianópolis, Santa Catarina (Brasil). Foi criado em 2019 a partir da cisão das empresas catarinenses do Grupo RIC, surgido em 1987. Fazem parte do grupo o jornal Notícias do Dia, de onde vem

Catarina/Brasil). Os objetivos são: 1) identificar as manifestações da ideologia na cobertura jornalística da cidade ameaçada pelas ocupações urbanas por moradia; 2) identificar as fontes utilizadas para tratar do tema; 3) analisar o resultado com base na relação entre espaço concebido e espaço vivido em H. Lefebvre.

Discussão teórica

Ao abordar os conflitos socioespaciais e socioambientais urbanos, Volochko (2018) destaca duas lutas que agitam as cidades: as lutas institucionais pela reforma urbana, travadas por dentro e por fora da estrutura estatista, apoiadas fundamentalmente na efetivação da função social da propriedade e da cidade⁹⁴, e as ações diretas identificadas pelas ocupações urbanas, de espaços e edifícios públicos e privados (2018, p. 74). O autor compreende as ocupações urbanas em dois sentidos. No sentido estrito, elas estão na base dos processos reivindicatórios pela aplicação dos mecanismos legais que prevêem a função social da propriedade e da

cidade, base da luta pela reforma urbana e de avanços legais ligados a um ciclo de lutas e de acumulação (VOLOCHKO, 2018, p. 75). No sentido lato, as ocupações urbanas abrangem, hoje, às pautas ditas “clássicas” (moradia, saúde, educação, trabalho), as pautas de novos movimentos de luta:

O que parece aglutinar muitos dos novos movimentos e os movimentos ditos “clássicos” são os processos de ocupação, seja de espaços institucionais – Câmara de Vereadores, Assembleias Legislativas, escolas, secretarias, ministérios etc. – , de espaços públicos urbanos – praças, parques etc. – ou de terrenos especulativos. As ocupações têm o sentido da festa, porque são o inesperado-organizado, são criativas, são algo não cotidiano, representam a luta pela retomada do uso do espaço da cidade pelo corpo, contra os espaços que se fecham para seu uso. Elas revelam o sentido improdutivo do espaço, pois não são tempo de acumulação, de mais-valia, de valorização do valor, mas são tempo de uso. O espaço ocupado é o espaço apropriado, é a negação

sua sigla, além de sete emissoras de TV, uma revista e um portal de notícias, totalizando 10 veículos. É afiliado do Grupo Record, atualmente alinhado com o governo de Jair Bolsonaro.

⁹⁴ O artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no inciso XXII, diz que é garantido o direito de propriedade, mas o inciso seguinte relativiza este direito: “XXIII - a propriedade atenderá a sua função social”.

do espaço-dominação (VOLOCHKO, 2018, p. 76).

Em Florianópolis (SC), as ocupações remetem às décadas de 1980 e 1990, com a redemocratização do Brasil, e ligam-se ao processo de construção histórica e política da “vocalização turística natural” da capital catarinense, que gerou impactos no espaço urbano⁹⁵. Esse processo implicou ideologias usadas desde a década de 1950 como instrumentos políticos pelos grupos dirigentes da cidade. As ocupações irrompem no cotidiano de Florianópolis desafiando essas ideologias e estabelecendo tensões entre esses grupos dirigentes, orientados para o lucro com a valorização da terra e a especulação imobiliária, e parte expressiva da população que não consegue comprar moradia. Esse conflito é visibilizado na cobertura jornalística, aqui analisada na perspectiva da teoria do espaço de H. Lefebvre.

Na obra *A produção do espaço*, Lefebvre afirma que o espaço (social) é um produto (social), constituindo um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE,

2013, p. 86). Para o autor, a explicação de como o espaço é produzido se dá pela interconexão de três dimensões ou três níveis do real: o percebido, o concebido e o vivido, articulados, respectivamente, às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação.

Para melhor explicar os três momentos do espaço, Lefebvre afirma que a prática social supõe um uso do corpo: “[...] o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades alheias a este. Trata-se da esfera do *percebido* (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido psicológico)” (LEFEBVRE, 2013, p. 99, com grifo no original). As representações do espaço, o espaço concebido, por sua vez, estariam penetradas de um saber, mescla de conhecimento e ideologia, sempre relativo e em transformação. Já o espaço de representação é penetrado pelo imaginário e o simbolismo, espaço que se vive e se fala: “Contém os lugares da paixão e da ação, o das situações vividas e, por consequência, implica imediatamente o tempo” (LEFEBVRE, 2013, p. 100). Há uma tensão constante entre estes três espaços, com os *experts* do espaço

⁹⁵ *A capital catarinense foi o segundo destino mais procurado por turistas estrangeiros no país em 2018 segundo Pesquisa do Ministério do Turismo (G1SC, 2019).*

concebido, os tecnocratas, continuamente buscando domar o espaço vivido do cotidiano. Na proposta teórica de Lefebvre, quando descoladas do vivido, as representações tornam-se empobrecidas e sistematizadas em ideologias (LEFEBVRE, 1983, p. 174). Para Lefebvre, o urbanismo é uma ideologia encoberta pelo mito da tecnocracia. Sua crítica aos tecnocratas (engenheiros, administradores, arquitetos) se dá porque, em postos de poder, eles dissimulam o fato de que em todas as partes se aplica o mínimo de técnica existente (em moradias, bairros, sistemas de circulação), vendida como se fosse a única possível (LEFEBVRE, 1978, p. 208).

Neste artigo, trabalha-se com a ideia de representação em Lefebvre e o conceito de ideologia em Marx, o qual, afirma Iasi (2011), é inseparável das características de *inverter, naturalizar, ocultar e apresentar o particular como se fosse universal*. Essas características, afirma Iasi, não implicam a “falsidade” da ideologia: “Aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (IASI, 2014, p. 119-20).

Ainda segundo Iasi, ao ser a expressão das relações sociais dominantes que conformam um determinado modo de produção, a ideologia é uma visão de mundo correspondente (IASI, 2014, p. 120). Por este vínculo com as relações reais que expressa idealmente, a ideologia, acrescenta o autor, opera como poderoso meio de legitimação e justificativa das atuais relações existentes, tendo a função, portanto, de instrumento de dominação de classe (IASI, 2014, p. 120).

A seguir serão identificadas as manifestações da ideologia na cobertura jornalística sobre as ocupações urbanas, assim como, brevemente, as representações produzidas pelos moradores para afirmar o direito à moradia.

Enfoque de abordagem

Na edição de 22/23 de agosto de 2020, o Grupo ND publicou o *Relatório ND*, com a manchete “Cidade ameaçada”⁹⁶. Trata-se de um caderno de 36 páginas encartado na edição daquele dia e disponibilizado também no site do jornal⁹⁷, conforme a Figura 1.

⁹⁶ O tema foi inicialmente abordado em março de 2019, quando o Grupo ND fez circular o Dossiê Floripa, impresso de 20 páginas que elegia as ocupações, chamadas de “invasões”, como um dos principais problemas de Florianópolis, sob a manchete “Invasões e Omissão”.

⁹⁷ Disponível em <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>

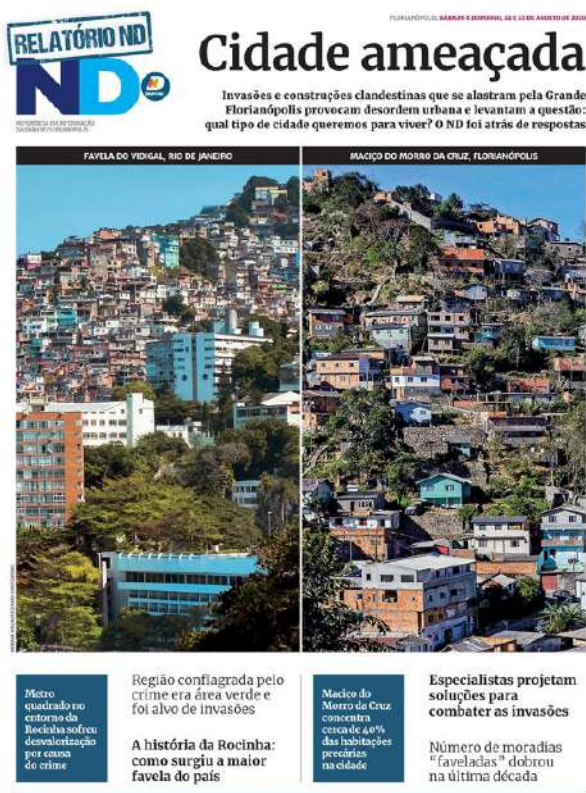


Figura 1 – Capa do *Relatório ND*

O tema central do caderno, lançado em plena pandemia de covid-19, são as chamadas “invasões” em Florianópolis e nos três municípios vizinhos, São José, Palhoça e Biguaçu, marcando posição sobre o tema já no Editorial, publicado na página 2, com o título “Basta às invasões”. No que se refere à moradia, uma das lutas do movimento

popular no país durante a pandemia é justamente contra as remoções e despejos, incompatíveis com a orientação do poder público para que as pessoas fiquem em casa, pratiquem o isolamento social e reforcem medidas de higiene. Segundo a Campanha Despejo Zero, 6.373 famílias foram despejadas durante a pandemia no Brasil entre março e agosto, e 18.840 corriam o risco de despejo⁹⁸.

A manchete e a linha de apoio do caderno são a seguintes:

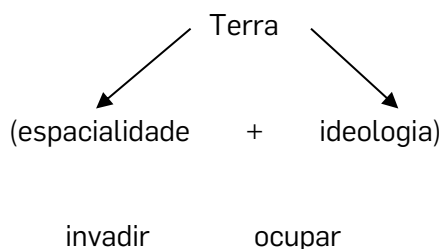
Cidade ameaçada

Invasões e construções clandestinas que se alastram pela Grande Florianópolis provocam desordem urbana e levantam a questão: qual tipo de cidade queremos para viver? O ND foi atrás de respostas

Destacam-se para a análise, inicialmente, as ideias de ameaça e clandestinidade. Ameaça, registram os dicionários, é sinal ou palavra cujo fim é advertir ou atemorizar. Traz a promessa de castigo ou de malefício, prenúncio de qualquer coisa má. Já a palavra clandestino vem do latim e significa “às

⁹⁸ A campanha Despejo Zero é uma ação nacional com apoio internacional que visa a suspensão de qualquer atividade ou violação de direitos, sejam elas fruto da iniciativa privada ou pública, respaldada em decisão judicial ou administrativa, que tenha como finalidade desabrigar famílias e comunidades.

ocultas". Feito às escondidas. Com relação à invasão, Citteli e Baccega, em estudo sobre a retórica da manipulação, afirmam que os pares opositivos invadir e ocupar promovem conotações completamente diferentes sobre o sentido da ação sobre a terra: "*Invadir* carrega semas como 'tomar aquilo que não nos pertence'; já o lexema *ocupar* nos indica semas como 'estar em lugar devoluto'" (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 25, com grifos no original). Utilizar um ou outro implica aderir a visões de mundo e concepções diferentes de organização da sociedade. Os autores apresentam a síntese a seguir, evidenciando o elemento espacial, a terra, e os pontos de vista ideológicos sobre ela (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 25-6):



- s1. Existe um obstáculo (legal, no caso);
- s1. Não há obstáculo;
- s2. Este obstáculo é vencido;
- s2. Trata-se de algo devoluto;
- s3. Vencer significa, aqui, transgredir;

- s3. Não há transgressão;
- s4. A transgressão permite punição;
- s4. Não pode haver punição;
- s5. O ato (invadir) é ilegal.
- s5. O ato é legal.

A síntese é assim explicada

Colocado de outro modo: a primeira coluna indica a instância da legalidade da repressão e está calcada no pressuposto da existência de uma sociedade que preserva o conceito de propriedade privada especulativa. Então o verbo *invadir* funciona como elemento de impacto a caracterizar junto à população a ilegalidade do gesto. Tomar aquilo que não pertence ao tomador.

A segunda coluna remete ao contexto da ilegalidade da repressão, pois sustenta-se o conceito de propriedade social da terra. Assim, entrar em terras ociosas é gesto de justiça, reparo aos desajustes que marcam a nossa sociedade. Daí que o verbo *ocupar* tenha um sentido de dar legalidade à ação dos Sem-Terra (CITELLI; BACCEGA, 1989, p. 26). [Com grifos no original]

Na linha editorial da cobertura do Grupo ND, a cidade é ameaçada especificamente pelas invasões das populações empobrecidas, ainda que uma das reportagens do próprio

caderno afirme o contrário, como se pode observar em dois segmentos:

Segmento 1

Levantamento realizado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis constatou o que muitos já percebiam na prática. 51% dos empreendimentos da cidade foram construídos de maneira irregular, sendo que 35% das ocupações atualmente poderão ser enquadradas no Reurb, o programa Regularização Fundiária Urbana, e garantirem a incorporação das moradias aos núcleos urbanos formais (RELATÓRIO ND, 2020, p. 14).

Segmento 2

Ao contrário do se imagina, a maior parte das construções irregulares em Florianópolis não estão nas áreas consideradas de interesse social ou são ocupadas por população de baixa renda. Dos 138 núcleos urbanos alvos das ações judiciais que serão incluídos no primeiro levantamento para o Reurb, a maior parte está no Campeche. Rio Vermelho tem o segundo maior volume de obras ilegais (RELATÓRIO ND, 2020, p. 15).

Do ponto de vista da cobertura jornalística, a pluralidade de fontes tem, em princípio,

potencial para ser uma expressão representativa da diversidade social na ocupação da cidade. Para isso, o artigo identifica as fontes utilizadas no caderno. Schmitz apresenta a seguinte definição:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou sigiloso para transmitir ao público, por meio de uma mídia (Schmitz, 2011, p. 32).

Para o estudo, interessa particularmente a divisão das fontes em Grupos feita por Schmitz (2011, p. 53-6), a qual ele sistematiza e define a partir de diferentes autores:

Oficial - alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preserva os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)

Empresarial - representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio

Institucional - representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social

Individual - representa a si mesma (pessoa comum, personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social)

Testemunhal – alguém que viu ou ouviu, como partícipe ou observador

Especializada – alguém de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido

Referência - aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta

No caderno do Grupo ND as fontes assim se enquadram:

<i>REPORTAGENS</i>	<i>PINGUE-PONGUE 1</i>	<i>PINGUE-PONGUE 2</i>
<i>Oficial = 28</i>	<i>Oficial = 8</i>	<i>Oficial = 2</i>
<i>Empresarial = 2</i>	<i>Institucional = 2</i>	<i>Empresarial = 5</i>
<i>Institucional = 1</i>		<i>Institucional = 1</i>
<i>Individual = 1</i>		
<i>Testemunhal = 1</i>		
<i>Especializada = 8</i>		
<i>Referência = 7</i>		

Organização da autora, Quadro 1 – Fontes do *Relatório ND*

Ao longo de 36 páginas do Relatório ND, praticamente todas as entrevistas são com fontes Oficiais, Empresariais, Institucionais e Especializadas. Fora uma declaração de três

linhas de uma moradora da Ocupação Marielle Franco⁹⁹, não nomeada, e outra declaração de sete linhas do presidente da associação de moradores de uma das

⁹⁹ A Ocupação Marielle Franco atualmente é uma das mais criminalizadas em Florianópolis, por estar em área central que passou a ser valorizada após maciços investimentos públicos.

ocupações no município vizinho de Palhoça, o caderno não entrevista moradores de ocupação.

O relatório traz dois conjuntos de entrevistas pingue-pongue. Um deles, com dez pessoas, aborda "(...) propostas para conter as invasões em busca de uma cidade melhor (...)" (RELATÓRIO ND, 2020, p. 20) e o outro, com oito pessoas, apresenta opiniões "(...) sobre como Florianópolis pode combater o crescimento desordenado e o surgimento de mais favelas (...)" (RELATÓRIO ND, 2020, p. 35). Essas fontes, contabilizadas à parte no Quadro 1, são Oficiais, Empresariais e Institucionais.

O Grupo ND sistematicamente compara a situação de Florianópolis à do Rio de Janeiro. No caso do Rio, a pesquisadora Rose Compans mostrou como a apropriação do discurso da preservação ambiental foi fundamental para a retomada da discussão sobre remoções de favelas, medida rechaçada no processo de redemocratização do país. A autora analisa a campanha promovida, em 2005, pelo jornal O Globo, intitulada "Ilegal. E daí?", que teve como consequência uma ação movida pelo Ministério Público Estadual solicitando à Prefeitura a remoção de 13 áreas favelizadas, processo similar ao que ocorre agora em Florianópolis. Os segmentos interessados na

retomada desta política, afirma a autora, utilizam o discurso que associa ocupação irregular do solo à degradação ambiental, atribuindo aos pobres a responsabilidade pelo desmatamento e a poluição dos corpos hídricos ocorridos ao longo de décadas. Essa associação veio no lugar de outra, a que localizava nas favelas os focos de epidemias e da marginalidade.

Como resposta à cobertura do Grupo ND, moradores das ocupações vêm se organizando para mostrar que a ameaça à cidade concretamente parte dos grupos dominantes em busca do lucro. O ápice da resistência são as caminhadas rumo à sede da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, na área central de Florianópolis, em protesto contra medidas que criminalizam as ocupações. Essas atividades, que incluem pinturas coletivas de faixas (Foto 1), jograis, palavras de ordem, panfletagens, assembleias e mobilização nas redes sociais, geraram um expressivo conjunto de representações.

Uma das mais simbólicas imagens do movimento, chamado de Coletivo *Ocupações Urbanas*, é a bandeira da Ocupação Marielle Franco, que traz uma imagem da vereadora assassinada no Rio de



Foto 1 - Pintura coletiva de faixas para os Atos. Crédito: Gerson Shatkoski

Janeiro em 2018 – fato que teve repercussão internacional (Foto 2). As palavras de ordem mais conhecidas nos protestos populares em Florianópolis

também são frequentes nas caminhadas das ocupações: “Ilha da Magia, ela é do povo, não é da burguesia”.



Foto 2 - Ato de moradores das ocupações em 21/09/2020. Crédito: Miriam Santini de Abreu

Conclusão

A análise do *Relatório ND* revela o apagamento quase completo do espaço vivido nas ocupações em Florianópolis e nos três municípios vizinhos, São José, Palhoça e Biguaçu. Praticamente toda a cobertura do tema traz fontes oficiais (28 nas reportagens e 10 nas entrevistas pingue-pongue), principalmente gestores públicos. Com isso há um ocultamento das experiências dos moradores das ocupações, impedindo que o leitor possa levantar o véu de clandestinidade sob o qual o grupo ND cobre essas populações.

Do ponto de vista da ideologia, para o grupo jornalístico, as populações empobrecidas ameaçam a cidade, ainda que não sejam as responsáveis pela maior parte das construções irregulares em Florianópolis. A defesa da demolição dos casebres passa a ser de interesse de toda a cidade, para evitar o que o grupo define como “desordem urbana”.

Nesse sentido, a cobertura jornalística opera no espaço do concebido, ocultando o espaço vivido no cotidiano, posição que acaba legitimando a atuação oficial do estado e das forças econômicas ao criminalizar essas populações e esses espaços, impondo o saber técnico, e, por uma inversão ideológica, os

colocando em condição não de vítimas, e sim de criminosos ambientais. Saberes que contradizem essa esfera da tecnicidade não têm o mesmo peso na cobertura, em especial os que criticam o processo especulativo da terra e os grupos dominantes que a operam.

A ameaça estampada na capa do *Relatório ND* expressa o medo provocado pelas ditas invasões de propriedade, duramente combatidas pelos especuladores da terra, mas ignora a função social da propriedade e a omissão do estado em relação às políticas habitacionais que garantiriam o direito à moradia. A ameaça, portanto, não é analisada do ponto de vista do espaço vivido dos ocupantes, que cotidianamente são vítimas das forças repressoras do Estado, sem ter para onde ir e sem condições de pagar aluguel, forçados a ocupar terrenos vazios ou sem uso explícito, mas prenhes de valor especulativo. Aos ameaçados de perder a moradia – com consequências ainda mais graves no contexto da pandemia de covid-19 – resta, na cobertura jornalística do Grupo ND, a condição de clandestinos na cidade onde vivem.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

CAMPANHA DESPEJO ZERO. 2020. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/despejozero/>. Acesso em: 20 set. 2020.

CITELLI, A.; BACCEGA, M. 1989. Retórica da manipulação: os Sem-Terra nos jornais. Revista Comunicações e Artes, São Paulo, ECA-USP, nº 20, abr. p. 23 a 29.

COMPANS, R. 2007. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 83, maio. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/172/156>. Acesso em: 20 set. 2020.

Florianópolis é o 2º destino mais procurado por turistas estrangeiros no país, diz pesquisa. G1SC. Florianópolis (SC), 11 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/06/11/florianopolis-e-o-2o-destino-mais-procurado-por-turistas-estrangeiros-no-pais-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2020.

IASI, M. 2011. Reflexão sobre o processo de consciência. In: Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular.

IASI, M. 2014. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: DEL ROIO, Marcos (org.). Marx e a dialética da sociedade civil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 95 a 124.

LEFEBVRE, H. (1978). De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península.

LEFEBVRE, H. (1983). La presencia y la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones. México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

LEFEBVRE, H. (2013). La producción del espacio. Espanha: Capitán Swing.

RELATÓRIO ND. 2020. Notícias do Dia. Florianópolis (SC), 22/23 ago. Suplemento, 36 p. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>. Acesso em: 20 set. 2020.

SCHMITZ, A. (2011). Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes empresariais no jornalismo. Florianópolis: Combook.

VOLOCHKO, D. (2018). Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto. págs. 65 a 88.

La ciudad resignificada como corporeidad comunicacional temporal en tiempos de estallido social

A cidade resignificada como corporativa de comunicação temporária em tempos de fluxo social

The city resignified as a temporary communication corporation in times of social stream

Gabriela Manzi Zamudio¹⁰⁰

Resumen: El Estallido Social Chileno de octubre de 2019, a través de sus múltiples manifestaciones, ha dado lugar a transformaciones en la ciudad, por cuanto su arquitectura ha sido utilizada como lienzos comunicacionales, donde tanto las instalaciones temporales espontáneas, así como las diseñadas, han permitido tener nuevas lecturas urbanas. Esta modalidad comunicacional, pone en evidencia una sociedad porosa, activa, dinámica, donde los anhelos y esperanzas requieren ser atendidos y escuchados. Así, el cuerpo urbano se tatúa, expresando las necesidades de una sociedad invisibilizada y desatendida: la arquitectura, se viste para la ocasión, perdiendo su significado inicial y convirtiéndose en un medio de comunicación ciudadano, sin censura.

Palabras Clave: CUERPO URBANO, CIUDAD EN CRISIS, COMUNICACIÓN CIUDADANA

Abstract: The Chilean Social Outbreak of October 2019, through its multiple manifestations, has led to transformations in the city, because its architecture has been used as communicational canvases, where both the spontaneous temporary facilities, as well as those designed, have allowed have new urban readings. This communication modality shows a porous, active, dynamic society, where yearnings and hopes need to be addressed and heard. Thus, the urban body is tattooed,

¹⁰⁰ Académica Departamento de Arquitectura, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Chile, Chile, Magister en Didáctica Proyectual y Arquitecturas Efímeras, gmanzi@uchilefau.cl

expressing the needs of an invisible and unattended society: architecture, dresses for the occasion, losing its initial meaning and becoming a means of citizen communication, without censorship

Key words: URBAN BODY, CITY CRISIS, COMMUNICATION CITIZENSHIP

Introducción

Las ciudades de Chile, durante el Estallido Social, han sido resignificadas, por cuanto sus construcciones y monumentos, han sido sobrescritas por un revestimiento ciudadano gráfico, el cual ha dejado grabada sobre sus superficies, las variadas demandas ciudadanas.

El presente artículo estudiará los niveles comunicacionales impresos en la ciudad, los cuales originan tres escalas de intervenciones, teniendo al cuerpo, humano y arquitectónico como foco central de análisis.

Metodológicamente, este escrito constará de tres partes:

La primera introduce el marco teórico contextual respecto de la construcción artística de noción de cuerpo y corporeidad. Se revisa la relación entre cuerpo y tatuaje, entendido como un cuerpo temporal, iniciado en la esfera de lo simbólico.

Posteriormente, se plantea el enfoque metodológico, abordando un estudio de casos de tres tipologías inherentes a las espacialidades temporales: el grafiti renovado en una nueva condición que denominaremos tatuaje urbano, la performance y las instalaciones, visualizándolas como estrategias comunicacionales urbanas.

Finalmente, y aunque el Estallido Social, aún se encuentra en curso, tendremos reflexiones referidas a las corporeidades comunicacionales visualizándolas como fenómenos urbano temporales.

Cuerpo y tatuaje

El cuerpo ha sido un tema fundamental del arte, pero también ha sido un lugar central y una metáfora en la que comprender y explorar el cambio social y político (Walzer, 2015). El cuerpo es una construcción: En el caso del cuerpo humano es una construcción social

entendida desde su contexto; en el caso de la arquitectura, en su acepción clásica, es una relación íntima de una obra con el cuerpo humano. En ambas categorías el cuerpo es entendido en una relación con un otro, en una necesidad corpórea, de entendimiento con un otro.

Cuerpo y corporalidad parecen no ser lo mismo. "Cuerpo" se define como una realidad objetiva que, a la manera de un objeto, posee una forma definida. Diversos modelos teóricos señalan que no tiene historia o historicidad, bastándole sólo la espacialidad. (...) La corporalidad, en tanto, hace referencia más bien a la realidad subjetiva, vivenciada o experienciada; por ello está en la intencionalidad de la vida psíquica. La corporalidad es historia vital interna, madura hacia la diferenciación (...). (Medina, Ornstein, Tapia, 2006:165)

Vestir un cuerpo, es adecuarlo para una situación determinada. Cuando los cuerpos se decoran, se ajustan a un lugar para una actividad específica, significando, un atributo ético: vale decir, se prepara para comunicar una inflexión, un momento de cambio y también una instancia de renovación. Una arquitectura decorada, posee corporeidad, expresión, sentimiento por cuanto se engalana. Al manifestarse, se constituye en un acto comunicacional.

Un revestimiento es un referente a nuestra propia corporeidad, pues nos vestimos de acuerdo a la ocasión. El vestido o revestimiento, permite que el cuerpo posea significado, lo hace comprensible, aunque lo recubre. El vestido es efímero, pues en el dialogo entre corporeidad y revestimiento, nos permite entenderlo.

El tatuaje entendido como revestimiento corporal, proviene de una estrategia comunicacional, la cual requiere transmitir que no existe el cuerpo desnudo, que el cuerpodecorado es un cuerpo iniciado en el orden simbólico (Thévoz, 1984:118). Un cuerpo dibujado es requerimiento para ser reconocido como especie humana.

Los tatuajes contemporáneos, contradiciendo su origen tribal, son una expresión individual que comunican distintas experiencias de vida, mediante una sumatoria de tatuajes que van midiendo secuencias temporales. Formalmente, se sobreesciben unos sobre otros, poniendo énfasis en una sumatoria de experiencias simultaneas, que van midiendo los tiempos.

Las ciudades de Chile, durante El Estallido Social, han sido sobreescritas por un revestimiento ciudadano gráfico, el cual ha dejado grabada sobre sus superficies, en

el espíritu del tatuaje contemporáneo, las demandas ciudadanas. El grafiti, como expresión individual, formará parte de esta vestimenta, aunque de una manera diferente: las sumatorias de técnicas impresas sobre las superficies, expresarán un sentir ciudadano, colectivo, tribal, en la lógica del tatuaje contemporáneo, pero también, recogiendo su expresión originaria, ancestral, aquel sentido de pertenencia y arraigo a una tribu.

El tatuaje, con su carga comunicacional, convertirá al cuerpo urbano en corporeidad ya que la llevará a expresarse desde las emociones, los pensamientos y sentimientos, convirtiendo a la urbe, en una entidad vida. Aquella interacción, conformará el nuevo revestimiento urbano del imaginario de las ciudades en crisis.

Soportes y contexto urbano

El Movimiento Social capitalino, ha tenido como epicentro, el hito urbano más reconocible de la capital, el lugar donde la ciudad se reúne para celebrar sus victorias futbolísticas, sus fiestas patrióticas, los triunfos morales y también los políticos, la Plaza Italia o también rebautizada, Plaza de la Dignidad. Este lugar, nodo vial que inaugura la puerta al centro de la ciudad,

sufrirá las mayores transformaciones respecto de su forma original, tomando un relevancia permanente y protagónica como espacio público en permanente "renovación".

La ciudad entonces, es apropiada por el ciudadano, entendiéndola como un soporte, un lienzo arquitectónico sobre el cual se imprimirán las distintas escalas de demandas sociales.

El nuevo semblante metropolitano, se aproximará a una bitácora ciudadana, un diario íntimo urbano, un muro de los lamentos a un sistema neoliberal opresivo y agotado. La pieza arquitectónica clave, sobre la cual se escribe esta nueva historia nacional, será el zócalo de las construcciones, pieza continua, tatuada homogéneamente a lo largo de las calles del centro de Santiago.

Los grandes hitos arquitectónicos de la ciudad, construcciones reconocidas por todos los ciudadanos, tendrán su reconocimiento al ser receptoras nocturnas de mensajes a escala urbana, que apoyarán el espíritu del movimiento social, comunicando las necesidades tanto individuales como sociales de un pueblo postergado.

El ciudadano requiere comunicarse, por lo que resignifica la metrópolis: la arquitectura es descompuesta en fragmentos comunicacionales.

Reflexiones

“El propio cuerpo está en el mundo como el corazón en el organismo: mantiene continuamente en vida el espectáculo visible, lo anima y lo alimenta interiormente, forma con él un sistema.” (Merleau Ponty, 1993:219)

Entenderemos a la ciudad como entidad corpórea, por cuanto decodificará la información recibida, atribuyéndole un nuevo significado. Corporeidad que distinguirá tres modalidades: una comunicación confidencial, una icónica y una resignificante. (trabajo en desarrollo)

Conclusiones

El estallido social chileno, ha sido un movimiento acéfalo, un movimiento que surge de manera espontánea como consecuencia de años de abusos.

En ese contexto, las manifestaciones efímeras reportadas, son expresiones que no provienen de estrategias comunicacionales institucionales, sino de

iniciativas ciudadanas espontáneas, atribuibles a personas. Estas logran captar el espíritu del movimiento, realizando un constructo comunicacional ideado sobre la marcha, insitu, donde la ciudad, es el espacio de todas, todos y todes. Como lo menciona Cristina Miceli, (Miceli 2007:49) “La visión del cuerpo pertenece a un momento histórico específico y cambia a la par de éste”. Esta construcción de este corporeidad comunicacional, se expresa a modo de un espectáculo donde la ciudad, como cuerpo urbano resignificado por el ciudadano, se conurba con él, transformándolo por un tiempo aun indefinido. La ciudad se convierte en un cuerpo consciente, es decir, transmuta a una condición de corporalidad. Corporalidad urbana al servicio de estrategias comunicacionales espontáneas, diversas y por, sobre todo, ciudadanas.

“El cuerpo es el medio que permite la conciencia del mundo, ya que a este último vivimos reduciéndolo a las posibilidades de nuestro cuerpo. Cualquier transformación del cuerpo redefine lo que percibimos y lo que podemos conocer. La visión del cuerpo participa en la génesis del mundo, de ahí la relevancia de su investigación teórica.” (Merleau Ponty, 1993)

Referencias

Páginas web

https://www.chvnoticias.cl/trending/negro-matapacos-pareman-baila-pikachu-manifestaciones-chile_20191116/

<https://www.nomadbubbles.com/tatuajes-tribales/>

Museo Nacional de Bellas Artes de Chile. «Instalación». Glosario del Museo Nacional de Bellas Artes de Chile. Consultado el 2 de julio de 2019.

Libros

Merleau Ponty, M. (1993): Fenomenología de la Percepción. España: Agostini

Revistas

Micieli, C. (2007): El cuerpo como construcción cultural. Santiago: Aisthesis
Montenegro, M., Ornstein, C., Tapia, P. (2006): Cuerpo y corporalidad desde el vivenciar femenino. Santiago de Chile, Acta Bioethica

Tévoz Michel (1984). The painted body: the illusions of reality. New York: Rizzoli.

Walzer, A. (2015): Tatuaje y significado: en torno al tatuaje contemporáneo. Madrid, Revista de humanidades.

La construcción identitaria de los movimientos socioterritoriales. Una propuesta de análisis a partir de un estudio de caso

A construção identitária dos movimentos socioterritoriais. Uma proposta para análise a partir de um estudo do caso

*The identity construction of the socioterritorial movements. A proposal for analysis
from a case study*

Maria Eugenia Isidro¹⁰¹

Resumen: En este trabajo se presentan algunos resultados obtenidos en el marco de una investigación que tuvo como principal objetivo analizar el proceso de construcción identitaria de un movimiento socioterritorial que resiste al agronegocio en una agrociudad argentina.

Siguiendo los lineamientos generales de la etnografía pudimos establecer cuáles son los factores que inciden en la manera en las que los colectivos organizados se identifican en un determinado momento de su trayectoria y cómo esa identificación se redimensiona en el marco de la identidad.

Palabras Clave: movimientos socioterritoriales, agrociudad, identidad

Abstract: In this work some results obtained in the framework of an investigation are presented whose main objective was to analyze the process of identity construction of a socio-territorial that resists agribusiness in an Argentine agro-city

Movement.

¹⁰¹ Maria Eugenia Isidro, ISTE - CONICET/UNRC, Licenciada en Ciencias de la Comunicación, Doctoranda en Ciencias Sociales. Argentina. mariaeugeniaisidro@gmail.com.

Following the general guidelines of ethnography we were able to establish which are the factors that influence the way in which organized groups identify themselves at a certain point in your career and how that identification is resized within the framework of identity.

Key words: socioterritorial movements, agrocitity, identity

Agrociudad y territorio. Algunas notas introductorias

En este trabajo se exponen resultados parciales de una investigación¹⁰² que, desde un enfoque etnográfico, tuvo como objetivo analizar el proceso de construcción identitaria de un movimiento socioterritorial urbano de carácter ambiental que surgió como resistencia al modelo productivo agrario en Río Cuarto, una agrociudad argentina.

El término “agrociudad” designa a esas ciudades cercanas a los núcleos agrarios productivos que se convierten en centros de servicios y comercialización de productos agrícolas; se trata de un concepto que permite pensar la relación entre lo urbano y lo rural desde una posición superadora a la típica

dicotomía entre ciudad y campo (Cimadevilla y Carniglia, 2009).

En esta ciudad, con el agronegocio como principal eje de disputa, en el año 2012 surge la Asamblea Río Cuarto sin Agrotóxicos, un movimiento socioterritorial conformado por vecinos y representantes de organizaciones sociales que tiene como principales demandas la erradicación de toda práctica contaminante generada por la utilización de productos agrotóxicos y también la propuesta de una transición hacia un modelo agroecológico. Al poner en tensión al agronegocio, sistema productivo imperante en la región, este movimiento, a partir de sus acciones colectivas, ha puesto el conflicto en el centro de escena de esta agrociudad ya que

¹⁰² Se trata de la tesis de Maestría en Ciencias Sociales (Facultad de Ciencias Humanas – Universidad Nacional de Río Cuarto)

existen diferentes modos de proyectarla, diversos actores que habitan el espacio urbano se disputan la manera de definir el modo en que quieren producir y vivir.

Esas maneras antagónicas de plantear el derecho a la ciudad, la convierte en un territorio en conflicto. Pensamos a Río Cuarto como un territorio disputado, como una ciudad en la que se producen, circulan y reproducen sentidos contrapuestos vinculados al modelo de producción.

Siguiendo el planteo Mançano Fernandes (2006), cuando hay intencionalidades, es decir visiones que entran en conflicto en un determinado espacio geográfico estamos en presencia de un territorio. El geógrafo brasileiro considera que el territorio "es el espacio apropiado por una determinada relación social que lo produce y lo mantiene a partir de una forma de poder" (Fernandes, 2006: 3). En este sentido, Río Cuarto es un territorio en tanto existen actores con intencionalidades bien diferenciadas a cerca de la lógica de producción agropecuaria y el modelo agroalimentario vigente.

Los movimientos socioterritoriales y la cuestión de la identidad

Desde la década de 1980, fuertemente vinculado a las ideas de la posmodernidad, comienza a cambiar la concepción del espacio. Deja de ser pensado exclusivamente en su dimensión material y empieza a cobrar fuerza su dimensión simbólica. Se trata de un giro espacial a partir del cual cambia la visión epistemológica desde la que se lo aborda. Desde esta perspectiva, el territorio es concebido como un espacio de lucha, contradicción y apropiación, de conformación de subjetividades, lleno de significados culturales y memoria desde donde los movimientos sociales se construyen, articulan físicamente y donde se dan las múltiples relaciones de poder en formas específicas de dominación y resistencia (Haesbaert, 2004; Porto Gonçalves, 2001) y como un espacio de conflictualidades (Fernandes, 2006). Con la finalidad de lograr sus objetivos, los movimientos sociales construyen espacios políticos, se espacializan y promueven cambios en el territorio a partir de procesos de territorialización, desterritorialización y reterritorialización (Fernandes, 2006) en los que construyen su identidad.

Territorialización, desterritorialización y reterritorialización (TDR) son conceptos centrales para el estudio de los movimientos socioterritoriales y, por ende, definirlos es de

gran importancia para esta investigación. Como sostiene Rogerio Haesbaert (2004), la forma en la que se los conciba está indefectiblemente ligada a la manera en que se defina al territorio. En el marco de esta investigación, lo entendemos como un espacio social construido a partir de las diversas maneras en que grupos sociales se lo apropian y disputan la construcción del orden. Por ende, lo concebimos ligado al conflicto, como un espacio de “de libertad y dominación, de expropiación y resistencia” (Fernandes, 2006:4). En esta línea, consideramos a la tríada TDR como procesos que marcan diferentes momentos dentro la trayectoria de los movimientos socioterritoriales. La territorialización es el proceso por el cual un grupo social, en este caso un movimiento socioterritorial, se apropia de un espacio y lo transforma en territorio. Se trata del resultado nunca acabado del complejo entramado de relaciones con los otros (aliados o adversarios) y con su entorno que lo condiciona a la hora de plantear sus metas, estrategias y acciones.

La desterritorialización tiene lugar a partir de cambios que se dan en la manera en que un movimiento socioterritorial se apropia del espacio. Pueden ser cambios en las relaciones, en sus metas u objetivos, por

transformaciones en el entorno inmediato, por la resolución u profundización del conflicto que lo moviliza, etc. Siempre, luego de un proceso de desterritorialización deviene la reterritorialización, es decir una nueva manera de apropiación del espacio.

El proceso de desterritorialización y posterior reterritorialización no implica, necesariamente, transformaciones radicales; hay cambios, pero también continuidades. Se tratan de momentos dentro de la trayectoria donde el movimiento va reconfigurando su construcción identitaria.

Apartándonos de concepciones esencialistas que entienden a la identidad como una cualidad intrínseca a las cosas, en esta investigación la concebimos, desde una perspectiva constructivista, como el resultado siempre dinámico, como una construcción permanente que se da a partir de un entramado de relaciones entre actores y con el entorno.

“La identidad es siempre la resultante de un proceso de identificación dentro de una situación relacional, en la medida, también, en que es relativa” (Cuche, 2007: 110). En ese sentido, Navarrete sostiene que el concepto

de identidad es aporético¹⁰³ en tanto que tiene la condición de necesidad y a la vez de imposibilidad, es decir, es un concepto que es necesario para hablar de algo que caracteriza temporalmente o históricamente a un sujeto o a un campo disciplinario pero, a la vez, es imposible de representación precisa y definitiva (Navarrete Cazales, 2015).

La identidad es, al mismo tiempo, producto y proceso. Aunque está en continua reconstrucción, tiene cierta permanencia a lo largo del tiempo y es producto de un devenir histórico. La identidad es algo irrepresentable, solo se puede hablar de ella, pero jamás representarla en términos tangibles, definitivos, exhaustivos, ni categóricos. En ese sentido consideramos oportuno utilizar la noción de “identificación” como una manera de adentrarnos a la identidad ya que designa el momento específico de autoreconocimiento con alguien o algo (Navarrete Cazales, 2015), con alguna característica del entorno contextual o del entramado relacional del cual el actor (en este caso colectivo) es parte. Los movimientos sociales se identifican con algo o alguien en momentos específicos, en coyunturas particulares. Esto significa que, a lo largo de su trayectoria, los movimientos

sociales van adquiriendo diversas identificaciones que estarían en la base de su identidad, por eso identificarlas y analizarlas permite desandar el proceso de construcción identitario.

Ahora bien, ¿cómo traducimos esto en términos metodológicos? ¿cómo hacemos para abordar el proceso de construcción identitaria de un movimiento socioterritorial? En el siguiente apartado presentaremos el recorrido realizado en la investigación, uno de los tantos que se podría haber seguido.

Acerca de la metodología

Al iniciar la investigación nos preguntamos ¿cómo construye y reconstruye su identidad un movimiento socioterritorial? ¿quiénes forman parte de él? ¿qué tipo de relaciones se entretejen entre sus integrantes? ¿cómo aportan éstas al proceso de (re)construcción identitaria? ¿con qué otros actores sociales construyen vínculos? ¿cómo es la relación con éstos? ¿cómo afecta esta configuración de los “otros” en la del “nosotros”? Si la identidad colectiva es un proceso, ¿qué rol juega la historia del movimiento? ¿y la situación social, política y económica de su entorno? ¿qué relación se puede establecer

¹⁰³ Aporía como algo imposible de realización plena pero necesaria, algo de lo que no se puede hablar en términos definidos de una vez y para siempre, pero es necesario hacerlo (Navarrete, 2015).

entre las acciones colectivas que lleva adelante el movimiento y la (re)construcción de su identidad? Estos interrogantes iniciales condujeron a la elección de la perspectiva etnográfica, método en el cual el investigador participa de la vida cotidiana de un grupo durante un tiempo relativamente extenso, viendo lo que pasa, escuchando lo que se dice, preguntando cosas, o sea recogiendo todo tipo de datos que permitan describir al grupo (Guber, 2012).

La observación participante que comenzó allá por inicios de 2016 y que duró alrededor de dos años fue el eje central del proceso de investigación. Las reuniones asamblearias y las acciones colectivas realizadas por el movimiento socioterritorial fueron el escenario principal de las observaciones que se complementaron con entrevistas y análisis de datos secundarios (documentos, artículos periodísticos, etc.).

Las primeras observaciones fueron más bien exploratorias, luego se empezaron a establecer algunos criterios que fueron contruidos a partir de los análisis parciales de las notas tomadas durante el trabajo de campo. Luego de más de un año de observaciones, se realizaron entrevistas. A partir de los datos y del análisis que se había efectuado, se constituyeron algunos tópicos

guías tratando de hacer un recorte en relación con los objetivos. Una vez definido esto, se eligieron los participantes que podrían aportar más a esas cuestiones preestablecidas y se concretaron las entrevistas. Entre una y otra pasó el tiempo necesario para desgrabar, analizar y definir los lineamientos de la próxima.

Siguiendo los lineamientos del enfoque de la Teoría Fundada (Strauss y Corbin, 2002), la recolección y análisis de datos se realizan simultáneamente a partir de una comparación continua de datos. De esta manera, el material obtenido a partir de cada entrevista y de la observación fue sistematizado, organizado y codificado en una matriz de datos y analizado a partir de una categorización abierta la cual consiste en comparar los datos obtenidos y darles una denominación común. A medida que se leen las notas y se consideran los datos obtenidos surgen ideas, asociaciones, comparaciones vinculadas tanto con otras investigaciones como con teorías que sustenten.

La implementación de la observación participante y de la entrevista como técnicas de abordaje de la realidad permitió describir y analizar la manera en la que el movimiento socioterritorial estudiado se identificaba y territorializaba en un momento específico de

su historia y de la coyuntura social, política y económica de la que es parte. Pudimos establecer que la identificación del movimiento depende del entorno situacional, del entramado organizacional, de las prácticas y relaciones de territorialización y que la manera en la que se identifica tiene incidencia en los marcos simbólicos desde los cuales interpreta la realidad.

Ahora bien, para poder analizar el proceso de construcción identitaria resulta necesario dimensionar la identificación que el movimiento tiene en un momento específico (en este caso estamos haciendo referencia al periodo 2016-2018) en el marco de su trayectoria.

La reconstrucción de la historia de la Asamblea Río Cuarto sin Agrotóxicos parte de un documento elaborado por sus integrantes¹⁰⁴ y se complementa con información proveniente de otras fuentes como entrevistas realizadas a los asambleístas, notas en los medios de comunicación y publicaciones en las redes sociales digitales del movimiento.

Principales resultados, reflexiones y conclusiones

Entre 2016-2018 el movimiento socioterritorial estudiado se sintió interpelado por las políticas neoliberales de ajuste impulsadas por el gobierno nacional y se vio identificado en la resistencia y lucha por los derechos vulnerados. Así comenzó una etapa de apertura, de ampliación de sus demandas y de construcción de amplias redes de resistencia partidos políticos, sindicatos y con otras organizaciones. En este periodo, como lo había sido en sus inicios, prevalecen en su repertorio las acciones colectivas directas ya sea participando activamente en la organización o bien acompañando diferentes manifestaciones que se realizan en la ciudad. Esta participación en múltiples actividades y colectivos genera internamente un desgaste en las relaciones y desemboca en una crisis que los integrantes del movimiento explicitan a finales de 2017 y que se convertirá en un desafío para el comienzo de una nueva etapa en su historia.

Esta sintética descripción nos permite observar cómo diversos factores se conjugan en el proceso de identificación que llevan adelante los movimientos socioterritoriales en un entorno situacional específico, cómo intervienen el entramado organizacional que

¹⁰⁴ Presentación en las "V Jornadas Internacionales de problemas latinoamericanos". Universidad Nacional de Córdoba, 24 de noviembre de 2017.

caracteriza las relaciones internas; las prácticas que lleva adelante en el espacio público; las relaciones que mantiene con otros actores sean éstas de alianza o conflicto. Se tratan de factores que hacen a la identificación y a la manera en la que el movimiento se territorializa.

Ahora bien, ¿cómo se resignifica esta identificación en el marco de la identidad? Para responder a esta pregunta creímos oportuno realizar un análisis diacrónico que nos permitiera identificar otras maneras de identificación del movimiento en otros momentos de su historia. Esto fue posible dado a que se trata de un movimiento relativamente nuevo y porque sus integrantes se encargaron de hacer una "memoria" a lo largo de sus años de existencia.

Cuando observamos la trayectoria del movimiento podemos dar cuenta que el cambio de algunos de los factores inicia un proceso de desterritorialización y consecuente reterritorialización, es decir se modifica la manera en que el movimiento socioterritorial se autoidentifica y se apropia del espacio. Tomaremos como ejemplo el proceso de desterritorialización que se produce dentro del movimiento luego de que el intendente de Río Cuarto decretara el

rechazo a la instalación de Monsanto en la ciudad a fines de 2013.

Cuando el colectivo emprendió sus primeros pasos había un objetivo claro: evitar que Monsanto se instalara en la ciudad. Apenas se conoció la noticia del inminente arribo de la multinacional vecinos de la ciudad que años antes venían haciendo algunas acciones colectivas esporádicas en contra de hechos puntuales vinculados a lo ambiental, se congregaron y comenzaron a planificar diferentes actividades para visibilizar la situación. La conformación de un grupo estable de participantes permitió definir las demandas y darles continuidad a las actividades. Por entonces la cantidad de participantes creció significativamente. Esto permitió que internamente pudieran organizarse varias comisiones encargadas cada una de tareas diferentes (prensa y difusión, contenido, logística, etc.). Ante la urgencia de la demanda las reuniones assemblearias solían ser semanales y en la toma de decisiones prevalecía la votación a mano alzada, siempre dependiendo de la cantidad de integrantes presentes.

Así como se multiplicaron los integrantes pasó lo mismo con las acciones colectivas. A la hora de hacer visible los reclamos en la esfera pública, los formatos elegidos por los

integrantes de la Asamblea fueron de los más diversos: concentraciones en la Plaza Central y en la Municipalidad, marchas, festivales de música, cortes de ruta, escraches, bicicleteada, entre otros. En este periodo primaron las acciones directas dado que se contaba con un grupo importante de asambleístas que garantizaban la realización de éstas.

En este periodo, la alianza más importante a nivel local la constituye con la Universidad Nacional de Río Cuarto. Esta institución juega un papel central en la resistencia ante la instalación de Monsanto ya que brinda su apoyo a través de una resolución del Consejo Superior en la que manifiesta el rotundo desacuerdo con la instalación de la multinacional en la ciudad¹⁰⁵. Para la Asamblea, este respaldo público de una de las instituciones más importantes de la ciudad y la región le otorgó “gran legitimidad” a su reclamo. Otro hecho fundamental que marcó la estrecha relación Universidad-Asamblea fue la creación del Observatorio de Conflictos Socioambientales a comienzos del 2012 con el que el movimiento llevó adelante algunas actividades. Para los movimientos sociales que resisten al neoextractivismo el respaldo

que brindan instituciones públicas como es en este caso una universidad nacional es un apoyo fundamental.

Ahora bien, ¿qué pasó después del “No a Monsanto?”

Con el objetivo de evitar la instalación de Monsanto cumplido, el número de integrantes de la Asamblea disminuyó considerablemente. Empezó así el momento de la reestructuración, de plantarse nuevas metas, de reorganizar el colectivo y redefinir las acciones a seguir.

Este periodo en la trayectoria de la Asamblea se caracterizó por la realización de actividades de formación principalmente en temas vinculados a lo ambiental tanto al interior del movimiento como así también para la sociedad en general. Por eso las acciones que organiza el movimiento en esta etapa son actividades de índole cultural como presentaciones de libros, proyección de películas y charlas debates con especialistas en la temática.

En lo referido a las articulaciones con otras organizaciones e instituciones, en 2015, la Asamblea pierde a un aliado institucional relevante en su lucha ya que el Observatorio

¹⁰⁵ Resolución 284/12 del Consejo Superior de la Universidad Nacional de Río Cuarto. Disponible en: <https://huerquenweb.files.wordpress.com/2012/12/resulucic3b3n-284-unrc.pdf>. Consulta: 10/08/2018.

de Conflictos Socioambientales de la Universidad Nacional de Río Cuarto deja de funcionar. Sin embargo, en este periodo el movimiento socioambiental consolida su participación en la UAC (Unión de Asambleas Ciudadanas), un espacio de intercambio, discusión y acción que tiene como propósito articular y potenciar las diferentes luchas que emergieron en el país para repudiar el avance de emprendimientos neoextractivistas, logrando la construcción de redes de lucha y resistencia.

Así como en la etapa anterior el movimiento se identifica principalmente con la resistencia, en este período se identifica con la acción desde la proposición. La campaña por un Río Cuarto Agroecológico, si bien fue impulsada desde 2013, en esta nueva etapa va a adquirir centralidad en la cotidianidad del movimiento y las acciones colectivas van a rondar en la juntada de firmas en diferentes puntos de la ciudad para que el proyecto pueda ser presentando en el Concejo Deliberante como iniciativa popular.

Esta experiencia de investigación desarrollada en este trabajo muestra una manera de aproximarnos a la construcción identitaria de un movimiento socioterritorial. Desentrañar los modos en las que se identifica el movimiento a lo largo de su

trayectoria considerando las diferentes etapas por las que pasa a partir de los procesos territorialización que recorre, permite abordar la identidad construida, hacerla de alguna manera aprehensible, aunque no se pueda hablar de ella en términos definidos en tanto aporía.

Referencias

Cimadevilla, G. y E. Carniglia (2009) La ruralización de la ciudad pampeana. En: Cimadevilla, G. y E. Carniglia (Coord.) *Relatos sobre la rurbanidad*. Río Cuarto: Editorial Universidad Nacional de Río Cuarto.

Cuche, D. (2007) La noción de cultura en las ciencias sociales. Buenos Aires: Nueva Visión

Fernandes, B. (2006) "Movimientos socioterritoriales y movimientos socioespaciales. Contribución teórica para una lectura geográfica de los movimientos sociales". Recuperado de <http://www.acaoterra.org/IMG/pdf/Movimientos-socioterritoriales-y-movimientos-socioespaciales.pdf>.

Guber, R. (2012) La etnografía: Método, campo y reflexividad. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores.

Haesbaert, R. (2004) El mito de la desterritorialización: del fin de los territorios a

la multiterritorialidad. México: Siglo XXI Editores.

Navarrete-Cazales, Z. (2015) "¿Otra vez la identidad? Un concepto necesario pero imposible", Revista Mexicana de Investigación Educativa, vol. 20, núm. 65, abril-junio, pp. 461-479, Consejo Mexicano de Investigación Educativa, A.C.

Porto Gonçalves, C (2001) Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI Editores.

Strauss, A. y J. Corbin (2002) Bases de la investigación cualitativa. Bogotá: Editorial Universidad de Antioquia.

Fotografía documental; lecturas y relecturas de una ciudad que se transforma y adquiere nueva(s) identidad(es). El archivo fotográfico y la mirada de Daniel Pajuelo

Documentary photography; readings and re-readings of a city that transforms and acquires new identity(ies). Daniel Pajuelo's photographic archive and visión

Susana Pastor Brizzolese ¹⁰⁶

Resumen: El archivo de Daniel Pajuelo, quien fotografió intensamente la cambiante Lima de los 80's y 90's, es retomado en el 2012, en el proyecto "La calle es el cielo". Allí se propone, a través de la lectura del espectador, una reconfiguración de la ciudadanía del siglo XXI. En tanto la fotografía es una referencia, un "esto-ha-sido" en un tiempo y en un espacio determinados, el archivo fotográfico de Daniel Pajuelo se convierte en un valioso testimonio gracias a la intervención de la gestión cultural en el espacio público. De esta manera, el cuerpo de la obra articula dos campos en discusión: arte y documento. Estas dos dimensiones se articulan en un mismo nivel y facilitan la lectura de la audiencia. Así, el arte se des-elitiza a través un reconocimiento de la fotografía como fuente de memoria e identidad.

Palabras Clave: Fotografía documental, archivos, memoria, identidad, ciudadanía, gestión cultural.

¹⁰⁶ Susana Pastor Brizzolese. Profesora Asociada del Departamento de Comunicaciones de la Pontificia Universidad Católica del Perú, Magister en Arte Peruano y Latinoamericano por UNMSM, Perú. spastor@pucp.edu.pe

Abstract: The archive of Daniel Pajuelo, who intensely photographed the changing Lima of the '80s and '90s, is recaptured in 2012, by the project "The Street is Heaven". Through the reading of the spectator, it proposes a reconfiguration of the 21st century's citizenship. While photography is a reference, an "it-has-been" in a particular time and space, Daniel Pajuelo's photographic archive becomes a valuable testimony, thanks to cultural management intervention in the public space. In this way, the body of work articulates two fields under discussion: art and document. These two dimensions are stated at the same level and facilitate the reading of the audience. Thus, art is de-eliticized through the recognition of photography as a source of memory and identity.

Key words: Documentary photography, archive, memory, identity, citizenship, Cultural Management.

Tema central y objetivo

El archivo de Daniel Pajuelo, quien fotografió intensamente la cambiante Lima de los 80's y 90's, del siglo XX, es retomado en el 2012, en el proyecto "La calle es el cielo". Allí se propone, a través de la lectura del espectador, una reconfiguración de la ciudadanía en el siglo XXI. En tanto la fotografía es una referencia, un "esto-ha-sido" en un tiempo y en un espacio determinados, el archivo fotográfico de Daniel Pajuelo se

convierte en un valioso testimonio gracias a la intervención de la gestión cultural en el espacio público. De esta manera, el cuerpo de la obra articula dos campos en discusión: arte y documento. Estas dos dimensiones se articulan en un mismo nivel y facilitan la lectura y relectura de la audiencia. Así, el arte se *des-elitiza* a través un reconocimiento de la fotografía como fuente de memoria e identidad.

De acuerdo con ello, el objetivo de este trabajo es demostrar, aplicando la metodología descriptiva-cualitativa bajo el enfoque de interdependencia, que la gestión cultural de un archivo fotográfico histórico sobre la ciudad contribuye a la construcción de memoria e identidad y así, determinar si la fotografía es un sistema de significaciones que construye mapas culturales de los discursos que se generan a partir de ella.

Contextualización

Para entender a cabalidad a Daniel Pajuelo -fotógrafo, ciudadano y limeño- paso a describir un conjunto de detalles de su vida personal que fueron recogidos durante la investigación para la ejecución del proyecto La calle es el cielo y más tarde, para el presente trabajo.

Daniel Pajuelo, de madre limeña y padre de origen andino, nace en Lima en 1963 en un hospital del estado. Su padre había migrado a la ciudad veinte años antes, con el sueño de tener una profesión y salir de la pobreza.

Resulta difícil precisar cuándo nace la vocación de Pajuelo como fotógrafo, pero lo más probable es que fuera cuando de niño acompañaba a su tío a realizar las compras quincenales en el Mercado Mayorista de Frutas, ubicado entre los populosos distritos

de La Victoria y El Agustino en Lima. Se quedaba en el auto observando fascinado -a través del marco de la ventana- transitar los miles de pobladores que habitaban esos barrios.

Años más tarde miraría esa escena y muchas más, ya no a través de la ventana sino, a través del visor de las diferentes cámaras fotográficas que fue adquiriendo con el paso del tiempo. Estos pobladores y transeúntes de la Lima de los 80's y 90's, que se convirtieron en el motivo principal de su producción artística, en actos de empatía y consentimiento, participaron del registro fotográfico en lo que podríamos denominar un acto de arte relacional, donde este tipo de experiencia hace del espacio público un encuentro productivo entre participantes; entre fotógrafo y fotografiado, donde se darán distintos comportamientos: actitudes discretas, tímidas, concentradas, respetuosas, generosas (Oliveras , 2013).

En 1986, a los 23 años, sus amigos del rock subterráneo y de las noches bohemias de los bares en el Centro Histórico, lo invitaron a participar en un taller parroquial de fotografía, en El Agustino. Más adelante, este taller piloto se convirtió en el proyecto Talleres de

Fotografía Social, (TAFOS)¹⁰⁷ donde pudo desarrollar sus habilidades fotográficas y de liderazgo como promotor de dichos talleres. Esta experiencia le marcó la pauta temática y metodológica que lo guiaría hacia una búsqueda de producción autoral sumada a su labor profesional.

En la década del 90 Pajuelo trabajará como fotoperiodista para varios medios de prensa y llevará consigo siempre dos cámaras: una para cubrir diariamente el periodo de violencia política y guerra interna que vivió el país durante veinte años, y otra para recorrer las calles de Lima y registrar el quehacer diario de la ciudad, de día y de noche. Pajuelo eligió el distrito de El Agustino y empezó a retratar a la gente, sus calles, su vida cotidiana y sus fiestas populares, documentando los cambios sociales del barrio, tal como un cronista que va escribiendo la historia de la ciudad, pero con fotografías.

Es con estos documentos visuales que Pajuelo va dejando de lado la realidad que el Perú Oficial trata de imponer de la ciudad, y nos muestra la Lima emergente y marginal que, de a pocos, se va construyendo. Pajuelo se convierte entonces en una pieza clave para

entender la historia de Lima mestiza, que emerge como nueva y que se va revelando en sus fotografías. Pajuelo es entonces un limeño de una nueva generación con raíces andinas afincado en la capital; y eso, sumado al talento para fotografiar, le permitió escribir su historia y ser el autor de la nueva Lima de los 80's a través de su poderoso discurso visual.

Daniel Pajuelo falleció en el año 2000, a los treinta y siete años, víctima de un tumor cerebral, dejando un archivo personal de casi nueve mil fotografías que su familia decidió resguardar donándolo a la Pontificia Universidad Católica del Perú.

Mi vínculo laboral con la PUCP, como docente de los cursos de fotografía y otras coincidencias como la culminación de mis estudios en la maestría de Arte Peruano y Latinoamericano me colocaron en el lugar y momento exactos para revisar dicho archivo y desarrollar junto con otros colegas¹⁰⁸ el proyecto de gestión cultural La calle es el cielo. Fotografía de Daniel Pajuelo, que propiciara la interpretación y apropiación de las imágenes de una Lima de las décadas 80 y 90, como una forma de recuperar nuestro

¹⁰⁷ Ver https://facultad.pucp.edu.pe/comunicaciones/tafos/proyec_tafos.htm

¹⁰⁸ Dicho proyecto fue un trabajo conjunto en co-curaduría con Ángel Colunge y Laura Escobar, como productora. Asimismo, la continuación del proyecto culminó con la edición del fotolibro *La calle es el cielo. La Lima de Daniel Pajuelo* que fue posible gracias al trabajo conjunto con Rocío Trigo Barentzen.

pasado y actualizarlo en el presente en la idea de contribuir a la construcción de memoria propiciando que sus habitantes la reinterpreten desde su contemporaneidad.

La especificidad de la fotografía: la academia y los usos cotidianos

Han pasado casi dos siglos desde la invención de la fotografía y podría señalarse que el debate académico debió haber concluido cuando Roland Barthes en *La Cámara Lúcida* se desprende del carácter mimético que se le atribuyó durante el siglo XIX, así como del poder de transformar la realidad concebida en el siglo XX, otorgándole el noema del *esto-ha-sido*, y afirmando que la intencionalidad de la fotografía no era el arte ni la comunicación, sino la referencia, “que es el orden fundador de la Fotografía” (1989, p.136).

La discusión que se remonta a los orígenes de la fotografía, se constituye en una forma de darle validez para posicionarla en el mundo del arte y la cultura. Aquella discusión ha sido abordada a partir de dos dimensiones que tienden a ser opuestas, y se niegan entre sí: creación vs copia; artificio vs naturaleza; arte vs documento; representación vs realidad, entre otras. Estas oposiciones permiten indagar en qué sentido se construye la

fotografía, sentido que se genera –a su vez- en las mismas oposiciones.

Sin duda, el carácter documental de la fotografía y su institución como testimonio y reflejo de la realidad siempre estuvo presente y se constituyó en el principal motor para la instrumentalización de este medio. Sin embargo, hubo quienes reconocieron desde los inicios que la perspectiva de lo documental sí podía estar inserta en la idea de arte. Uno de ellos fue Walter Benjamin, quien lo afirmó al rescatar en su texto escrito en 1931, *Pequeña historia de la fotografía* al retratista inglés Octavius Hill (1802-1870), cuyos retratos fotográficos solo constituían insumos para sus pinturas. Benjamin reconoce la obra de Hill desde el arte fotográfico y no desde el pictórico.

En la fotografía en cambio nos sale al encuentro algo nuevo y especial: en cada pescadora de New Haven que baja los ojos con un pudor tan seductor, tan indolente, queda algo que no se consume (solamente) en el testimonio del arte del fotógrafo Hill, algo que no puede silenciarse, que es indomable y reclama el nombre de la que vivió aquí y está aquí todavía realmente. (Benjamin, 1973, p.74)

Esta cualidad de algunos autores de elaborar su trabajo como documento y arte a

la vez, la encontramos también en la obra de Daniel Pajuelo. Es por ello que me interesa retomar la discusión histórica de que lo documental también puede estar inserto en la idea de arte. La fotografía, desde la dimensión documental, alude a algo que *ha sido* en el pasado. Pero, además desde el arte, revela también la parte de representación entendida desde la mirada de un autor.

El autor frente a la obra, la crítica y el público

En la producción intelectual y específicamente en el arte, reconocemos la autoría de una obra en la medida que percibimos un cuerpo de obra donde dialogan la biografía y el contexto como fuentes identitarias (Leiva, 2008, p.12).

Este *corpus* de producción estará dotado de una trama resplandeciente de espacio y tiempo que el lector/espectador identificará en un *aquí* y en un *ahora*. Es el *aura*, esa "irrepetible aparición de una lejanía, por cerca que esta pueda estar" (Benjamin, 1989:75). En esa perspectiva, críticos de arte al autodefinirse como los únicos o los más capacitados para identificar ese cuerpo de obra y su *aura*, le han otorgado al autor el título de "amo y señor" atribuyéndole todo el beneficio pasional de su creación, olvidando el

carácter abierto de la obra y su culminación en la lectura de la misma (Gielen, 2014; Barthes, 1990).

Si en el arte se habla de "cuerpo de obra", podemos decir que en el caso de Pajuelo no existía un cuerpo de obra como tal hasta que se llevó a cabo el proyecto *La calle es el cielo*. Su temprana muerte clausuró la posibilidad de que el mismo autor pudiera crear un *corpus* propio.

El autor y su existencia se encuentran en tensión permanente con la idea de ejercicio de ciudadanía, memoria, arte, y/o documento. El autor es creador de las imágenes, a él le pertenecen, pero también le pertenecen a quienes fotografió y al momento en que lo hizo. Es en esa tensión que el proyecto *La calle es el cielo* recupera al autor con nombre propio y con sentido ético en el que construyó su obra.

La autoría no se desliga del reconocimiento público y este no es dominio exclusivo de la crítica especializada ni de la curaduría sino, fundamentalmente, dominio del "otro", en palabras de Barthes (1989), del *Spectator*, que en la "lectura" de la obra generará el proceso de aprehensión, de identificación y de lectura en espejo, y es entonces donde ocurre *la muerte del autor*. "(...) el nacimiento del lector se paga con la muerte del Autor"

(Barthes, 1987). Pero ¿cómo hablar del autor si estamos diciendo que debe morir para que emerja? En la tensión y las vicisitudes que se producen en el acto fotográfico la posibilidad de la obra no está en su origen, sino en su destino y, por ende, no pertenece sólo al autor sino también al lector.

Umberto Eco (1992), al referirse a la obra abierta, enfatiza el hecho de que el autor es un autor en tanto su obra esté abierta. El valor de Pajuelo es que su obra permite ingresar al espectador, interpretarla, leerla, y conectarse con ella. Por eso es autor, “muere” para emerger y darle -a su vez- el estatus de “obra de Pajuelo”.

En esa conexión entre el autor y la obra abierta -o la muerte del autor- el fotógrafo documentalista, como autor fotográfico, recrea con sentido ético el mundo, mostrando la realidad especular, que sabemos está ligada a la interpretación. Es una creación personal donde la objetividad pasa por la mirada subjetiva del fotógrafo, reconociéndose la autoría al mostrar “una interpretación a la vez que una refundación del referente” (Leiva, 2008, p.12), evidenciando la construcción de estéticas autónomas que responden a una experiencia e intención de buscar nuevos significados.

En la fotografía, la idea de autor introduce la noción de creación si es que hablamos de arte, de interpretación y de documento. En ese sentido, se puede decir que la creación es interpretación. Creación y/o interpretación, documento y arte, son conceptos complejos que contienen relaciones en distintas perspectivas. Al interpretar determinada obra, nos acercamos a ella en la medida que nuestros sentidos lo permiten, realizamos una experiencia sensorial y estética que nos permite establecer una conexión entre el arte y el autor.

El archivo fotográfico: memoria e identidad

El ser humano al registrar, catalogar y archivar, lo que está haciendo es coleccionar la realidad y construir una mirada personal de la misma. Sin archivos es difícil hablar de memoria y sin memoria es difícil hablar de información, de investigación y de cultura. Tampoco podemos hablar del presente, de las nuevas narrativas y de los nuevos discursos. Al acceder a los archivos es posible realizar un diagnóstico de nuestra propia cultura e identidad -y a su vez- reconocer al otro y el contexto, “de vislumbrar la historia como diferencia” (Foucault citado por Días Laranjeira, 2007).

Al hablar de archivo fotográfico nos referimos a un instrumento de memoria visual y/o histórica, que nos permite generar - además de la memoria individual- la existencia de una memoria social, heredada y transmitida de tal modo que se convierte en la representación de nosotros ante los demás; en ese sentido, su presencia es esencial para la construcción de la identidad colectiva.

En el campo profesional, el término archivo tiene hoy varias acepciones. Su uso se ha ampliado hasta la informática, donde cada hora se crean millones de archivos que se almacenan en dispositivos y computadoras en todo el planeta y, sobre todo -ahora- en plataformas virtuales. El Archivo con "A" mayúscula, la institución del patrimonio documental que está al servicio del archivo con "a" minúscula; ese contenido documental que se va produciendo de manera natural a lo largo del tiempo y que se convierte en testimonio y referencia de la obra. Testimonio de la gestión de una institución, familia o persona, que por acumulación va formando el fondo documental, que en algunos casos constituirá el contenido documental del

Archivo de una determinada institución (Heredia Herrera, 2007).

En esa doble acepción de continente y contenido, de Archivo/archivo se inscribe el proyecto La calle es el cielo. La exposición fotográfica hace uso de los archivos generados en una sucesión de ingresos regulares, eventuales y extraordinarios que fueron aportando -uno o más productores- a lo largo de la investigación; además, del material conservado en el Archivo Daniel Pajuelo/PUCP y el Archivo TAFOS/PUCP¹⁰⁹. Posteriormente, para la edición del fotolibro La calle es el cielo. La Lima de Daniel Pajuelo¹¹⁰, se hizo uso de los nuevos documentos (devenidos en archivos) producidos durante la exposición, así como los creados a lo largo del proceso editorial. En un archivo, las obras no solo tienen valor por sí mismas, sino que, además, tienen una posibilidad de proyección y potencialización de la obra resguardada.

Es a partir de esta manera de entender el archivo -como contenido y continente- y que a su vez es la que dicta el sentido común, que se apeló a esos elementos para proponer el

¹⁰⁹ Archivos alojados físicamente en el campus de la PUCP y virtualmente en: <http://facultad.pucp.edu.pe/comunicaciones/tafos/> y <http://facultad.pucp.edu.pe/comunicaciones/daniel-pajuelo/>

¹¹⁰ Realizado en la modalidad de co-edición junto con Rocío Trigoso Barentzen. Ver https://issuu.com/lceec/docs/lceec_completo__06_agosto__baja

proyecto La calle es el cielo. Fotografía de Daniel Pajuelo; exposición donde se planteó el uso de la galería de arte y el espacio público en calles del distrito de El Agustino y el Centro Histórico de Lima, como soporte para exhibir la obra de Pajuelo. Posteriormente, este proyecto culmina con la publicación del fotolibro La calle es el cielo. La Lima de Daniel Pajuelo.

Un archivo no es solo la suma de textos e información que una cultura puede almacenar como documentos de su pasado, sino lo que puede llegar a generar más adelante con la proyección de la información resguardada. Se crea una identidad que pasa a formar parte de la información contenida en dichos documentos resguardados.

El contenido del archivo, según Foucault, está organizado de acuerdo a los campos discursivos vigentes de quienes lo manejan y que corresponden a un determinado tiempo histórico, político, económico y cultural, dando sentido a cómo se organiza la documentación resguardada por una institución, en relación al conocimiento, los campos discursivos y el poder.

El archivo, al ser el sistema general de la formación y de la transformación de los enunciados, hace que las cosas que fueron mencionadas “no se amontonen

indefinidamente en una multitud amorfa, ni se inscriban tampoco en una linealidad sin ruptura (...), sino que se agrupen en figuras distintas, se compongan las unas con las otras según relaciones múltiples” (Foucault, 1976, p.220). De esta manera, el archivo se constituye en un insumo que garantiza la existencia y la posibilidad de la transformación de un campo discursivo, la construcción de narrativas específicas donde la selección de materiales está cargada de conocimiento y, en tanto el conocimiento es poder, el manejo de esos archivos otorga poder.

Los documentos visuales de Pajuelo en su momento pertenecían a un campo discursivo específico y -a su vez- ilimitado, debido a sus posibilidades de ser reordenado y transformado en nuevos discursos. La mirada de Pajuelo no correspondía con la oficial y hegemónica de la ciudad; la de él era una visión social y política, subversiva y contestataria, con discursos alternativos pertenecientes a un tiempo y espacio, donde transitaba el proyecto TAFOS a mediados y finales de la década de 1980. Ahora, han quedado archivados y organizados de acuerdo a los discursos (los campos discursivos, en palabras de Foucault), manejados en el

ámbito de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

Sacar a la luz parte de esos documentos a través del proyecto La calle es el cielo, nos permitió a los curadores buscar dentro de esta línea de concepción y afirmar la ciudad como espacio público y dotarla de sentido. Lo que se procuró fue proporcionar conocimiento para que se tuviera la posibilidad de ejercer ese poder que confiere.

Conclusiones

Una de las formas en que la gestión cultural se constituye en agente de memoria colectiva e identidad en un grupo humano, es a partir del uso de la fotografía como arte y documento. Demostrando que la discusión de la especificidad de la fotografía, en su tensión de artificio o naturaleza sigue vigente, encontramos esas mismas perspectivas en los documentos y testimonios producidos como respuesta a la presentación del proyecto La calle es el cielo.

El archivo fotográfico se constituye en potencial generador de memoria e identidad. En su doble dimensión de continente y contenido que marca su institucionalidad y su argumento, el archivo es producto de un campo discursivo específico que lo dota de

sentido en referencia a los saberes que contiene.

El proyecto La calle es el cielo como generador de identidad y memoria. Las fotografías de Daniel Pajuelo presentadas en el proyecto LCC, lograron una representación en tiempo y espacio en el público espectador de la muestra. Las piezas exhibidas generaron un reconocimiento y empatía con los visitantes a la galería y en los transeúntes que siguieron el circuito establecido en las calles, reforzando así su identidad.

En el espacio público se construye la identidad de una ciudad; es el lugar de encuentro donde la calle se constituye en la trama de la ciudad propiciando su recorrido y con este, la inscripción de la memoria de sus habitantes que, en su uso, la dotan de identidad. Daniel Pajuelo retrató la ciudad emergente de los 80's y 90's. Como fotógrafo, recorrió sus márgenes; una ciudad en construcción que lo interpela y recoge visualmente el empeño de sus pobladores en esta hazaña por crear una vida en común.

Considerando que el autor se construye en la relación que existe entre el cuerpo de obra y el espectador, siendo la gestión cultural mediadora de esta relación, se concluye que para el proyecto LCC, al seleccionar y organizar sus fotografías y documentos del

repositorio donde se encontraban, propone a Daniel Pajuelo como autor. Esta propuesta construye obra a partir de la biografía del fotógrafo dando cuenta de su interpretación de la ciudad y poniéndola a disposición para su reinterpretación por las audiencias; a partir de esta lectura la obra cobra vida y existe. Por lo tanto, se le devuelve el rol al lector, como parte integral de la autoría; el espectador se convierte en agente de validación.

Referencias

Barthes, R., (1987). La muerte del autor. El susurro del lenguaje: más allá de la palabra y la escritura, Paidós, Barcelona, Recuperado de <http://www.enriquevilamatas.com/textos/tbarthes.html>

Barthes, R. (1990). La cámara lúcida. Paidós Comunicaciones, Barcelona.

Benjamin, W. (1973) Pequeña Historia de la fotografía en Discursos interrumpidos I / Walter Benjamin; prólogo, traducción y notas de Jesús Aguirre. Buenos Aires: Taurus.

Benjamin, W. (1989). La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica, en Discursos interrumpidos I / Walter Benjamin.

[prólogo, traducción y notas de Jesús Aguirre]. Buenos Aires: Taurus.

Días Laranjeira, M. (2010) El sistema del archivo según Foucault Recuperado de <http://interartive.org/2010/07/foucault-archive/>

Eco U. (1992) Obra Abierta. Barcelona: Planeta-Agostini.

Foucault, M. (1976) La arqueología del saber. México: Siglo XXI .

Gielen, P. (2014). Creatividad y otros fundamentalismos. Madrid: Brumaría.

Heredia Herrera, A. (2007) ¿Qué es un archivo? Gijón: Ediciones Trea.

Leiva, G. (2008) "Una luciérnaga ilumina mi corazón: Lucho Prieto y las filiaciones de autor" en Terceras Jornadas sobre fotografía. Tema: El Autor, pp.19-21 Montevideo: Centro Municipal de Fotografía. Recuperado de <https://issuu.com/cmdf/docs/memorias-terceras-jornadas-sobre-fotografia-cmdf>

Matos Mar, J. (2012) Perú: Estado Desbordado y Sociedad Nacional Emergente. Lima: Universidad Ricardo Palma.

Oliveras, E. (2013) Cuestiones de arte contemporáneo, Buenos Aires: Planeta

Pastor, S. y Trigoso, R. (2014) La Calle es el Cielo. La Lima de Daniel Pajuelo Lima: PUCP.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN – ALAIC
UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA – UPB
2020